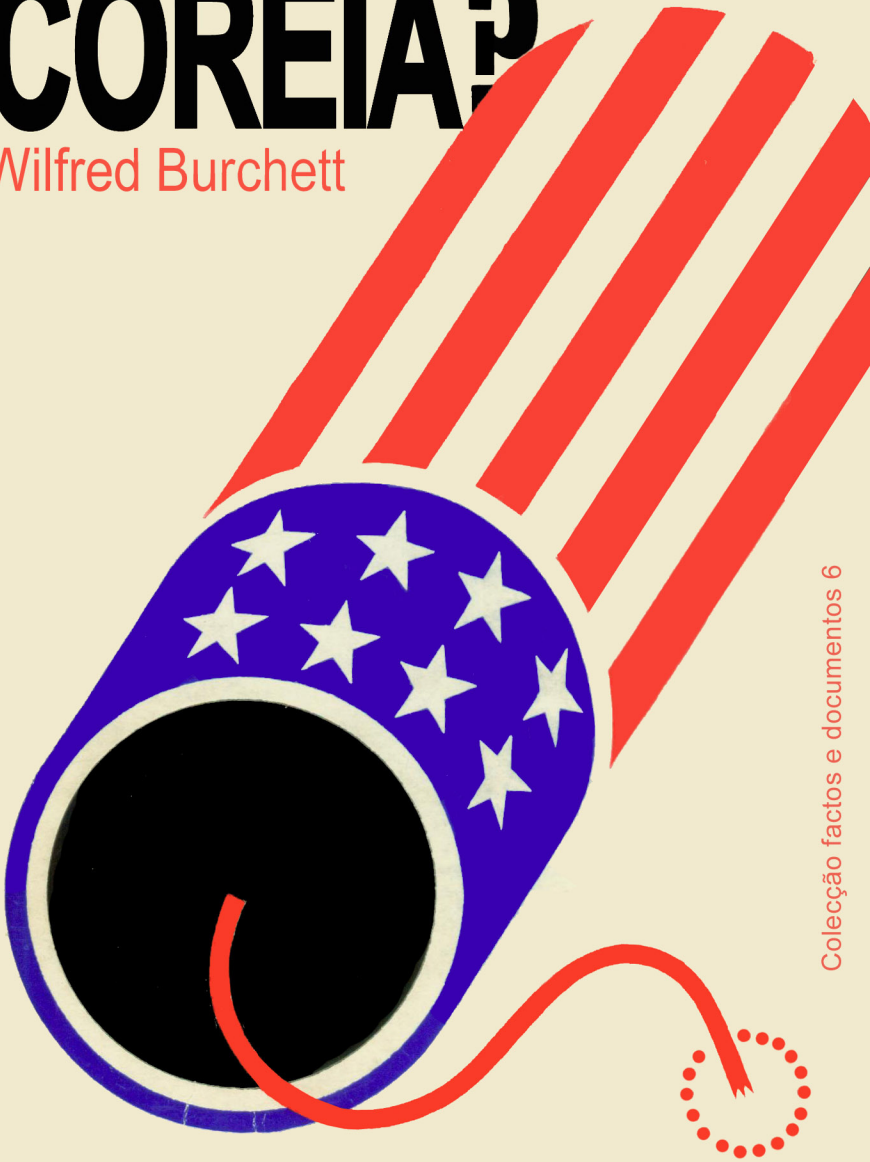
Novamente a COREIA?

Wilfred Burchett



Colecção factos e documentos 6

volumes publicados

1. *Histórìa da O. A. S. na Argélia*
   Paul-Marie de La Gorce (esgotado)

2. *Sete Palmos de Terra e Um Caixão*
   Josué de Castro
   (3.a edição)

3. *Vietname — Segunda Resistencia*
   Wilfred G. Burchett
   (fora do mercado)

4. *Bombas sobre Hanoi*
   Wilfred G. Burchett
   (fora do mercado)

5. *O Movimento Operário Britãnico*
   A. L. Morton e G. Tate

colecção
factos e documentos

Título do original inglés
AGAIN KOREA?

Tradução de
Nuno Brederode dos Santos

Capa de
Santos de Almeida

© WILFRED G. BURCHETT

Direitos reservados para Portugal

Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L. Rua Bernardo Lima, 23-l.º-Esq. — Lisboa

WILFRED G. BURCHETT

NOVAMENTE A COREIA?

SEARA NOVA
1969

NOTA INTRODUTÓRIA

Posteriormente à publicação deste livro ocorreram alguns acontecimentos relativos à Coreia ou, de qualquer modo, relevantes para a matéria do livro. O primeiro foi a captura, em 23 de Janeiro de 1968, do navio-espião americano «Pueblo», pela armada norte-coreana; o segundo foi a abertura em Paris, a 13 de Maio de 1968, de conversações de pas destinadas a resolver o problema do Vietname. O primeiro episódio so veio confirmar a situação que se descreve nos primeiros capítulos do livro e o segundo apresenta marcada semelhança com as negociações do cessar-fogo na Coreia, relatadas nos capítulos subsequentes. A fechar esta edição, redigi um «Epílogo» em que comento sucinta-mente estes dots acontecimentos.

W. B.

CAPÍTULO I

«DRAGÃO VOADOR»

«Volte brevemente e venha visitar-nos de novo», disse o meu anfitrião. «Traga a sua mulher consigo e passem aqui umas férias. Mas — devo preveni-lo — venham em breve, se é que querem rever o nosso país tal como está agora» — e, dizendo isto, acenou com a mão na direcção da janela, através da qual se via, bordejada por duas filas de árvores, uma larga avenida de lojas e prédios de apartamentos de construção recente. «Venha antes que tudo isto seja novamente destruído. As vezes, previno também os meus colegas, quando, por exemplo, assistimos a um espectáculo teatral: gozem-no enquanto podem, pois não pensem que sera sempre assim; o mais provável é que tudo seja novamente destruído.» O meu anfitrião era o primeiro-ministro Kim Il Sung da Coreia do Norte; o local, Pyongyang; a data, 20 de Maio de 1967.

Nas semanas que precederam esta conversa, a Coreia rivalizou frequentemente com o Vietname, disputando-lhe o tamanho dos cabeçalhos da imprensa de todo o mundo. Uma semana antes, ocorreram dois incidentes, em dias sucessivos, durante os quais barcos de guerra soviéticos e norte-americanos se acotovelaram junto à costa da Coreia do Norte, no mar do Japão (que os coreanos denominam mar Oriental). As trocas de tiros em torno da zona desmilitari-

zada que separa as duas Coreias, e mesmo dentro dela, vinham justificando aqueles cabeçalhos com uma frequência cada vez maior. Mas muitos outros acontecimentos, menos espectaculares, ocorreram e, ou não foram publicados, ou, tendo-o sido, passaram despercebidos; e so estes últimos, tornados no seu conjunto, bastariam para tornar compreensível a crueza das palavras que acompanharam o convite que o primeiro-ministro Kim me dirigiu.

Os incidentes de 10 e 11 de Maio, nos quais um «destroyer» soviético abalroou um vaso de guerra norte-americano, verificaram-se no decurso de manobras navais americano-japonesas; no dia imediato ao termo destas manobras, iniciaram-se outras, agora americano-sul-coreanas, realizadas ainda mais perto da costa setentrional da Coreia. Seguiram-se-lhes, por seu turno, manobras militares nipo-sul-coreanas. Qualquer das três deram como base do «inimigo imaginário» a Coreia do Norte.

No dia em que o primeiro-ministro Kim me recebeu, Washington anunciava a nomeação de um novo embaixador na Coreia do Sul—Porter, até há algumas semanas braço direito do embai xador em Saigão, Cabot Lodge. Pouco tempo antes, Washington nomeara também um novo embaixador para o Japão, Alexis Johnson, que fora já, na qualidade de enviado de Maxwell Taylor, uma espécie de superembaixador em Saigão. Johnson é considerado um peri to na aplicação da «guerra especial» concebida pelo general Maxwell Taylor, e Porter um especialista da «guerra limitada» preconizada pelo general William Westmoreland.

Durante o nosso primeiro encontro, Kim Il Sung referiu-se à visita do presidente Johnson à linha de demarcação militar, em fins de Outu- bro de 1966, após a conferência de Manila: «Parece que ele deu instruções especiais aos seus homens na Coreia do Sul», disse. «E desde essa visita, os norte-americanos aumentaram consideràvelmente as suas provocações militares na zona desmilitarizada e à volta dela. Deste modo, criaram grande tensão nesta área...»

Ao mesmo tempo que o primeiro-ministro Kim me comunicava as suas impressões sobre a tensa situação na Coreia, o almirante Grant Sharp, comandante de todas as forças americanas na area do Pacífico, chegava a Tóquio e, juntamente com o embaixador Alexis Johnson, fechava-se imediatamente em conferência com oficiais do Ministério da Defesa japonês. Sera preciso ter-se um temperamento particularmente desconfiado para pôr em dúvida que todos estes factos sejam puras coincidências, sem qualquer conexão entre si? Ou para pressentir que, tal como o Vietname se transformou numa segunda Coreia, esta tende agora a transformar-se num segundo Vietname? Os factos que acabam de ser referidos constituem, é certo, um apanhado superficial. Mas se alguém pensar em tranquilizar-se, escavando um pouco para além desta superfície, devo preveni-lo de que o que por essa forma irá descobrir é tudo menos tranquilizador!

Na Primavera e no Verão de 1965 houve um considerável escândalo na Dieta japonesa, quando deputados socialistas e comunistas conseguiram extorquir ao primeiro-ministro Sato

a confirmação de que altos oficiais japoneses, em colaboração com os seus pares americanós, haviam concebido dois pianos, conhecidos pelos nomes de código de «Três Flechas» e «Dragão Voador». Os pianos tinham em vista operações militares conjuntas, nipo-americanas, contra a Coreia do Norte, numa primeira fase — devendo depois ser alargada até à China. «Três Flechas» foi preparado em Junho de 1963 e «Dragão Voador», versão muito mais detalhada, um ano mais tarde. Um terceira versão, «Boi Corredor», foi arquitectada em 1965.

«Três Flechas» tern por objectivo a deflagração da guerra entre as Coreias do Sul e do Norte em 19 de Julho de 196... — o ultimo algarismo é deixado em branco. Delinearam o piano cerca de 80 oficiais do estado-maior das «Forças de Autodefesa» do Japão, secundados por alguns coronéis do estado-maior norte-americano. Os oficiais japoneses foram chefiados pelo tenente--general Yoshio Tanaka, que deixou bem claro durante uma sessão da Dieta que «não se trata de um tema de estudo para discussões colegiais, antes nos baseamos nos actuais pianos de defesa».

Na base de tais pianos, elaboraram-se já, podendo ser promulgadas de um momento para outro, várias leis, tais como «recrutamento militar e requisições», «mobilização geral nacional» e muitas outras, destinadas a consumar a militarização da vida japonesa. Leis suficientemente drásticas para aniquilar todo e qualquer resquício de democracia ainda subsistente no Japão, em 19 de Julho de 196... Cada um dos pianos toma em consideração as alterações da situação

mundial posteriores à elaboração do primeiro, «Três Flechas». As referidas leis possibilitam a concentração de 60 % do exército, armada e força aérea japonesas, nas regiões meridionais e ocidentais do país, o que permitirá desencadear operações militares, principalmente de forças terrestres japonesas e sul-coreanas—porém, numa outra variante, incluindo também forças do Kuomintang estacionadas em Taiwan. As forças sul-coreanas ficariam sob comando nipónico, mas, mercê da especificidade da situação coreana, operariam a coberto da bandeira das «Nações Unidas»;as tropas do Kuomintang estariam submetidas ao comando americano, partindo da base logística de Oquinava, onde a 5.ª força aérea americana tern o seu quartel-general.

«Três Flechas», base de todos os outros pianos, é traçado em 1419 páginas, e os seus trabalhos preparatórios foram supervisionados pelo então subsecretário de Estado para a Defesa, Roswell Gilpatric. Aí se prevê a utilização de armas nucleares contra a Coreia e contra a China, em combinação com operações de desembarque; e, sem dúvida para despertar o interesse do Japão, prevêem-se desembarques conjuntos americano-nipónicos na Sacalina soviética, muito rica em petróleo, e que o Japão conquistou à Russia czarista em 1905, vindo a perdê-la no final da II Guerra Mundial.

A operação «Dragão Voador», cujos pormenores foram revelados num debate parlamentar em 29 de Outubro de 1965, contém algumas cláusulas um tanto insólitas para um piano apregoado como «defensivo». A título de exemplo, prevê-se nela uma série de medidas militares a

tomar trinta dias antes do início efectivo da guerra. Durante este período, a «força aérea de autodefesa» do Japão e as bases norte-americanas em território japonês entrarão em permanente estado de alerta e, nos primeiros dez dias, os serviços de comunicações das forças armadas adoptarão um novo código. Na segunda fase, ponto de partida para operações «defensivas--ofensivas» (ou «preventivas», na semântica militar norte-americana) contra a Coreia do Norte e a China, a 5.a força aérea amencana e a força aérea japonesa subordinar-se-ão ao comando aéreo norte-americano para toda a area do Pacífico, a fim de se facilitarem as operações conjuntas. As perdas de aviões, que os computadores de McNamara, baseados na experiência do Vietname, calculam entre 18 % e 30 % no primeiro mês, deverão ser supridas pelas reservas da força aérea japonesa. A U. R. S. S. deixa de figurar como alvo em «Dragão Voador», concentrando-se as operações na Coreia do Norte e na China.

Parte das forças japonesas seriam transferidas paraOquinava (ainda de acordo com «Dragão Voador») e colocadas sob comando nipo- americano. Como preparativo para a fase seguinte, transferir-se-iam forças americanas do Hawai para Oquinava e para o Kyushu do Norte, a região do Japão mais próxima do território da Coreia. Na fase seguinte, a marinha americana deveria assegurar o transporte, aéreo e marítimo, para desembarques conjuntos das tropas ameri- canas e japonesas, as quais invadiriam a Coreia do Norte e a China—se possível a coberto de mais uma resolução das Nações Unidas.

Projecta-se também o emprego de armas nucleares contra a Coreia do Norte e contra a China. Tudo isto, claro está, pressupondo o desencadeamento de provocações militares capazes de obrigar a Coreia do Norte a adoptar contramedidas, tornando-a assim passível da acusação de «agressor»; e que a China voltará a apoiar a Coreia do Norte. Todas as resoluções das Nações Unidas do tipo «cheque em branco» serão retiradas dos arquivos, dando aos E. U. A. a rédea necessária para vingar a humilhação dos acordos de Panmunjon e para realizar o sonho de generais extremistas, como o general Mark Clark que, ao assinar aqueles acordos em nome das Nações Unidas, os qualificou de «questão não encerrada».

As manobras navais realizadas junto à costa norte-coreana, em Maio de 1967, foram, na realidade, os ensaios de «Três Flechas» para 19 de Julho de 196... Desde a visita do presidente Johnson, os exercícios de desembarque das forças «US-ROK» (Estados Unidos-República da Coreia), bem como exercícios militares de montanha e outros, vêm sendo ensaiados com frequência sempre crescente. Alguns dos exercícios navais realizados constituíram, pràticamente, bloqueios da area costeira da Coreia do Norte—e tal facto esteve na origem do incidente com o «destroyer» soviético. Os restantes exercícios navais foram operações de transporte aéreo e marítimo, sob fogo inimigo, e manobras anti-submarinos. Estes exercícios não foram brincadeiras bélicas entre imaginárias forças «vermelhas» e «azuis»;representaram antes preparativos muito sérios de pianos baseados em modelos

prévios, nos quais se especifìcam as praias a conquistar e se contêm listas dos centros urbanos e industriais a destruir com prioridade. O conhecimento destes pianos estava implícito na certeza de Kim Il Sung de que as cidades, vilas e indústrias norte-coreanas seriam nova-mente aniquiladas.

A elaboração dos pianos militares foi cuidadosamente complementada pela edificação de uma armação política e diplomática, à sombra da qual os preparativos militares pudessem desenvolver-se livremente. Para tanto houve necessidade de remover obstáculos consideráveis. O primeiro residia na própria Constituição japonesa, que se propusera restringir fortemente qualquer tentativa de ressurgimento do militarismo nipónico. Também não era fácil, para os Estados Unidos, submeter inteiramente as forças armadas japonesas ao seu controle. E a tradicional hostilidade do povo coreano, quer ao norte quer ao sul da linha divisória temporária, em relação ao militarismo e colonialismo japoneses, bem como à menor ameaça de nova penetração nipónica em território coreano, também não facilitavam as coisas. Mas os peritos do Departamento de Estado norte-americano e os círculos japoneses e sul-coreanos da extrema-direita trabalharam infatigàvelmente na remoção destes obstáculos, no que em boa medida tiveram êxito — pelo menos no piano diplomá-tico.

A construção da máquina militar que o Pentágono planeou pôr em movimento em 19 de Julho de 196... foi uma tarefa penosa. À parte outros factores de obstrução, havia a tenaz resis-

tência da opinião pública japonesa e sul-coreana à política de recondução ao poder dos militaristas japoneses, ao controle e ocupação do Japão por parte dos norte-americanos e ao regresso, sob qualquer pretexto, dos monopólios japoneses à Coreia. Os documentos da rendição assinados em Agosto de 1945 estipulavam o total desarmamento nipónico e a destruição das oligarquias financeiras, fortemente militaristas, designadas por «zaibatsu». Os E. U. A. aproveitaram-se da guerra da Coreia para conseguir urn tratado de paz separado com o Japão, celebrado em S. Francisco em 1951, nas costas da U.R.S.S. e da China, que tanto sofreram com o militarismo nipónico e que tão decisivamente contribuíram para a sua derrota.

Em 1952 deu-se o primeiro passo nesse caminho, com a criação do corpo de defesa costeira do Japão, subordinado a uma «Agência de Defesa» central. Em 1954, a «Agência de Defesa» foi substituída por um conselho do estado-maior nipo-americano, resultante de novo acordo, este de «auxílio e defesa mútuos», unilateralmente celebrado pelos E. U. A. com o Japão. O «corpo de defesa» veio a transformar-se nas «forças de autodefesa», dotadas de liberdade de movimentos e munidas de unidades aéreas e navais; dois anos depois, havia já um «Conselho Nacional para a Defesa». E assim por diante, em passos curtos, com os velhos monopólios a reerguerem as cabeças, primeiro como fornecedores (no montante de 2,5 biliões de dólares) das tropas americanas durante o conflito coreano, depois como fornecedores das recém-constituídas, mas celeremente crescentes, forças armadas japone-

sas e, por ultimo, com o enorme bonus que lhes é proporcionado pela guerra do Vietname.

Em 1966, o Japão possuía um exército «de autodefesa», de 270 000 homens, mas com uma percentagem de oficiais tão elevada que lhe é fácil expandir-se até milhões de homens, no momenta em que as leis de recrutamento, de mobilização de recursos e outras, delineadas ao abrigo do piano «Três Flechas», sejam promulgadas. Possui também uma Força Aérea «de autodefesa» com 1400 aviões à sua disposição e uma armada «de autodefesa» com uma tonelagem de 150 000, incluindo 50 vasos de escolta, 10 submarinos e a maior e mais rápida capacidade de construção naval de todo o mundo, a qual lhe garante a possibilidade de uma expansão-relâmpago. E a despeito da enérgica luta desenvolvida pelo povo japonês e na Dieta pelos partidos da oposição, logrou celebrar-se,em 1960, um tratado nipo-americano de segurança que, em nome da «defesa conjunta», coloca de facto as forças armadas japonesas ao dispor dos E. U. A. e, não so remove as limitações que oneravam o crescimento das forças armadas japonesas, como torna quase «desleal», por parte de Tóquio, a não realização, o mais breve possível, de toda a força militar de que é capaz. Desde aí, os únicos reparos que, na verdade, se ouviram de Washington foram no sentido de observar que o Japão não estava a desenvolver o seu potencial, tanto quanto seria desejável, para «a defesa do mundo livre».

Embora o «tratado de segurança» de 1960 tenha afastado pràticamente as ultimas barreiras que entravavam o desenvolvimento ilimitado

da capacidade de expansão e reapetrechamento bélico do Japão, ficou ainda de pé um empecilho, para grande irritação do governo de Sato e do seu parceiro de Washington: as cláusulas constitucionais contra a guerra, elaboradas nos anos imediatos à rendição japonesa, sob a orientação americana (quando, nos E. U. A., estavam ainda vivas as recordações da humilhação militar de Pearl Harbour, em que a aviação japonesa, num único e traiçoeiro «raid», mutilou gravemente a armada norte-americana). Em Maio de 1967,o primeiro-ministro Sato, pressionado pelos E. U. A., trabalhava a fundo na preparação de uma reforma constitucional com vista à reintrodução da possibilidade normal de recrutamento, do direito de possuir e desenvolver armas nucleares, da legalização do envio de tropas para além-mar e da mobilização de todos os recursos humanos e materiais do país, para quando a sociedade constituída para fazer a guerra decida que o momento chegou. O eleitorado japonês tern negado persistentemente ao partido no poder a maioria de 2/3 indispensável para alterar a Constituição. Mas não se pode duvidar que os escrúpulos constitucionais seriam prontamente postos de parte se sobreviesse uma situação do tipo daquela que é prevista por «Três Flechas». Quanto as necessárias subtilezas legais para permitirem o regresso do Japão à Coreia, essas contêm-se já no tratado celebrado entre o Japão e a Coreia do Sul e assinado em Tóquio em 22 de Junho de 1965. O facto de terem sido necessários catorze anos para a celebração deste tratado dá-nos a medida da violenta oposição do povo coreano. Como disse,

na altura, o *New York Times*: «As objecçoes nascem da hostilidade em relação ao Japão, bem como da falta de confiança no governo do presidente Pak. Os que se opõem ao tratado alegam que o governo é tão corrupto que sera impossível qualquer controle da "agressão económica" japonesa e que o auxílio económico japonês so irá beneficiar uma mancheia de privilegiados...» Mas as portas da «agressão económica» não foram as únicas a ser abertas. O tratado de 1965 abriu caminho à cooperação militar entre o Japão e a ROK, em nome da «defesa conjunta» e em vista daquele tipo de operações agressivas que estavam no espírito dos autores de «Três Flechas», «Dragão Voador» e «Boi Corredor», bem como de algumas outras variantes que não vieram ainda à luz do dia. Com e£eito, os autores destes pianos não podiam prever que os americanos se fossem envolver num impasse como o do Vietname, com mais de 1/3 das divisões do exército e da marinha atoladas numa guerra que parece não ter fim.E não sera que tal circunstância torna impossível a abertura, pelos americanos, de novas frentes na Asia? O argumento parece razoável, pelo que procurei factos que o justificassem. Nessa busca, uma das minhas primeiras visitas foi a Panmunjon, onde durante dois anos e meio —de Julho de 1951 ao fim de Fevereiro de 1954 — fui testemunha das negociações do cessar-fogo, das conversações políticas que se lhes seguiram e do moroso processo de intercâmbio dos prisioneiros de guerra, que se arrastou pelos seis meses imediatos à celebração do mesmo cessar-fogo.

CAPÍTULO II

PANMUNJOM 1967

.

Ao percorrer a estrada que liga Pyongyang a Panmunjom, fui assaltado por recordações ainda bem vivas. Durante os anos da guerra, fiz este mesmo trajecto inumeras vezes. É uma longa pista de saibro que se abre a sul da capital; sofreu então a punição das bombas e da metralha dos aviões, que durante a noite acometiam, aproveitando o clarão dos foguetes luminosos, deixando-a crivada de crateras; hoje, é uma estrada de saibro muito lisa, entre campos irrigados onde a lama pardacenta é decorada pelas plantas verdes do arroz que j ovens camponeses nela espetam com incrível rapidez e destreza. Estava-se nos princípios de Maio, que é a estação da transplantação do arroz. Um pouco mais para sul fica o local onde vi a metralha de um avião dançar, desvairada, sobre a estrada, perseguindo a limusina preta onde eu seguia com o chefe da delegação coreana as negociações do armistício, general Nam Il . Lembro-me ainda do seu rosto austero, olhando em frente, chupando o fumo de um cigarro através da boquilha que prendia ao canto da boca, não se dignando sequer voltar a cabeça para o rugido do avião que picava e para o matraquear das suas metralhadoras. O condutor pisou o acelerador a fundo e lançou o carro para um fosso murado por uma fileira de árvores, onde estacou

bruscamente —enquanto o avião voltava a subir, roncando por sobre as nossas cabeças.

Noutro local, um pouco ao norte de Sariwon, alguns aviãos norte amricanos largaram uma bomba de «napalm» e metralharam o comboio diarío dos automóveis da delegação, em violação dos protocolos vigentes durante as negociações do cessar-fogo. O jipe que seguia à frente daquele onde minha mulher e eu nos instalàramos ficou destruído. Não houve qualquer possibilidade de erro; o ataque deu-se em pleno dia, tendo os aviões feito vários voos rasantes para verificar se aquela fila de veículos era efectivamente o combois da delegação, o qual, de resto, ia devisamente identificado arvorando as bandeiras vermelhas regulamentares, viajando dentro do horário estabelecido e mantendo os carros a distãncia estipulada de 100 metros entre si. Para além desta regras, só havia mais uma: o combois devia estar sempre em andamento. Mas, após os voos rasantes de reconhecimento, um dos aviões largou uma bomba de «napalm» sobre o meio da estrada, obrigando o jipe que seguia á nossa frente a parar e a fazer marcha-atrás. Foi então que o metralharam, destruindo-o e ferindo todos os seus ocupantes, in-cluindo a mulher do oficial chinês de ligação, que estava gravída. Nesse tempo, a estrada era um local desértico e enegrecido, sem uma casa ou uma árvore de pé; agora é uma aldeia que se desdobra em ambas as bermas da estrada e cercada de macieiras em flor. Casa de pedra branca, com telhados curvos de telha cizenra, canteiros de semradura de arroz dispostos geomètricamente e muito próximos uns dos outros,

fiadas de pocilgas com a forma de abóbadas instaladas bastante atrás da estrada e das casas. Quanto a Sariwom, da ultima vez que a vi, não passava de um amontoado sombrio de ruí-nas, com meia dúzia de fachadas carbonizadas e alguns tocos de chaminés, e pràticamente deserta. Ocorreu-me a recordação da primeira vez que por lá passei. Era de noite. Um camião--cisterna estava em chamas, iluminando o céu por detrás de nós. O avião que o atingira roncava ainda, não muito longe. Seguíamos de luzes apagadas, por entre os escombros. Campo- neses incitavam os bois num sussurro, enquanto lavravam por entre os restos dos edifícios. Bombas de retardamento iam explodindo algures nos campos, fazendo subir aos ares jactos de lama e água — e eu perguntava a mim mesmo se alguma vez conseguiríamos chegar a Kaesong, onde as conversações do cessar-fogo seriam retomadas no dia seguinte. Sariwom é hoje uma cidade grande e moderna, uma floresta de chaminés que expelem fumo; a estrada vem desaguar numa larga avenida arborizada, cruzada por várias outras das mesmas dimensões, ladea-das por grandes blocos de edifícios residenciais e comerciais. Havia várias outras cidades, ao norte como ao sul de Sariwom, cujos nomes agora ouvi pela primeira vez, mas que o meu guia demonstrou terem existido e f igurarem nos mapas de antes da guerra. Delas não resta qualquer traço; foram de tal modo arrasadas durante o primeiro ano da guerra que, em meados de 1951, aquando da minha chegada, já as respectivas areas tinham sido aradas.

Kaesong, a única cidade ao norte da frente de batalha que não foi completamente destruída, por se encontrar na area do quartel-general da delegação neutral, so muito difìcilmente se reconhece. Mas alguns prédios antigos permanecem de pé e muitos outros se construíram já no estilo clássico: casas de madeira e pedra, erguidas em torno de patios interiores e com graciosos telhados curvos — típicos desta antiga capital e sede da milenária universidade coreana. 15 quilómetros depois de Kaesong fica o local onde se erguem as duas cabanas que foram o principal cenário dos acordos de cessar-fogo de Panmunjom.

Junto a um letreiro indicando «Zona Desmilitarizada — Fronteira Norte», o nosso carro parou frente à barreira. O oficial que nos escoltava saiu e dirigiu-se à casa da guarda, onde, postadas à porta, se encontravam duas impecáveis sentinelas. Voltou pouco depois, trazendo uma braçadeira amarela a envolver-lhe uma das mangas do capote castanho. Colocaram uma bandeira amarela no nosso «Volga», levantaram a barreira e entrámos na zona desmilitarizada, uma faixa de 4 quilómetros de largura que se-para o Norte e o Sul da Coreia. Filas paralelas de enormes blocos de granito marcavam, para leste e para oeste, a perder de vista, os 250 quilómetros da sua extensão, desde o mar Ocidental até ao mar Oriental, como dizem os coreanos, ou desde o mar do Japão ao mar Amarelo, como indicam os mapas ocidentais. Uma sentinela americana, que folheava uma revista de histórias em quadradinhos, levantou os olhos, mas pareceu interessada apenas em apurar quantos

seguíamos no carro. Atravessámos uma pequena ponte, entrando na «área de segurança mútua», parcela da zona desmilitarizada onde se encontram as instalações da conferência e por cuja segurança americanos e coreanos do Norte são conjuntamente responsáveis. As duas partes podem mover-se livremente nesses milhares de metros quadrados que constituem a area de segurança mútua; porém, em toda a restante zona desmilitarizada cada parte deve manter-se no seu lado da linha de demarcação militar — que se sobrepõe à linha media da zona e passa precisamente pelo meio das mesas de conferência das várias salas onde os delegados da comissão militar do armistício e as respectivas delegações se enfrentam. Uma colina sobranceira à area das instalações da conferência oferecia um belo panorama dos campos circunvizinhos, em ambos os lados da linha, a qual, na região de Panmunjom, atravessa o rio Sachon. No lado norte, havia trigais, terra lavrada e viçosos canteiros verdes de semeadura de arroz, descendo até à beira-rio e correndo para leste e oeste a perder de vista; e viam-se tractores sulcando as terras da Cooperativa de Panmunjom, situada dentro dos limites da zona desmilitarizada. Que contraste o outro lado apresentava! So ervas altas e moitas cerradas, por entre as quais se vislumbravam as cintilações do arame farpado e, aqui e ali, postes eléctricos derrubados. Nem uma pessoa à vista, nem uma casa, nem um pedaço de terra cultivada...

Meia dúzia de fortins de formato atarracado desenham a fronteira sul da zona desmilitarizada. Um jipe chegou ao sopé do outeiro e

dele saíram dois soldados americanos; encararam-nos por um momento, saltaram novamente para dentro do jipe e arrancaram, com um rugido de pneus e por entre uma nuvem de poeira. Eis toda a actividade que detectámos no lado sul da linha — para além de um soldado coreano, de olhar cansado, que passou por nós para ir despejar um balde com restos na lata do lixo. (Poucos minutos antes, tinha eu perguntado a um oficial norte-coreano qual o papel das forças armadas sul-coreanas em Panmunjom, e ele respondera-me: «Absolutamente nenhum, a não ser, como em toda a parte, o de libertar os americanos dos trabalhos mais sujos».)

Na mesa verde em que os membros da comissão militar do armistício se encontravam para discutir quaisquer violações aos acordos de cessar-fogo, chocou-me ver a bandeira das Nações Unidas, erguida num dos lados da mesa, como que a recordar que a ocupação da Coreia do Sul pelos E. U. A. é ainda prosseguida em nome da ONU. Dois guardas americanos, um deles negro, e ambos mascando pastilha elástica, passeavam indolentemente em volta das cabanas da conferência, representando as Nações Unidas, e puseram-se a espreitar pelas janelas quando entrámos na sala de conferências. Tal como os campos em ambos os lados da linha de demarcação, os soldados americanos ofereciam um contraste singular com o aprumo dos guardas norte-coreanos. Mas estes representam o seu país e a sua terra: e era isso mesmo que o seu comportamento traduzia.

Entre a area de segurança mútua e o limite norte da zona desmilitarizada, encontra-se a cabana onde inicialmente decorreram, durante dois anos, as conversações para o cessar-fogo e à porta da qual eu e outros correspondentes mantivemos então vigílias diárias. A seu lado ergue-se agora o imenso pavilhão onde o armistício foi assinado. Recordei a surpresa dos jornalistas ocidentais quando, chegados à cerimónia das assinaturas, encontraram o novo edifício, doze vezes mais vasto do que aquele onde as negociações haviam decorrido, e posto de pé nos escassos dias que mediaram entre a conclusão dos acordos e a sua assinatura. Os elementos estruturais tinham sido preparados em Kaesong e as tropas coreanas trabalharam dia e noite para conseguir montá-los a tempo. O pavilhão erguera-se com uma celeridade que pudesse simbolizar a rapidez com que o país seria construído, logo que a paz regressasse. Os delegados americanos teriam preferido esbater a importância do evento, procedendo as assinaturas numa simples tenda, de modo que nada de permanente ficasse a assinalar o local onde o comandante supremo das «Nações Unidas», general Mark Clark, as 10 horas do dia 27 de Julho de 1953, assinou os documentos do cessar-fogo. «Tive a nada invejável distinção de ser o primeiro comandante das Nações Unidas que, em toda a História, assinou um armistício sem vitória... Mas senti mais do que uma mera suspeita de que o caso trazia o rótulo das questões não encerradas...», escreveria mais tarde.

Recordo-me ainda com nitidez da sua cara, na cerimónia da assinatura, da sua mágoa e

humilhação por firmar um cessar-fogo «sem vitória». A sua ameaçadora insinuação sobre as «questões não encerradas» podia ter o valor de um esclarecimento para a situaçao criada à volta da zona desmilitarizada na primeira metade de 1967. A hierarquia militar norte- americana, como a de qualquer outra grande potência, não aceita de bom grado a derrota; e a circunstância de já se estar em guerra no sueste asiático deve constituir uma aliciante para vingar a «humilhação e frustração» que o general Mark Clark admitiu ter compartilhado com os seus predecessores na Coreia, os generais Ridgway e MacArthur, ao assinar os acordos de cessar-fogo em Panmunjom.

Duas cópias dos documentos originais, encadernadas em couro vermelho, estão hoje expostas, em vitrinas de vidro, nas mesas em que foram assinados. O pavilhão de Panmunjom, situando-se ao norte da linha de demarcação, pôde ser transformado em museu. Nas mesas respectivas vêem-se as bandeiras das Nações Unidas e da República Democrática Popular da Coreia, tal como se encontravam na cerimónia das assinaturas. Depois dessa histórica data, o pavilhão foi estucado por fora, guarnecidas as paredes interiores e lá se instalou uma exposição, muito bem documentada, alusiva à guerra, as negociações e as aplicações ou violações dos acordos do armistício. Através de fotografias, documentos, mapas, armas norte-americanas e equipamentos de sabotagem capturados, pode seguir-se o curso dos acontecimentos, desde a visita de John Foster Dulles ao paralelo 38, poucos dias antes da eclosão da guerra, em 25 de

Junho de 1950, até à longa série de graves violações subsequente à visita do presidente Johnson à zona desmilitarizada, em Outubro de 1966. Muitos destes documentos constituem provas irrefutáveis de sistemáticas infracçóes norte-americanas as cláusulas fundamentais dos acordos do cessar-fogo. (Seria ridículo continuarmos a falar de «Nações Unidas», cuja presença física na ocupação do Sul, para além das forças dos E. U. A., se exprime por uma companhia de tailandeses.) Em relação ao grande surto de infracções registado nos últimos meses, as estatísticas e documentos vários integrados na exposição revelam o seguinte:

Violações do espaço aéreo da Coreia do Norte:
—em 1960 .....656 casos
—em 1966 .....722 casos
—no primeiro trimestre de 1967 729 casos

Incursões nas águas territorials da Coreia do Norte:

—em 1963..... 342 casos
—em 1966..... 758 casos
—no primeiro trimestre de 1967 809 casos

Só no mês de Abril de 1967, foram disparadas, do Sul para o Norte, atravessando a zona desmilitarizada, mais projécteis do que durante os treze anos e tal que decorreram desde a entrada em efectividade do cessar-fogo. A exposiÇao inclui ainda barcos de borracha, equipamentos para homens-rã, transmissores de radio,

frascos de veneno destinados a contaminar os abastecimentos de água e um completo equipamento de sabotagem capturado a grupos de homens enviados do Sul através da fronteira.

É também curioso observar até onde o comando norte-americano é capaz de transigir para reaver pilotos americanos abatidos — mesmo mortos— e, simultâneamente, o seu desinteresse na recuperação de soldados e agentes sul-coreanos. Não é fácil negar uma violação depois que um avião foi abatido em território da Coreia do Norte, como sucedeu já por 8 vezes nos últimos anos, ou depois que um vaso de guerra foi afundado pelas baterias costeiras do Norte. Mas os generais americanos que se vão sucedendo na comissão militar do armistício não hesitam em apôr as assinaturas (em nome das «Nações Unidas»...) em quaisquer documentos, desde que por essa forma recuperem os seus pilotos.

Nesta matéria, a exposição conta com uma fotocópia de um documento datado de 15 de Maio de 1964 e assinado pelo major-general Cecil E. Combs, da Força Aérea dos E.U.A., admitindo «os crimes de espionagem e intrusao ilegal, cometidos pelo capitão Ben Weakley Stutts e pelo capitão Carleton William Voltz... capturados...e, enquanto cometiam espionagem militar depois de ilegalmente sobrevoarem o Norte da República Democrática Popular da Coreia... e, garantindo que não mais serão cometidos actos criminosos como estes e que, no futuro, os acordos do armistício da Coreia serão estritamente observados, o Comando das Nações Unidas recebe o capitão... Stutts e o capitão...

Voltz, pilotos do exército dos E. U. A., entregues pelo Exército Popular Coreano». Assinado:Cecil E. Combs. Esta carta é precedida de uma outra, muito semelhante, assinada dois meses antes pelo general Hamilton H. Howne, do exército norte-americano, comandante-chefe do quartel--general das «Nações Unidas», e é seguida de uma outra, datada de 21 de Maio de 1965, assinada pelo major-general William Yarborough, destinada a reaver o corpo de um piloto sul--coreano abatido «quando sobrevoava ilegalmente o território submetido ao controle militar do Exército Popular Coreano», «assegurando-se que violações como esta aos acordos do armistício não voltarão a ser cometidas» — palavras de Yarborough, em nome do comando das «Nações Unidas».

Contrastando com toda esta humildade de que os generais americanos são capazes para reaver os seus homens, fui informado de que eles se recusam a recuperar sul-coreanos (excepto pilotos), mortos ou vivos. Certa vez, quando ao oficial encarregado das investigações foi apresentado um sul-coreano sobrevivente de uma missão de intrusao ilegal na Coreia do Norte, o mais que se dispôs a admitir foi que lhe tinha sido apresentado «um indivíduo de feiÇões asiáticas...». E noutra ocasião escreveu: «Tomo nota de que um indivíduo, aparentemente de nacionalidade coreana...», etc. Como o representante da ROK na comissão militar do armistício prima por nunca ter aberto a boca, ºs sul-coreanos capturados em missões ofensivas do armistício não têm qualquer protecção.

São «sacrificáveis», na terminologia militar americana.

No respeitante as violações mais recentes, a que já aludi, os factos não se mostram muito diferentes. Estive num local, dentro da zona desmilitarizada, no qual, há menos de um mês, em 5 de Abril de 1967, seis guardas coreanos, envergando as braçadeiras amarelas regulamentares, foram chacinados —cinco mortos e urn ferido... — pelas balas de metralhadoras pesadas, accionadas por forças americanas e sul-coreanas, de uma distância de cerca de 500 metros, no lado sul da zona desmilitarizada. O incidente verificou-se à luz do dia, um dia particularmente claro, pelas 13.30. Em face dos cadaveres, e poucos minutos após a matança, os representantes americanos nas equipas mistas de vigilância não puderam deixar de admitir a violação. Os coreanos mortos traziam a tiracolo as armas permitidas pelos regulamentos e foram alvejados por metralhadoras pesadas, cuja introdução na zona desmilitarizada é, so por si, uma infracção grave. Mas este foi apenas o mais grave de uma série de incidentes que se registam a um ritmo quase diário.

Em Kaesong, procurei o major-general Pak; Jung Kuk, o mais qualificado representante da República Democrática Popular da Coreia na comissão militar do armistício, e perguntei-lhe como considerava a presente situação. O general, figura elegante mas sólida, relembrou a visita de Johnson as unidades americanas e sul-coreanas estacionadas ao longo da zona desmi litarizada. «Ainda temos presente a visita de Dulles e o que se lhe seguiu», replicou-me. «A vi-

sita de Johnson não é menos agoirenta. A radio de Seul citou-o como tendo dito que era necessário abrir uma segunda frente de guerra, esta na Coreia. Verdade ou não, o certo é que imediatamente foram desencadeadas novas e violentas provocações. Em 3 de Novembro, por exemplo, no dia em que Johnson deixava Seul para regressar a casa, registaram-se ataques armados em vários locais. Do lado ocidental da linha de demarcação, tropas sul-coreanas, depois de terem disparado foguetes luminosos vermelhos e a coberto do fogo de metralhadoras pesadas, lançaram-se pela zona desmilitarizada e atacaram algumas das nossas posições, com granadas de mão e espingardas. Incidentes semelhantes ocorreram ainda em 4 e 5 de Novembro. No dia 4, uma canhoneira inimiga penetrou cerca de 6 quilómetros nas nossas águas territoriais no mar Oriental e aí permaneceu 4 horas. Em 5 de Novembro, vários navios de guerra volta-ram a penetrar nas nossas areas costeiras. E, em 22 de Novembro, depois da incursão de um avião de reconhecimento norte-americano, três belonaves irromperam uma vez mais pelas nossas águas, bombardeando a costa... Desde aí não sera fácil encontrarmos um so dia no qual não tenha havido qualquer violação.

«Dentro da zona desmilitarizada todas as actividades militares são absolutamente proibidas; porém, desde a visita de Johnson, os americanos têm persistentemente tentado transformá-la na sua vanguarda territorial. Já lá meteram artilharia pesada, armas automáticas pesadas e até mesmo tanques. O ritmo das infrac-Çoes, incluindo graves provocações militares,

tern aumentado incessantemente. Em 5 de Abril, registou-se um incidente em que 5 dos nossos guardas de segurança foram mortos dentro da zona desmilitarizada. Em 13 de Abril, em ataques simultâneos, desencadeados em cinco posições distintas, 250 salvas de morteiro de 81 mm e de artilharia de 105 mm, e 3500 descargas de metralhadora pesada foram dirigidas para o nosso lado da zona desmilitarizada. Em 20 de Abril, em seis ocasices distintas, o inimigo abriu fogo com morteiros de 60 e 81 mm, a partir de dois pontos, sobre as nossas posições ao norte da zona desmilitarizada. Acções deste tipo nunca tinham sido empreendidas, desde o armistício.

«Em regra, fizemos todo o possível para evitar sermos provocados», continuou o general Pak, «mas tivemos também de esclarecer que, se procuravam pontos fracos na nossa defesa, não encontrariam nenhuns. Um incidente particularmente grave ocorreu em 19 de Janeiro deste ano, quando alguns barcos-patrulha inimigos penetraram nas nossas águas, 6 quilómetros ao norte da zona desmilitarizada, e bombardearam a nossa costa. As baterias costeiras receberam instruções para responder e atingiram o "destroyer" n.º 56 as primeiras salvas. O barco afundou-se e os restantes debandaram. Os americanos tentaram depois escamotear as suas responsabilidades, começando logo por atribuir posições falsas aos vários barcos; mas nós dispúnhamos de fotografias e outras provas documentais. Tiveram de acabar por admitir a violação, embora acusando-nos de um compor-

tamento "desumano", por termos feito fogo sobre um barco que "se desviara da rota"...

«A verdade é que a situação em torno da zona desmilitarizada apresenta agora uma impressionante semelhança com a que logo se seguiu à visita de Dulles, em 1950. É perfeitamente clara a determinação dos americanos de reacender a guerra na Coreia. Desde a assinatura do armistício até à presente e explosiva situação, assistimos aqui ao desenrolar, passo a passo, de um único e mesmo processo...» E o general Pak prosseguiu, descrevendo alguns dos momentos mais críticos desse processo. Um deles foi a atitude unilateral dos americanos ao revogar o § 13.° dos acordos, o qual criava uma inspecção em cinco portos de entrada, quer para o Norte quer para o Sul da Coreia, a fim de ser garantida a impossibilidade de introdução de reforços, em armas ou em pessoal. As cláusulas essenciais determinam que os comandantes das partes em presença devem: «fazer cessar a introdução na Coreia de quaisquer reforços, em aviões de combate, viaturas blindadas, armas e munições; ressalvam-se os casos de aviões de combate, viaturas blindadas, armas e munições que se inutilizem, danifiquem ou gastem, ou sejam utilizados durante o período de armistício, os quais poderão ser substituídos, unidade por unidade, e devendo a substituinte ter a mesma potencialidade e ser do mesmo tipo da substituída. A Comissão de Fiscalização das Nações Neutrais, através dos seus serviços de inspecção, deverá supervisionar e inspeccionar a substituiÇao, autorizada nos termos já referidos, de aviões de combate, viaturas blindadas, armas e

munições, nos portos de entrada enumerados no § 43.º». A Comissão de Fiscalização das Nações Neutrais compunha-se de oficiais checoslovacos, polacos, suecos e suíços.

«Como sempre têm feito os agressores ao longo da História», continuou o general Pak, «os E. U. A. assinaram o armistício so para ganhar o tempo necessário à preparação de uma nova tentativa. Syngman Rhee, o fantoche americano em Seul, nunca deixou de proclamar, até à sua expulsão do país, em 1960, a "marcha contra o Norte". Pouco depois de terem assinado o armistício, os americanos começaram a introduzir secretamente novas armas, através de outros pontos do país que não os cinco portos designados. Mas como, assim mesmo, o ritmo da sua reconstrução militar fosse prejudicado por aquelas restrições —e depois de inúmeras provocações, incluindo ataques piratas contra equipas da Comissão de Fiscalização das Nações Neutrais, dos quais resultou a morte de três polacos — os americanos abrogaram o § 13.°, expulsaram dos 5 portos regulamentares 36 equipas da C.F.N.N., e serviram-se destes últimos para introduzir tudo o que bem entenderam, designadamente canhões nucleares e foguetões.»

O general Pak passou então a referir-se a «Três Flechas» e as restantes operações planeadas, assim como as manobras militares conjuntas japonesas e sul-coreanas, programadas para o fim de Maio: «Todos estes pianos e exercícios», disse, «pressupõem operações conjuntas das forças americanas, japonesas e sul-coreanas contra nós. Todos apontam, alias, na mesma direcção: a ruptura do armistício e nova deflagração da

guerra. Deste modo, e dado que o papel da comissão militar do armistício é zelar pela efectividade deste, os americanos detestam-na. Não gostam de encontros regulamentares, no decurso dos quais as suas actividades são postas a nu. Dos 246 encontros convocados até hoje, 185 foram-no por nossa iniciativa; durante os restantes, em que os americanos se esforçaram por nos imputar hipotéticas violações, nunca conseguiram apresentar nada que se parecesse com uma prova. Nunca tivemos de admitir qualquer violação. Nunca mandámos barcos para as águas deles, nem aviões para o seu espaço aéreo; e nunca disparámos a artilharia para a zona deles, salvo em meia dúzia de ocasiões em que era incontestável que so o fazíamos para reduzir ao silêncio as suas baterias agressoras (assim como so lhes afundámos o "destroyer" de que lhe falei quando ele bombardeava a nossa costa). Nunca introduzimos armamento pesado na zona desmilitarizada. Por vezes, eles convocam reuniões, fundando-se no facto de alguns americanos haverem sido espancados em Seul ou em Pusan. Isto é ridículo e eles sabem-no, mas provàvelmente entendem que teria muito mau aspecto o facto de todos os encontros serem convocados por nós. Em certa ocasião, propuseram que a comissão militar do armistício reunisse apenas uma vez de seis em seis meses. Tal como frequentemente rejeitam as datas que nós fixamos, adiando o encontro durante uma semana ou duas — facto que, em si mesmo, é já uma violação.»

Em resposta à minha pergunta sobre como lria tudo isto acabar, o general Pak declarou-me:

«Os acordos entre beligerantes não podem man-ter-se à custa dos esforços de uma so das partes. Os esforços têm de ser bilaterais. Perante a indesmentível evidência de que as forças dos E. U. A. estão a preparar-se para uma nova guerra, somos obrigados a preparar-nos também, para estarmos prontos a repelir qualquer ataque violento e repentino. Tivemos já de inserir alguns ajustamentos no nosso piano septenal, atenuando-lhe o ritmo, a fim de podermos reforçar a capacidade defensiva nacional. Dedicámo-nos particularmente à transformação das nossas forças regulares num exército de quadros e ao seu equipamento com o armamento mais moderno; pretendemos fazer de cada soldado um perito nas modernas técnicas militares, integrando numa força indomável e capaz de expansão repentina em qualquer emergência. Armámos o povo inteiro e transformámos o país numa fortaleza inexpugnavel. Desencadeiem os agressores uma nova guerra e pagá-lo-ão tremendamente caro. Estamos firmemente persuadidos de que uma nova agressao americano-sulcoreana significará o fim da presença estrangeira na nossa terra para todo o sempre. Juntamente com os patriotas sulcoreanos, havemos de aniquilá-los de vez e reunificar o nosso país.»

A impressão que claramente me ficou do exame dos documentos de Panmunjom e da conversa com o general Pak foi de que, se as hostilidades recomeçarem, já não haverá linhas de demarcação militar, nem zonas desmilitarizadas, nem comissões militares de armistício, nem comissões de fiscalização das Nações Neutrais

— e o nome de Panmunjom perdurará sòmente corao relíquia histórica.

Efectivamente, em Maio de 1967, o futuro de Panmunjom como capital do armistício parece bastante precário.

CAPÍTULO III

TESTEMUNHA OCULAR

Após um ano de guerra na Coreia — e depois do afastamento do general MacArthur como comandante supremo das «Nações Unidas» — o secretário de Estado Dean Acheson anunciou, em 2 de Junho de 1951, para tranquilidade do mundo, que o termo do conflito coreano na base da separação do território pelo paralelo 38 (ponto de partida da guerra) seria aceitável e encarado pela ONU como uma vitória. A Coreia do Norte e a China (sustentando que fora o regime sul-coreano de Syngman Rhee quern, com o apoio americano, começara a guerra, atacando o Norte), também poderiam encarar aquela solução como uma vitória. Em 23 de Junho, Yakov Malik, representante soviético nas Nações Unidas, declarou que uma solução baseada no cessar-fogo e na mútua retirada para os dois lados do paralelo 38 era possível. Clarificando as coisas, Dean Acheson informou o Congresso dos E. U. A., três dias depois, de que «a linha do paralelo 38 seria aceitável do ponto de vista militar». Assim se preparou o caminho para as negociações que se seguiram, tendo-se ainda cristalizado as propostas Acheson-Malik numa troca de seis cartas entre o general Ridgway, que sucedera a MacArthur como comandante supremo das Nações Unidas, e os generais Kim Il Sung e Peng The Huai, respectivamente pelo

Exército Popular Coreano e pelos voluntaries chineses.

Eu estava na China nessa altura, tendo vindo da Australia. Era um dos primeiros jornalistas ocidentais a visitar o país desde a implantação da República Popular e viria a escrever uma série de artigos para o vespertino das esquerdas *Ce Soir*, de Paris. Pedi então para ser acreditado junto do lado sino-coreano das conversações do cessar-fogo, que se pensava deverem durar cerca de três semanas. Parecia que a questão se resolveria rápida e linearmente, uma vez que ambas as partes aceitavam os princípios do cessar-fogo e da mútua retirada para os lados do paralelo 38. Fui avisado de que devia levar pouca bagagem, pelo que apenas me fiz acompanhar de uma sacola com uma muda de roupa, a máquina de escrever e algumas máquinas fotográficas; segui para Kaesong, já fixada como sede das conversações. Não podia então imaginar que estava a começar a envolver-me no mais extraordinário episódio da minha carreira jornalística, que ficaria a viver em Kaesong durante os dois anos e meio subsequentes e que, em consequência disso, viria a ser impedido de regressar à Australia.

Desde o momento em que entrei na Coreia — tendo percorrido, de comboio, o trajecto en-tre Pequim e Antung, cidade chinesa da fronteira que separa a Manchuria e a Coreia, e seguindo, a partir daí, de autocarro — pude ver e sentir o que o povo coreano sofrera e sofria ainda. Na margem coreana do rio Yalu, quando ao anoitecer atravessavamos uma ponte, viam-se as carcaças queimadas e empilhadas de camionetas

e comboios de passageiros. Aldeias sobranceiras a estrada, e mesmo aquelas que não distavam mais do que umas tantas milhas do rio Yalu, haviam deixado de existir. Apenas subsistia a estrutura, ruinosa e vazia, do que tinham sido casas; o mais eram crateras negras. Vimos colunas de fumo emergindo de abrigos subterrâneos, onde as pessoas viviam e, enquanto o nosso autocarro avançava para o crepúsculo, a caminho de Pyongyang, havia fogos de cozinha brilhando tènuemente aqui e além.

Nessa primeira noite de viagem, a grande surpresa para todos nós foi as inúmeras pontes ainda existentes ao longo da estrada, cruzando e recruzando dezenas de rios e ribeiros, num inverosímil desafio à maior força aérea do mundo. A despeito de todos os bombardeamentos, as estradas e as pontes mantinham-se em bom estado. Quando algum avião se aproximava, ouviam-se gritos de alerta e as nossas luzes apagavam-se, mas a marcha não abrandava.

Pela estrada seguia, encaminhando-se para o sul, uma longa fila de carroças, com as rodas munidas de pneus e puxadas por cavalos. Carregavam peças de artilharia ligeira. Os condutores guiavam formações de 7 e 8 cavalos sem rédeas, servindo-se apenas das vergastadas e dos estalos dos seus longos chicotes. Cavalos, ho-mens, carros e armas, todos seguiam cobertos de vegetação; e, num momento em que a nossa respiração ficou suspensa, quando alguns aviões surgiram e começaram a sobrevoá-los em círculos, rodaram para fora da estrada, irrompendo pela verdura e, num ápice, tornaram-se parte integrante da paisagem. Dois aviões de

hélice andaram para trás e para diante, tentando em vão localizá-los. Depois, na altura exacta em que os aviões se sumiam na distância, os chicotes estalaram de novo e as carroças retomaram a estrada poeirenta, a caminho de Pyongyang e da frente de batalha.

O nosso condutor conhecia bem os hábitos dos aviões americanos e já fizera muitas vezes o percurso Antung-Pyongyang. Por isso, saímos da aldeia onde nos albergáramos enquanto o Sol estava ainda alto e chegámos a Pyongyang ao princípio da noite, logo após a patrulha da tarde ter realizado o seu giro e pouco antes de chegarem os bombardeiros nocturnos. Nos arredores da capital, vimos primeiramente um lugarejo de casas quase intactas, depois algumas outras já semiarrasadas e, finalmente, ultrapassada esta fina cintura, a desolação mais completa: carcaças de alguns edifícios erguendo-se num mar de cinzas. Soou um alerta, mas até custava a crer que pudesse dizer respeito a Pyongyang. Para quê desperdiçar bombas com este abrigo, formado de algumas estacas e de uma chapa de ferro ondulado, onde uma criança de olhos negros vende fósforos e cigarros, ou naquele frágil casebre onde uma velhota vestida de branco exibe meia dúzia de bolos de amendoim e alguns pedaços de sabão ordinário? E, muito embora entre um e outro apenas mediasse um quarto de milha de cinzas e escombros, parece que eles constituiam verdadeiros alvos militares. Depois de inquirirmos qual o nosso caminho, constatando que teríamos de percorrer em sentido contrário algumas milhas da estrada por onde tínhamos vindo, observá-

mos clarões bruxuleantes e ouvimos estrondosas explosões, à medida e ao ritmo do cair das bombas. Na noite seguinte, quando voltámos a passar por ali, os dois casinhotos da véspera faziam já parte do imenso negrume.

Em Kaesong, as conversações haviam sido iniciadas ainda antes de eu deixar Pequim. Alguns encontros preliminares entre oficiais de ligação fixaram a data de 10 de Julho para a primeira reunião de delegados. Em 9 de Julho, Syngman Rhee fez uma declaração anunciando que se oporia a qualquer armistício «em quaisquer termos, que não os de uma Coreia unificada e não comunista». Em 10 de Julho, o comandante das «Nações Unidas» afirmou que os jornalistas não seriam admitidos em Kaesong «até que houvesse garantias concretas de que as conversações propostas estavam em vias de realização e perspectivas razoáveis de que seguirão nessas vias». Eis uma posição curiosa para um campeão do «mundo livre»; mas, de resto, as suas razões viriam a clarificar-se nos meses seguintes. Na reunião inaugural, o general Nam Il , então chefe do estado-maior do Exército Popular Coreano e dirigente da delegação sino-coreana, apresentou uma proposta em três pontos para um cessar-fogo imediato em terra, no ar e no mar, uma evacuação bilateral do paralelo 38 numa extensão de 10 quilómetros, uma troca de prisioneiros de guerra e a retirada de todas as tropas estrangeiras do solo coreano, a realizar no mais breve lapso de tempo possível. Tudo isto obedecia estreitamente aos termos do acordo Acheson-Malik — base das negociações.

O almirante Joy, o velho e macilento chefe da delegação americana, propôs, na sua jogada de abertura, a assinatura de um documento onde se dizia que so estavam em discussao as questões puramente militares. Nam Il recusou. Joy propôs então que o primeiro ponto de discussao fosse o intercâmbio dos prisioneiros de guerra e não disse uraa palavra acerca do cessar-fogo. Nem mesmo mencionou o paralelo 38.

Um dos primeiros pontos de concordância foi o de que vinte jornalistas de cada lado pudessem fazer a cobertura das conversações — de fora da sala da conferência. A nossa partida de Pequim fora adiada até se conseguir este acordo, pois a precedente declaração de Ridgway de que «não seriam permitidos jornalistas» deixava margem para todas as dúvidas. Os correspondentes americanos chegaram primeiro a Kaesong, mas não conseguiram obter qualquer material noticioso e começaram a queixar-se de que tinham de ouvir as radios de Pequim e Pyongyang para saber o que se passava — concretamente: que o almirante Joy recusara a discussao da questão da retirada das tropas estrangeiras e que, deste modo, se abrira um impasse na agenda. De facto, as conversações paravam e recomeçavam constantemente; e os assuntos tratados eram o problema do movimento das delegações das «Nações Unidas» de e para o local da conferência: partiam da sua base, em Munsan, de helicóptero e eram trazidas de jipe desde o local da aterragem até as instalações da conferência — uma casa no estilo clássico de Kaesong, com tecto de telha e vigas envernizadas. Segundo uma das primeiras informações

dadas pelas agências americanas, os delegados chineses estavam a aparecer em jipes americanos capturados, «dos quais nem sequer a indicação da unidade a que pertenciam tinha sido removida».

As conversações iniciaram-se a um ritmo vagaroso e foram adiadas, a pedido de Nam Il , de 21 para 25 de Julho, a fim de permitir o estudo da recusa de Joy em discutir a retirada de tropas estrangeiras. Antes que fossem retomadas, o nosso grupo de jornalistas chegou a Kaesong, impacientado pelos atrasos da viagem e receoso de que, à chegada, tudo tivesse terminado. A vinda de Alan Winnington, do London Daily Worker, e a minha, integrados no grupo de jornalistas chineses e coreanos, causou certa sensação entre os correspondentes ocidentais. Uma semana antes, dois diplomatas britânicos, Burgess e MacLean, haviam desaparecido misteriosamente. Eram sensìvelmente da mesma idade e estatura que eu e Winnington e, dada ainda a semelhança do meu nome com o de Burgess, começaram a correr rumores segundo os quais nós éramos afinal os diplomatas desaparecidos. Mas logo cessaram, com a intervenção de alguns conhecidos que me reconheceram, caso do antigo correspondente de guerra do London Daily Express que fizera a cobertura das principais operações da area do Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial. «Dois comunistas brancos», foi o que vi um excitadíssimo reporter americano escrever no seu bloco-notas.

Como não é descabido prever que um dia haverá negociações para resolver o conflito do Vietname e tendo em conta que já vão reapare-

cendo fantásticas versões sobre o que se passou nas conversações para o cessar-fogo na Coreia, parece-me útil deixar aqui registados os aspectos mais importantes deste processo.

Quando as negociações recomeçaram, em 25 de Julho, o general Nam Il propôs uma agenda em 5 pontos, a qual tinha já em conta a objecção do almirante Joy quanto à discussão da retirada das tropas estrangeiras:

1) Adopção da agenda.
2) Traçado de uma linha de demarcação militar para o estabelecimento de uma zona desmilitarizada — condição básica para a cessação das hostilidades na Coreia.
3) Medidas concretas para a efectivação de um cessar-fogo e de um armistício na Coreia, designadamente a constituição, competência e funções de um organismo especialmente encarregado de supervisionar e realizar os termos do cessar-fogo e do armistício.
4) Disposições relativas aos prisioneiros de guerra.
5) Recomendações aos governos interessados.

Esta agenda foi adoptada no dia seguinte.

As discussões para fixar a linha de demarcação começaram em 27 de Julho — e o que se lhes seguiu foi uma das maiores mistificações da história. Custou a ambas as partes dezenas de milhar de mortos e centenas de milhar de feridos. No primeiro encontro, Nam Il propôs fixar a linha ao longo do paralelo 38. Aí é que

a guerra começara e aí é que se tinha já assentado que ela devia acabar. Por essa altura, a frente de batalha corria sensìvelmente ao longo do paralelo, detendo as forças das «Nações Unidas» 4630 quilómetros quadrados de território ao norte do paralelo 38 e os sino-coreanos 3630 quilómetros quadrados ao sul. Todavia, o almirante Joy, não so se recusou a discutir a linha de demarcação na base do paralelo 38, como também, alegando falsamente que o objectivo dos americanos era uma linha de demarcação baseada na actual frente de batalha, acabou por exigir algo completamente distinto: que os sino-coreanos recuassem mais de 50 quilómetros ao longo dos 250 que constituíam a frente, renunciando a cerca de 15 000 quilómetros quadrados de território altamente estratégico e de posições defensivas que se haviam revelado inexpugnáveis e ainda mais se viriam a revelar nos dois anos subsequentes. Joy serviu-se de um argumento bizarro: que, na eventualidade de um cessar-fogo, a «ONU» teria de paralisar as suas forças de terra, mar e ar, enquanto que os sino--coreanos so tinham forças terrestres para deter. O preço da obtenção de um cessar-fogo que abrangesse os bombardeamentos navais e aéreos era o abandono, pelas tropas sino-coreanas, de tudo aquilo que haviam defendido nas mais duras batalhas da guerra e a abertura das portas para uma arrancada inimiga até Pyongyang, se e quando os acordos fossem quebrados. Esta exigência de Joy revelava claramente que o general Ridgway se preocupava apenas em conseguir posições mais favoráveis, para reto-

mar a luta e triunfar onde MacArthur falhara, invadindo o Norte e ocupando toda a Coreia.

Joy pedia a Nam Il que permitisse as suas forças transpor formidáveis cordilheiras, magnìficamente fortificadas, tal como Hitler pediu aos checos a rendição das posições fortificadas nos Sudetas, para facilitar a conquista nazi da Checoslováquia.

Para encobrir esta prepotência, que Joy sabia ir ser mal acolhida pela opinião mundial, os correspondentes ocidentais foram informados de que não se progredia porque os sino-coreanos se negavam a discutir uma linha de demarcação na base do paralelo 38. Nos dias que se seguiram, a imprensa internacional publicava cabeçalhos indignados. Durante semanas, o verdadeiro escândalo — que era a recusa de Joy em discutir o paralelo 38, nem querendo já falar da frente de batalha, mas de qualquer coisa como uma faixa de 50 quilómetros mais para o norte — foi completamente omitido, enquanto os delegados sino-coreanos eram acusados de má-fé. Primeiramente, dizia-se que os sino-coreanos se opunham a uma linha de demarcação baseada no paralelo 38; depois, a pouco e pouco, esta mentira foi sendo substituída por outra, segundo a qual eles não queriam discutir a linha de demarcação na base da frente de combate.

Em 2 de Agosto, a Reuter ensaiou uma primeira aproximação à verdade dos factos, citando «correspondentes comunistas», que haviam declarado que «a delegação da ONU pretendia uma linha traçada ao norte da frente de combate, contràriamente à convicção dos jornalistas ocidentais que nunca foram oficial-

mente informados do que o almirante Joy e outros delegados têm estado a exigir». Esta notícia foi prontamente desmentida pelo informador oficial da «ONU», o brigadeiro Nuckols, da força aérea americana. Procurando chamar os americanos à responsabilidade, o general Nam Il , em 12 de Agosto, irrompeu pela sala da conferência, munido de um mapa onde tinha assinalado a actual frente de batalha e a linha de demarcação proposta pelos americanos, e depô-la em frente de Joy. «É ou não isto que os senhores querem?», perguntou. O almirante Joy respondeu que o traçado era substancialmente correcto e reiterou os seus velhos argumentos acerca da necessidade de uma compensação para a sua superioridade aérea e naval. Nam Il ripostou que a linha de combate é o produto do confronto de forças entre beligerantes, cada um dos quais recorre as armas que tem ao seu alcance. A «ONU» empregara todos os seus recursos em terra, mar e ar e o resultado final era a actual linha de batalha, a qual não pudera ser modificada pela alegada superioridade naval e aérea. E lembrou friamente a Joy que já haviam passado os tempos em que uma potência imperia-lista se apresentava com uma dúzia de barcos de guerra e conquistava reinos inteiros na Asia, mercê da chamada «superioridade naval».

O general Van Fleet, que comandava o 8.° exército das «Nações Unidas», decidiu entrar no jogo. Na noite de 14 de Agosto, fez uma visita ao acampamento dos correspondentes ocidentais e, segundo os relatos das agências, declarou: «Talvez o 8.° exército e a força aérea se vejam obrigados a pôr termo a este impasse... As nos-

sas tropas estão irritadas com a arrogância de que deram prova os comunistas nas negociações do cessar-fogo em Kaesong. O 8.° exército está preparado para uma guerra total, se ela for necessária.» Tudo indica que o facto de Nam Il ter proposto no primeiro encontro um cessar--fogo imediato, como alias todo o mundo esperava, foi interpretado por Washington como um sintoma de fraqueza. O almirante Joy recusou, declarando que, enquanto todos e cada um dos pontos não tivessem sido negociados, não podia encarar a hipótese da imediata cessação das hostilidades. Justificou-se oficialmente esta atitude como sendo uma necessária «pressão militar» sobre os sino-coreanos, para os obrigar a negociar com seriedade.

Alguns dias depois, Van Fleet desencadeou uma ofensiva de grande envergadura nas frentes central e oriental. Então, o almirante Joy propôs que a conferência fosse suspensa e que o problema da linha de demarcação fosse entregue a uma subcomissão, que o estudasse e discutisse devidamente — enquanto a Van Fleet era dada a oportunidade de fazer avançar a linha de batalha até coincidir com a reivindicação de Joy na mesa de conferência. Entretanto, Nuckols, sem qualquer consulta prévia à delegação sino- coreana, anunciou que a U. P. considerava um «virtual cancelamento da informação» e restringira a 4 o grupo dos correspondentes das «Nações Unidas»: um correspondente de uma agência, dois fotógrafos e um correspondente de radio. Nuckols explicou que «um número exagerado de jornalistas poderia embaraçar a liberdade e a objectividade das negociações».

Na reportagem sobre o primeiro dia de trabalhos da subcomissão, Bob Tuckman, da Associated Press, citou um correspondente comunista que teria declarado que «a delegação vermelha pode estar disposta a negociar uma linha de cessar-fogo rigorosamente baseada na actual frente de batalha»... «Se a delegação da ONU abandonar a sua actual posição», disse o correspondente, «deixo nas vossas mãos a possibilidade de nos virmos a encontrar numa linha situada algures ao norte do paralelo 38»...

Efectivamente, eu tinha dito a Tuckman que, se os americanos queriam realmente uma linha ao longo da frente de combate, porque não falavam nela, em vez de insistirem numa faixa de 50 quilómetros mais ao norte? E por que razão não começaram logo por falar no paralelo 38, se era isso que pretendiam? Os delegados sino-coreanos não se mostrariam renitentes perante qualquer das duas soluções. Mas mesmo nos termos em que Tuckman expos estas palavras, a sua notícia foi pólvora e a primeira grande aproximação da verdade: Joy não estava a exigir um cessar-fogo baseado na actual frente de batalha, mas qualquer coisa de muito diferente. O resultado imediato foi também pólvora.

Outras agências obtiveram a confirmação da história de Tuckman e levaram Nuckols à parede, exigindo mapas e textos comprovativos das propostas de Joy. Começavam já a entrar no bom caminho quando, em 22 de Agosto, um incidente escaldante veio desviar as atenções.

CAPÍTULO IV

22 DE AGOSTO DE 1951

A noite de 22 de Agosto de 1951 não poderá jamais ser esquecida por todos aqueles que se viram envolvidos no incidente ou que lhe sofreram as consequências. Pouco faltou para ter sido um Serajevo, capaz de desencadear a III Guerra Mundial. Durante a tarde, alguns aviões efectuaram voos rasantes sobre a cidade. Tratava-se de uma violação do estabelecido na fase preliminar das negociações, na qual Kaesong, como quartel-general da delegaçao sino-coreana e sede territorial das conversações, fora declarada zona neutral. Nessa noite, pelas 10.15 horas, o único dos 15 jornalistas do Centro de Imprensa que já estava deitado era eu. E foi então que ouvi o rugido de um avião que parecia picar sobre o nosso telhado; arrastei-me para fora do mosquiteiro na altura exacta em que alguém gritava: «Apaguem as luzes¡», e acabara de alcançar a varanda, quando vi uma série de clarões fugazes, explodindo à nossa volta. «Lá se vai a neutralidade e mais as negociações», foi o pensamento que me ocorreu, enquanto um guarda chines me conduzia para uma vala onde nos lançámos por terra. Entretanto, o avião desenhava outro círculo e retomava o mergulho. Quando me parecia já perigosamente perto do solo, começou a despejar a metralha.

O avião tornou a subir, descreveu outra volta completa (desta vez todos reconhecemos o zumbido lento e característico dos B. 26) e partiu para sul. As primeiras investigações revelaram que as bombas tinham caído entre o nosso edifício e as instalações dos delegados, situadas a uma distância de cerca de 500 metros, e que alguns fragmentos atingiram o jipe do general Nam Il . Mas não havia feridos. Ainda não decorrera um quarto de hora sobre o ataque e já se faziam tentativas para contactar pelo radio com os oficiais de ligação americanos. Impunha-se exigir um inquérito imediato. O contacto foi finalmente conseguido as 23 horas. De início, o oficial de ligação recusou-se a comparecer imediatamente, alegando que era muito tarde. Todavia, perante a insistência do coronel Chang Chung-San, o coronel Kinney acabou por aceder. (O coronel Chang, principal oficial de ligação do lado sino-coreano, viria a reaparecer no fim da guerra, em Pyongyang, como general Kim Chang Man.)

A noite estava um tanto enevoada e começava a cair uma chuva miudinha, quando o coronel Kinney chegou, trazendo consigo um adjunto, o tenente-coronel Murray, dos «marines». Kinney saltou para fora do jipe, lançou um olhar desafiador aos correspondentes de imprensa coreanos e chineses e dirigiu-se para o varandim onde o coronel Chang o aguardava. Chang, sentado, indicou-lhe uma cadeira. Kinney e Murray tiraram os capotes, enquanto Chang relatava sucintamente o sucedido. Kinney franziu o sobrolho, encarando-o com hostilidade; ao mesmo tempo, martelava o soalho com a ponta

do pé e encenava toda a espécie de sinais convencionais de impaciência e incredulidade. Chang completou o relato, pôs na mesa os fragmentos que tinham caído no seu jipe e declarou ser sua convicção que o ataque constituíra uma tentativa de assassínio dos membros da delegação sino-coreana.

Kinney encetou então um contra-exame relâmpago. «Quem viu os aviões? Há alguma testemunha ocular ?» Chang indicou com um gesto os 30 ou 40 circunstantes e disse: «Todos os que aqui estão são testemunhas oculares.»

Kinney esboçou um sorriso sarcástico e prosseguiu: «Quantos eram os aviões? Quantas bombas lançaram?»

Chang ripostou: «É isso que o inquérito deverá apurar.» O oficial americano voltou-se para o seu estenógrafo e ditou: «Ninguém sabe quantos eram os aviões nem quantas bombas lançaram.»

Saímos então, para ver o que realmente acontecera. A menos de 100 metros de uma casa colocada à disposição de Joy e dos seus auxiliares para as permanências em Kaesong, a erva estava queimada; na estrada havia manchas de «napalm» e, a menos de dois metros, uma cratera cheia de água onde boiavam manchas de óleo; novamente na estrada, o invólucro de uma bomba de «napalm», com o metal amassado pelo irnpacto com o solo. Num simples relance, era visível que batera nas rochas postadas na berma da estrada e, fazendo ricochete, viera explodir num riacho que corria na berma do lado oposto. O invólucro tinha sido arremessado para o meio da estrada. Pairava um cheiro forte a borracha

queimada, proveniente de manchas, semelhantes as do alcatrão, espalhadas por um raio de cinco ou dez metros.

O coronel Chang apontou para o invólucro: «Então isto o que é?»

Kinney respondeu, esforçando-se por acentuar a sua incredulidade: «Quer dizer que é uma bomba? Isso pode ser tudo...» Recusou-se a observar mais de perto o invólucro e a cratera e recuou de um salto quando um fotógrafo chines fez menção de tirar uma fotografia. «Já vi o bastante», afirmou. E, chamando o intérprete: «Diz-lhes que, se é este o género de coisas que tencionam mostrar-nos, é bom que saibam que estou a ficar impaciente, muito impaciente.» Chang redarguiu-lhe secamente que aquilo era apenas o começo da investigação e que havia muito mais para examinar.

Dirigimo-nos então para um vale situado a menos de 200 metros do quartel-general da delegação. Vimos aí várias crateras mais pequenas. Ao lado de uma delas, e meio enterrada no solo, jazia uma pequena rebarba metálica, idêntica as das bombas de fragmentação, de 100 libras. Kinney não quis aproximar-se dela e depois negou-se a tocar-lhe quando lha vieram trazer.

«Isso não é uma bomba nem um fragmento de bomba», sentenciou. «Então o que é? E como é que veio aqui parar?», perguntou Chang. Kinney atirou-lhe desdenhosamente o insulto: «O senhor devia sabê-lo melhor do que eu.» Depois, voltou-se para quantos o rodeavam e, no mesmo torn fanfarrão e sarcástico, perguntou: «Algum dos presentes terá visto alguma vez os efeitos de um bombardeamento americano?»

Todos os coreanos e muitos dos chineses poderiam ter-lhe dito que sim, mas nem um so se dignou responder.

Dez passos para lá da primeira cratera, outra bomba atingira uma rocha, arrancando-lhe uma lasca com cerca de cinco centímetros de espessura, e deixando, junto de outra cratera, um estilhaço torcido. Em volta, pela areia, havia vários estilhaços que marcaram a rocha com pequenos entalhes. Kinney, porém, furtou-se a inspeccioná-los:«Não é nada», disse;e, voltando--se para Murray, acrescentou: «Vamos embora, Jim. Toca a sair daqui.» Murray, no entanto, não parecia apoiar inteiramente a dureza de Kinney e murmurou: «Acho que é melhor darmos uma vista de olhos.» Mas ambos se deixaram ficar para trás, quando se começou a tirar fotografias.

Foi-lhe então pedido que inspeccionasse uma terceira cratera. Mas Kinney, que deliberadamente se colocara fora do alcance das máqui-nas fotográficas, replicou: «Não. Já vi tudo o que queria ver.» Chang interpelou-o com dureza: «Exigimos que esta investigação prossiga. É um direito que nos assiste.»

«É um quê?», berrou Kinney, numa explosão de arrogância racial. «E quern vos deu direitos? Os senhores não têm o direito de exigir coisa alguma.»

Havia mais três crateras para inspeccionar, mas Kinney recusou-se a prolongar o inquérito. Na escuridão da noite, so conseguimos localizar seis bombas; mas, posteriormente, à luz do dia, verificámos que, pelo menos, treze bombas de fragmentação tinham sido lançadas numa pe-Quena area, dentro do vale. Kinney não tocou

num so estilhaço ou fragmento de bomba, não tirou uma medida, não tratou de guardar qualquer amostra, não requereu o interrogatório de uma so das muitas testemunhas oculares. Em seu entender, a investigação estava concluída e podia voltar para casa. O coronel Chang requereu porém a sua presença na sala de conferências.

De novo no varandim, Chang invocou a existência de provas irrefutáveis do ataque e do carácter deliberado do mesmo. Lendo uma declaração já redigida, afirmou: «Não podemos deixar de sublinhar a extrema gravidade deste incidente. De acordo com instruções do chefe da nossa delegação, apresentamo-vos o nosso mais veemente protesto verbal e informamo-vos de que o encontro de amanhã está cancelado.» (O texto original referia-se ao «encontro marcado para 23 de Agosto», mas o intérprete, ao traduzi-lo, disse «o encontro de amanhã». Em rigor, vivendo-se já as primeiras horas do dia 23, ele deveria ter dito: o «encontro de hoje está can-celado».)

Kinney perguntou: «Qual encontro?», ao que Chang respondeu: «Todosl»—designando assim tanto o encontro dos oficiais de ligação, como a sessão de trabalhos da subcomissão. Kinney limitou-se a comentar: «O vosso ridículo protesto sera transmitido»; e, fazendo sinal a Murray e aos intérpretes, saltou para dentro do jipe e partiu.

Um facto digno de nota: Kinney, no seu relatório, não alega ter requerido a continuação das investigações à luz do dia. Aparentemente, bastava-lhe o que vira; considerava-se preparado

para apresentar o seu relatório, sem ter interrogado ou mandado interrogar uma testemunha e sem ter recolhido ou mandado recolher uma amostra de prova material. É óbvio que Kinney estava convencido de que a aviação conseguira, com este feito, romper as negociações e de que não havia já necessidade de fazer um relatório com pretensões de objectividade.

Entretanto, Winnington e eu tínhamos escrito crónicas do bombardeamento, nas quais enunciávamos, à laia de conclusão, que as reuniões do dia seguinte tinham sido canceladas. Soubemos então que fora descoberto mais material de prova e que alguns oficiais de ligação haviam partido de jipe, no encalço de Kinney, para lhe pedir que regressasse e continuasse a investigação. Alcançaram-no um pouco antes de Panmunjom e, após meia hora de controvérsia, na qual Kinney argumentou com a chuva e a escuridão, conseguiram trazê-lo de volta. Os fotógrafos coreanos e chineses tinham-se já ido embora, convencidos de que a investigação terminara; por isso, Kinney sentia-se agora mais à vontade para fazer o inquérito, sem o receio de ser fotografado conjuntamente com quais-quer provas incriminatórias. Haviam sido encontradas mais duas bombas de «napalm», e uma delas não chegara a explodir. Kinney pegou no invólucro e comentou: «Rebites lisos. Não é material nosso.»

Observou depois o «napalm» que não ardera e disse que voltaria para o examinar durante o dia, pedindo que não se mexesse nas provas. Chang chamou-lhe a atenção para o facto de a chuva poder apagar algumas provas e infor-

mou-o de que ia mandar retirar algumas amostras para análise, convidando-o a fazer o mesmo; mas Kinney respondeu: «O aço não se apaga e o óleo não se dissolve na água.» Chang disse-lhe então que, considerando embora as provas absolutamente concludentes, não objectaria a que ele voltasse no dia seguinte acompanhado por 10 jornalistas (número que o próprio coronel Kinney sugerira); agradeceria, contudo, que prèviamente o informassem pelo radio da hora da chegada.

Na manhã seguinte, os oficiais coreanos e chineses aguardaram em vão uma palavra de aviso sobre a chegada de Kinney com os jornalistas ocidentais.

Não havendo no entanto, até ao meio-dia, notícias de Kinney, decidiu-se continuar com o exame das provas sem ele, para aproveitar a luz diurna; mesmo assim, porém, foi montada guarda a cada prova, por forma a assegurar que tudo estaria intacto no eventual regresso de Kinney. Finda a investigação, não poderiam subsistir quaisquer dúvidas num espírito sen- sato de que o ataque constituíra uma tentativa deliberada de assassínio dos delegados sino-coreanos, posta em prática por um piloto habilidoso, que estudara atentamente aquela area e que, em função da sua topografia, conhecia a exacta localização dos aposentos dos delegados. A missão falhara, mercê de um erro de navega- ção de poucas fracções de segundo.

Tendo em conta algumas medições feitas e a posição e localização das bombas, e interrogando camponeses e soldados que assistiram ao

ataque, foi possível reconstituir completamente o incidente.

O avião veio do sudoeste e largou uma bomba de «napalm» perto da casa de repouso da ONU e, descrevendo um círculo, largou outra junto ao sopé do Pico do Pinheiro. A primeira caiu 600 metros a sudoeste da residência da delegação; a segunda veio cravar-se 700 metros a nordeste. Uma linha traçada entre estes dois marcos em chamas passava em cheio pela residência dos delegados. As duas restantes foram largadas quase juntas, a poucas centenas de metros a sueste da residência, provàvelmente para servirem de ponto de referência em relação aos picos montanhosos. Se tivermos em conta que a noite estava enevoada, veremos que o avião foi bastante preciso no seu «raid» e largou as bombas com uma margem de erro minima. Foi um excelente exercício de pilotagem nocturna, dificultado por obstáculos como o Pico do Pinheiro e os vários outros espinhaços da cordilheira que rodeia Kaesong. Lembrei-me então dos círculos desnecessàriamente largos que os helicópteros americanos costumavam fazer por cima da residência da delegação sino-coreana, quando traziam para Kaesong o almirante Joy e a sua equipa.

Quando regressámos ao quartel-general, encontrámos, em lugar de Kinney e dos 10 jornalistas prometidos, um texto com uma versão algo fantástica do incidente; era da autoria do brigadeiro-general Frank Allen, oficial encarregado das relações com a imprensa, nos serviços de Ridgway, em Tóquio. Tinham-no difundido pruneiro através da radio das forças armadas

americanas e repetiram-no depois ao longo do dia 23. Nele, Allen desenvolvia três tópicos, que eram outras tantas falsidades:

1) As negociações para o armistício estavam cortadas; o coronel Chang cancelara todas as conversações «a partir de agora».
2) O incidente fora todo ele uma encenação. Nenhuma bomba explodiu, nem foi lançada, no local indicado.
3) O coronel Chang recusara autorização para o prosseguimento das investigações.

Segundo este comunicado, os coronéis Kinney e Murray não teriam visto qualquer bomba ou fragmento de bomba, mas apenas algumas crateras, suficientemente pequenas para poderem ter sido causadas por granadas de mão, pedaços de um avião do comando da ONU e uma asa de foguete.

«O coronel Chang foi incapaz de dizer quantos eram os aviões atacantes. Declarou ignorar quantas bombas tinham sido largadas e quantos mergulhos se registaram. Lendo uma declaração escrita, o coronel Chang informou que não haveria mais encontros. O coronel Kinney perguntou se o coronel Chang se referia apenas à sessão de trabalhos da subcomissão ou também ao encontro dos oficiais de ligação. O coronel Chang respondeu: "Todos os encontros estão cancelados a partir de agora..." O coronel Kinney pediu ao coronel Chang para prosseguir a investigação na manhã seguinte, com melhor luz. O coronel Chang recusou, alegando que a invest- tigação estava completada. O coronel Kinney

pediu que todas as provas fossem deixadas como estavam para serem examinadas à luz do dia, pois a escuridão impedia uma observação conscienciosa. O coronel Chang recusou, alegando que as provas tinham de ser levadas para análise...» E assim por diante, continuava o texto, distorcendo a verdade a cada palavra. Enfim, Allen fechava o relato assegurando que nenhum avião da ONU estivera em Kaesong na altura do incidente.

Uma máquina de propaganda de primeira qualidade, escrupulosamente preparada, pôs-se em movimento. Em menos de 5 horas depois de ter recebido o relatório de Kinney, mas não o protesto formal escrito dos coreanos, Ridgway fez radiodifundir para todo o mundo que as conversações para o cessar-fogo na Coreia estavam encerradas. Mais: declarava-se preparado para efectuar um depoimento detalhado e exaustivo sobre o caso. E, nas 24 horas seguintes, o presidente Truman desmentia «categòricamente» a versão dos comunistas, segundo a qual os aliados teriam bombardeado Kaesong.

Generais e senadores começaram desde logo a proclamar a necessidade de retomar a guerra em grande escala. Editorialistas dos grandes jornais, comentadores da radio e outras figuras influentes,em toda a extensão dos E. U. A., faziam saber que de há muito contavam com a insinceridade dos comunistas e que a única via possível era obrigá-los a vergar os joelhos no campo de batalha. Ainda o «napalm» não secara nas colinas de Kaesong e novos fragmentos de bomba iam sendo encontrados no local, quando a U. P, relatou, de Washington, no dia 23, que

«a luta na Coreia deve vir a ser retomada com redobrada fúria, em consequência da ruptura, por parte dos comunistas, das negociações de paz; na quinta-feira, o grande problema era saber se as hostilidades se confinariam à Coreia. Altos oficiais americanos declararam que a ruptura de Kaesong pressagia um alargamento do conflito. É de seu receio uma maior extensão das hostilidades...»

O general Ridgway não podia imaginar que, depois de tudo o que acontecera, os coreanos e os chineses ainda tentassem retomar as conversações. Contava com o imediato reacender da luta na maior escala e estava preparado para estender a guerra ao território chines. Foi nos dois meses seguintes que, no cenário da Coreia, se jogou a III Guerra Mundial. Os delegados sino-coreanos tinham plena consciência da responsabilidade que lhes pesava nos ombros; não tomariam eles a iniciativa de pôr termo as negociações, mas estavam preparados para o pior.

Acusações gravíssimas, como a de tentativa de assassínio dos delegados sino-coreanos, tinham sido dirigidos contra o comando da ONU. Fosse Washington sincera no seu apregoado desejo de paz e não teria autorizado Ridgway a agir, com base num simples relato de conversas havidas entre Kinney e Chang, e segundo o qual não se realizariam mais investigações. E não se realizariam, na verdade, mais conversações? Ficaria nas mãos de Chang uma decisão tão unilateral? Havia contactos pela radio, de meia em meia hora, entre os oficiais de ligação de ambos os lados. Não seria natural que um Ridgway de boa-fé tivesse ordenado

uma ultima tentativa para se prosseguir com as investigações? Ou mesmo que tivesse formulado um pedido escrito nesse sentido? Ele porém, não procurou sequer ilibar a ONU daquelas acusações, a não ser no piano dos discursos de propaganda. Se, de facto, tudo aquilo não passasse de um cenário com bocados de avião, asas de foguetes e crateras causadas por grana- das de mão, não teria Ridgway envidado todos os esforços para o demonstrar cabalmente ao mundo, com provas irrefutáveis? E não teria exigido, como era seu direito, a continuação das investigações?

De resto, qualquer que fosse a verdade, o certo é que se verificara uma violação da zona neutral. Mesmo que Ridgway tivesse acreditado no relatório de Kinney, segundo o qual alguém andara a lançar granadas de mão, este facto constituía, por si so, uma infracçao e era dever de Ridgway exigir que fosse investigado. Numa carta que depois escreveu, Ridgway dizia que tinha havido um avião comunista no incidente, mas, apesar disso, não mandou ninguém a Kaesong para verificar esta pista.

A propósito do texto radiodifundido no dia 23, os generais Kim Il Sung e Peng Teh Huai enviaram a Ridgway um protesto, no qual não se referiam à cessação das negociações. Afirmavam, pelo contrário: «Esperamos que as negociações prossigam normalmente e possam conduzir a um acordo honroso e aceitável para ambas as partes.» E o protesto concluía dizendo que se aguardava uma resposta satisfatória da parte de Ridgway. Mas este não esperara para anunciar ao mundo que as conversações tinham

sido canceladas. Esta atitude —prestar declarações antes de ter recebido uma comunicação escrita da parte contrária— não tinha qualquer precedente.

O bombardeamento de 22 de Agosto e as subsequentes declarações de Allen, Ridgway e Truman não eram de molde a justificar grandes dúvidas acerca das perspectivas imediatas. Kaesong preparou-se para elas: milhares de pessoas começaram a abandonar a cidade, no dia 23, enquanto que os que lá ficavam iam cavando abrigos. O grosso da delegação sino-coreana e do grupo dos jornalistas foi mandado para uma area mais segura, so ali ficando os oficiais de ligação e quatro jornalistas, entre os quais Winnington e eu. Cabia-nos fazer a cobertura de uma derradeira e quase inviável tentativa de salvaçao das negociações, antes que Kaesong fosse reduzida a pó. Por essa altura, tinham os oficiais chineses de ligação acabado de receber directamente a mensagem de Mao Tsé Tung, que viria a ser conhecida como a mensagem dos «9 caracteres» ou dos três «não tenham medo»: «Não tenham medo de negociar, não tenham medo de manobrar, não tenham medo de combater» — sendo cada uma destas três regras formadas por três caracteres chineses. Os oficiais de ligação recomeçaram a movimentar-se, tal como, na retaguarda, os delegados. Kinney e Ridgway foram informados de que Kim Il Sung e Peng Teh Huai, não so permitiam que se retomassem as investigaçoes, como até o propunham. Ridgway estrebuchava. A imprensa voltava já a açossá-lo e vários gover

nos estrangeiros, designadamente o ingles, começavam a pressionar nos bastidores.

O general Van Fleet desencadeara a sua ofensiva — e durante dois meses tentou ganhar por meios militares aquilo que Joy não conseguira obter na mesa de conferências. Mas entretanto os oficiais de ligação tinham retomado, ainda que frouxamente, os seus contactos. Seguiram-se semanas de autêntico jogo das escondidas entre o quartel-general da delegação sino-coreana e os bombardeiros de Ridgway. Depois do ataque, o quartel-general foi transferido para uma casa isolada, nos arredores de Kaesong. Também Winnington e eu fomos transferidos para outra casa, onde se instalavam agora os oficiais de ligação. As primeira horas do dia 29 de Agosto, um avião, voando baixo, contornou a cidade durante vários minutos e disparou um foguete luminoso por cima da nova residência da delegação. Pouco depois da meia-noite do dia 31 de Agosto, fomos despertados pelo ronco de um B. 26, em voo rasante; logo a seguir, a nossa casa estremecia com a violência das explosões. Duas bombas de 500 libras tinham caído a poucas centenas de metros das novas instala- ções da delegação. O coronel Chang reclamou um inquérito e informou Kinney pelo radio de que podia trazer jornalistas consigo. Como as radios de Pequim e Pyongyang tinham declarado repetidamente que o lado sino- coreano nunca objectava contra a presença da imprensa nas investigaçoes, os jornalistas insistiram em vir. Kinney tentou fugir à prova resultante de duas enormes crateras e vários fragmentos metálicos, dizendo que a única evidência era

a de «um recipiente metálico enchido com explosivos e enterrado no chão». Convidaram-no então a interrogar todos os camponeses da região; mas depois de ter ouvido os primeiros quatro, que descreveram os ruídos do avião e das explosões, Kinney bradou: «Chega! Estão todos a contar a mesma história.» En-quanto a investigação decorria, outro avião americano passou precisamente por sobre as cabeças dos investigadores — violando, assim, à luz do dia, a neutralidade da area de Kaesong. Pelo lado dos jornalistas, as coisas não corriam melhor: a maioria deles não via as crateras e os fragmentos de bombas pelos olhos de Kinney e começava a murmurar. Kinney teve de lançar mão de outra táctica: «Acontece que o nosso radar detectou urn aparelho não identi-ficado precisamente à hora e no local que os senhores indicam. Por conseguinte, este ataque deve ter sido levado a cabo por um dos vossos próprios aviões...»

A residência da delegação foi novamente transferida para o centro de Kaesong. À 1.35 do dia 10 de Setembro, a rua onde ela se instalara foi alvo de novo ataque. Meia dúzia de casas, situadas cem metros acima da nova residência, ficaram literalmente crivadas de metralha. Acordados pelo picar do avião, pudemos ver, da casa onde agora se alojavam os correspondentes, as centelhas cuspidas pelas metralhadoras, passando sobre as nossas cabeças. O avião retomou altitude, deu uma volta completa e voou para o sul. Mais protestos e pedidos de inquérito. Quanto ao protesto, a A. P. noticiava de Tóquio, na manhã seguinte ao ataque: «É pouco

provável que Nam Il obtenha uma resposta... o comando da ONU revelou na segunda-feira que não tencionava voltar a responder a protestos desta natureza...» Na noite seguinte, a mesma A. P. relatou que Ridgway estava «decidido a não ligar importância a acusações forjadas, relativas a violações aéreas ou terrestres».

Desta vez, foi o coronel Darrow, da força aérea, quern veio investigar. A profusão de estilhaços e balas cravados na madeira e a presence de jornalistas não permitiam negar que as casas tivessem sido metralhadas. No entanto Darrow e os seus «peritos» tentaram provar que os danos podiam ter sido causados por alguém que «disparasse uma metralhadora do telhado de uma casa próxima». Foi-lhes pedido que indicassem de que telhado poderiam ter vindo as balas. Dado o ângulo que elas formavam com os tijolos e madeiramentos em que se tinham cravado, era evidente que não existia tal telhado. Darrow foi então convidado a interrogar quaisquer habitantes de Kaesong, escolhidos à sorte. Logo porém que os três primeiros, incluindo moradores nas casas alvejadas, revelaram ter ouvido o avião e os disparos, desistiu. Mas como uma mulher descrevesse a centelha e a explosão de uma bala perfurante, de calibre 50, que atingira a parede de pedra do seu quarto, Darrow escreveu no seu relatório: «Os comunistas apresentaram duas testemunhas cujos depoimentos são inconciliáveis na questão de saber se o ataque se fez com bombas ou com metralha.»

Enquanto as agências noticiosas, a partir de Tóquio e de Munsam, diziam que a violação iria

ser desmentida, Kim Il Sung e Peng Teh Huai radiodifundiram uma mensagem em que avisavam solenemente Ridgway de que as provocações tinham um limite e de que este acabava de ser atingido. Ou Ridgway tomava agora uma «atitude séria e responsável» em relação aos incidentes provocatórios, ou as forças da ONU «arcariam com a responsabilidade de quaisquer consequências resultantes da protelação e obstrução das negociaçoes, senão da sua ruptura».

Durante a tarde de 11 de Setembro viveram-se horas de grande tensão. As agências enviavam, de Munsam para Washington, depoimentos tempestuosos. E nunca tantos aviões sobrevoaram Kaesong como no princípio dessa noite.

Tudo parecia indicar que se atingira o ponto de ruptura. Por minha parte, já conhecia suficientemente bem os dirigentes coreanos e chineses para saber que a sua paciência se esgo-tara e que, no caso de um reatamento integral das hostilidades, a guerra passaria a ser dora-vante muito diferente: assistiríamos a uma guerra de morte, virtualmente incontível nas fronteiras da Coreia, senão mesmo nas da China. A República Democrática Popular da Coreia era o único país socialista que confinava simultâneamente com os territórios da China e da União Soviética. Nesses tempos, a União Soviética era a de Estaline, dura e avessa a com-promissos. Mas, na impossibilidade de ajoelhar perante os E. U. A. e Syngman Rhee — verda-deiro fito das propostas de Joy e das intolerá-veis pressões utilizadas para as impor—, que mais poderia a delegação sino-coreana ter feito

para salvar as negociaçoes? Ela estivera à beira da humilhação, nos seus esforços para não deixar extinguir a pálida chama dos contactos entre oficiais de ligação, para não permitir que se desmantelassem as esperanças dos homens de paz de todo o mundo, para evitar que corresse um caudal de sangue inimaginável. Eu sabia também que, na f rente, as tropas sino-coreanas estavam ansiosas por passar à ofensiva, em vez de se limitarem a conter o inimigo. Inúmeros ataques da «ONU» concederam excelentes oportunidades de contra-ataque, mas as ordens eram claras: defender, aguentar, não atacar. Era em tudo isto que eu pensava, enquanto esperávamos nura abrlgo antiaéreo, com os ouvidos colados ao aparelho de radio. Pela primeira vez, tínhamos decidido que não valia a pena despirmo-nos; o vaivém dos aviões de reconhecimento tinha sido tal, sobretudo a partir do crepúsculo, que todos esperávamos um «raid» de grande envergadura.

Pelas 23 horas, a tensão, enfim, quebrou-se. Quando já ninguém o esperava, Ridgway cedera, reconhecendo a veracidade do incidente e apresentando desculpas, para completa surpresa dos correspondentes ocidentais que, até cinco minutos antes, difundiam ainda informações segundo as quais Ridgway rejeitaria as acusações de violação. Sim, desta vez o radar revelara que um avião das «Nações Unidas» tinha sobrevoado Kaesong à hora em que o ataque ocorrera. Mil perdões !!! Kim Il Sung e Peng Teh Huai responderam imediatamente, propondo que a conferência fosse retomada. Ridgway contrapropôs um encontro entre oficiais de ligação, ao qua!

Kim e Peng deram o seu acordo. Assentou-se que esse encontro se destinava à marcação da data do recomeço da conferência.

Seguiu-se um interregno embaraçoso, durante o qual Van Fleet — como Westmoreland, 16 anos mais tarde— procurava convencer os seus superiores de que, com um pouco mais de tempo, poderia conseguir uma vitória militar. Por essa altura, a sua «ofensiva de Verão» já dera o que tinha a dar. Estava porém, em preparação uma «ofensiva de Outono», em benefício da qual importava deter as negociações durante um ou dois meses mais. Decorreu um mês e tal, com encontros diários de oficiais de ligação que não duravam, normalmente, mais do que alguns minutos. Todos os dias, a convite de Chang, Kinney aparecia para um «encontro destinado à marcação do dia e hora da conferência», mas declarava so estar autorizado a discutir as «condições» do reinício das negociações, e não «o dia e hora». As «condições» eram o abandono de Kaesong como sede de negociações. Em breve seria claro que isto não passava de uma manobra dilatória, destinada a ganhar tempo para Van Fleet e para a sua «ofensiva de Outono». Por várias vezes, alias, Kinney reduziu o jogo à expressão mais simples. Chegava e declarava: «Hoje, não tenho nada de novo a dizer-vos»— e partia novamente.

Perante a obstinada rejeição de Kaesong por parte de Ridgway, os generais Kim e Peng propuseram, em 7 de Outubro, que a sede da conferência fosse transferida para Panmunjon. Por suma ironia, a grande razão apresentada para o abandono de Kaesong foi a de que os vários

incidentes tinham demonstrado que se estava demasiado proximo da frente de batalha para que se pudesse gozar de alguma segurança. Ora acontece que Panmunjon estava ainda mais perto. Mas Ridgway não rejeitou a proposta. Em 11 de Outubro, os oficiais de ligação reuniram-se, pela primeira vez, em Panmunjon para discutir os problemas de segurança da nova sede e das estradas para Kaesong e Munsan. Uma das decisões tomadas nesse dia foi a delimitação de um quadrado, com um quilómetro de lado, tendo por centro a própria tenda onde se acolhiam os oficiais de ligação e no qual toda e qualquer actividade militar seria interdita.

Em menos de 24 horas, este reduzido alvo foi metralhado por aviões americanos. Nessa tarde, Darrow e Murray vieram investigar e puderam ver um rapazito de 12 anos, prostrado pelas balas, com uma das mãos crispada em torno de uma cana de pesca e tendo ao lado um capacete americano cheio de água, onde nadavam pequenos peixes. Eis a vítima da ultima tentativa da força aérea americana para impedir a conferência! Três dias depois, Ridgway admitiu o incidente e apresentou desculpas. Tanto bastou para que os correspondentes começassem a detectar graves divergências no seio das forças armadas americanas, com o exército, experimentado na dureza dos combates, a bater-se pelo cessar-fogo, perante a oposição inflexível da aviação e da marinha para as quais a guerra era muito mais «suave». No decurso de meses decisivos, com sucessivas violações e dilações, foram precisamente os ofi-

ciais da marinha e da aviação quern dominou a cena, em Panmunjom. O exército nem se via. Tal como os aliados dos americanos (da «ONU»), embora os ingleses, com uma brigada inteira na frente de batalha, tentassem àrdua-mente, mas em vão, conquistar um lugar na mesa da conferência.

Muitos dias se passaram em debates sobre a delimitação das estradas neutrais e a situação dos quartéis-generais —durante os quais Van Fleet continuava a tentar romper as defesas inimigas nas frentes central e oriental—, até que foram finalmente preparadas as conversações entre as delegações. Em 25 de Outubro, e pela primeira vez desde 15 de Agosto, Nam Il e Joy voltavam a enfrentar-se na mesa da conferência.

Num artigo publicado no *U.S. News and World Report* de 17 de Fevereiro de 1967, e onde se fala do «estranho papel» que eu teria desempenhado em tudo isto, há uma passagem com interesse e relacionada com a narrativa que acabo de fazer. O artigo é provàvelmente da autoria de Howard Handleman, redactor diplomático e «falcão» particularmente activo durante as negociações do cessar-fogo na Coreia, na qualidade de chefe do departamento de Tóquio do «International News Service». «Os americanos recusaram a escolha de Kaesong pelos comunistas», escreve Handleman, «e romperam as negociações. Mais tarde, retomaram-nas, mas em Panmunjom, uma aldeia à beira da estrada que já oferecia outras condições de neutralidade efectiva...» Ora não foi isto que Handleman e alguns dos seus colegas escreveram na

altura, quando acusaram os sino-coreanos de romper as negociações! E Handleman, homem de confiança de Nuckols durante as negociações, estava em posição de saber muito bem o que então se passava!

Nos três meses seguintes ao primeiro encontro dos delegados, so um dos cinco pontos da agenda obteve o acordo das partes — e esse foi o da adopção da própria agenda. Pensar que tudo nos tinha chegado a parecer tão simples!... Winnington e eu começámos a dizer, por graça, que ainda ali estaríamos no Natal. Uma boa piada, para quern lá passaria três Natais.

CAPÍTULO V

«CONFRATERNIZAR, CONVIVER E TRAFICAR»

Quando uma organização tão ávida de publicidade, como as forças armadas dos E. U. A., se mostra reservada e tímida perante as reportagens jornalísticas, bem se pode esperar o pior. Os primeiros dias do reatamento das conversações evidenciaram que estava a ser posta em prática uma nova política para com a imprensa. Alguns jornalistas que tinham tido comigo e com Wilmington as mais elementares relações profissionais foram cbamados a Tóquio; e, mais tarde, alguns deles nos diriam porquê. O aparelho de relações públicas de Ridgway fora bastante abalado pelos poucos e esparsos grãos de verdade de que a imprensa internacional se fizera eco. Washington viu-se forçada a pressionar as agências e os directores dos jornais, no sentido de obter uma maior «lealdade» por parte dos seus representantes; o menos que se pode dizer é que a «confratemizaçao» passou a ser vista com maus olhos. Um tenente da policia militar que, no dia do recomeço das negociações, se prontificara a figurar numa fotografia com os seus congéneres norte-coreanos, foi despromovido e retirado da zona. Apesar de ter posado a pedido de um fotógrafo norte-americano!

Os condutores dos jipes da delegação americana e os correspondentes de imprensa parti-

cipavam normalmente de debates diários entre jornalistas de ambos os lados; agora, eram-lhes transmitidas instruções para não falarem com os correspondentes «vermelhos». Entretanto, Nuckols reaparecera. Consigo trazia Handleman, do International News Service, e uma nova política — um simulacro de new deal para a imprensa das «Nações Unidas», caracterizado pelo recurso as informações viciadas e à intimidação dos correspondentes mais dados à «confraternização». Durante um ou dois dias, a novidade resultou; mas em breve Nuckols era descoberto nos bastidores de uma manobra tão grosseira como aquela que suscitara a crise de 22 de Agosto. Tendo sido já desmascarado o seu embuste sobre a frente de batalha, Nuckols tentou persuadir os correspondentes de que, desta vez («sinceramente...»), a reivindicação dos delegados americanos era uma linha de cessar-fogo rigorosamente traçada sobre a actual frente de combate. Ora a verdade é que, nos encontros da subcomissão, os americanos estavam a exigir a entrega de Kaesong e mais mil quilómetros quadrados de território.

Entretanto, Van Fleet desencadeava uma nova ofensiva tendente a tomar a cidade. As suas tropas de assalto, que incluíam uma divisão de «marines», lançaram um ataque frontal, logo seguido de incursões pelos flancos ocidental e oriental; o seu objectivo era vir depois a cortar pela retaguarda os acessos da cidade, fechando o cerco. As batalhas desenrolaram-se diàriamente e à vista dos delegados e dos correspondentes, que se haviam postado no enclave

neutral de Panmunjom. Mas as tropas de Van Fleet não conquistaram um palmo de terreno.

A reivindicação de Kaesong pelos americanos continuava a ser desconhecida dos correspondentes ocidentais. Por isso, um dia, eu e Winnington decidimos explicar-lhes que era essa exigência que estava a dar origem à para-lisação das negociações. Dissemos-lhes também que a questão de Kaesong era extremamente grave, que os delegados americanos tinham já sido prevenidos disso na conferência e que o seu menosprezo por avisos como este levara já a consequências muito sérias. Os jornalistas foram per gun tar a Nuckols se era verdade, mas ele negou categòricamente, reafirmando que a lentidão dos trabalhos se devia à exigência sino-coreana de um «cessar-fogo de facto». A verdade, porém, é que este ponto nunca mais tinha sido levantado, desde que, no primeiro dia das conversações, a proposta de Nam Il foi rejeitada por Joy. Mas, nessa noite, Handleman relatava para o I. N. S. que «Nuckols chamara a atenção para o perigo de aceitar as versões dos jornalistas vermelhos».

No dia seguinte, quando nos voltámos a dirigir aos colegas americanos, muitos deles confessaram-se confundidos. Pediram-nos que fôssemos à sua tenda e lhes indicássemos, em face do mapa, quais as posições das duas delegações na questão do traçado da linha de demarcação. Começámos por aceder, mas, quando vimos o mapa, dissemos-lhes não poder traçar a linha com precisão enquanto não dispuséssemos dos nomes das localidades. No entanto e, com a melhor boa vontade, aceitámos apontar imediata-

mente as posições com o rigor possível. Eles mal podiam acreditar que os delegados americanos estivessem a exigir na conferência aquilo que lhe mostrámos no mapa. Um entusiasta veio depois atrás de nós e pediu-nos que levássemos o mapa a Kaesong para lhe trazermos o desenho rigoroso das propostas, segundo a nossa versão. Concordámos.

Quando Nuckols soube do caso, perdeu as estribeiras; e o jornalista implicado não voltou a aparecer em Panmunjom durante algumas semanas. Nuckols compreendera que um golpe propagandístico tão laboriosamente encenado estava à beira da explosão. Handleman, um dos mais perseverantes para que fôssemos à tenda de imprensa da «ONU», escreveu nessa noite que os correspondentes comunistas tinham «pedido para visitar» aquela tenda, onde solicita-ram um mapa, pois «os delegados comunistas tinham- lhes recusado assinalar a sua versão». É óbvio que nem mesmo ele escapara à cólera de Nuckols. Mas as razões desta revelar-se-iam muito em breve.

De regresso a Kaesong, descobrimos que o mapa fornecido à imprensa da «ONU» era uma interpretação falsificada, muito diferente da utilizada pelos delegados. No dia imediato, devolvêmo-lo, já com o risco exacto das linhas. Os correspondentes compreenderam que tinham sido enganados. Procuraram Nuckols e tiveram com ele uma entrevista tempestuosa, mas a história acabou aqui. No outro dia os delegados americanos abandonaram a reivindicação de Kaesong.

A 4 de Novembro, os delegados sino-coreanos propuseram que a linha de demarcação fosse traçada precisamente sobre a frente de batalha. Os delegados americanos ficaram siderados! Durante meses haviam simulado que era esta a «sua proposta»; tinham já logrado persuadir a opinião pública mundial, de que uma linha de demarcação coincidente com a frente de batalha constituía a solução «mais correcta, mais justa e mais honrosa» e, por isso mesmo, a que os americanos de há muito vinham propondo. Na realidade, nunca a tinham sugerido: e, agora que a opinião mundial estava preparada para ela, a proposta aparecia — mas precedente dos sino-coreanos.

Na manhã seguinte, soubemos que, surpreendentemente, a imprensa da «ONU» não estava informada sobre o assunto. Tratámos logo de a pôr ao corrente. Os jornalistas precipitaram-se sobre Nuckols e, ali mesmo, à porta da tenda da conferência, acusaram-no de sonegação de informações vitais. Pouco depois, atravessaram de novo a estrada e voltaram para junto de nós, dizendo que Nuckols garantira não ter sido apresentada qualquer proposta nova. Entregámos-lhe então uma cópia em ingles do texto que, na véspera, se lera na conferência. Perante isto, regressaram em busca de Nuckols. Alguns destes homens, habituados a suar à procura da verdade, iam pálidos de indignação. Nuckols, rubicundo como um peru, leu o documento como se fosse a primeira vez que o via e tentou uma saída airosa: tratava-se, argumentou, de «uma sugestão, e não de uma proposta». Mas os cabeçalhos para a imprensa

do dia seguinte estavam feitos. Doravante, o próprio Handleman revelar-se-ia muito menos apreciador da companhia de Nuckols.

Os delegados americanos foram colocados perante o que tinha proclamado ser o seu próprio piano. Para fugir ao seu próprio embaraço, fizeram, no dia imediato a esta confrontação com Nuckols, uma proposta espantosa: que se interrompesse a discussão da linha divisória para considerar primeiramente o ponto n.º 3. «De que serve fixarmos já a linha de demarcação, se temos ainda outros pontos para discutir?», inquiriu o general Hodes, que chefiava a delegação americana na subcomissão. Mas o representante coreano, general Li San Cho, opôsse e declarou que isso equivaleria a rasgar a agenda e violar as instruções recebidas dos respectivos superiores, que Ihes cometiam o encargo de fixar a linha de demarcação.

O receio dos delegados americanos tornava-se claro. Uma vez fixada a linha divisória, os soldados não teriam ânimo para arriscar a vida em novas ofensivas. A delegação sino-coreana foi por isso acusada de um novo «crime»: o de pretender um «cessar-fogo de facto». Era 11 de Novembro, o almirante Joy fez uma inusitada visita ao acampamento dos correspondentes da «ONU» e, segundo o relato feito nessa mesma noite pelo I. N. S., disse: «O inimigo pretende obter todas as vantagens de um "cessar-fogo de facto" imediato... mas nós continuaremos a socorrer-nos de todos os meios ao nosso alcance, quer à mesa de conferência quer no campo de batalha, para alcançar um armistício militar

completo no mais curto prazo de tempo pos-sível...»

Nuckols pôs o melhor do seu esforço na denúncia, perante os correspondentes aliados, da manobra sino-coreana para um «cessar-fogo de facto», mas a divulgação pública desta tese era muito melindrosa, pois o mundo ainda não se esquecera de que o intuito primário das negociações era precisamente o cessar-fogo. De facto ou de direito, mas o que a opinião mundial esperava e queria era exactamente um cessar-fogo.

No entanto, os generais americanos continuavam a proclamar o seu desígnio de exercer uma «implacável pressão militar» sobre os sino-coreanos, para os forçar a consentir num «armistício honroso». E argumentavam: para cue fixar uma linha de demarcação, se tencionamos continuar a combater e se podemos vir a ter uma frente de batalha completamente modificada antes do termo das negociações?

A esta fanfarronada respondeu Li San Cho, em 14 de Novembro, com um discurso notável: «Se é verdade que fixar uma linha de demarcação equivale a estabelecer um cessar-fogo de facto», declarou, «então é também inegável ser essa a intenção original do ponto n.º 2... Aceitar negociar um armistício implica aceitar-lhe também os necessários efeitos. Se chegarmos a um armistício, deveremos então assumir as consequências da paz. Apresentámos propostas razoáveis para o traçado da linha de demarcação e a vossa resposta tern sido vangloriar-vos do vosso grande poder e ameaçarnos com pressões militares sobre as negociações do armistí-

cio... Se o vosso desejo de paz fosse sincero, como é o nosso, nesse caso uma vez fixada aquela linha, não precisaríeis de a alterar. A verdade porém é que nunca vos alvitrámos um cessar-fogo de facto.» O general Li prosseguiu, dizendo que a linha que se adoptasse poderia vir a sofrer ajustamentos, de harmonia com eventuais transformações produzidas até à assinatura do armistício. E concluiu, formulando um aviso —muito semelhante ao de Kim Il Sung e Peng Teh Huai, de 11 de Setembro — o qual, a ajuizar pelos resultados, parece ter sido muito bem compreendido em Washington, Londres e outras capitais.

«Mesmo depois de fixarmos bilateralmente a linha de demarcação, nada vos impede, legalmente, de vos lançardes em todas e quaisquer aventuras militares. Mas se insistis era sobrestimar a vossa força e se sonhais vir a modificar a linha de demarcação através da chamada pressão militar, então devo chamar a vossa atenção para a possibilidade de essas modificações se poderem operar em dois sentidos...» Três dias mais tarde, os americanos cederam, concordando com a fixação da linha; e, após uma semana de indecisão, em 27 de Novembro de 1951, os dois chefes de delegação apuseram as suas assinaturas num acordo sobre o ponto n.º 2 da agenda. O descaramento de Nuckols foi mais longe do que nunca: «O acordo de hoje deu as Nações Unidas o que elas reclamavam desde o início das conversações, em Julho», declarou aos correspondentes da «ONU».

A par da batalha que diàriamente se jogava na mesa da conferência, decorria uma outra,

embora em moldes menos tensos, entre os jornalistas de ambos os lados. Quando o tempo estava bom, costumavamos juntar-nos perto da estrada e quase à porta da conferencia; no mais agudo do Inverno, acotovelávamo-nos em torno de um aquecedor, numa das duas cabanas que estavam já construidas quando, pela primeira vez, os oficiais de ligação montaram as suas tendas em Panmunjom. A segunda destas cabanas funcionava, de certo modo, como quartel-general dos jornalistas acreditados no lado sino-coreano; os americanos haviam armado também a sua tenda de imprensa, mas, como eram contìnuamente enganados e tinham disso consciência, a maior parte deles preferia passar algum do seu tempo a «confraternizar» com os vermelhos.

Depois do incidente com o mapa e da ocultação da iniciativa sino-coreana para superar o impasse das negociações, Nuckols ficou bastante desacreditado. Desde então, os correspondentes realmente empenhados em conhecer os factos não os aceitavam da boca de Nuckols sem os virem confirmar junto de mim e de Winnington.

Estávamos, por isso, numa situação favorável. Os sino-coreanos desejavam sinceramente o armistício e, por isso, tudo o que Ihe fosse propício — mesmo que proposto por Joy — favorecia-os também. Não tinham assim qualquer razão para não usar de inteira franqueza com a imprensa: divulgando as suas propostas e as dos delegados da «ONU» e não escondendo as suas reacções a estas ultimas. Embora sem grande experiência de relações com a imprensa,

os responsáveis breve compreenderam as vantagens de fornecer as notícias com rapidez e exactidão — especialmente depois do embuste da linha divisória e do incidente de 22 de Agosto. Muitos correspondentes aliados tinham realmente interesse em apurar a verdade dos factos; outros recebiam constantemente pedidos de confirmação das versões dos acontecimentos que Winnington publicava no London Worker e eu no Ce Soir. Quanto a Nuckols, as suas explicações tinham provado tão mal, que muitos jornais começaram a preferir citar as nossas reportagens. E até as principais agências noticiosas nos transcreviam já abundantemente. A equipa de Ridgway não queria o cessar-fogo, pensando, como sempre fazem os militaristas, que os políticos, ao entabular negociações, os «apunhalam pelas costas». Com um pouco mais de tempo, de dólares, de homens, de pulso livre para atacar a China eaU.R. S. S. e para usar as bombas A e H — conquistariam uma gloriosa vitória militar! A seus olhos, servir-se das negociações como forma de ganhar o tempo necessário à sua reorganização faria sentido, mas chegar a um verdadeiro cessar-fogo representaria pura demencia. E a sua politica de imprensa reflectia estas convicções. Eles não se limitavam a ocultar ou distorcer a posição sino-coreana; procediam do mesmo modo com a sua própria posição, porque revelá-la seria indignar a opinião pública, americana e mundial. A guerra da Coreia era uma guerra impopular nos E. U. A. e as negociações do cessar-fogo tinham sido saudadas, como o seriam agora todas as iniciativas tendentes a facilitar

o acordo. Por isso, o sigilo e a mentira categórica eram o seu sucedâneo para uma política de imprensa.

O que mais enfurecia os negociadores americanos era, por urn lado, o dilema em que se encontravam, de ter de deixar prosseguir as negociações ou de arcar com a responsabilidade da sua ruptura, e, por outro, a obrigatoriedade de negociar em pé de igualdade. Quanto as Nações Unidas, essas não constituíam problema; aí, podiam eles interromper qualquer debate quando quisessem: não deixavam de contar com uma aprovação maioritária automática. O grande problema residia no público: como aparentar perante este estar do lado da razão? Muitas vezes os delegados americanos pensaram ter descoberto algum ponto capaz de merecer a simpatia do público e que fosse inaceítável pelos sino-coreanos. Em resposta, a táctica destes consistia em alimentar, durante algum tempo, a ilusão de que tal ponto era, de facto, inaceitável. Assim persuadidos, os americanos punham em movimento a sua gigantesca máquina de propaganda, no sentido de apresentar ao mundo essa proposta como a «mais justa, honrosa e razoável» das soluções. E quando a opinião mundial já a aceitava — como no caso do cessar-fogo ao longo da actual frente de batalha — os delegados sino-coreanos, repentinamente, propunham eles mesmos essa solução. Isto aconteceu repetida-mente durante as negociações. Porque qualquer proposta que pudesse efectivamente ser tida como razoável e contributo para um armistício honroso era perfeitamente aceitável pelos sino-

-coreanos. Mas estes não possuíam um aparelho de propaganda capaz de fazer chegar a todo o mundo a verdade dos seus pontos de vista; e, a apresentarem tais propostas mais cedo, seriam decerto rejeitadas.

O general Ridgway e o seu serviço de relações públicas contavam poder silenciar a versão sino-coreana das conversações, mas a sua desastrosa política de imprensa levou os seus próprios jornalistas a basear-se cada vez mais nessa mesma versão, que os colegas «vermelhos» lhes divulgavam.

Não cabe aqui reconstituir toda a fantástica história das negociações. Mas, se tivermos um conhecimento básico do estado de espírito dos militares americanos que conduziram as negociações e acabaram por assinar o armistício, disporemos de uma chave fundamental para a compreensão dos acontecimentos da Coreia de hoje — e, especialmente, dos da Coreia de amanhã.

No período que mediou entre o corte das negociações, em 22 de Agosto, e o acordo que pôs termo à discussao do ponto n.º 2, Van Fleet desencadeou duas grandes ofensivas. Uma delas, desenvolveu-se em torno da Colina 1211 (como lhe chamam os coreanos), ou «Colina do Desgosto» (na designação dos americanos), situada no complexo montanhoso de Kumgang, perto da costa oriental. Tivesse Van Fleet conseguido conquistá-la e o cerco do flanco leste estaria ao seu alcance; as forças sino-coreanas ver-se-iam forçadas a recuar muitos quilómetros, per-dendo o porto de Wonsan — no qual Van Fleet já planeara um desembarque a efectuar logo

que a «Colina do Desgosto» lhe caísse entre máos. Por tudo isto, a Colina 1211 —número indicativo da sua altitude em metros— transformou-se numa espécie de Estalinegrado. Kim Il Sung e os seus generais tinham previsto a tempo que Van Fleet centraria ali os seus esforços para romper as linhas sino-coreanas e conseguir aquelas mesmas posiçoes que Joy tentava obter em Panmunjom, com a chantagem da «superioridade aérea e naval». Os americanos detinham então algumas elevações importantes a leste e a sul da Colina do Desgosto; a partir delas, desencadearam uma enorme ofensiva, que começou logo após a ruptura das negociações em 22 de Agosto e se prolongou por mais de dois meses, empregando quatro divisões, disparando mais de 50 000 obuses e bombas e chegando a lançar, no auge da batalha, entre 30 e 50 assaltos diários. No total, a colina sofreu 430 assaltos e o vale que a precedia, constituindo a principal via de acesso, ficou pejado de tanques americanos e de cadáveres deixados pelas forças «U. S.-R.O.K.». Contra as posiçoes defensivas coreanas foram lançadas dezenas de milhares de toneladas de bombas, de obuses e de «napalm»; toda a vegetação foi destruída e a terra e as pedras ficaram negras por acção do «napalm». Mas nos assaltos decisivos, os coreanos lá estavam para dar combate. A Colina do Desgosto integra-se num grande complexo de montanhas abruptas e escarpadas e, quando os americanos iniciaram o ataque, encontrava-se isolada de todas as vias de abastecimento. Mas a população local, trabalhando dia e noite — até especialmente de noite, por causa dos bombar-

deamentos —, abriu uma estrada espantosa ziguezagueando pelo dorso da montanha, e que permitiu manter o acesso dos abastecimentos.

No comando deste sector da frente e dirigindo pessoalmente a batalha, encontrava-se o general Choi Hyun, velho companheiro de ar-mas de Kim Il Sung, com quem tinha combatido os japoneses nas florestas da Manchuria, e agora membro do gabinete politico do Partido dos Trabalhadores Coreanos. Desta batalha, escreveu ele mais tarde:

«A Colina 1211, outrora coberta por uma floresta virgem milenária, estava agora envolta em chamas, semelhante a um vulcão em actividade; as rochas, fragmentadas e desfeitas; e a propria montanha parecia enterrar-se na poeira das rochas. A colina transformara-se literalmente num mar de chamas...» A única forma de sobreviver para enfrentar o inimigo consistia em abrir túneis através das rochas. «Mas não tínhamos brocas, nem malhos, nem carros de mão... Os soldados fundiam por isso os invólucros das bombas que não tinham chegado a explodir e, com eles, faziam malhos e brocas; os carros de mão fabricavam-se com material dos aviões abatidos... Inicialmente, coubera aos artilheiros cavar túneis para alojar as suas baterias; mais tarde, a infantaria começou a imitá-los. Nos túneis cavados na rocha construíram-se alojamentos sólidos e confortáveis. Quando o óleo para as armas se esgotava, caçavam-se texugos e esquilos, para lhes extrair o óleo; os carregadores apanhados ao inimigo no campo de batalha serviam para consertar as espingardas... Os camponeses conduziam bois carregados com

munições ou mantimentos, ou transportando feridos, através da colina Jikdong, apesar de aí se concentrar o fogo do adversário...

«Tendo-se gorado a "ofensiva de Verão", o inimigo lançou a "ofensiva de Outono". O primeiro avanço coube à 5.a Divisão, que foi exterminada. Seguiu-se-lhe a 3.*, que provou ser muito mais dura. Durante mais de dois meses, desde 4 de Setembro até princípios de Novembro, o inimigo atacou com uma ferocidade inabitual. Mas acabou por deixar 15 000 corpos no terreno e perder enormes quantidades de material, sem nunca conseguir perfurar as nossas linhas. Em consequência... o piano de Ridgway, que consistia em empurrar a frente de batalha até Wonsan, pela tomada da Colina do Desgosto, não pôde passar além dos seus mapas de campanha...»

O doloroso falhanço do assalto à Colina do Desgosto e a impossibilidade que, ao longo desses dois meses, os americanos experimentaram, de tomar quaisquer outras posições-chave coreanas, foram as verdadeiras razões da assinatura, em 27 de Novembro de 1951, do acordo relativo ao ponto n.º 2.

No Museu da Guerra de Libertação, em Pyongyang, está patente uma reprodução fiel de uma parte de um túnel da Colina 1211, tal como se encontrava no fim da guerra. Tinha capacidade para albergar uma companhia e compreendia inúmeros dormitórios, cada um destinado a dez pessoas, com esteiras para dormir tecidas com ervas locais. Em separado, uma cozinha, munida de quatro caldeirões de ferro para cozer o arroz, fabricados de bidões de petróleo americanos;

outros utensílios de cozinha — colherões e muitos outros — eram feitos com pedaços de aviões. O calor emanado da cozinha seguia através de longos tubos para ir aquecer o chão dos dormitórios — à semelhança do sistema utilizado nas casas rústicas da Coreia. Havia ainda uma grande casa de banho, com canalizações de madeira de pinheiro, e onde capacetes de aço americanos faziam as vezes de bacias. A um canto, cultivava-se a soja, elemento de grande valor na alimentação dos coreanos; depois, para a moer a fim de fazer açorda, concebera-se um curiosíssimo aparelho, fabricado com pedras talhadas e com uma parte da caixa de velocidades de um jipe. Havia também uma forja e uma gama completa de utensílios cortantes e perfurantes, produzidos com desperdícios de tanques. Havia, enfim, outra divisão, capaz de albergar três pessoas e equipada com um telefone de campanha; nela se instalavam o comandante da companhia e os adjuntos.

Quando a guerra terminou, as tropas coreanas e chinesas, estacionadas ao longo da frente de batalha, viviam em instalações como estas, escavadas nas rochas por meio das mais rudimentares ferramentas, mas dotadas de acomodações para uma companhia de cerca de 100 homens e dispondo de cozinhas capazes de alimentar unidades da envergadura de um batalhão. Os coreanos e os chineses abominavam as rações «K» dos soldados americanos; preferiam o seu arroz quente, com qualquer acompanhamento. Com muitos metros de rocha sólida por sobre as suas cabeças, nem armas atómicas poderiam fazer desmoronar o seu sistema de

túneis. Desde o fim da guerra e, em especial, a partir de 1966, os sistemas de túneis desenvolveram-se de tal modo que todo o exército coreano pode viver e deslocar-se no subsolo, para so emergir quando e onde for necessário enfrentar o eventual invasor.

Foi o sistema de túneis que deitou abaixo o ânimo — para não falarmos já do corpo — dos soldados que Van Fleet incessantemente lançava sobre a miríade de «colinas do desgosto» — as posições defensivas sino-coreanas ao longo da frente de batalha. E as permanentes mentiras dos oficiais que Ridgway destacara para os contactos com a imprensa começaram também a deitar abaixo o ânimo dos correspondentes que lhes deveriam assegurar a necessária publicidade.

«Aqui há muito quern pense que os métodos adoptados em Kaesong e Panmunjom abalaram sèriamente o prestígio e o crédito das Nações Unidas», escreveu Sidney Brooks, responsável pelo Departamento da Reuter em Tóquio, num artigo datado de 17 de Dezembro. «A ONU reclamava Kaesong e, no entanto, esta reivindicação foi abandonada sem quaisquer explicações. O comando da ONU é criticado por erigir em princípios inalienáveis aquilo mesmo que, depois, deita fora, como se se tratasse de meros objectos de regateio com um comerciante vigarista. Há também quern defenda o comando, alegando que, na ausência de uma vitória militar inquestionavel, esta técnica é obrigatoria. Mas isto so nos leva a pensar que, então, o mundo ocidental procedeu erradamente, ao aceitar entrar em negociações numa posição em que é in-

capaz de defender os seus princípios básicos...» De facto, o comportamento inicial de Joy e Kinney foi o de quem pretendia ditar a Nam Il os termos da rendição. Isto equivalia a ignorar em absoluto as duras realidades do campo de batalha. Não havia uma «vitória militar inquestionável», nem quaisquer perspectivas dela, a despeito das jactâncias de Ridgway e Van Fleet; e eis a causa da incrível desonestidade do procedimento dos delegados americanos, na sala da conferência, e do comportamento de Nuckols para com os jomalistas, fora dela.

A boicotagem da informação atingiu o ponto mais ridículo em Fevereiro de 1952, quando Ridgway, frustrado e humilhado pela nossa sistemática denúncia das mentiras de Nuckols, decretou uma interdição formal de quaisquer contactos entre os «correspondentes da ONU» e os «correspondentes comunistas». Num memorando explicativo desta ordem e que, na história das relações com a imprensa, perdurará como monumental desconchavo que é, dizia o general: «O Comando das Nações Unidas vinha assistindo, com crescente apreensão, à convivência excessiva de alguns dos nossos repórteres com correspondentes comunistas, com os quais chegavam a compartilhar bebidas alcoólicas...» Acusava depois alguns jomalistas aliados de «tirar partido das facilidades que Ihes eram concedidas para conviver e traficar com o inimigo...» Mas logo a seguir, como se tivesse reflectido melhor, esclarecia não poderem os correspondentes comportar-se «de modo a fazer perigar a segurança militar». Um exemplo cla-

moroso de como os campeões do «mundo livre» concebem a liberdade da imprensa...

A política de corte da informação, posta em prática por Ridgway, atingia assim o seu climax. E a causa desta medida foi outro desses extraordinários episódios em que as negociações se tornaram tão férteis. No princípio de 1952, quando as conversações incidiam já sobre o ponto n.º 4, o general Nam Il apresentou uma lista dos seus prisioneiros de guerra, que incluía mais de 3000 americanos. Um dos oficiais de Ridgway publicou então um documento em que se sustentava que a lista era uma fraude e que a maioria dos prisioneiros de guerra americanos tinha sido massacrada ou tinha morrido de fome nos campos de prisioneiros. O documento foi eficaz, provocando um verdadeiro furor nacional nos E. U. A., dando alento aos partidários da ruptura das negociações, do avanço até ao Yalu, do lançamento da bomba atómica na China, etc.

Contactei com os jornalistas americanos e disse-lhes que aquele documento não passava de uma mentira provocatória. Acrescentei que eu mesmo visitara os campos prisionais, onde aqueles três mil e tal americanos se encontravam em excelentes condições. Mais tarde, um correspondente da A. P. visitou-me e disse: «Se você garante que os prisioneiros estão vivos e de boa saúde, eu acredito-o. Mas acontece que nós temos um fotógrafo veterano, "Pappy" Noel, que foi feito prisioneiro. Se o que você diz é a verdade, deixem-nos mandar a "Pappy" uma máquina fotográfica e alguns rolos. Assim, ele poderá fotografar os prisioneiros e nós publicaremos essas fotografias. Isto também vos inte-

ressa, pois assim o público começará a reclamar o regresso desses homens.» Apresentei este inusitado pedido aos delegados; a sua resposta foi: «Afinal, porque não? Eles que mandem a máquina.» E assim se fez. Alguns dias depois, todos os jornais americanos publicavam, em primeira página, fotografias dos prisioneiros americanos, sorridentes e de boa saúde, jogando voleibol, futebol, etc. Depois destas primeiras imagens da vida nos campos prisionais, começaram a chover retratos, com nomes e moradas, aos quais a imprensa regional deu a maior difusão. E, para grande alegria de «Pappy» Noel, foram-lhe concedidas todas as facilidades para ir aos vários campos fotografar o que lhe aprouvesse.

Fomos então abordados por um correspondente da U. P., que se queixava: «Essas fotografias da A. P. estão a dar cabo de nós. Não seria possível fazer capturar um dos nossos fotógrafos, a quern fossem depois concedidas as mesmas facilidades de que "Pappy" Noel está a desfrutar?» A inviabilidade do projecto era evidente. E não insistiu. Pediu então que lhe concedêssemos, em exclusivo da U. P., algumas fotografias do general Dean, uma vez que garantíamos que ele estava vivo. (A inclusão do nome do general Dean, comandante da 24.» Divisão, na lista dos prisioneiros do Exército Popular Coreano, causara sensação. O general tinha sido capturado quando a sua unidade foi desmantelada em Taejon. Ridgway prontamente apresentou um sul-coreano que garantiu haver «provas irrefutáveis» da morte de Dean.) Parti para Pyongyang (foi nesta ocasião que o carro onde eu seguia com o general Nam Il foi metralhado)

e fotografei o general Dean, oferecendo depois os negativos à U. P.

Quando o jornal do exército americano, Stars and Stripes, dedicou duas páginas inteiras a fotografias do general Dean, elegantíssimo no seu jaquetão, jogando xadrez com guardas coreanos, fazendo exercícios físicos, praticando boxe, passeando na floresta — o general Ridgway explodiu. Aquilo ultrapassava todos os limites. Não so se despedaçava assim um importante mito propagandístico, como também os soldados americanos começavam a interrogar-se sobre o sentido de estarem gelando e morrendo na frente, enquanto o general Dean e os outros prisioneiros levavam uma vida descansada e segura por detrás das linhas. O editor de Stars and Stripes foi demitido. O primeiro número publicado sob a responsabilidade do seu sucessor inseria um ataque demolidor à A. P. e a todos aqueles que se tinham deixado mfluenciar pela «propaganda vermelha». O general dirigiu à imprensa a sua famosa ordem de «não confraternização». Como era fatal, os correspondentes desafiaram a proibição; e, no dia seguinte, até mesmo aqueles jornalistas que antes nos evitavam fizeram questão em vir ter connosco para trocar impressões e compartilhar uma garrafa daquilo a que chamávamos o «anticongelante» — tudo isto, em pleno campo visual de um brigadeiro-general Nuckols verdadeiramente furibundo. Muitos dos jornalistas tinham mesmo recebido instruções dos seus editores para que ignorassem a ordem de Ridgway. Enviou-se a Tóquio uma delegação do corpo de imprensa da «ONU», e Ridgway foi obrigado a levantar a interdição. As fotografias

continuaram a ser canalizadas pela A. P. para toda a imprensa americana e «Pappy» Noel recebeu o maior galardão fotográfico desse ano. Os seus retratos tinham sido, para milhares de famílias, a primeira prova tangível de que os parentes estavam vivos e de boa saúde.

«O exército não gosta das preciosas informações e das fotografias que os comunistas divulgam», escreveu o correspondente da A. P. Charlie Barnard, em 10 de Fevereiro de 1952, respondendo aos ataques de Stars and Stripes. «Mas muitas vezes foram eles quern forneceu aos correspondentes aliados o relato do que acontecia na mesa da conferência — e as suas versões revelaram-se sempre verdadeiras. Há alguns meses, o comando da ONU anunciou que não daria mais informações enquanto durassem os trabalhos da subcomissão. Mas os correspondentes comunistas obtiveram informações e deram-nas a conhecer aos jornalistas aliados. Durante vários dias, foram essas as únicas notícias das conversações do armistício a que o mundo livre teve acesso...»

Dwight Martin, chefe do departamento da Time em Tóquio, escreveu, na edição de 28 de Fevereiro, que a «confratemizaçao» era uma consequência da política de Ridgway de bloqueio das notícias. «Desde o Verão», relatou Martin, «que aos jornalistas aliados se oferece um dilema crucial. Eles descobriram que os correspondentes comunistas, com quern diàriamente se encontram em Panmunjom, são, frequentemente, melhor fonte informativa do que os esparsos comunicados dos oficiais informadores da ONU. De homens como Alan Winning-

ton, do London Daily Worker, e Wilfred Burchett, do pró-comunista parisiense *Ce Soir*, ös correspondentes das Nações Unidas receberam informações sobre as respostas vermelhas as propostas da ONU, antes mesmo de terem sido informados da existência destas propostas. E, muitas vezes, altos oficiais das forças armadas da ONU perguntaram aos correspondentes qual parecia ser a reacção dos vermelhos. Muitos jornalistas aliados não gostavam da convivência com os comunistas, mas receavam deixar-se bater pela concorrência se o não fizessem.» George Barrett escreveu palavras muito semelhantes no New York Times, tal como muitos outros correspondentes.

Que eu saiba, nenhum jornal ou agência, à parte o Stars and Stripes, tomou a defesa de Ridgway e Nuckols. «Confraternizar, conviver e traficar» (o «tráfico» refere-se à máquina fotográfica que levámos para «Pappy» Noel e que ele trouxe quando o libertaram) continuaram a ser práticas correntes, frustrando os pianos de Nuckols até à conclusão do acordo de cessar-fogo.

Nessa machadada em prosa que me foi dedicada, como já referi, pelo U. S. News and World Report, do qual é redactor diplomático o único amigo de Nuckols entre os jornalistas, diz-se: «As negociações deveriam ter decorrido em sigilo. Ambas as partes acordariam, no termo de cada sessão diária, no que devia ou não ser trazido a público...» Eis uma mentira de dimensões verdadeiramente nuckolsianas! Nunca tal acordo foi celebrado, nunca tal medida foi sequer sugerida por qualquer das partes e nunca

se verificou um so acordo bilateral acerca de quaisquer informações ao público. Apenas se realizaram uma ou duas sessões «à porta fechada», de curta duração, após as quais Nuckols invariàvelmente apresentou aos jornalistas aliados a sua versão convenientemente distorcida. O único «sigilo» reduziu-se ao que Ridgway e Nuckols, pelas razões que vimos já, unilateralmente impuseram. Mas parece que Handleman adquiriu, em Panmunjom, maus hábitos de que nunca mais se libertou, pois o texto continua: «Todavia, este acordo não foi respeitado pelo sr. Burchett e por um outro correspondente, o sr. Alan Winnington, do London Daily Worker. No termo de cada sessão diária, eles encontravam-se com o general Nam Il , para logo a seguir apresentarem aos jornalistas americanos a sua versão dos acontecimentos.

«O sr. Burchett revelou-se um homem hábil. Até onde podemos apurar, nunca mentiu. Mas o certo é que os repórteres americanos tinham conhecimento das posições e das críticas dos comunistas, várias horas (quando não dias) antes de terem sido oficialmente informados pelo lado americano. Porque este nunca deixou de honrar a regra do sigilo...»

O que ainda hoje mais atormenta os «falcões» de então é que, tal como os generais americanos se deixaram derrotar na frente militar, assim também os seus negociadores e porta-vozes se deixaram bater no campo da propaganda. Mas nem uns nem outros renunciaram aos seus sonhos revanchistas.

CAPÍTULO VI

SOB A BANDEIRA DA O.N.U.

Disse-me o general Pak Jung Kuk que «à excepção da terra e dos homens, nada neste país tem mais do que 13 anos de idade». Verdade absoluta, excepto no que respeita à cidade de Kaesong, parcialmente poupada, em virtude do seu estatuto neutral, durante as negociações do cessar-fogo.

A minha ultima missão, na Segunda Guerra Mundial, levou-me até Hiroxima. Eu passeava por entre a poeira de tijolo e as cinzas do primeiro alvo experimental da bomba atómica, quando o Japão assinou, a bordo do barco de guerra americano «Missouri», os documentos da rendição. Nessa altura, pensei que tinha visto o máximo, em matéria de destruição de objécti-vos civis. No entanto, ao deixar a Coreia, sabia já que me tinha enganado. Hiroxima era uma cidade inteiramente arrasada. Mas a Coreia era um país destruído por completo — e no sentido mais literal da expressão. Quando a guerra deflagrou, a cidade de Pyongyang contava 400 000 habitantes; no fim da guerra, havia dois edifícios intactos! Ainda lá se encontram hoje, como peças de museu.

Nada escapou. Nem uma cidade, ou Vila, ou fábrica, ou escola, ou hospital. Mésmo templos isolados e afastados de quaisquer habitações foram reduzidos a escombros. Durante a guerra,

as minhas observações cingiram-se essencialmente as regiões do Norte, ao longo do Yalu, à costa leste e as cidades e vilas que marginam a estrada e o caminho-de-ferro que vão do Yalu ate Kaesong. Porém, alguns companheiros meus atravessaram o território ocidental e as outras regiões e descrevem exactamente o mesmo panorama de ruína total. No cur so da História, nenhum país sofreu comparável destruição material, salvo talvez alguns pequenos Estados na trajectória das invasões mongólicas.

Sobre Pyongyang, cuja população, no fim da guerra, ficara reduzida (mercê, sobretudo, das evacuações) a 80 000 ou 90 000 homens, caíram 390 000 bombas. E os «raids» mais devastadores verificaram-se logo a seguir ao começo das negociações, destinados como eram a tornar Kim Il Sung mais «maleável» em relação aos vários pontos a discutir.

A herança milenária do povo coreano foi totalmente aniquilada. O que se conseguira preservar ao longo dos 35 anos da ocupação japonesa e o que se edificara nos 5 anos de paz que mediaram entre a derrota do Japão e a eclosão da guerra, ruiu sob as bombas. E tudo se fez sob a bandeira da maior e mais universal das organizações mundiais para a salvaguarda da paz. Hitler, embora, por vezes, tenha chacinado maior proporçao de habitantes nos países ocupados, nada fez que se parecesse com a destruição total da Coreia do Norte. Mas, se os coreanos não foram exterminados, isso não se deveu à falta de tentativas da força aérea da «ONU». Se se tivesse deixado ficar nas suas cidades, aldeias, cabanas, todo o povo teria sido

varrido juntamente com elas. De resto, Syngman Rhee vangloriou-se de haver reduzido a população do Norte de 12 para 3 milhões de habitantes.

Ao longo da estrada que conduz do Yalu para o sul, podiam reconhecer-se os locais onde outrora tinham estado aldeias: terrenos pianos, enegrecidos, esperando agora o arado, e pilhas de tijolos e telhas, dispostas longitudinalmente nas bermas da estrada. Aqui e além, pedaços de chaminés emergiam grotescamente do meio das cinzas. Mais para sul, algumas estacas, sobreviventes de antigas guaritas, sobressaíam pór entre as ervas, assinalando o local de antigas aldeias. Ocorria perguntar onde viveriam agora os sobreviventes, se os houvesse. Olhando porém mais atentamente a paisagem circundante— que, na Coreia, é sempre emoldurada por colinas e montanhas—, viam-se colunas de fumo, saindo de buracos cavados nas vertentes. Como viria a verificar à luz do dia, aldeias inteiras tinham sido transferidas para o subsolo, para rudimentares abrigos subterrâneos, que não ofereciam mais condições do que as de protecção contra as bombas. Mesmo na minha primeira viagem ao Sul, um ano depois do começo da guerra, não vi qualquer hospital, igreja, escola ou edifício público, implantado ao longo da estrada, que tivesse escapado à destruição.

Tudo isto me ocorreu em Maio de 1967, em visitas como a que fiz à fábrica de adubos químicos de Hamheung. Sofrera o primeiro ataque a 11 de Julho de 1950, apenas três semanas depois do começo das hostilidades no paralelo 38. No fim da guerra, 36 000 bombas e obuses tinham sido lançados sobre ela; e, quase per-

manentemente, barcos de guerra americanos, estacionados a pouca distância da praia, bombardearam indiscriminadamente tudo o que mexia a flor do chão, em Hamheung. Do mesmo modo, as instalações da metalurgia de Hwanghae foram alvo de 30 000 bombas; e até uma pequena fábrica de fiação, em Pyongyang, justificou mais de 9000.

Seria ocioso indagar o número de fábricas, hospitais, escolas e casas que a guerra devastou, pois isso equivaleria a fazer urn rol de tudo o que, no começo da guerra, existia na Coreia do Norte. No entanto, a vida não parou e a produçao também não. Homens e máquinas transferiram-se para debaixo da terra e aí se fabricaram munições, material de transporte, têxteis, livros. Construíram-se máquinas, desenvolveu-se a investigação científica, publicaram-se jornais, ninguém deixou de ir à escola, nem mesmo ao cinema e ao teatro— e tudo nas caves e túneis esculpidos na rocha das montanhas. Durante largos períodos, a constância dos bombardeamentos forçava aquela gente a permanecer no subsolo enquanto raiasse a luz do dia. Mas, à noite, saíam para arar os campos, proceder à colheita, reparar pontes e estradas e, enfim, fazer tudo o que pudesse assegurar aos filhos e maridos combatentes a alimentação, as munições e o agasalho.

No relatório de 6 de Agosto de 1953 à reunião plenária do comité central do Partido dos Trabalhadores — onze dias após o termo da guerra— Kim Il Sung louvou a gente da retaguarda, «que soube levar de vencida todos os Obstáçulos e difiçuldades, sob a fúria dos bom-

bardeamentos inimigos e em condições terríveis; restauraram fábricas e minas, permitiram a sua expansão, asseguraram os transportes ferroviários e deram grande incremento à produção, especialmente na lavoura e na pesca. Nas fábricas subterrâneas, os nossos camaradas conseguiram manter a produção de munições à altura das necessidades da f rente; mantiveram o ritmo do transporte de abastecimentos de guerra para a frente, conduzindo comboios e camiões a coberto da noite, ainda que expostos as bombas do inimigo; não deixaram de pescar, apesar do fogo frenético dos barcos de guerra; lavraram a terra, utilizando bois camuflados... Mas mesmo assim, os estragos causados pela guerra à economia nacional são incalculáveis...».

Numa altura em que, na mesa da conferência, se discutia o ponto n.º 4 da agenda e em que os delegados americanos reclamavam o direito de reter muitos milhares de prisioneiros de guerra coreanos e chineses, invocando o princípio da «repatriação voluntária», foram lançadas incursões terroristas contra 78 cidades norte-coreanas, com o confessado propósito de fazer vergar o povo coreano. Em Tóquio, o comando da «ONU» alegou, dando prova do seu «humanitarismo», que os alvos tinham sido revelados com antecedência. So num desses «raids», em 29 de Agosto de 1952, a população civil de Pyongyang sofreu, pelo menos, 6000 mortos. A reacção da opinião mundial obrigou o comando da «ONU» a garantir que so tinham sido alvejados «objectivos estritamente militares». Mas o alcance desta expressão é bem ilustrado pelo relato que a Reuter fez, em 22 de Julho de 1952,

de uma comunicação entregue aos pilotos da R. A. F. recém-chegados:

«As cabanas, aparentemente inofensivas, que se vêem espalhadas perto das estradas, são o provável refúgio dos camiões e tanques dos comunistas. Os carros de bois transportam quase sempre munições. Ataques desencadeados contra alvos aparentemente inofensivos deram origem a grandes explosões, o que nos permitiu descobrir estes expedientes usados pelo serviço de abastecimento dos comunistas...»

Por outras palavras, tudo o que estivesse de pé e tudo o que se movesse constituíam potenciais objectivos militares; e, na dúvida, o mais seguro é bombardear. Se virem um civil, abatam-no, porque ele pode explodir. E, para justificar isto mesmo, um correspondente americano disse-me, com toda a seriedade, ter visto um velho, vestido de branco como os camponeses, explodir, ao ser atingido por um avião que sobrevoava a estrada. «O velhote transportava granadas de mão», asseverou-me.

Num outro «raid» sobre Pyongyang, em 11 de Julho de 1952, revelou a A. P. que se largaram 870 toneladas de bombas, 43 000 litros de «napalm» e 650 foguetões, e que foram ainda disparadas 50 000 descargas de metralhadoras e canhões. «lsto não deixará de ter repercussões imediatas nas negociações do cesar-fogo», concluía a A. P. Se porventura subsistissem quaisquer dúvidas sobre o propósito destes ataques, seriam dissipadas em 6 de Agosto por este outro relato da A. P.: «O Comando das Nações Unidas iniciou uma campanha de flagelação sistemática, destinada a quebrar o ânimo do inimìgo.»

Em Kaesong, durante o Verão, eu costumava observar as crianças coreanas que iam nadar. Em todos os grupos, pelo menos metade das crianças tinha o corpo coberto de queimaduras de «napalm». (A concentração de crianças em Kaesong era muito mais elevada do que nas outras regiões; eram enviadas para ali, porque a zona neutral lhes oferecia maior probabilidade de sobrevivência.) Via orelhas que eram protuberancias disformes, descaidas sobre as faces; braços e pernas marcados com grandes cicatrizes, com o aspecto e a consistência da borracha (quelóides, na terminologia médica). Vi também um rapaz que exibia fixamente um soriso horrendo; parecia um personagem saído do *L'homme qui rit*, de Vítor Hugo, com aquela boca torcida e queimada que nunca mais poderia fechar. Mas os casos piores, demasiado horríveis para poderem ser vistos por outras crianças, estavam nos hospitais: rostos que eram mascaras mortas, de cor púrpura; olhos, outrora vivos e brilhantes, e agora sem órbitas; ou apenas entrevisíveis por entre a pequena fenda das pálpebras, incapazes de se abrirem; ou vermelhos e fixos entre pálpebras que não se fecham; membros colados ao corpo por fusão; pés e mãos retorcidos e paralisados, garras horrendas e inúteis; came queimada — em nome das «Nações Unidas».

Massacrados, mutilados e torturados: porque? Mesmo que aceitássemos a versão oficial americana — segundo a qual foi o Norte quern atacou o Sul, e não o contrário— em nome de que leis ou precedentes é que pôde ser deliberada a aniquilação, pela mão de potênçias

estrangeiras e sob a bandeira da ONU, de todos os indivíduos que se encontrassem ao norte da linha de batalha? Ainda que a versão oficial americana fosse verdadeira — e não comprovadamente falsa, como é— o povo coreano não estava a fazer mais do que muitos outros (inclindo o americano e muitos europeus) fizeram antes dele: procurar unificar o país pela força das armas, quando já nenhuma outra via era possível. So uma palavra pode classificar a conduta americana para com os coreanos do Norte e aqueles que, no Sul, os apoiavam; e essa é, rigorosamente, «genocídio».

Quando descrevo estes factos —muitos dos quais testemunhei — e os condeno, não procuro de modo algum hostilizar a Organização das Nações Unidas. Mas o que em seu nome foi feito não poderá nunca mais ser esquecido. As cidades e aldeias foram já reconstruídas, a economia recompôs-se e progrediu; no entanto, os mortos continuam mortos, os mutilados continuam mutilados e é, sobretudo, o próprio corpo da Coreia que continua mutilado. Tudo isto se fez sob a bandeira da ONU. A composiçao da organização é hoje muito diversa daquela que aos E. U. A. deu carta branca na Coreia. Desde então, muitos países asiáticos e principalmente africanos têm ingressado na organização. É provável que a Histŏria tivesse seguido um curso diferente, se eles já lá estivessem em Junho de 1950. Mas persistem os factos de terem sido violadas cláusulas fundamentals da Carta e de terem sido cometidos monstruosos crimes contra a Humanidade, so comparáveis àqueles que, em Nuremberga, levaram os nazis ao patíbulo.

Quando, em Maio de 1967, tornei a visitar Panmunjon, fi-lo juntamente com vários jornalistas e delegados de governos e organizações afro-asiáticas e latino-americanas. A maior parte deles ficou estupefacta, por ver a bandeira da ONU na mesa de conferências onde ainda hoje os encontros têm lugar; horrorizada, por ver documentos justificativos de toda a espécie de violações da integridade territorial norte-coreana (como os casos já citados, nos quais os americanos procuraram reaver os seus pilotos capturados) — tudo com o papel timbrado da ONU; e embaraçada, por constatarx que a Coreia continua dividida em nome da ONU e que é também em nome desta que se perpetua a ocupação militar do Sul.

Tudo claras violações da Carta das Nações Unidas. O problema da Coreia era uma resultante da Segunda Guerra Mundial: um território sob a ocupação do inimigo. A única intervenção exterior justificável foi a que derivou do acordo entre as potências aliadas, na conferência de Yalta: as forças soviéticas e americanas invadiriam, respectivamente, o Norte e o Sul da Coreia, avançando até se encontrarem no paralelo 38, onde as tropas nipónicas deveriam ser defmitivamente desarmadas. A União Soviética evacuou as suas topas em Setembro de 1948, depois de em vão tentar persuadir os americanos a fazer o mesmo, a fim de deixarem aos coreanos a gestão dos seus negócios internos. A Coreia era, pois, um problema inerente à Segunda Guerra Mundial e, como tal, estava fora do âmbito de competência da ONU.

O artigo 107." da Carta preceitua que as Nações Unidas não têm competência relativamente as consequências directas da Segunda Guerra Mundial. E o § 7.° do artigo 2.° estipula que: «Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado, nem obrigará os membros a submeter tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta...»

De uma forma ou de outra, a ocupação americana da Coreia do Sul prolongou-se já por 22 anos; e, nos últimos 20, é a ONU que lhe tern servido de cobertura. Em 1947, por insistência americana, foi criada a comissão da ONU para a Coreia, a fim de impedir a reunificação do país. Em Outubro de 1950, foi aquela substituída pela «UNCURK» (Comissão da Nações Unidas para a Unificação e Reabilitação), que ainda hoje é o carimbo sob o qual a ocupação americana se impõe no Sul e sob o qual todos os passos para a «reunificação» do país ou para a «reabilitação» do Sul são boicotados. E, a menos que se opere algo de drástico, a «UNCURK» sera também a cobertura de novas e mais terrí-veis provações para o povo coreano.

Todas as ditaduras que, desde Syngman Rhee, se sucederam no Sul, tecem encomiásticos louvores à «UNCURK». Enquanto a «UNCURK» não for dissolvida; enquanto a bandeira da ONU não sair do quartel-general americano em Seul (chegou-se já ao ponto de tropas sul-coreanas terem desembarcado no Vietname, para o desempenho da sua missão assassina, empunhando a bandeira da ONU); enquanto as resoluções

relativas à Coreia, e adoptadas a partir de 1947, não forem revogadas — as Nações Unidas não terão apagado a enorme mancha que a tentativa de aniquilamento da nação coreana inegàvelmente representa. Em 3 anos de guerra, as «Nações Unidas» destruíram infinitamente mais do que os brutais colonialistas japoneses, em 35 anos de ocupação. E para o que os E. U. A. projectam fazer, futuramente, na Coreia... deixai-os, ao menos, ter de brandir a sua própria bandeira.

CAPÍTULO VII

O CAVALO ALADO

Quando os primeiros de entre os 12 700 prisioneiros de guerra aliados foram entregues em Panmunjom, uma das questões que mais curiosidade mereceu, por parte dos jornalistas ocidentais reunidos na circunstância, consistiu em saber como é que os tinham transportado até ali. Para surpresa geral, os prisioneiros informaram que tinham vindo de comboio de Pyongyang até Kaesong. O espanto dos correspondentes tornou-se ainda maior do que o experimentado na altura da construçao (pràticamente entre a noite e a madrugada) do edifício destinado à cerimónia da assinatura do cessar-fogo. Então a força aérea mais poderosa do mundo não bombardeara diàriamente, durante três anos, aqueles 200 quilómetros de caminho-de-ferro? Aquelas pontes e carris não tinham sido comprovadamente destruídos? E não anunciaram repetidamente os comunicados da força aérea a completa ruína de todo o sistema ferroviário norte•coreano, alias atestando-a com centenas de fotografias? «Então essas pontes? Não se dizia que já não existiam?» — era a pergunta que os jornalistas faziam uns aos outros, perante a insistência dos prisioneiros de que realmente tinham vindo de comboio até Kaesong. E, para mais, estes prisioneiros constituíam a primeira fornada e foram entregues apenas dois dias de-

remos consolidar os alicerces económicos do país e melhorar, com brevidade, as condições de vida do nosso povo...»

Muitos estrangeiros e mesmo alguns coreanos pensaram que o esforço de guerra exigira excessivamente de um jovem como Kim Il Sung (38 anos, quando ela começou) e que não estava no seu perfeito juízo. Propor a reconstrução, em 3 anos, de tudo o que tinha sido destruído, partindo do zero (ou de menos do que o zero, considerando a necessidade de remoção dos destroços, a escassez da mão-de-obra, que a guerra dizimara, e a circunstância de os trabalhadores sobreviventes se encontrarem ainda de uniforme)! Mas, para maior hilaridade daqueles que acreditavam nos comunicados da força aérea americana, a «loucura» de Kim Il Sung foi mais longe:

«Quanto aos transportes ferroviários», prosseguia o relatório de 6 de Agosto, «as linhas principais deverão estar reabertas ao tráfego, nos próximos 20 ou 30 dias; e, ate ao fim de 1953, todo o sistema ferroviário deverá encontrar-se inteiramente normalizado. Isto permitir-nos-á, para 1954, assegurar um volume de cargas da ordem dos 12-15 milhões de toneladas e, para 1955, de 15-18 milhões, ultrapassando-se assim os valores de antes da guerra... A rede ferroviária terá de ficar perfeitamente operacional no fim de 1953...» Isto não podia ser menos do que um insulto ao poderio aéreo americano. A restauração da linha Pyongyang-Kaesong ainda podia ser tida como um esforço gigantesco, justificado por fins propagandísticos; mas ordenar a restauração, em tal prazo, de todas as

grandes vias do país, em cujo aniquilamento se empenhara urn quinto da força aérea americana e vários esquadrões dos seus aliados, era ir longe de mais!

«Na reconstrução industrial», continuava o primeiro-ministro Kim, «deveremos ter sempre em mente a necessidade de redistribuição da nossa indústria. Sob a ocupação japonesa, a implantação das unidades fabris obedeceu a uma preocupação que não é nossa: escolhiam-se os locais mais convenientes em função do embarque dos produtos coreanos para o Japão... Essas instalações, afastadas das fontes de matérias-primas, suscitam graves problemas de transportes... Não devemos restaurar mecânicamente as fabricas destruidas, respeitando cegamente a sua situação anterior; devemos, sim, redistribuí--las...» Mas, para maior rapidez, muitas fabricas pjpderiam ser instaladas sobre as ruínas das que as precederam, disse, e, entre elas, citou a siderurgia de Hwanghae, na costa ocidental, 60 quilómetros a sudoeste de Pyongyang.

«Sobre estas instalações caíram bombas à razão de duas por metro quadrado», revelou--rae Choi Suk Yun, director delegado do complexo siderúrgico de Hwanghae, quando ali me desloquei, em Maio de 1967, «e num total de 30 mil. 85 % das máquinas foram completamente destruidas, ficando as restantes sèriamente danificadas. 3000 dos nossos operários partiram para a frente de batalha, mas, com os que ficaram e com algum equipamento que conseguimos salvar, transferimo-nos para debaixo da terra, onde desenvolvemos alguns tipos de produção.»

Perguntei-lhe então como tinham empreendido a reconstrução e quais as prioridades estabelecidas.

«Três dias depois da assinatura do armistício», respondeu Choi, «o primeiro-ministro Kim Il Sung veio observar estas ruínas. Começou por visitar o local onde, antes da guerra, tinham sido construídos os alojamentos dos operários. Depois, examinou as ruínas da fábrica. Nessa altura, a sala destinada à direcção, esta onde nos encontramos, ficara reduzida a um monte de escombros, cobertos já de ervas e de canas. O primeiro-ministro vistoriou tudo e discutiu com os operários o modo como estes pensavam ser mais fácil a reconstrução. No final do debate, revelou-nos as suas ideias. Assentámos no projecto prioritário de varrer os escombros e começar a trabalhar no forno Siemens-Martin. Deparou-se-nos toda a espécie de dificuldades: não dispúnhamos de ferramentas, nem mesmo alavancas para levantar os destroços; não tínhamos tijolos, para iniciar a reconstrução, nem alojamentos, nem um serviço de abastecimento. Mas os operários começaram, a pouco e pouco, a aparecer. Encetámos a produção de barras de ferro e, depois, de tijolos. Todos apertámos o cinto, pois compreendíamos perfeitamente que, como dissera o primeiro-ministro Kim, o país pouco progrediria na reconstrução se não dispusesse de aço. E o inexcedivel interesse que o primeiro-ministro punha nos nossos progressos estimulava-nos; ele visitou-nos 15 vezes e telefonou muitas mais, para se inteirar de como as çoisas corriam.

«Os edifícios principiavam a crescer e o equipamento de que carecíamos entrou a ser produzido in loco ou a ser-nos enviado de outras fábricas. No prazo de 6 meses, o forno estava completamente reconstruído e pudemos assim concentrar-nos na restauração da secção de laminagem, de acordo com as prioridades estabelecidas com Kim Il Sung. O prazo previsto para esta nova tarefa era de 3 anos, mas, afinal, não precisámos de mais do que um ano e sete meses...» E assim por diante; antes de decorridos os três anos, já o nível de produção de antes da guerra tinha sido atingido. Hoje, a produção anual de gusa atinge 720 000 toneladas e a de aço 560 000 toneladas (das quais, 350 000 de aço laminado).

Nas instalações de construção mecânica de Hamheung, na costa oriental, a história que me contaram não difere muito desta. Kim Pyong Han, de 50 anos, é o seu director. É um homem corpulento e simpático, com a voz rouca do operário que foi, e que tinha de gritar para se fazer ouvir por entre o barulho infernal de uma oficina de produção de maquinaria pesada. Como quase todos os directores que encontrei na Coreia do Norte, também este era um antigc operário do complexo que hoje dirigia.

«Poucos dias depois de acabada a guerra, Kim Il Sung veio visitar-nos», lembrou. «Disse-nos então: "Se queremos reconstruir a nossa indústria, temos de começar por Hamheung. E aqui, antes de mais nada, temos de reconstruir esta fábrica." A verdade, porém, é que nós nem sabíamos por onde ou como começar. Em três anos de guerra, a fábrica convertera-se em poeira

e destroços. O pouco equipamento que conseguimos salvar, levámo-lo para os túneis da montanha, onde, tanto quanto possível, procurámos manter a produção. Os operários mais jovens tinham ido para a frente; os mais velhos ficaram para assegurar a produção necessária aos combatentes. Quando as máquinas voltaram para aqui, so contávamos com os mais velhos para arrancar. Mas, algum tempo depois, os mais novos foram desmobilizados e regressaram. Todos arregaçámos as mangas e lançámo--nos ao trabalho. Em 18 meses, estas instalações estavam completamente reconstruídas e, antes que o piano trienal expirasse, a nossa produção atingiu a normalidade. Quanto ao piano quinquenal, realizámos os seus objectivos em metade, precisamente, do prazo previsto.

«Pyongyang é muito longe daqui, mas o primeiro-ministro veio cá oito vezes, para discutir os nossos problemas e para nos orientar, de acordo com os imperativos da reconstrução nacional. Desde o primeiro dia que o melhor da sua atenção se consagrou ao bem-estar dos operários e à criação de novas possibilidades educacionais para eles. "Se queremos desenvolver a nossa indústria", disse-nos, "então vamos precisar de um autêntico exército de quadros especializados." Por isso, criámos um curso preparatório e montámos uma escola técnica superior, funcionando dentro da fábrica; actualmente, cada uma delas tem uma frequência media de 800 operários.»

Kim Pyong Han acompanhou-me numa visita à fábrica. Trata-se de um vasto complexo, albergando 6500 operários, dos quais 35 º/o mulheres,

que trabalham inclinadas sobre tornos e outras máquinas-ferramentas ou conduzem gruas. As mulheres acenam, ao passar, com ramalhetes de flores de papel, em homenagem aos visitantes. Mostraram-me também algumas das máquinas que são o orgulho da fábrica. Prensas de 3000 toneladas, tornos mecânicos de 8 metres, perfuradoras que fazem orifícios com 200 milímetros de diâmetro — tudo máquinas que, normalmente, so os países tècnicamente mais evoluídos produzem.

«Mercê da nossa produção e da de outras fábricas como esta, o nosso país fabrica já 95 % das máquinas e do equipamento industrial de que precisa», disse Kim Pyong Han.

Haveria outros factos e outros números, porventura mais significativos, capazes de ilustrar a espantosa rapidez da recuperação coreana — rapidez de Chollima!

Quando o avião que me trouxe para a Coreia, após 13 anos de ausência, começou a perder altitude e se preparava para aterrar no aeroporto de Pyongyang, já o espanto me arregalara os olhos. Via tractores a trabalhar nos campos, graciosas aldeias de casas caiadas, anichadas nas vertentes das colinas e cercadas de macieiras em flor, campos seccionados por canais de irrigação e canteiros de semeadura de arroz, em disposição geométrica e cobertos de nylon. Ao deixar o aeroporto, ocorreu-me que, apesar de todo o tempo que passara na Coreia, esta era a primeira vez que via aldeias coreanas. São lindas aldeias, com casas de pedra ou de adobe caiado e todas encimadas pelos característicos telhados curvos, de cor cinzenta. É um prazer

contemplá-las, implantadas por entre campos lavrados e pomares de cerejeiras, macieiras, pessegueiros. É certo que a Primavera faz a paisagem em qualquer lado, mas a da nova Coreia, em 1967, pareceu-me inigualável. Mesmo Pyongyang estava irreconhecível. Durante a guerra eu não podia ter imaginado a transformação que se operou na cidade. Nesse tempo, em Pyongyang, corriamos vertiginosamente por entre as ruínas escuras e silenciosas, evitando a todo o custo qualquer paragem, no permanente receio de sermos apanhados sem protecção por um «raid» do inimigo. Por isso, da cidade de então, apenas recordo quatro grandes balizas: a colina Moribong, na qual, logo após o cessar-fogo, assisti a uma inesquecível representação teatral, numa enorme sala de espectáculos subterrânea; os restos da Universidade Kim Il Sung; a estação ferroviária, que os bombardeamentos arrasaram; e as ruínas da fábrica de têxteis. Hoje, porém, Pyongyang é uma bela cidade, moderna e com mais de 1 milhão de habitantes; largas avenidas arborizadas intercalam com jardins e pequenos parques; vastas zonas residenciais alastram até à margem do rio Tae-dong. Os prédios, em regra de 6 ou 7 andares, são quase todos amarelo-creme ou pastel, e o conjunto oferece uma sensação de luz, espaço e verdura.

Cidades como Hamheung, Wonsan, Sariwon, Kaesong e outras que visitei, todas apresentam as mesmas linhas generosas, com largo uso dos espaços, da vegetação e das cores leves; do mesmo modo, as aldeias são bem desenhadas, oferecendo uma impressão geral de solidez e

luminosidade, com as paredes de adobe caiado ou de pedra, pintada em tons leves.

Eu estava no Vietname do Norte, quando empreendi esta viagem à Coreia; lá, encontra-se afixada por toda a parte uma frase do presidente Ho Chi Minh: «A guerra pode durar 5, 10, 20 ou mais anos. Hanoi, Haiphong e muitas outras cidades e empresas poderão ser arrasadas, mas o povo vietnamiano não se deixará intimidar. Não há nada tão precioso como a liberdade e a independência. Depois da vitória, o nosso povo reconstruirá o país, tornando-o ainda melhor e mais belo.» As realidades da Coreia de hoje são a melhor prova de que isto é possível.

«Eu disse aos meus camaradas vietnamianos», revelou-me Kim Il Sung, durante o nosso encontro em Pyongyang, «que os americanos poderão destruir tudo pelas bombas (e o meu próprio país foi por eles desmantelado), mas enquanto o povo se conservar unido, em torno do partido e do governo, tudo se reconstruiria, e com rapidez. Afirmo-o categòricamente, e com a autoridade da experiência própria. Os imperialistas não acreditam na indomável força do povo, mas nós sim; pudemos, alias, experimentá-la largamente, quer durante a guerra quer depois dela, no período de reconstrução. Foi sobre a grande força latente das massas que nos apoiámos. Os americanos disseram que 100 anos não seriam bastantes para reerguer a República Democrática Popular da Coreia. Mas enganaram-se redondamente.

«Hoje, os americanos bombardeiam o Vietname, mas estou certo de que a vitória acabará por sorrir ao povo vietnamiano. E quando isso

acontecer, ele poderá reconstruir, com as próprias mãos, o país, transf ormando-o numa nação rica e próspera. Com as suas bombas, os americanos são capazes de destruir todos os valores materials, os edifícios, as casas, quaisquer outras construções; mas elas são impotentes para aniquilar a vontade do povo. Você escreveu isto nos seus livros sobre o Vietname; e é assim mesmo.

«Os americanos vangloriavam-se de não podermos reconstruir o país em menos de um século; e deviam desejá-lo intensamente. Mas 3 anos bastaram para que a nossa economia atingisse os niveis da produçao de antes da guerra. Tudo o que você aqui vê foi construído durante os 10 anos seguintes. E, para a próxima vez, fá-lo-emos melhor e mais depressa...»

O que parecia um piano utópico e delirante foi, de facto, realizado; e, em inúmeros sectores, os niveis da produçao industrial de antes da guerra foram alcançados muito antes do previsto. Eis o melhor estímulo para o povo vietnamiano, cuja economia está agora a ser destruída numa escala ainda maior, e para todos os demais povos que se recusem a ceder ante a chantagem das bombas. Eis o que o exemplo norte- - coreano veio patentear: se a independência e a soberania forem preservadas, se o poder permanecer nas mãos do povo, se este estiver unido em torno dos seus dirigentes e se estes adoptarem uma linha correcta — mesmo um país tècnicamente atrasado pode operar milagres. No piano tecnologico, o atraso da Coreia era imenso. Falei com muitos directores de fábricas, com especialistas na produçao do aço ou

nas indústrias químicas, com desenhadores de máquinas. Eram quase todos homens de quarenta e muitos anos. Há 22 anos tratava-se de operários sem qualquer preparação, trabalhando nas mesmas fábricas que hoje dirigem ou nas quais ocupam posições destacadas. Em 1945, quando o país se libertou da ocupação japonesa, os engenheiros e os operários especializados eram pràticamente inexistentes. Proibira-se peremptòriamente aos coreanos a especialização e nem mesmo os deixavam observar os processos de manufactura. Nos 5 anos que mediaram entre a evacuação japonesa e a eclosão da guerra, desenvolveu-se um imenso esforço para a formação de quadros técnicos, mas a grande maioria destes, quando a guerra rebentou, pegou logo em armas.

Os japoneses construíam fábricas e empregavam nelas a mão-de-obra coreana, tão barata como inesgotável; aproveitavam também as matérias-primas locais mais necessárias no Japão. Assim, por exemplo, 20 000 operários não especializados, desenvolvendo trabalho puramente manual, produziam, na siderurgia de Hwanghae, menos de um terço do que produzem hoje os 15 000 que a fábrica emprega. E, como me foi dito pelo director delegado Choi, uma grande proporçao desses 15 000 homens trabalha na construção, que a contínua expansáo da capacidade produtiva requer. O responsável da oficina de laminagem, Pak Jung Kun, tem 50 anos e trabalha na fábrica há 33 anos; mostrou-me os calos que tinha nos ombros, adquiridos a transportar tinas de madeira com minério de ferro para despejar nos- fornos.,

«Ainda sinto o pescoço retesado», disse-me. «Os patrões japoneses nunca nos deixavam aprender nada. E quando se foram embora, deixaram-nos os fornos num estado calamitoso. Tivemos de começar por martelar e dinamitar o aço frio, retirando-o dos fornos, até os limparmos, um por um. Uma das principais dificuldades com que deparámos na reconstrução foi a de não termos um único operário capaz de ler um projects (sendo alias muito poucos os que podiam ler o que quer que fosse). Antes de partir, os japoneses lançaram ao Taedong centenas de toneladas de peças indispensáveis. E disseram que nós levaríamos 20 ou 30 anos para pôr tudo isto novamente em movimento.»

Os japoneses tinham construído um porto em Hwanghae, através do qual expediam toda a produção, para alimentar a sua máquina de guerra.

«Mas um ano depois da evacuação», prosseguiu Choi, «tínhamos já o nosso forno Siemens-Martin em condições operacionais; e, em 1947, a oficina de laminagem estava de novo a trabalhar. Em 1949, ultrapassámos o máximo produzido sob a ocupação japonesa... No ano seguinte, a guerra recomeçou e os bombardeiros americanos destruíram tudo.»

Quando se fala com homens como estes, compreende-se como se tornou possível realizar tais tarefas. Têm dedicado toda a vida a superar dificuldades que parecem intransponíveis, e não dispondo de mais que as próprias mãos. A fábricá de Hwânghaé foi arrasada duas vezes; duas vezes aqueles homens a reconstruíram; e todos sabem que a probabilidade de uma

nova destruição é grande. E o mesmo se passou com quase todas as outras fábricas que visitei.

Verificando que os progressos se faziam à velocidade de Chollima, Kim Il Sung pôde apresentar, à sessão plenária de 3 de Novembro de 1964, do comité central do Partido dos Trabalhadores, um relatório bastante optimista. Não deixa de ser interessante comparar os números então previstos com os resultados que viriam a alcançar-se. Para 1957, ele programou a edificação de 20 ou 30 fábricas de construção mecânica e a produção de cerca de 100 milhões de metros de algodão, seda e fibras artificiais. Informou que os números de operários e empregados de escritório, que ao tempo da libertação era de 300 000 e que, no início da guerra, já duplicara, aumentara, apesar das baixas da guerra, para 810 000 e que, em breve, ultrapassaria o milhão. Que a população de Pyongyang voltara a atingir os 400 000, sendo de 70-80 000 no decurso da guerra. Estabeleceu o objectivo — que, uma vez mais, parecia utópico— de 2,9-3 milhões de toneladas de cereais; e, no-tando que 21,5 % dos camponeses se encontra-vam já organizados em cooperativas, insistiu na necessidade de se encorajar este movimento. (Apurou-se mais tarde que as primeiras cooperativas se constituíram com as famílias cujos recursos em braços, animais de tracção e alfaias agrícolas tinham sido drasticamente reduzidos pela guerra, e para as quais a única forma de conseguirem próduzir alguma coisa consistia em pôr em comum o trabalho e as alfaias. O movimento gerou-se, portanto, na base.) Mas

o primeiro-ministro chamou também a atenção para os perigos de se avançar ràpidamente demais na formação de cooperativas agrícolas — no que so foi coerente com a sua atitude realista perante as questões económicas e outras. E contou, a propósito, que um delegado do partido se orgulhava muito de ter formado uma cooperativa englobando 500 lares!

«Receio bem que isto seja exagerado», comentou Kim Il Sung. «Parece-me mais adequado começarmos por organizar 15 ou 20 lares e, de harmonia com o progressivo amadurecimento das condições, irmos aumentando o número das famílias participantes para 30, 50 ou 70. Enquanto não tivermos quadros bastantes e as condições não estiverem prontas para a mecanização, não é possível gerir profìquamente cooperativas tão grandes...» Isto não significa que Kim Il Sung tivesse voltado as costas a Chollima; estava apenas a dar-lhe a aveia requerida para um novo e grande salto em frente. O início desse salto foi fixado em Abril de 1955, quando se anunciaram os objectivos do piano quinquenal; entre eles, destacavam-se um milhão de tonela-das de gusa, 9 milhões de toneladas de carvão, 400 000 toneladas de fertilizantes químicos, 3,5 milhões de toneladas de cereais e 150 milhões de quilómetros de pano; aumento da capacidade de produção de energia eléctrica para 1 850 000 kW/hora; formação de 150 000 engenheiros e agentes técnicos altamente qualificados.

Uma vez mais, a grande dificuldade era a carência de operários especializados. O operariado industrial estava em grande expansão, como o revela o facto de mais de metade dos

trabalhadores da indústria pesada possuírem menos de um ano de experiência e apenas 4 % mais de dez anos. Mas já então todas as fábricas mantinham em funcionamento os seus próprios cursos técnicos superiores, frequentados pelos operários, fora das horas de trabalho.

Um dos maiores problemas que o Norte tinha então para resolver era o dos cereais. Tal como acontece no Vietname, também na Coreia o Sul era o celeiro natural do país, enquanto que no Norte se concentrava a pouca indústria existente. Um olhar por um mapa em relevo mostra que a Coreia do Norte é uma região quase totalmente coberta de montanhas, exceptuando-se uma estreita faixa de terra plana ao longo da costa oriental (faixa que, por vezes, se circunscreve a pequenas bolsas, pois, aqui e além, as montanhas descaem directamente sobre o mar) e uma planície relativamente vasta, que corre ao longo da costa ocidental. Menos de 20 % do território é terra arável. Por mero acaso, a fixação da linha de cessar-fogo com base na frente de batalha, e não no paralelo 38, favoreceu o Norte, sob este ponto de vista. Quase todos os 3680 quilómetros quadrados de terra ao sul do paralelo que a Coreia do Norte assim ganhou são planícies aptas para a cultura do arroz; por seu turno, os 4634 quilómetros quadrados que a ROK ganhou ao norte do paralelo são, quase inteiramente, terreno montanhoso e improdutivo. Do ponto de vista económico, os americanos teriam ficado muito melhor servidos com um ajustamento na base do paralelo 38; mas so Ihes interessava então o aspecto militar: dispor de complexos

montanhosos, estrategicamente adequados a uma nova «marcha sobre o Norte» — aquela que Syngman Rhee nunca deixou de reclamar.

De forma geral, os objectivos fixados em 1955 eram estarrecedores e, sem as precedentes realizações à velocidade de Chollima, não poderiam ser encarados sèriamente por ninguém. Mas o certo é que, um mês depois do cessar-fogo, as principals vias férreas estavam abertas ao tráfego; em menos de 6 meses, o sistema de comunicações encontrava-se inteiramente restaurado; em 3 anos, a economia nacional reproduzia os níveis de antes da guerra. É certo que o auxílio da União Soviética, da China e dos demais países socialistas foi considerável. Mas nem o mais generoso dos auxílios deste mundo poderia ser decisivo, ou sequer tornar-se efectivo, sem o ânimo verdadeiramente heróico dos camponeses, operários e intelectuais coreanos — que arregaçaram as mangas, apertaram dolorosamente os cintos e construíram um mundo novo sobre as próprias cinzas do antigo.

CAPÍTULO VIII

A FABRICA E OS CAMPOS

A parada do l.º de Maio de 1957 ia começar: na tribuna, os dirigentes políticos e os convidados tinham já tornado os seus lugares. De súbito, desencadeou-se uma grande algazarra, em que sobressaíam relinchos de cavalos. Pensei — e não devo ter sido o único— que se tratasse de cavalos pouco dóceis, pertencentes a alguma unidade de cavalaria, mantida dema-siado tempo à espera do começo da parada. O barulho assumiu proporções alarmantes e todas as cabeças —pelo menos as dos estran-geiros que se sentavam à minha roda — se vol-taram para o local donde ele parecia provir. Mas alguns amigos coreanos imediatamente nos indicaram a direcção oposta, donde vinham, em ruidosa carga, 27 enormes cavalos voadores, de dimensões muito maiores do que o tamanho natural; empinados nas patas traseiras, como que arremessados para o futuro, passaram, numa velocidade incrível, pelos altifalantes que difundiam os seus relinchos.

Enfim, sumiram-se. Ouviram-se as salvas de mais de trezentos canhões e a parada começou. Passaram primeiro os carros alegóricos, ilustrando o passado mais recente: os dias amargos da ocupação japonesa e algumas epopeias da luta contra ela; a defesa da colina 1211, na guerra de 1950-1953; cenas alusivas à guerra do

Vietname e à luta dos povos da Africa e da America Latina; vieram depois algumas cenas mais alegres, representando aspectos salientes da reconstrução, no pós-guerra. Seguiu-se a passagem em revista da milícia popular e o desfile das suas unidades motorizadas, transportando morteiros pesados, obuses, artilharia antitanque e antiaérea (esta quase sempre manejada por raparigas). Foram exibidos gráficos e números, assinalando os objectivos já atingidos pela produção; muitos cartazes, reclamando a reunificação do país e divulgando os progressos paralelos da produção e da capacidade defensiva nacional; outros ainda, estimulando a autoconfiança do povo ou apelando para a realização antecipada dos objectivos do piano septenal. Passaram gigantescos fornos, escorrendo aço; enormes cestas, donde os fertilizantes caíam, como flocos de neve; galos imensos, cacarejando, e grandes vacas, com tetas semelhantes a sacos de farinha, mugindo. A procissão desfilou, interminavel, com grupos de dançarinos e acrobatas que se detinham junto à tribuna para exibir as suas habilidades. üm espectáculo alegre e movimentado, no decurso do qual cerca de 600 000 pessoas passaram em frente à tribuna, saudando Kim Il Sung e outros dirigen-tes políticos. E tudo isto demorou apenas duas horas.

Disseram-me que nunca houve um l.º de Maio como este. Alias, nunca as razões para celebrar foram tantas, nem tantos os convidados estrangeiros, tão grandes os progressos realizados, tão ambiciosos os projectos futuros. Um país digno do orgulho de Chollima!

As estatísticas não são o meio mais adequado para descrever progressos humanos, mas, até que a literatura possa reflectir em ter-mos mais ricos o que o povo coreano celebrava nesse dia, teremos de recorrer a elas, aìnda que sumàriamente. Desde logo, uma relação numérica sobressaía entre todas. Em 1946, à indústria correspondia 28 % do produto nacional bruto, cabendo à agricultura e à pesca os restantes 72 %. Em 1967, a relação achava-se mais do que invertida, cabendo à indústria 76 % do total. (De facto, os últimos números disponíeis são os de 1964, mas não deve ter havido, de então para cá, grande alteração, porque se verificou também um apreciável progresso na produção agrícola e piscatória.)

A produção industrial era já 11 vezes maior do que a de 1949 (ano que imediatamente antecedeu a eclosão da guerra) e 37 vezes maior do que a de 1946 (primeiro ano posterior à ocupação japonesa). Os «trolleys», principal meio de transporte colectivo nas cidades, são construídos na Coreia. Tal como as locomotivas eléctricas, de que está hoje equipada a maior parte dos comboios, tanto de mercadorias como de passageiros, as escavadoras que trabalham na construção, os tractores empregados na lavoura, as locomotivas a «diesel» que operam nas florestas e nas minas, os camiões e carros utilizados pelo exército — tudo se produz na Coreia, mercê de equipamentos e técnicas adquiridos nos últimos treze anos. E não se trata apenas de produtos acabados; também as máquinas que os fazem são, em regra, fabricadas na Coreia (senão as originais, pelo menos aquelas que as

multiplicand). Os coreanos garantiram-me que so 10 países do mundo —4 dos quais socialistas—constroem locomotivas eléctricas. A Coreia é um deles.

O fabrico de máquinas, que, juntamente com a siderurgia, constitui a espinha dorsal do desenvolvimento da indústria, representa mais de 25% da produção industrial e, como vimos, fornece 95 % do equipamento utilizado. A produção de máquinas-ferramentas excede já as necessidades, o que permite exportá-las; e até países tão evoluídos como a Checoslováquia as importam. Produziram-se já alguns protótipos experimentais e verifica-se um grande impulso, no sentido de alcançar os níveis mais elevados do mundo, neste importante sector da automação industrial.

Em muitos outros sectores, nem vale a pena fazermos comparações com os números de antes da guerra. A produção de têxteis, por exemplo, atingiu os 25 metros anuais per capita (isto é, 3 vezes o objectivo que Kim Il Sung estabeleceu, em 1954) o que corresponde a 195 vezes o máximo atingido antes da libertaçao. No que respeita aos produtos químicos destinados à agricultura, aos insecticidas, etc., as cifras multiplicavam-se, entre 1961 e 1965, por 17. É impossível qualquer confronto com o número de antes da guerra, pois, qualquer que fosse o total de produtos químicos agrícolas então produzido, ele era embarcado à saída da fábrica e seguia directamente para o Japão.

Os dirigentes coreanos consideram que a Coreia é, actualmente, um país socialista semi-industrial, semiagrícola, mas lançado já em

pleno processo de transformação em país industrial.

Se passarmos à agricultura, o quadro não é menos impressionante. Em 1967, toda a estrutura económica rural se encontra reorganizada, havendo já 3843 cooperativas agrícolas, contando cada uma com uma media de 300 lares e 500 hectares de terreno. A moderação recomendada por Kim Il Sung, em 1954, revelou-se afinal extremamente compensadora. Em 1958, já a pequena propriedade individual desaparecera há muito, em favor da constituição de 13 309 cooperativas, compreendendo 80 lares e dotadas de 130 hectares cada uma. Estas, por seu turno, resultavam já da fusão de unidades mais pequenas, de 15-20 lares cada uma. Mas, no fim de 1958, as realidades eram já outras: havia mais máquinas disponíveis, era necessário proceder a uma irrigação em larga escala e os projectos de electrificação tornavam mais e conómicas as unidades mais vastas. Um novo e grande processo de fusão reduziu as 13 309 cooperativas a 3843, o que significava que as cooperativas agrícolas se passavam a organizar à escala da aldeia, tornando-se o presidente do respectivo conselho local, automàticamente, presidente da cooperativa.

Agora as terras estão completamente irrigadas; os terrenos áridos deixaram, definitivamente, de o ser e, como os trabalhos da irrigação se fizeram acompanhar das obras destinadas ao controle das inundaçoes, o perigo das cheias foi pràticamente conjurado a partir de 1967 — ressalvadas, é claro, quaisquer catástrofes sem precedentes. No final de 1965, a energia

eléctrica chegava já a 96 % das cooperativas agrícolas e a 81 % do total das casas de habitação (os mesmos dados, em 1958, eram, respectivamente, de 67 a 45%). (Nalguns casos, a energia eléctrica continua a ser apenas fornecida as estações de bombagem e as debulhadoras.) Cada granja cooperativa possui 5 tractores e dispõe de adubos químicos em quantidade suficiente para aplicar 300 quilos por hectare. Isto é reconhecidamente exíguo, mas o fornecimento aumenta de ano para ano e, por outro lado, aquele quantitativo aumentou com a utilização de 10 a 20 toneladas de estrume por hectare. Pelo menos, assim acontecia nas granjas que visitei.

De tudo isto resulta que a produção cerealífera aumenta a olhos vistos. Num relatório apresentado, em 5 de Janeiro de 1959, ao Congresso Nacional das Cooperativas Agrícolas, Kim Il Sung pôde anunciar que a produção de 1956 (2 870 000 toneladas) ultrapassara já folgada- mente o máximo atingido antes da guerra. Em 1957, aquele número passaria a ser de 3 700 000 toneladas, o que equivalia a quase duplicar as cifras do primeiro ano posterior à libertação. Esta progressao desenvolveu-se sempre, ate, em 1965, se alcançarem os 5 000 000 de toneladas — número que, em 1967, foi já certamente superado. Nos primeiros anos após a guerra, a Coreia do Norte importou cereais da China e da União Soviética. Hoje, é inteiramente auto-suficiente na produção cerealífera — o que necessàriamente se repercute no nível de vida do povo.

A rapidez com que tudo se processou foi surpreendente. Mas surpreendente é também a

forma como os corcéis se mantiveram sob controle, retraindo-se os mais fogosos, esforçando-se os mais lentos, tudo de molde a conseguir um ritmo de desenvolvimento equilibrado. Na parada do l.º de Maio, foram 27 os Chollimas que desfilaram; não sei se este número pretendia oferecer um símbolo, mas se tal aconteceu so" nos resta render-nos de admiração pelo seu condutor. 4 cavalos atrelados não são nada fáceis de guiar, mas 27 estabelecem um desafio à imaginação. Foi necessário harmonizar a indústria pesada com a indústria ligeira, ambas com a agricultura e os benefícios com o trabalho realizado — pois, de outro modo, o ritmo retardar-se-ia; a formação de especialistas teve de acompanhar a par e passo as exigências técnicas das fábricas e dos campos. Mas tudo se orientou com mão de mestre. Creio não ser exagero afirmar que nenhum país, no curso da História, conseguiu ir tão longe e tão depressa, em todos os aspectos do desenvolvimento, como a República Democrática Popular da Coreia, sob a chefia de Kim Il Sung.

Mas que puderam os operários retirar de tudo isto? E os camponeses? So trabalho e privacies? Em primeiro lugar, recuperaram a dignidade nacional—e talvez seja necessário conhecer os coreanos para se compreender a importância deste ponto. Durante séculos, o povo coreano viveu subjugado por invasores estrangeiros e nunca deixou de os combater e os tempos terríveis da ocupação japonesa ainda estão frescos na memória dessa gente.

Não terão sido talvez muitos os que tomaram parte na luta armada contra os japoneses;

mas, na luta politica contra os japoneses e na luta armada contra os EUA e a ROK, a proporção dos participantes tornou-se esmagadora. O feito de que os coreanos mais se orgulham reside em terem logrado manter em respeito, com o auxílio dos voluntários chineses, a mais poderosa das potencias ocidentais. Mas bem podem olhar em volta e ver o que as suas mãos construíram: cidades, vilas, fábricas, escolas, bem como quase todas as máquinas, tudo edificado por uma geração que recorda ainda a miséria e as humilhações de viver e trabalhar sob o jugo nipónico. Hoje, na Coreia, a dignidade nacional é qualquer coisa de muito palpável, qualquer coisa que transparece de todo o procedimento, de todas as atitudes, do povo. E, na actualidade, é a História — mais as proezas que esta geração realizou, na guerra como na paz — que confere um conteúdo especial à dignidade nacional dos coreanos.

Todavia os benefícios materiais foram também volumosos. A primeira grande reforma legal, publicada em 20 de Junho de 1946, instituiu o dia de trabalho de 8 horas para os operários, a igualdade de salários dos dois sexos e os seguros sociais para trabalhadores doentes ou idosos. Durante a ocupação japonesa, o dia de trabalho era de 12-14 horas e os trabalhadores enfermos eram abandonados como cães ou lançados fora como ferro-velho. Com o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, o dia de 8 horas tornou-se extensivo aos camponeses, sofrendo embora ligeiros ajustamentos, variáveis consoante as estações — umas de maior, outras de menor actividade. Gradualmente, ou-

tros benefícios se vieram juntar a estes: o dia de 6 horas para mulheres com mais de três filhos, licenças remuneradas de dois meses e meio, antes e depois do parto (inicialmente, so para as operarias, mas agora também para as camponesas), licenças remuneradas de 15 dias para operários e camponeses, internamento gratuito nos sanatórios, viagens pagas, da fábrica ou granja, para as estâncias de repouso. E o facto de os trabalhadores agrícolas compartilharem plenamente destes benefícios não é nada vulgar, mesmo nos países socialistas.

Eis a cronologia do caminho percorrido por Chollima, levando no seu dor so os camponeses:

Antes da Libertação:

Os camponeses pagavam aos terratenentes 50 a 80 % das suas colheitas.

1945:

Insurreição camponesa, após a Libertação, durante a qual é instituído o sistema «3: 7»: 30 % para os senhores da terra, 70 % para os trabalhadores.

5 de Marco de 1946:

Reforma agrária. Mais de um milhão de hectares distribuídos por famílias camponesas que não tinham terras. Pagamento em géneros e calculado em 25 % da colheita. Foi a primeira reforma agrária posta em prática num país asiático.

5 de Agosto de 1953:

O Partido dos Trabalhadores decide fomentar a formação de cooperativas, que alias se

vinham já constituindo espontâneamente, mercê da escassez de mão-de-obra e de al-faias agrícolas que se registaram no imediato pós-guerra.

3 de Novembro de 1954:

21,5 % dos lares rurais organizados em cooperativas.

Fins de 1958:

100 % dos lares camponeses organizados em cooperativas; 13 309 cooperativas agrícolas, abrangendo, cada uma, cerca de 130 hectares de terreno, fundem-se, dando lugar a 3843 novas cooperativas, dotadas, cada uma, de 500 hectares.

5 de Janeiro de 1959:

A energia eléctrica chega a 67 % das aldeias e a 49 % dos lares camponeses. O primeiro-ministro Kim Il Sung anuncia que a contribuição agrícola, até então de 10 a 27 %, é reduzida para 12 % e inteiramente abolida em certas regiões montanhosas.

Fins de 1959:

Redução da contribuição agrícola para 8,4 %.

2 de Fevereiro de 1964:

Electrificadas 93 % das aldeias e 71 % das casas de habitação. Dia de 8 horas de trabalho nas granjas cooperativas. Cada cooperativa dispõe agora de 5 agrónomos e cada equipa de trabalho conta com 2 agentes técnicos ou outros especialistas. Kim Il Sung

anuncia a abolição da contribuição agrícola para 2400 cooperativas e promete tornar a medida extensiva, durante o ano de 1964, a 800 outras. O Estado chama a si a responsabilidade de todas as grandes construções — obras de irrigação, estações de bomba-gem, etc.—, incluindo os alojamentos para os trabalhadores das granjas.

14 de Abril de 1965:
Electrificadas 95,5 % das aldeias e 81 % dos lares.

1966:
Completa abolição da contribuição agrícola. Irrigadas 100 % das granjas.

Na granja cooperativa Estrela Vermelha, a cerca de 20 quilómetros de Hamheung, era visível que as coisas tinham evoluido de acordo com a cronologia aqui traçada. A responsável da granja, Han Hu Bong Nyo, deu-me a impressão de ser uma mulher a todos os títulos notável; a face queimada pelo sol e os olhos cercados de pequenas rugas denunciavam uma vida passada na sua maior parte ao ar livre; tudo nela sugeria coragem e eficiência. Contou-me como a granja progredira e, com ela, as pessoas. À semelhança do que sucedera com os directores das fábricas, também ela era membro da comunidade que dirigia; nasceu, alias, mesmo no local onde a granja está agora instalada. Contou-me que ela e o marido eram camponeses pobres e descreveu- me o júbilo de toda

a aldeia, na altura da reforma agrária. «Havia então 320 lares camponeses, mas 6 grandes proprietários detinham 70 % da terra cultivável. Com a reforma agrária, as terras passaram para as mãos dos pobres. Mas ainda mal tínhamos conseguido apreciar plenamente essa nova vida, quando os americanos vieram e destruíram tudo...» Toda a região foi ocupada por forças da marinha americana. O marido, a filha e o sogro foram executados, acusados de terem enviado abastecimentos para a frente de batalha; ela própria chegou a ser presa e torturada, mas conseguiu fugir.

«Os jovens iam para a frente combater os americanos e as mulheres e os velhos trabalhavam duramente para abastecer a frente; era essa a sua quota-parte no esforço de guerra. Quando esta acabou, trinta de nós, tendo perdido os maridos, pais e filhos, decidiram pôr em comum os utensílios e o trabalho, formando uma cooperativa. Não falando já de vidas humanas, a guerra aniquilara a maior parte dos nossos animais de tiro e das nossas alfaias. No prazo de poucos anos, tinham-se já constituído 5 cooperativas agrícolas e o nosso nível de vida começava a crescer visìvelmente. Em 21 de Marco de 1956, Kim Il Sung veio visitar-nos, conversou demoradamente acerca dos nossos problemas e explicou-nos como as coisas deve-riam evoluir futuramente. Após a sua partida, tornámos a debater os assuntos entre nós e, em Julho de 1956, fundimos as 5 cooperativas numa so. Esta, actualmente, abrange quase 400 lares, conta cerca de 900 trabalhadores membros e 483 hectares de terra arável e pomares, 1300 ca-

beças de gado e 4000 aves de capoeira. A irrigação e a electrificação são já completas...»

A produção por hectare passou de 2 toneladas, sob a ocupação japonesa, para 4,1-4,3 toneladas, nos últimos anos. A debulha, o descas-que e a bombagem passaram a fazer-se elèctricamente e a granj a foi dotada de 5 tractores e um camião, «todos feitos na Coreia», como orgulhosamente assinalou a senhora Han. Deu-se então um facto importante, também garantia e prova de que as coisas estavam a seguir o bom caminho: 55 filhos de trabalhadores da granja licenciaram-se na universidade e muitos deles regressaram à granja, para onde foram traba-Ihar num conjunto de especialidades (agronomia, veterinária, biologia, professorado, e muitas outras). Havia ainda outros 98 na universidade, ou tirando cursos por correspondência ou frequentando as aulas nocturnas das escolas técnicas superiores. E, enfim, 383 bebés e crianças pequenas encontravam-se nos infantários e jardins de infância da granja cooperativa. Estive lá — e nunca me foi dado ver crianças tão rosadas e sadias, num ambiente de tão impecá- vel asseio.

Abolira-se a contribuição no ano anterior, o Estado construíra já 147 casas de pedra sólida e muitas mais se construiriam nos anos vindouros. «Estamos firmemente decididos a defender esta vida nova que vivemos e tudo o mais que pusemos de pé», disse-me Han Hu Bong Nyo, deputada da Suprema Assembleia do Povo, e Heroína do Trabalho. «Temos a nossa própria milícia, à qual pertencem todos os membros da cooperativa. Estamos equipados com armas

automáticas e moderna artilharia antiaérea. Fazemos regularmente exercícios militares.» Pez-me relembrar a milícia operária e camponesa que, no l.º de Maio, desfilou perante a tribuna de honra.

A senhora Han foi eleita presidente da primeira cooperativa, formada em fins de 1953 e essencialmente constituída por viúvas de guerra; mais tarde, quando, em Julho de 1956, as 5 cooperativas já existentes se fundiram numa so, uma vez mais nela recaiu a escolha; e, desde então, nunca deixou de ser reeleita. Subimos a uma colina donde se viam as casas, pequenas e asseadas, dos aldeões, rodeadas de macieiras em flor do alto, indicou-me, com mal dissimulado orgulho, as instalações onde se procede ao descasque do arroz, já elèctricamente, a oficina de reparações, dotada de torno mecânico próprio e inúmeras ferramentas para trabalhar metais e madeira, e os barracões destinados à cultura dos bichos da seda, aos suínos e as aves domésticas. Até nós chegavam as vozes das crianças que cantavam nos jardins de infância. Ao longo de algumas centenas de hectares de pomares, os troncos das macieiras, cobertos de um insecticida branco, combinavam-se com a alvura das flores; os canteiros de sementeira de arroz estavam cobertos de uma película de cloreto de vinilo (fornecido por uma fábrica de produtos químicos situada nas imediações), destinada a favorecer o crescimento e a afastar os pássaros. Proximo de nós, três dos tractores da cooperativa aravam os campos, amaciando-os para a transplantação do arroz; de mais longe chegava-nos o martelar ritmado das bombas de

irrigação; víamos a água a correr, refulgindo à luz do sol, pelos canais de irrigação, dispostos em agradável geometria. Tudo limpo, ordenado, próspero.

Perguntei à senhora Han quais as principais tarefas do momento e ela respondeu-me, assinalando-as, uma por uma, com os dedos da mão: «Estamos já bastante avançados na revolução tecnológica. Isto quer dizer irrigação, electrificação e emprego de produtos químicos. Este ano, utilizamos 20 toneladas de estrume por hectare e 375 quilos de adubos químicos. Recorremos também a insecticidas e, à medida que vão estando disponíveis, a outros produtos químicos, preparados para combater doenças dos vegetais. Mas chegámos a um ponto em que não é possível progredir muito mais sem uma prévia promoção cultural e ideológica dos membros da nossa cooperativa. É, pois, nesta tarefa que nos concentramos agora...» Pedi-lhe que me desse uma ideia mais precisa dessa promoção «cultural» e replicou-me que se tratava de aumentar o nível tecnológico-educacional dos trabalhadores. Embora se disponha de especialistas, o comum dos trabalhadores da cooperativa necessitava ainda de aprender elementos da estrutura dos solos, da selecção de sementes, da acção e efeitos dos diversos tipos de adubos químicos, de reparação de tractores e outras máquinas e de incrementar o seu nível de educação geral, por forma a poderem ler as obras técnicas. Quanto à promoção ideológica, esta significava igualar a consciência de classe dos membros da cooperativa com a do operariado urbano, garantindo assim, da parte daqueles,

uma atitude correcta, contra a exploraçao e a favor do socialismo.

Do que ouvi a dirigentes cooperativos, como a senhora Han, e de certos discursos de Kim Il Sung resulta claramente que se está a desenvolver um grande esforço, à escala nacional, para melhorar o nível ideológico dos trabalhadores rurais, preparando-se assim uma impor tante mutação qualitativa: a transformaçao da propriedade cooperativa em propriedade colectiva, de todo o povo, como já acontece com as fábricas. Ou seja: substituir as granjas cooperativas por granjas do Estado.

A minha visita à granj a Estrela Vermelha deu-me muito que pensar e, sobretudo, abriu-me novas pistas de inquérito. Na granja cooperativa de Sambong — uma granja de dimensões excepcionais, com mais de 1200 hectares e abrangendo 916 lares, situada 70 quilómetros ao norte de Pyongyang— perguntei ao director, um homem de 40 anos chamado Mun Hwang Hyok, como se manifestava a aliança operária e camponesa. «Ela é já profundamente sentida», respondeu-me, «não so por causa dos tractores e das outras máquinas que recebemos do Estado, muitas vezes sem as pagarmos» — explicou-me também que as ferramentas que custem mais de 50 won (cerca de 20 dólares norte-americanos) lhes são fornecidas gratuitamente — «mas também porque os operários vêm aqui ajudar- nos na transplantação do arroz, como está agora a acontecer e como acontecerá mais tarde, na altura da colheita. Acontece ainda que cada grande fábrica é responsável por uma cooperativa agrícola; essa responsabilidade tra-

duz-se em zelar por que não faltem as máquinas de que carecemos, nem o trabalho braçal nas estações mais duras. E as fábricas prestam-nos ainda uma valiosa assistência técnica.

«Outro factor importante é o dispormos actualmente de um vasto pessoal técnico, trabalhando para nós. Esses homens estão habilitados a desenhar projectos de toda a espécie de equipamento, especialmente concebidas para as nossas condições e necessidades; tais projectos são depois enviados para a "nossa" fábrica que os deverá realizar. Tanto pode tratar-se da criação de uma máquina nova, como da modificação de qualquer uma já existente. Este é um factor fundamental de elevação do nível técnico das ferramentas agrícolas.» Explicou-me, depois, que há, em cada província e em cada comarca, uma fábrica de utensílios agrícolas. Algumas máquinas, concebidas por técnicos locais, podem ser apenas adequadas a uma comarca em particular, e, nesse caso, serão produzidas pela respectiva fábrica comarca; outras a toda a província, mas so a essa província, e serão realizadas na fábrica provincial. As máquinas de aplicação geral são fabricadas num grande complexo central, que produz para todo o país. «De qualquer modo, somos sempre auxiliados pelos trabalhadores da "nossa" fábrica, que executam o modelo experimental e vão-no transformando de acordo com as provas que ele vai prestando na prática.»

A ideia de abolir as diferenças entre a cidade e o campo e a diversidade de visões entre operários e camponeses é de há muito realçada, mas deu já provas da sua dificuldade prática,

mesmo nos países socialistas mais evoluídos. E é porém indubitável que Kim Il Sung se entregou com todo o entusiasmo a essa tarefa e pretende levá-la a cabo velozmente. Camponeses e membros das cooperativas agrícolas estão espalhados por todo o país, formando-se em especialidades técnicas industrials e preparando-se para adquirir também a visão de classe do proletariado.

Ainda há vinte anos explorados como meros trabalhadores da terra, tendo depois passado, ràpidamente, de pequenos proprietários rurais a membros de pequenas cooperativas agrícolas — recebendo, a título de indemnização parcial uma renda pela sua terra— e agora membros de grandes cooperativas, trabalhando segundo um horário regular e recebendo um salário, os camponeses coreanos percorreram meteòricamente uma longa caminhada e não permaneceram era qualquer dos estádios transitórios o tempo suficiente para adquirir a visão do proprietário ou a mentalidade do kulak. A própria vida aproximou-os gradualmente da classe operária e isso foi deliberadamente fomentado pelos dirigentes coreanos. Tecnològicamente, está-se a caminho de transformar as granjas em fábricas de produtos alimentares; ideològicamente, vai-se procurando tornar aceitável para essas fábricas de produtos alimentares um estatuto que é o de todas as outras, um estatuto de propriedade colectiva. Quando tal meta se atingir, o campesinato, como expressão económica ou de classe, terá desaparecido na Coreia.

Quer isto dizer que o próprio encanto dos campos está em vias de extinção? Pelo contra-

rio. Trata-se apenas de dotar a aldeia com o conforto da cidade e de transformar a cidade no sentido de a aproximar mais do campo.

Tive uma grande conversa com o dr. Mok Yong Man, director da Faculdade de Geografia da Universidade Kim Il Sung, em Pyongyang. O dr. Mok é um daqueles intelectuais que partiram de Seul para o Norte, quando a guerra começou. Pedi-lhe que falassemos sobre essa vinda e sobre a sua vida no Norte. Um dos aspectos fascinantes do seu actual trabalho é o planeamento de uma distribuição racional das cidades, baseada em unidades muito mais pequenas do que as existentes e dotadas de grandes espaços para jardins, pomares e vegetação. E quando eu descobri que cada fábrica, além das estreitas ligações que mantém com uma cooperativa agrícola, possui ainda um terreno próprio para a criação de animais, tornou-se-me claro que a tarefa de esbater as diferenças entre a cidade e o campo, com vista à sua completa eliminação, está também a ser realizada à velocidade de Chollima. Talvez não tenha sido ocasional a escolha do cavalo alado como símbolo da velocidade com que todos os problemas estão a ser resolvidos.

«Só quando as clivagens ainda existentes entre a cidade e o campo e entre o operariado e o campesinato tiverem desaparecido, é que os problemas do campesinato e da agricultura poderão ser definitivamente resolvidos.» Assim coloca Kim Il Sung o problema, ao apresentar as suas «teses sobre a questão agrária e o socialismo no nosso país» à sessão plenária do Par-

tido dos Trabalhadores, realizada em Fevereiro de 1964. Nesta, corao em tantas outras questões, Kim Il Sung tern uma visão original e independente, buscando desbravar novos caminhos para a edificação duma nova sociedade.

CAPÍTULO IX

KIM IL SUNG

Pouco se sabe, no Ocidente, acerca de Kim Il Sung e dos seus antecedentes, muito embora o estudo do homem e do seu itinerário pudesse ser um valioso contributo para a explicação da política e das atitudes da Coreia Popular, a qual — hoje, como ao longo das várias fases do seu desenvolvimento — traz fortemente gravada a personalidade do seu maior dirigente. A história de Kim Il Sung é a história trágica e gloriosa da Coreia do século XX; a história do incalculável sofrimento e martírio de uma família e de um povo e da luta implacável que eles empreenderam. Dois anos antes de Kim Il Sung ter nascido, os japoneses anexaram e ocuparam a Coreia, rematando assim um processo iniciado em 1876, quando impuseram aos senhores feudais coreanos um daqueles tratados que se conseguiam pela simples exibição de uma canhoneira. Seguiu-se, em 1905, o «protectorado» e, finalmente, a anexação pura e simples. O édito imperial que, em 29 de Agosto de 1910, a decretou — «Tendo em vista a preservação da paz no Leste...»— bem podia ser tornado como uma citação de um dos discursos de Johnson sobre o Vietname. A anexação da Coreia fora pensada pelos seus autores como simples aperitivo em relação ao imenso repasto que a China lhes oferecia; porém, o aperitivo viria a revelar-se sin-

gularmente indigesto. O povo coreano lutou desde os primeiros dias da ocupação. Entre os resistentes de então, contava-se Kim Hyong Jik, um mestre-escola de Pyongyang que, em 1917, fundou a «Associação do Povo Coreano», a qual ràpidamente se converteria na maior organização clandestina antijaponesa da Coreia e viria a preparar o terreno para um levantamento popular à escala nacional, que começou em 1 de Marco de 1919, em Seul, e logo alastrou a todo o país.

A ausência de uma direcção consequente possibilitou aos japoneses afogar a rebelião num charco de sangue. Mas Kim Hyong Jik, preso antes da sublevação, foi libertado e partiu, juntamente com milhares de outros patriotas, para a Manchuria, levando, nesse exilio voluntário, a mulher e os filhos. Entre estes, contava-se Kim Song Ju, de 7 anos de idade, que mais tarde adoptaria o nome de Kim Il Sung.

Ainda hoje se pode ver, na aldeia de Mangyongdae («Lugar das Dez Mil Maravilhas»), o pequeno casebre, coberto de colmo, onde viveu a família Kim. Foi construído há mais de um século para um dos antepassados da família, para que este pudesse vigiar o cemitério privado do senhor daquelas terras. É uma típica cabana de camponeses pobres, compreendendo uma grande sala comum (onde toda a família vive, come e dorme), uma cozinha do lado esquerdo e um quarto de hóspedes à direita. Defronte, a alguns metros de distância, está um casebre muito semelhante, cuja divisão principal serve de estábulo e de armazém para a guarda das charruas e cujos anexos albergam um tear pri-

mitivo e uma roda de fiar. Foi aí que viveu Kim Bo Hyong, avô de Earn II Sung, um pobre fabricante de esteiras de juncos. Trabalhava no estábulo, pois nunca teve posses para adquirir um boi. Continuou a fazer esteiras até três meses antes de morrer, com a idade de 85 anos, em 1955. E, muito embora Kim Il Sung fosse o seu neto favorito, viveu a ultima década da vida na obsessão de não auferir quaisquer privilégios. Por quase toda a sua casa, na divisão principal e num dos anexos, vêem-se retratos dos familiares.

Kim Hyong Jik: que partiu, com a família, para o exílio; duas vezes preso, morreu exilado aos 32 anos (nesse tempo, era esta a duração media de vida para os coreanos).

Kim Hyong Kwon: irmão mais novo de Hyong Jik, vivia no quarto de hóspedes; com 31 anos, foi preso e espancado, até à morte, pelos japoneses.

Kim Choi Ju: irmão mais novo de Kim Il Sung; preso por actividades antijaponesas e fuzilado; tinha 20 anos.

Kim Won Ju: primo de Kim Il Sung, viveu na mesma casa e foi educado por Kim Hyong Jik; preso pelos japoneses, sucumbiu à tortura; tinha 31 anos.

Este quadro trágico é, porém, comum entre as famílias patriotas daquela época. Em 1923, Kim Hyong Jik mandou Kim Il Sung, então com 12 anos, para Pyongyang; pretendia que o filho frequentasse a escola e não o queria

ver crescer em terra estranha. O rapaz veio viver com a família da mãe, na aldeia de Chil Kol, não muito longe de Mangyogdae, numa cabana que era replica fiel daquela que descrevi. Pouco depois da sua chegada, um irmão da mãe, Kang Jin Sok, foi preso e condenado a 15 anos de prisão por actividades antijaponesas. Morreu mais tarde, em consequência dos maus tratos recebidos. Em princípios de 1925, Kim Il Sung teve notícias de que o pai fora preso; regressou à Manchuria, mas o pai morrera já. Em 1927, aderiu à Liga dos Jovens Comunistas; dois anos depois foi preso, torturado e condenado a um ano de cadeia. Quando o libertaram, tinha 18 anos e era já um revolucionário convicto. No ano seguinte (1931), os japoneses invadiram a Manchuria, depois de terem assassinado Chan Tso Lin, velho chefe militar manchu. Imediatamente, o seu enorme aparelho repressivo se abateu sobre as dezenas de milhar de coreanos que se tinham estabelecido na zona fronteiriça oriental. Aldeias inteiras, por vezes mesmo distritos, foram aniquiladas até à ultima mulher ou criança. Senhores já de amarga experiência na Coreia, onde a resistência nunca se deixou subjugar, os japoneses conheciam bem a combatividade daqueles exilados. Não queriam pois que o virus da resistência contagiasse os chineses da Manchuria; e para estes, a brutal chacina dos coreanos constituiria uma lição e um aviso. A política, alias confessada, dos japoneses, era a de valer a pena matar cem homens para neutralizar um revolucionário.

Por esta altura, Kim Il Sung era o organizador da Liga dos Jovens Comunistas em toda a

vasta area de Kildong, na Manchuria, e procedia a sondagens, junto dos camponeses e trabalhadores coreanos, para apurar do apoio que o desencadeamento da luta armada poderia encontrar entre eles. Em 1931, aderiu ao Partido Comunista; e, em 25 de Abril de 1932 —data hoje celebrada como um dos marcos históricos da revolução coreana — formou o primeiro comando de guerrilha, um destacamento armado constituído por operários, camponeses e jovens militantes. A partir daí, a luta armada estava desencadeada, para so se deter com a libertação nacional. A sua base principal fixou-se no monte Baekdu, na fronteira coreio-manchu e numa região onde, nesse tempo, os coreanos constituíam 80 % da população. O jovem revolucionário — então com 20 anos — compreendeu ser fundamental que a base revolucionária estivesse implantada entre o povo. Do ponto de vista geográfico, o monte Baekdu era favorável. Tratava-se de terreno montanhoso, muito escarpado e coberto de florestas; por outro lado, acompanhava, numa grande extensão, a fronteira com a Coreia. Com Kim Il Sung estiveram, desde os primeiros dias, Choi Yong Kun, hoje presidente da Suprema Assembleia do Povo; Choi Hyun, actualmente membro do gabinete politico do Partido dos Trabalhadores; Kim II, vice- primeiro-ministro e ministro dos Estrangeiros; Kim Chaik, antigo vice-primeiro-ministro e destacado chefe militar, falecido em 1951; e outras figuras proeminentes do Governo e do Partido.

Como é habitual neste tipo de movimentos, a primeira grande dificuldade foram as armas. Não dispondo do apoio de unidades regulares,

nem de qualquer auxílio externo, os guerrilheiros tiveram de fabricar as suas armas, ou de capturá-las. Além disso, impunha-se-lhes assegurar a completa auto-suf iciência, em matéria de víveres e de abastecimentos. Em breve, dispunham já de uma area libertada, onde implantaram um princípio de administração própria, realizaram a reforma agrária e introduziram o dia de trabalho de 8 horas. Ali fixaram os seus arsenais e começaram a produzir toscas granadas, do tamanho de ananases. Como a repressao dos japoneses se estava a voltar gradualmente para a população chinesa, Kim Il Sung procurou infatigàvelmente estabelecer uma plataforma de unidade com as forças chinesas locais; algumas operações chegaram a ser empreendidas em conjunto. Mas os chefes militares locais, autoritários e militaristas, hostilizavam os comunistas em geral e os comunistas coreanos, em especial; a cooperação tornava-se, por isso, uma tarefa espinhosa, quando não arriscada.

Nos fins de Dezembro de 1933, os japoneses enviaram 5000 soldados ao monte Baekdu, com o propósito de varrer os guerrilheiros da area porém a ofensiva, que durou dois meses, redundou apenas num acréscimo de armas capturadas para Kim Il Sung e para os seus homens. Perante isto, os japoneses submeteram toda a região a um cerco apertadíssimo, visando subjugar os rebeldes pela fome. Durante 8 meses, os guerrilheiros estiveram privados de cereais, bem como do normal abastecimento de produtos agrícolas. Comiam frutos silvestres, nozes, folhas, casca de árvore e raizes — uma selecção de tudo isto está em exibição no museu revolucio-

nário de Pyongyang. Mas conseguiram manter-se, e Kim Il Sung logrou ainda fazer passar alguns agentes através da fronteira, para irem desenvolvendo, dentro do país, um trabalho de reconhecimento politico e militar.

Desde 1935 que havia, entre os coreanos estabelecidos na China, graves dissídios de facções. O grupo de Kim Il Sung constituía apenas uma entre as muitas organizações antijaponesas que, ao norte e ao sul da Manchuria, empreendiam a luta armada. O partido comunista coreano foi inicialmente formado por exilados, sobretudo intelectuais, que estabeleceram em Irkutsk, na União Soviética, e em Xangai, na China, as duas primeiras ramificações. Em 17 de Abril de 1925, surgiu um partido comunista em solo coreano-mas, três anos depois, o Komintern dissolveu-o, em parte por causa da terrível repressão desencadeada pelo regime policial e militar dos japoneses, noutra parte devido à debi-lidade da sua chefia, desagregada pelas querelas de facções. Estas querelas reflectiam, evidentemente, diferentes concepções sobre o papel dos revolucionários coreanos na Manchuria e na China em geral. Esta diversidade de concepções existia até dentro do próprio grupo de Kim Il Sung. Deveria o seu papel limitar-se ao de uma unidade de vanguarda da minoria coreana na Manchuria? Deveriam antes integrar-se no movimento chines de resistência, o qual ia tomando forma à medida que a exploração da população manchu pelos japoneses se acentuava? Estas e outras questões foram exaustivamente debatidas numa conferência realizada em Marco de 1935, no monte Baekdu. A opinião de Kim Il Sung era

de que os comunistas e revolucionários coreanos deviam desencadear uma guerra de libertação nacional, para salvar a saa pátria. Quando, pela primeira vez, atravessara o rio Yalu, seu pai inculcara-lhe a obsessão de trabalhar e lutar pelo regresso, a fim de libertar a Coreia dos invasores nipónicos. A conferência de 1935 optou pelo levantamento das bases do monte Baekdu, transferindo-se os guerrilheiros para uma região fronteiriça, mais ao norte, de onde seriam mais fáceis as incursões no território coreano.

Quando investiguei, nos arquivos históricos, este longo período da luta armada contra os japoneses, a minha intenção não foi angariar material para fazer a história deste período —há inúmeros veteranos sobreviventes que a podem fazer mil vezes melhor do que eu —, mas sim a de melhor compreender a pessoa de Kim Il Sung e certas políticas, inteiramente originais, que ele viria a conceber mais tarde, quer em assuntos internos quer em matérias que dizem respeito ao movimento comunista internacional. Foi precisamente nesses anos, por inteiro passados «no deserto», privado de contactos com o exterior, obrigado a confiar apenas as suas próprias forças a sobrevivência dos seus homens e das suas ideias, aplicando a seu modo o que lhe parecia ser a melhor via para harmonizar a revolução coreana com as várias fases da luta antifascista mundial — foi então que nele se esboçou a linha mestra das políticas que mais tarde iniciou.

Desde os últimos anos da década de vinte aos primeiros da década de trinta, Kim Il Sung teve de enfrentar todos aqueles problemas que

hoje são prementes para os revolucionarios da America Latina e da Africa. Onde e como deve começar a luta armada? Quais os factores geográficos, políticos, económicos e sociais que proporcionam as condições óptimas para o aparecimento das primeiras unidades armadas? Que tipo de relações deve ser estabelecido entre as forças armadas e as massas populares? E entre o partido, as forças armadas e a frente unitária nacional? Que actividades deverão caber as massas e como se coordenarão com a luta armada? Qual a relação entre a luta militar e a luta política, a luta legal e a luta clandestina? O papel histórico de Kim Il Sung foi o de elevar o movimento de libertaçao acima do reino da teoria e dos dissídios de facções e concentrá-lo na luta armada, como principal forma de acção. As grandes fraquezas do movimento antijaponês e do partido comunista coreano tinham de ser superadas, para que a luta armada possuísse uma base de apoio estável e se alicerçasse profundamente na população coreana da Manchuria; eram necessários objectivos estratégicos claros e susceptíveis de granjear o apoio dos operários e camponeses na própria Coreia, impunha-se uma direcção firme, capaz de conduzir a luta e de conseguir para esta o apoio de toda a nação.

É notório o paralelismo entre a maneira como estas questões foram resolvidas na Coreia e certas teses defendidas por Fidel Castro e Che Guevara, 30 anos depois, na base das experiências concretas da revolução cubana. Assim, por exemplo, a do partido de vanguarda ter sido gerado pela própria luta armada, sendo os qua-

dros revelados, nessa luta, como mais aptos e devotados, quern constitui o partido comunista, que se desenvolveu paralelamente ao processo dessa luta e que veio a constituir a espinha dorsal do movimento armado de libertação. A luta armada contra os japoneses foi o ponto nuclear em torno do qual o povo coreano — primeiro na Manchuria e depois na própria Coreia — polarizou as suas actividades. As direcções militar e política unificavam-se na pessoa de Kim Il Sung. Embora tivesse a rodeá-lo quadros extremamente capazes e a determinação da estrategia global fosse matéria de discussão colectiva, era ele o comandante supremo — assegurando-se assim a perfeita unidade dos objectivos tácticos e estratégicos, políticos e militares.

Com algum espanto descobri que este grupo isolado de jovens revolucionários, enterrados nas florestas nevadas da fronteira coreano-manchu, cercados por forças inimigas esmagadoramente superiores em número e decididas a destruí-los, estudou as deliberações do 7.° congresso do Komintern acerca da táctica das frentes de unidade a opor à ascensão do fascismo. Assim, em Fevereiro de 1936, e por iniciativa de Kim Il Sung, decidiram formar uma frente nacional antijaponesa, a qual se concretizou, em Maio do mesmo ano, com o nome de Associação para a Restauração da Pátria. Eleito Kim Il Sung seu presidente, adoptaram um programa em 10 pontos tendente ao derrubamento do regime de ocupação, à implantação do poder popular, a reforma agrária, ao dia de 8 horas de trabalho — entre várias outras medidas. Através de uma rede de agentes profundamente radicados dentro

da Coreia, as actividades da A. R. P. ganharam enorme divulgação; e bem pode dizer-se que a sua constituição e o seu programa foram os únicos raios de luz na noite de desespero da ocupação japonesa.

Em Janeiro de 1937, formou-se, na Coreia, a União Nacional de Libertação — uma ramificação da A. R. P. 1937 foi o ano em que os japoneses invadiram a China, e tal facto abriu novas perspectivas de colaboração entre os grupos revolucionários coreanos e o partido comunista chines. Em Junho desse ano, uma unidade comandada por Kim Il Sung atravessou a fronteira e atacou as posições japonesas em Bochonbo, desmantelando o posto da polícia e dissolvendo todos os órgãos locais da administração. Nura comício realizado in loco, Kim Il Sung explicou os objectivos da A.R.P. e a necessidade de prossecução da luta unitária, a todos os níveis, contra o ocupante. O ataque a Bochonbo representou um sério aviso para as autoridades japonesas; mas o que se lhe seguiu foi uma indescritível onda de repressão. No final de 1937, cerca de 5000 patriotas tinham sido presos e viriam a ser executados ate ao ultimo homem em Marco de 1945, mesmo na véspera da vitória.

No Inverno de 1938-39, os japoneses fizeram uma séria tentativa — utilizando 200 000 soldados — para cercar e destruir o quartel- general dos guerrilheiros e o grosso dos seus efectivos. Kim Il Sung, porém, conduziu os seus homens numa marcha épica através das montanhas nevadas, travando batalhas diárias; após meses de marcha e de combate, os guerrilheiros rom-

peram o cerco. Em Maio de 1939, tinham já retomado a actividade na zona de Munsan, no Nordeste coreano, e não muito longe da fronteira soviética.

Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, e antes mesmo que se abrissem perspectivas da grande aliança antifascista, incluindo a União Soviética e a China, Kim Il Sung parece ter compreendido que a situação favorecia a derrota do Japão. Em Agosto de 1940, adoptou uma política de preservação, na medida do possível, do seu núcleo de forças revolucionárias bem treinadas e começou a desenvolver um grande esforço para as transformar em quadros políticos e militares de primeira classe, capazes de proporcionar ao país, depois da libertação, uma direcção consistente. (Tal como dez anos mais tarde, na guerra de 1950-53, os soldados e quadros que se tinham distinguido duas ou três vezes em batalha foram retirados da frente e enviados para a China ou para a U. R. S. S., a fim de se tornarem os quadros técnicos indispensáveis à reconstrução nacional. Os mais bravos entre os bravos não deviam ser sacrificados na peleja —entendia—, mas poupados, de forma que o seu heroísmo e espírito de sacrifício pu-dessem presidir as tarefas do futuro.) Todavia, a luta geral não foi esquecida; novas tácticas se decidiram e ensaiaram para acorrer a frente unitária, tanto interna como internacional. As forças armadas decompuseram-se em pequenas unidades operacionais, destinadas a flagelar o inimigo e a encerrá-lo em posições fortificadas; a atacar o seu sistema de comunicações, as ponies e os quartéis; e a introduzir na Coreia novas

unidades armadas. Estas formas de actuação desenvolveram-se a tal ponto que as tropas japonesas estacionadas na fronteira se viram obrigadas a retroceder, procurando abrigar-se numa série de fortalezas, de pedra e cimento armado, do tipo «mirador» — semelhantes àquelas em que os franceses se encerraram, na ultima fase da guerra da Argélia.

Em 9 de Agosto de 1945, o exército soviético lançou o seu ataque contra o tão falado exército japonês de Kwantung, na Manchuria, e arrastou-o de escantilhão pela Coreia dentro. As forças de Kim Il Sung, muito bem situadas, no Nordeste, para apoiar a entrada dos soviéticos em Chongjin, ràpidamente efectuaram a junção. O grosso do exército japonês da Coreia foi apanhado num cerco gigantesco e desmantelado pelo exército soviético. Em 15 de Agosto, encerravam-se 35 anos de domínio da Coreia pelos japoneses.

A rica experiência revolucionária da luta armada, conduzida por Kim Il Sung; a criação e desenvolvimento de um exército de libertação, temperado por mais de uma década de guerra de guerrilhas, mantida em condições de extrema dureza, e cujo prestígio foi coroado pela sua participação no esmagamento final das forças japonesas ocupantes — tudo garantiu a inelutável vitória revolucionária, após a libertação. Durante esses longos anos, nas florestas e raontanhas da fronteira, as forças revolucionárias foram o próprio embrião do futuro Estado, transpondo para a prática os seus programas Políticos e procedendo a várias reformas de Oase, em todas as regiões onde operaram. Foi

este o factor-chave, que explica a rapidez com que o governo de Kim Il Sung se estabeleceu e consolidou em Pyongyang e com que toda uma série de medidas revolucionárias foram introduzidas, aceites e apoiadas pela esmagadora maioria dos operários, camponeses, intelectuais progressistas e até pela maior parte da classe media urbana.

Sem a luta armada e sem a deposição do poder efectivo nas mãos do povo, defendido este pelas forças revolucionárias, o curso dos acontecimentos na Coreia, ao norte do paralelo 38, poderia ter sido bem diverso. É o que resulta, por exemplo, da experiência de numerosos estados africanos, onde regimes verdadeiramente progressives e que alcançaram o poder mercê de um inequívoco apoio popular, após a obtenção da independência política formal, se mos-traram incapazes de se defender dos ataques da reacção local, apoiada pelo neocolonialismo. Na Coreia do Norte, as forças revolucionárias foram capazes de eliminar ràpidamente os últimos vestígios do aparelho de Estado construído pelos japoneses; e foram capazes também de assegurar a transição gradual para um regime socialista, no qual os meios de produção se concentravam nas mãos do povo, bem como os meios aptos para a sua defesa.

É certo que, nesses primeiros anos, o exército soviético se encontrava na Coreia do Norte, mas a sua função era apenas a de manter ao largo os inimigos externos, não podendo ser um elemento decisivo nos assuntos internos. O exército soviético não esboçou qualquer tentativa para estabelecer um regime de ocupação similar

ao de MacArthur, na Coreia do Sul. O poder foi, desde o começo, realmente exercido pelas forças revolucionárias de Kim Il Sung. A unidade do povo da Coreia do Norte, a energia com que levou a cabo as tarefas da construção, da guerra defensiva e da reconstrução nacional, foram, em grande medida, fruto dos longos anos de luta revolucionária; uma experiência aprendida na melhor das escolas: a da luta armada.

Quando, no Outono de 1950, as tropas americanas invadiram o Norte, através do paralelo 38, não conseguiram encontrar quaisquer focos contra-revolucionários que os apoiassem. Acharam, decerto, casos individuais de traição — principalmente latifundiários, dispostos a denunciar os camponeses, em benefício dos quais tinham sido expropriados — mas nada mais. Em Junho de 1950, o povo coreano —tal como o povo cubano, em Abril de 1961, na altura da invasão da Baía dos Porcos— optara já pelo anti-imperialismo, pela independência, pelo poder popular e pelo socialismo; e, tal como o povo cubano, estava disposto a defender essa escolha com a vida. Não se trata de teorias ou slogans bem sonantes, mas de uma convicção baseada na história recente, que os seus irmãos, pais, maridos e filhos escreveram com o próprio sangue. E não o compreender é ignorar as lições do passado proximo, em inúmeros países independentes do terceiro mundo.

Quando cheguei a Pyongyang, em fins de Abril de 1967, Kim Il Sung tinha acabado de fazer 55 anos e a imprensa coreana comemorava 0 35.° aniversário da constituição das primeiras unidades armadas antijaponesas. Aos 55 anos,

este revolucionário veterano é ainda um jovem, conservando um extraordinário vigor físico e mental e contando com uma experiência prática que muito poucos estadistas tiveram.

Uma das coisas que mais me impressionou, antes mesmo de o conhecer, foi a quantidade de pormenores que ele, pessoalmente, supervisionou, durante a reconstrução nacional do pós-guerra. Visitei cerca de uma dúzia de fábricas e granjas; e a cada um destes locais Kim Il Sung se deslocara, não uma mas muitas vezes, para se inteirar de como as coisas corriam, estudar as condições in loco, ver tudo com os seus próprios olhos e discutir com operários e camponeses — pois o exacto conhecimento dos seus problemas é o primeiro passo no sentido da sua solução. Na fábrica de têxteis de Pyongyang, por exemplo, receberam nada menos do que 28 visitas suas; a frase «o desenvolvimento da nossa fábrica é inseparável do interesse por nós revelado pelo primeiro-ministro Kim Il Sung» parece ser uma verdade nacional. Antes de desenvolver as suas teses sobre a questão agrária e o socialismo, foi a uma aldeia na comarca de Konson-Ri e lá permaneceu durante 15 dias, vivendo com os camponeses e mergulhando totalmente nos seus problemas: as insuficiências da acção do partido e do governo, as grandes aspirações do campesinato, etc. Tal como outrora, no campo militar, Kim Il Sung não deu um passo, sem prévio e pormenorizado reconhecimento dos objectivos a enfrentar.

Durante os anos da guerra, nunca encontrei Kim Il Sung; e ele referiu-se a tal facto, logo nos primeiros minutos do nosso encontro: «Quis

conhecê-lo nessa altura», disse-me, «mas você estava em Kaesong, enquanto que eu estava noutras paragens e bastante ocupado...» E estava, realmente. Tinha entre mãos a sorte do maior combate da história da Coreia. Ele, no entanto, põe as questões assim: estava «ocupado»! Depois dos minutos iniciais, em que me interrogou sobre a minha família e o meu trabalho, já não me era difícil imaginá-lo, sentado com os camponeses, à sombra de uma árvore, com uma palhinha entre os denies e levando os interlocutores a abrir-lhe os corações. Tern a humani-dade, a afabilidade e a simplicidade dos grandes; e sabe lidar com as pessoas individualmente, o que não é vulgar em homens investidos em funções como as suas. Isto, alias, transparece dos seus discursos. Mesmo ao lidar com problemas tão pouco líricos como o da indústria pesada, dedica sempre um aparte aos seus ouvintes (sobretudo quando entre estes se encontrem burocratas): que o objectivo ultimo de tudo é tornar a vida melhor e mais alegre, que o objectivo da construção das máquinas não é as máquinas em si mesmas, mas a criação de condições mais fáceis e agradáveis para a vida de todos. Assim, falando de centrais hidroeléctricas e da necessidade de represar os rios em pontos altos dos seus cursos, ao apresentar o primeiro piano quinquenal, saiu-lhe este comentário: «E, logo que no futuro as condições se apresentem melhores, poderemos até divertirnos bastante, a andar de barco nos reservatórios...»

«Quando nós, norte-coreanos, comermos e vestirmos bem e vivermos confortàvelmente,

quando todos tivermos trabalho e esse trabalho se tiver tornado mais suave, exerceremos uma grande influência sobre a Coreia do Sul», declarou, num discurso sobre educação comunista, em Novembro de 1958. «Nem mesmo os espiões enviados por Syngman Rhee poderão ocultar o que viram no Norte — que todos têm o seu emprego, que o trabalho está facilitado, que os rendimentos são grandes, que a alimentação e o vestuário abundam e que a vida é confortável...» E ainda: «Temos de progredir mais ràpidamente do que os outros povos, porque vivemos demasiado tempo na miséria. Na Europa, as estradas são bem pavimentadas e, mesmo no campo, as pessoas vivem, quase todas, em casas cobertas de telha. Nós porém vivemos, durante gerações, em casebres miseráveis, cobertos de , colmo...» É um velho sonho dos camponeses coreanos —disse o primeiro-ministro— poder comer arroz durante todo o ano e habitar casas cobertas de telha; no discurso de 23 de Outubro de 1962, apelando para o cumprimento das me-tas estabelecidas no piano septenal, declarou que isso «permitirá ao nosso povo levar uma vida de abundância, vivendo em casas cobertas de telha, comendo arroz e came durante todo o ano e vestir roupas de boa qualidade. Quer isto dizer que o desejo, de há muito acarinhado pelo nosso povo trabalhador, tornar-se-á uma realidade ainda no nosso tempo. E disto nos podemos alegrar e orgulhar...»

O piano septenal, iniciado em 1961, ainda não se cumpriu inteiramente; o seu termo foi protelado por mais três anos, mercê de inadiáveis necessidades da defesa nacional, mas as casas

cobertas de telha são já regra em todo o território norte-coreano e os camponeses comem arroz durante todo o ano. As duas únicas casas com tecto de colmo que ainda encontrei são peças de museu: os casebres onde viveram as famüias paterna e materna de Kim Il Sung. No movimento tendente a aproximar o campo e a cidade, o primeiro-ministro escolheu as sedes de comarca como modelos das novas aldeias urbanizadas em que se deverão transformar as granjas. «As sedes de comarca deverão ser construídas à luz de preocupações estéticas, culturais e higiénicas, por forma que as aldeias sigam o seu exemplo. Em todos os aspectos... a sede da comarca, com as facilidades que oferece para a cultura e o bem-estar... escolas, hospitais, cinemas, livrarias e bibliotecas..., deverá constituir um exemplo para as aldeias e ser um modelo do novo modo de vida socialista.» Isto é típico da forma incisiva que ele tern de pôr os problemas e de encorajar o povo coreano a fazer-lhes frente. Nas granjas cooperativas que visitei, todos os directores me falaram deste conselho que Kim Il Sung lhes dera; e tinham já encetado, na medida variável das suas possibilidades, o caminho da «urbanização» do seu modo de vida. A introdução do dia de trabalho de 8 horas e a libertação das mães de muito do seu trabalho doméstico, pela rede de infantários e jardins-escolas, foram factores decisivos para tornar isso possí- vel. Os aldeãos dispõem agora de algum tempo livre e querem gozar a possibilidade de o des- frutar devidamente. Outro dos temas habituais de Kim Il Sung tem sido o de uma melhor situação para a mulher, nas zonas rurais.

Num discurso sobre a gestão das granjas cooperativas, proferido em fins de 1962, condenou uma situação que assim descreveu: «Presentemente, há muitos homens, dotados de capacidade de trabalho, que se passeiam por aí, com pastas debaixo do braço, a pretexto de serem "dirigentes" ou de desenvolverem uma actividade técnica altamente especializada. E, assim, o trabalho nas granjas repousa quase inteiramente nos ombros das mulheres. Ora, na medida do possível, as mulheres deviam caber os trabalhos mais leves e aos homens os mais pesados. Ainda na medida do possível, devíamos confiar as mulheres os trabalhos de escritório — compilação de estatísticas, contabilidade, etc.— e aos homens o trabalho agrícola. Por que motivo hãode os homens chamar a si o trabalho fácil, deixando a elas o mais árduo?...»

Quinze anos no comando de guerrilheiros, partilhando, numa base de rigorosa igualdade com os seus homens, todos os perigos do quotidiano, deixaram uma marca indelével no estilo de trabalho de Kim Il Sung, opondo-o diametralmente ao teórico de gabinete. Em fins de 1959, atacando os métodos de trabalho dos burocratas do Partido dos Trabalhadores e do antigo partido comunista, declarou: «Se alguns milhares de revolucionários do nosso núcleo initial, dos que participaram como guerrilheiros na revolução coreana, tivessem sido preservados, ou se, pelo menos, houvesse um desses homens em cada célula do partido, aquando da sua constituição, nunca o burocrata Ho Ga Yi (1)

(1) Várias vezes referido por Kim Il Sung como um «notório burocrata», Ho ba Yi. Teve a seu cargo, até

teria conseguido propagar o seu estilo de trabalho, que ... o trabalho partidário era qualquer coisa que so podia funcionar mediante ordens compulsórias e processos administrativos. Ora nunca tal foi o método correcto de condução do trabalho partidário...

«Não é preciso que vos diga que as unidades de guerrilha, constituindo uma força armada, desenvolviam actividades militares em cumprimento de ordens superiores. Mas essas ordens eram pacientemente explicadas durante as reuniões do partido, até que todos as aceitassem conscientemente e se dispusessem a dar o seu melhor para a execução das mesmas. Por causa da escassez de munições, tiveram de aceitar o risco de enfrentar o inimigo com baionetas. Como esperar deles um tal heroísmo, se, em ver de recorrermos à persuasão e à educação dos quadros, apenas contássemos com ordens imperativas?

«A única força capaz de controlar os guerrilheiros era a da sua própria vontade. Desconhecíamos a prisão; a educação e a persuasão é que tiveram um papel do maior relevo. A educação prosseguia mesmo durante as refeições, as marchas e os combates. Hoje temos a radio, os jornais, as revistas e muitos outros meios de comunicação à nossa disposição; mas nessa altura a nossa propaganda não podia ser mais do que oral...

«Os guerrilheiros faziam da luta do seu povo a sua vida; estimavam-se e confiavam uns nos

---

1952, o trabalho organizativo, como membro que era do comité central do Partido dos Trabalhadores. (Nota dos kaitores.)

outros, independentemente dos postos que ocupavam; estavam unidos pela fé comum e pela camaradagem de revolucionários. E a guerrilha decorreu neste espírito de nobre companheirismo — mas também dentro de um espírito de severa crítica e disciplina.

«Todavia, nenhum dos criticados, nenhum dos punidos desertou das nossas fileiras. Quando castigávamos um combatente, procurávamos adequar a penalidade ao seu grau de consciencia e designávamos um camarada para prestar ao punido maior assistência educacional.

«É este estilo de trabalho dos guerrilheiros que nós devemos retomar e desenvolver. Mas existem actualmente funcionarios do partido, a quem as massas seguem, não por respeito sincere, mas pelo receio de perderem os empregos — pois os funcionarios do partido são homens "poderosos". O prestígio do dirigente politico tern de assentar na sua real capacidade de chefia, e não no medo que a autoridade infunde.

«Não queremos prestígios conferidos por um grande gabinete e uma cadeira de braços. A burocracia não é necessária ao trabalho do nosso partido. O dirigente de qualquer organização do partido não pode desempenhar correctamente a sua função, enquanto se der ares de grande importância, ou enquanto experimentar prazer em escrever o nome de outrem a lapis encarnado.

«Se as pessoas não acorrem, vamos nós ter com elas. Haverá nisso algum mal? Não, não há nisso mal nenhum, nem que as tenhamos de procurar dez, cem, mil vezes...»

Kim Il Sung fez a condenação da burocracia e desenvolveu vigorosas campanhas para libertar o partido e o governo dos seus métodos de trabalho, cuja infiltração — como, certa vez, ex-plicou a dirigentes do partido — se deve ao facto de «muitos dos nossos camaradas so terem observado e aprendido os métodos de trabalho dos imperialistas japoneses».

É quase certo que o êxito na imposição, a todos os níveis (no partido, na gestão administrativa, e bem assim na das fábricas e na das granjas), do seu estilo de trabalho, foi um factor decisivo para a reconstrução do país em tão espantosa velocidade. Eu disse já que todos os directores de fábricas com quern falei — salvo um caso excepcional — tinham sido simples trabalhadores, desprovidos de qualquer qualificação, nas fábricas que dirigiam agora. A excepção reside na fábrica de fibras sintéticas que produz vinalon; trata-se de uma indústria recém-mon-tada, na qual nunca ninguém trabalhara e, por isso, dirige-a um engenheiro químico. É frequente os directores-adjuntos serem quadros novos, formados num instituto de administração e gestão de fábricas; mas nos cargos de director e de chefes dos departamentos contam-se sempre antigos trabalhadores. Por isso mesmo, as relações entre os operários e a direcção são as melhores; quando assim não acontece, alguém que, como eu fiz, percorra a fábrica, na companhia do director ou de um dos seus dele-gados, não deixa de se aperceber.

Todo o país está marcado pela vigorosa personalidade do seu dirigente; e este, por seu

turno, está também marcado, e profundamente, pelo ambiente revolucionario e militante em que viveu os mais ricos anos: a maior parte da juventude e a vida adulta.

CAPÍTULO X

DOIS MODELOS DE LIBERTAÇÃO

Quando, em 15 de Agosto de 1945, correu a nova de que a Coreia tinha sido libertada, o primeiro grande símbolo de liberdade fez a sua aparição. Em poucas horas, os coreanos desfizeram-se da vestimenta parda e tosca que os japoneses lhes tinham imposto e tornaram a envergar a sua roupa branca e graciosa, numa saudação espontânea à libertação. (5 anos mais tarde, apesar dos bombardeamentos americanos, o povo recusar-se-ia a despir essas vestes brancas, sabendo embora que elas o transformavam em alvo fácil das bombas e projécteis inimigos. O símbolo da libertação tornou-se então num símbolo de desafio.)

O coronel-general Chistiakov, comandante das tropas soviéticas que esmagaram as forças japonesas de ocupação, endereçou ao povo coreano, em nome do exército soviético, uma proclamação que soava como um poema:

AO POVO COREANO:

«O exército soviético e os seus aliados expulsaram da Coreia os saqueadores japoneses. A Coreia é agora um país livre. Todavia, este foi apenas o primeiro passo, dentro de uma nova era na história da Coreia. Do esforço e da

previsão dos homens dependerá agora a transformação desta terra num imenso pomar, frutífero e abundante. So o esforço heróico de todos e cada um de vós poderá agora construir a felicidade do povo coreano. Recordai os dias amargos do jugo japonês. As próprias pedras são testemunhas do vosso sofrimento. Os japoneses permitiam-se viver em grandes e espaçosos pavilhões, vestiam bem, comiam melhor, humilhavam o povo coreano e desprezavam os seus costumes e a sua cultura. Isto não pode ser esquecido. Este passado de servidão não poderá repetir-se. Como quern revê um pesadelo ao acordar, sepultai para sempre esse passado de humilhações.

«Povo Coreano! A vossa felicidade futura está-vos entregue nas mãos. A liberdade e a independência são, enfim, vossas. Agora, é, pois, de vós que tudo depende. O exército soviético abriu o caminho e criou as condições para que vós, coreanos, tenhais a liberdade de encetar os mais arrojados empreendimentos. Mas tereis de ser vós os edificadores da vossa própria felicidade. Os detentores de fábricas e oficinas, os artesãos e os comerciantes reabrirão as instalaçoes e estabelecimentos que os japoneses destruíram. Novas empresas serão criadas. O estado-maior do exército soviético protegerá, com todos os meios ao seu alcance, o restabelecimento do normal funcionamento dos meios de produção.

«Trabalhadores coreanos! Dai mostras do vosso heroísmo e da vossa energia criadora. A devoção ao trabalho é uma das melhores características da vossa raça. Aqueles que melhor agora contribuírem para o desenvolvimento

econóraico e cultural do país, tornar-se-ão nos mais venerados cidadãos da Coreia de amanhã. Viva o povo coreanoî»

Nos termos de um acordo celebrado, durante a guerra, entre as grandes potências, o exército soviético devia entrar na Coreia e aceitar a rendição das tropas japonesas estacionadas ao norte do paralelo 38; as forças americanas, cabia aceitar a rendição das que se encontrassem ao sul do paralelo.

Menos de um mês depois, duas outras proclamações foram dirigidas ao povo coreano. Estas, porém, eram assinadas pelo general Douglas MacArthur, cujas tropas alcançaram a Coreia do Sul em 8 de Setembro de 1945, tendo por missão desarmar os japoneses e fazer evacuar para o Japão as forças armadas e a administração que eles mantinham ao sul do paralelo 38. A linguagem gélida e arrogante desses documentos foi um balde de água fria lançado à face ansiosa dos coreanos; constituía também um sinistro pressagio de tudo o que estava para vir e oferecia uma semelhança suspeita com os antigos éditos do regime japonês de ocupação.

PROCLAMAÇÃO N.º 1

AO POVO DA COREIA:

Na qualidade de comandante-chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos no Pacífico, proclamo, por este meio, o seguinte...

Artigo 1.º

Todos os poderes governamentais sobre o território da Coreia, ao sul do paralelo 38, bem como sobre os respectivos habitantes, serão provisòriamente exercidos sob a minha autoridade.

Artigo 2.º

Até nova ordem, todos os funcionários e empregados governamentais, públicos e honorários, assim como todos os funcionários e empregados, remunerados ou não, de quaisquer serviços de utilidade pública, incluindo os serviços sociais e de saúde, manter-se-ão no desempenho das suas funções, respeitarão os seus deveres habituais e responderão pela salvaguarda dos arquivos e dos bens.

Artigo 3.º

As minhas ordens e as ordens proferidas no âmbito da minha autoridade serão obedecidas. Sera severamente punido qualquer acto de resistência as forças de ocupação ou, de qualquer modo, susceptível de perturbar a ordem ease-gurança públicas.

Artigo 4.º

O direito de propriedade sera respeitado. E, sempre que eu não disponha de outro modo, prosseguireis nas vossas ocupações habituais.

Artigo 5.º

Durante o período de ocupação militar, o ingles sera, para todos os efeitos, a lingua oficial. Em casos de ambiguidade ou diversidade de interpretações ou definiçoes entre textos ingleses e textos coreanos ou japoneses, prevalecera a versão inglesa.

Artigo 6.°

Outras proclamações, ordens, regulamentos, despachos, directivas e decretos serão publicados por mim ou no âmbito da minha autoridade e especificarão o que mais se espera de vós.

Assinado por mão própria em Iocoama,
ao sétimo dia de Setembro de 1945.

Douglas MACARTHUR
General do Exército dos Estados Unidos
Comandante-chefe das Forças Armadas dos
Estados Unidos no Pactfico

PROCLAMAÇÃO N.º 2

AO POVO DA COREIA:

No sentido de garantir a segurança das forças armadas sob o meu comando, bem como no de salvaguardar a ordem pública, a paz e a segurança da zona ocupada, eu, comandante-chefe

das Forças Armadas dos Estados Unidos no Pacífico, proclamo, por este meio, o seguinte:

Todos aqueles que:

Violarem o disposto no Acto de Rendição ou em qualquer proclamação, ordem ou directiva, publicada sob a autoridade do comandante-chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos no Pacífico, ou praticarem qualquer acto atentatório da vida, da integridade ou da segurança de pessoas ou bens, dos Estados Unidos ou dos seus aliados, ou praticarem qualquer acto tendente a perturbar a paz e a ordem pública, a dificultar a administração da justiça, ou deliberadamente praticarem qualquer acto de hostilidade as Forças Aliadas, serão julgados pelo Tribunal Militar de Ocupação e condenados à morte ou a outra punição que o mesmo tribunal determine.

Assinado por mão própria em Iocoama,
ao sétimo dia de Setembro de 1945.

Douglas MACARTHUR
General do Exército dos Estados Unidos
Comandante-chefe das forças Armadas dos
Estados Unidos no Pacífico

Estas proclamações tiveram, sobre os destinatários, o efeito de uma chicotada. No prazo de poucos dias, estavam já afixadas por todo o Sul, em ingles e coreano.

Os funcionários governamentais deverão conservar-se nos seus postos! Todos eram japoneses ou traidores coreanos. Em quase todo o país estavam já encarcerados, e MacArthur não o

ignorava. Pretenderiam então as proclamações dizer que esses homens deviam ser reintegrados? E o ingles como única lingua oficial, no momento em que os coreanos tinham apenas recomeçado a falar a sua lingua! O ingles, em substituição do japonês. E ainda se falava em pena de morte! Em governo militar! Era então isto a libertação? Nem uma palavra sobre o castigo dos japoneses e dos colaboracionistas! Não sugeria tudo isto uma mera substituição de opressores? Americanos, em vez de japoneses? Ou mesmo uma cooperação entre americanos e japoneses, para manter a opressão dos coreanos?

Uma das primeiras medidas do general Hodges, que comandava as forças americanas, foi exigir aos coreanos que se mantivessem na obediência ao governador-geral, o japonês Abe, e determinar que todos os funcionários japoneses fossem conservados nas suas funções, ou, nos casos em que tivessem sido já removidos, que fossem nelas reintegrados.

Por todo o país, ao norte e ao sul do paralelo 38, constituíram-se comissões populares, logo após o 15 de Agosto. Por isso, quando os americanos chegaram, já os japoneses tinham sido desarmados em todo o Sul, excepto em Seul e nalguns outros centros urbanos. Os dirigentes dessas comissões aguardaram a chegada das tropas americanas, para Ihes entregarem os prisioneiros que tinham feito. Todos esperavam que os americanos fossem depois a Seul, desarmar os japoneses e prender o famoso governador-geral Abe, bem como os mais notórios traidores coreanos.

Em 6 de Setembro, dois dias antes do desembarque americano, realizou-se em Seul um congresso das comissões populares, no qual se debateram as medidas mais adequadas para a implantação de uma Republica Democratica da Coreia; como primeiro passo a dar nesse sentido, assentou-se na unificação das comissões já formadas, ao norte e ao sul do paralelo 38. Poucos dias depois da chegada dos americanos, os delegados das comissões populares voltaram a reunir em Seul e decidiram criar a Republica Popular da Coreia, esperando obter para ela o apoio do Norte. Esta proposta foi aprovada por todos os principais partidos políticos e organizações sociais do Sul da Coreia. Syngman Rhee, regressado após 40 anos de residência nos Estados Unidos, foi convidado a presidir ao governo provisório que deveria contactar com as comissões populares do Norte para a realização de eleições à escala nacional e para a constituição de um governo central unitário. Rhee recusou, alegando que não deviam existir «dois poderes soberanos» — e assim optou pelo regime de ocupação dos E. U. A.

O governador militar americano, general Arnold, dissolveu a República Popular da Coreia, alegando ser ela «prejudicial» ao USAMGIK (Governo Militar dos Estados Unidos na Coreia). Depois, Arnold desencadeou um ataque frontal contra as comissões populares — que eram a expressão concreta da democracia na Coreia.

De acordo com as instruções de Arnold, a polícia do USAMGIK, composta de coreanos treinados pelos japoneses, procedeu à dissolução das comissões, ao confisco dos seus documentos

e, ainda em 1945, à prisão de alguns dos seus dirigentes. Muitos deles, tornavam assim aos mesmos cárceres donde, há tão pouco tempo, tinham saído, após anos de prisão cumpridos sob a ocupação japonesa. O USAMGIK teria de ser o único administrador da Coreia do Sul e o seu poder baseava-se, primeiro, na polícia japonesa e, mais tarde, na polícia coreana treinada pelos japoneses.

Mas os protestos populares que se registaram nas primeiras semanas da ocupação americana obrigaram o Governo Militar a rever o seu piano original de manutenção dos administradores japoneses: em fins de 1945, a maioria destes tinha já regressado ao Japão. Todavia, os «quislings» coreanos, os odiados janízaros que tinham servido os japoneses, ajudando-os a torturar e a liquidar os compatriotas, substituíam agora os japoneses, ocupando as posiçõeschave da administração e, particularmente, da polícia. O subdirector da polícia coreana, Choi Kyang Chin, que trabalhava sob as ordens do coronel Maglin, chefe da polícia americana do USAMGIK, desempenhara, sob a ocupação japonesa, funções da mais alta responsabilidade na polícia. Agora, Maglin encarregou-o de organizar a nova polícia.

A evolução registada na Coreia do Sul, desde a «libertação» à guerra civil, fornece aos historiadores matéria suficiente para encher alguns volumes e não pode aqui ser mais do que esboçada. Existe documentação disponível sob a forma de relatórios oficiais apresentados pelos próprios americanos e por comissões das «Nações Unidas» que os E.U.A. introduziram, tão

desnecessária quanto ilegalmente, na Coreia do Sul, e ainda por artigos nos jornais que Syngman Rhee deixou sobreviver—, confirmando a política americana de suprimir todos os movimentos democráticos na Coreia do Sul, de institucionalizar a título permanente a divisão do país pelo paralelo 38 e de implantar um regime odiado pelo povo coreano, mas que garantia vergar-se servilmente aos escopos do imperialismo americano. E toda esta documentação é ainda corroborada por muitos e insuspeitos testemunhos, alguns dos quais vindos de homens que ocuparam posições de destaque no governo dos americanos e de Rhee.

O problema da unificação poderia ter-se resolvido com toda a simplicidade, se os americanos não tivessem decidido suprimir as comissões populares e estabelecer o seu governo militar, como administração suprema da Coreia do Sul. Aquela supressão ocorreu antes mesmo que Kim Il Sung tivesse chegado a Pyongyang, nos primeiros dias de Outubro. Para o general MacArthur, como para o governo americano, o paralelo 38 tornou-se, desde logo, numa barreira da guerra fria; ou, mais precisamente, na fronteira norte de uma esfera onde permanente e definitivamente se poderia exercer à vontade a influência económica, política e militar dos E. U. A.

Eis o texto de mais um dos gélidos decretos da ocupação americana, este datado de 2 de Novembro de 1945:

G. G., Porças Armadas dos E.U. A. na Coreia, gabinete do Governador Militar, Seul, Coreia.

SECÇÃO l.ª

«Até nova ordem e com ressalva das abrogações ou revogações prèviamente estabelecidas, todas as leis vigentes em 9 de Agosto de 1945, bem como quaisquer regulamentos, ordens, despachos ou outros diplomas, publicados pelos precedentes governos da Coreia e tendo força de lei naquela data, permanecerão em vigor, enquanto não forem expressamente revogados por ordem do Governador Militar da Coreia...»

MacArthur, apoiado no exército de ocupação, estava firmemente decidido a não consentir aos coreanos qualquer voz activa nos seus próprios assuntos e a lidar com eles como se se tratasse de um povo inimigo que era conveniente governar. O general informou o seu governo de que «a unificação da Coreia estava muito para além das suas possibilidades» e, consequentemente, o problema transitou para as mãos dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos E. U. A., da Grã-Bretanha e da U. R. S. S, os quais se reuniram em Moscovo, em Dezembro de 1945. Era aos coreanos que cabia resolver o problema da unificação; não tivessem os americanos interferido, e a solução teria sido fácil. O povo coreano não queria o país dividido por efeito de um acordo entre as grandes potências para o desarmamento dos japoneses. MacArthur sabia bem que não havia razões válidas que impedissem a unidade política da Coreia e que a U. R. S. S. a desejava, mas apresentou a questão como sendo matéria de grande complexidade. Os americanos estavam certos de que, na conferência de Moscovo, todas

as suas pretensoes seriam sancionadas por uma votação de dois contra um.

Das discussões de Moscovo, nas quais os americanos deixaram claramente exposto o seu intuito de não permitir a unificação da Coreia pelos próprios coreanos, resultou a constituição de uma comissão mista, americana e soviética, encarregada de «prestar, com a participação do governo democrático da Coreia e das organizações democráticas coreanas, todo o auxílio necessário ao progresso politico, económico e social e à consumação da independência nacional coreana». As três potências deviam também ter estes objectivos bem presentes ao constituírem «uma tutela encarregada de gerir os interesses da Coreia, por um período de tempo que não poderá exceder 5 anos».

As deliberações da conferência de Moscovo foram dadas a conhecer, primeiramente, por uma emissão de Radio Moscovo, na noite de 27 de Dezembro de 1945;seguiu-se-lhe um comentário da «Tass», esclarecendo que o desígnio dos americanos na conferência tinha sido sempre a institucionalização definitiva da divisão da Coreia e assegurando ser a criação da comissão mista o melhor compromisso que, naquelas circunstâncias, tinha sido possível obter.

Em Fevereiro de 1946, constituiu-se uma Comissão Provisória Norte-Coreana, eleita pelas comissões populares locais; Kim Il Sung era o seu presidente. Pouco depois, a 23 de Marco de 1946, este proferiu uma célebre declaração, difundida pela radio, anunciando o seu programa em 20 pontos — o qual, disse, deveria ser adoptado pelo governo provisório que, segundo se

esperava, sairia das deliberações da comissão americano-soviética, cujos trabalhos tinham começado, há 3 dias, em Seul. Estes 20 pontos eram um desenvolvimento dos 10 que a Associação para a Restauração da Pátria, há dez anos, adoptara; com a singela diferença de o ponto n.º 1, que outrora reclamava o derrubamento dos invasores japoneses, passar agora a reivindicar «a liquidação de todas as reminiscências do domínio imperialista japonês, na vida económica e politica da Coreia». O programa previa o dia de trabalho de 8 horas; proibia o trabalho dos menores de 13 anos e fixava em 6 horas o tempo máximo de trabalho diário para os indivíduos de idade compreendida entre os 13 e os 16 anos; preconizava a fixação de salários mínimos; instituía a plena igualdade dos sexos, pondo termo aos casamentos compulsórios e ao concubinato; instituía a obrigatoriedade e gratuidade do ensino; programava eleições livres, mediante o voto secreto em todos os escalões da administração; propunha-se nacionalizar as grandes empresas, os bancos, as minas, as explorações florestais e confiscar os meios de irrigação e os bens dos japoneses; previa, enfim, a redistribuição das terras pertencentes aos japoneses e aos colaboracionistas coreanos e toda uma série de outras reformas de premente necessidade. Ao preconizar a nacionalização das grandes empresas —facto que certamente fez gelar o sangue nas veias do general MacArthur—, o programa não fazia mais do que reclamar para a Coreia o que eram então prooriedades janonesas. Antes da libertação, 91,2 % do investimento total na economia coreana (não incluindo

aqui a agricultura) estava em mãos japonesas. Na indústria, a percentagem era de 94 % e, no respeitante à banca, as comunicações e as minas, era de 99 %. Segundo uma estimativa bastante modesta, feita pelo Departamento de Estado dos E. U. A., e publicada numa brochura sobre a Coreia, em Outubro de 1947, o governo militar norte-americano detinha ainda na Coreia, em Setembro do mesmo ano, «as antigas propriedades japonesas em 24 indústrias de base, representando 80 % da economia sul-coreana». (Pretender-se-ia, mais tarde, que estes bens iam sendo progressivamente transferidos para as mãos do governo de Rhee. A verdade, porém, é que Rhee os distribuía pelos seus amigos políticos, com a condiçao de eles abrirem as portas ao capital americano. Em Setembro de 1948, por exemplo, havia já contratos assinados entre o governo americano e o de Rhee, autorizando socìedades comerciais americanas a explorar a mina de ouro de So Lim e a valiosa mina de tungsténio de San Dong. O capital americano era já o dominante, se não exclusivo, na Greater Korean Electric Co., na Greater Korean Oil Tanker Co., na Far Eastern Import and Export Co., na Associated Mica Exploitation Co., na Mining Exploitation Co., na Mining Development Co. e em muitas outras. As firmas americanas dispunham, em regime de monopólio, dos direitos de exploração, distribuição, produção e até de decisão, em matéria de reservas e de preços do carvão e dos produtos petrolíferos. De facto, o capital americano substituíra-se ao japonês e os direitos e proventos dos trabalhadores não tinham melhorado sensìvelmente, em rela-

ção ao tempo da ocupação japonesa. Não admira, portanto, que, para os americanos, a unificação da Coreia fosse um caminho repleto de «dificuldades»!

No Norte, as indústrias e os bens dos japoneses foram também apropriadas pelo comandante militar soviético; mas coube, de facto, aos coreanos, desde os primeiros dias, a sua administração e exploração, em proveito da Coreia. E, logo que o decreto da nacionalização foi promulgado, o comandante soviético entregou oficialmente à comissão popular norte-coreana todos os haveres japoneses na Coreia do Norte. Os capitalistas e industriais do país, excepto os colaboracionistas da ocupação japonesa, conservaram as suas empresas e beneficiaram ainda de auxílio financeiro, para melhor poderem promover o seu desenvolvimento.

Na comissão mista, os trabalhos não acusavam qualquer progresso, com os americanos a recusarem a presença, nos debates, de inúmeros partidos e organizações sociais, dos mais importantes do Sul, mas que apoiavam a causa da unificação. No Norte, as reformas não podiam esperar pela conclusão destas intermináveis e estéreis reuniões; a reforma agrária, vimo-lo já, foi realizada em Marco e, em 20 de Junho de 1946, a Comissão Provisória Norte-Coreana publicava uma Lei do Trabalho, que era uma concretização do programa em 20 pontos. Seguiu-se-lhe, em 10 de Agosto do mesmo ano, uma Lei das Nacionalizações, que, como Kim Il Sung proclamou, nesse dia, aos cidadãos que se concentraram em Pyongyang, «tem um grande significado histórico. Por esta lei, todas as fábricas

da Coreia do Norte, as minas, os caminhos-de-ferro, as comunicações, os bancos, os estabelecimentos comerciais e culturais, etc., que os imperialistas japoneses puseram de pé à custa do suor e do sangue do povo coreano, tornam-se propriedade plena desse mesmo povo, seu único e legítimo dono. E, mais ainda, todas as fábricas e empresas, outrora pertencentes àqueles que fugiram com os japoneses, aos colaboracionistas e aos traidores, são confiscadas, transitando para a propriedade do povo coreano...»

Na minha opinião, é certamente a circunstância de as propriedades japonesas terem passado para as mãos do povo coreano que explica a prontidão e brutalidade com que essas mesmas fábricas, minas e outras instalaçoes foram reduzidas a escombros pelos bombardeiros americanos, logo após a abertura das hostilidades. Enquanto estiveram nas mãos «respeitaveis» dos grandes empórios japoneses —mesmo no mais agudo da Segunda Guerra Mundial, quando muitas delas trabalhavam para alimentar a máquina de guerra, com a qual os E.U.A. travavam um combate mortal— permaneceram intactas. Uma vez na posse do povo, transformaram-se em alvos imediatos e prioritários.

Convém, talvez, explicar aqui por que motivo a Comissão Provisória Norte-Coreana era ainda, ae tempo em que estas reformas de base eram levadas a cabo, o poder supremo na Coreia do Norte. As comissões populares, como ficou dito atrás, constituíam-se primeiramente à escala da aldeia e do distrito e elegiam depois as comissões comarcãs e provinciais; da deliberação destas é que emergiu a Comissão Provisória Norte-

-Coreana e, mais tarde, a Comissão do Povo para a Coreia do Norte. Esperava-se então a eleição de comissões paralelas no Sul, a fim de, conjuntamente, se poder constituir uma administração central provisória, que governaria até que se realizassem, à escala nacional, as eleições previstas. Polìticamente, não existiam Coreias do Norte e do Sul; nem existiram, até Maio de 1948, quando os americanos promoveram eleições separadas no Sul. No Norte, onde a esmagadora maioria da população era partidária da unificação política por meios pacíficos, não faria sentido eleger um corpo legislativo privativo — até porque tal equivalia a dar um passo perigoso, no sentido do reconhecimento do paralelo 38 como fronteira política permanente. E, ao tempo das leis de reforma, era à comissão mista que competia preparar a unificação do país, na base da vontade expressa pela maioria da população.

Mas a verdade é que as sessões de trabalho da comissão eram autênticas farsas, sobretudo pelo empenho com que os juristas americanos, recorrendo a todas as artes do seu ofício, procuravam demonstrar que a unificação era o problema mais transcendente deste mundo. As deliberações tomadas em Moscovo incluíam a consulta de todos os partidos e organizações democráticas; uma brochura dada a lume pelo Departamento de Estado americano assinalava que «38 organizações do Norte e 422 do Sul pediram para serem ouvidas pela comissão»; mas o que o texto não revela é que 95 % das «organizações do Sul» foram forjadas pelos americanos e por Rhee, compondo-se frequentemente de

um ou dois membros e tendo por única razão de ser a sua hostilidade à unificação. De entre os vários protestos apresentados pelo delegado soviético, destaquemos um, contra a audição da «Associação dos Anciães Preocupados com o Destino da Nossa Pátria», entidade que, ao todo e por junto, contava com 6 filiados.

Em Abril de 1947, Molotov viu-se forçado a escrever ao Secretário de Estado Marshall sobre o rumo que as coisas tomavam, em relação à unificação da Coreia. «Os E. U. A.», escreveu, «incluíram, na sua lista de candidatos a consultas acerca do governo provisório, 17 partidos politicos e organizaçoes sociais, todos contrários ao espírito das decisões de Moscovo, e 3 partidos pertencentes ao nosso campo, que é unânime e entusiàsticamente partidário da unificação. Fo-ram excluídas organizaçoes como a Federação Nacional dos Sindicatos da Coreia do Sul, a Federação da Liga Nacional dos Camponeses, o Partido Patriótico do Povo Coreano (partido de direita, no qual se baseava o governo de Chungking: governo provisório da Coreia na China) e a Federação da Liga das Juventudes Democráticas, que é a mais vasta organização social da Coreia do Sul.» Os sindicatos, associações de camponeses, ligas de juventude e federações femininas (pois também a estas era negada a consulta) representavam cerca de 90 % dos cidadãos organizados da Coreia do Sul.

Se os americanos quisessem sinceramente que, de uma Coreia unificada, emergisse uma sociedade democrática —e se admitissem a contingência de, nessa sociedade, poder não haver lugar para os investimentos do seu capi-

tal— teriam atentado nas deliberações da Conferência do Povo Norte-Coreano, que se realizou em Pyongyang, em Marco de 1947, com a participação de todas as organizações sociais e partidos políticos e ainda dos delegados das comissões populares provincials e distritais. A Conferência elegeu uma comissão, que elaborou um projecto de constituição para uma República Popular da Coreia, tendo Seul por capital. Nos termos dessa constituição, o poder soberano reside no povo e é exercido pelo Conselho Supremo do Povo, órgão máximo das comissões populares; a estas competiam, à escala local, as mesmas atribuições. Todos os órgãos representativos, desde as comissões populares ao Conselho Supremo do Povo, são eleitos por voto directo e secreto. A partir dos 20 anos, todos os indivíduos gozam de plena capacidade para elegerem ou serem eleitos. Os membros dos comités, qualquer que seja o nível em que se situem, podem ser destituídos quando revelem não estar à altura das responsabilidades que lhes estão confiadas. As liberdades de imprensa, de expressão do pensamento, de associação, de reunião, de manifestação e de culto religioso são garantias essenciais, tal como a inviolabilidade de domicílio e da correspondência. Reconhece-se o habeas corpus; a captura depende de mandado judicial ou de ordem do procurador.

O ensino primário é obrigatório; o Estado garante a assistência indispensável à prossecução dos estudos, por parte daqueles que a desejarem. Os pais respondem pela manutenção dos filhos, sem excepção para os nascidos fora

do matrimónio e para os que o são de um so dos cônjuges. Não é permitida qualquer forma de discriminação em prejuízo dos filhos ilegítimos. As minorias étnicas gozam da plenitude dos direitos reconhecidos aos coreanos e ainda dos direitos de falar a sua própria lingua e de desenvolver livremente a sua cultura.

No campo económico, todos os meios de produção pertencem ao Estado, ou aos organismos municipals, quer públicos quer cooperativos, ou a pessoas privadas. Ao Estado pertencerão, porém, necessàriamente, os recursos do subsolo, as florestas, as minas, os bancos, os caminhos-de-ferro, os canais, as obras de irrigação, a navegação, os complexos hidráulicos, a energia natural e as empresas outrora pertencentes a japoneses e a traidores à pátria. Também o comércio externo é desenvolvido pelo Estado, ou sob a sua direcção. A terra pertence a quern nela trabalha, dentro de um máximo de 20 acres por família. (O máximo normal é de 5 acres, mas pode ir até 20, quando o número dos familiares ou a pobreza do terreno o justifiquem.) O Estado e as cooperativas têm o direito de possuir terra e explorá-la.

A propriedade individual é legalmente garantida e protegida, quando recaia sobre terra, gado, alfaias agrícolas e outros meios de produção, pequenas indústrias e empresas de menor vulto, casas de habitação, mobiliário e depósitos bancários. O Estado encoraja a iniciativa individual na produção, do mesmo modo que fomenta o desenvolvimento das cooperatevas. E estabelece pianos económicos para um máximo aproveitamento dos recursos nacionais.

Os trabalhadores de ambos os sexos têm direito ao trabalho, as licenças remuneradas e à assistência social. Em todos os domínios, os direitos das mulheres são iguais aos dos homens.

O projecto de constituição consubstanciava as melhores aspirações de várias gerações de coreanos. Correspondia aos anseios da grande massa do povo. Foi enviado a todos os partidos políticos e organizações sociais, do Norte como do Sul. No Norte, íoi objecto de um debate amplo, livre e público. No Sul, e apesar de os debates se terem de desenrolar na clandestinidade, nem por isso a maioria dos partidos, sindicatos, associações de camponeses e outras organizações sociais, religiosas e culturais deixaram de o discutir e, tal como acontecera também no Norte, de apresentar as suas moções, comentando o projecto, dando-lhe a sua aprovação ou propondo quaisquer alterações. A constituição, porém, so deveria ser adoptada após as eleições gerais a realizar em todo o país.

No interesse da unificação, os autores do projecto tinham feito consideráveis concessões à empresa privada na pequena indústria e no comércio, delimitado generosamente a posse da terra e previsto uma democracia institucional plena, sem quaisquer restrições. Se entre o Norte e o Sul se tivesse podido desenrolar uma discussão genuína e livre, ter-se-ia fàcilmente podido chegar a um acordo em bases tais que agradariam a 95 % dos coreanos, e ter-se-ia podido evitar uma guerra feroz.

Mas no Sul não era possível discutir, com liberdade, questão alguma, e muito menos a da unificação do país. Syngman Rhee começava

a emergir da sombra protectora da tutela americana e mostrava-se obstinadamente renitente a qualquer contacto com o Norte. Os americanos e, mais tarde, Rhee, dispunham de um corpo de homens armados, que os japoneses tinham organizado sob a designação eufemís-tica de «corpo de defesa contra incursões aéreas», mas que, na realidade, constituía um corpo policial, trabalhando directa, embora não oficialmente, sob as ordens da polícia regular. Estavam preparados para todo o tipo de acções especiais, desde a sabotagem de reuniões até aos assassínios. A sua função era idêntica à das tropas de choque de Hitler, mas estes dispensavam as camisas castanhas.

No final de 1946, o USAMGIK tinha começado a organizar um governo e uma assembleia legislativa da Coreia, ambos «interinos». O chefe do governo era ainda o general Arnold, mas previa-se a criação de um cargo especial de chefe da administração civil, a preencher por um coreano. Todavia, em perfeita coerência com a teoria segundo a qual os coreanos não estavam ainda preparados para a independência, o preenchimento desse cargo far-se-ia por nomeação do governador militar e as suas atribuições equivaleriam as de um conselheiro do mesmo governador. Metade dos 140 componentes da assembleia seriam nomeados pelo general Arnold, sendo os restantes recomendados por aqueles partidos políticos e organizações sociais que se pretendia que tomassem parte na assembleia. O Partido dos Trabalhadores Sul-Coreanos, resultante da fusão, operada em 13 de Novembro de 1946, do Partido Comunista, do

Partido Popular e do Novo Partido Popular, decidiu boicotar uma assembleia que era uma caricatura da independência. Rhee também não participou na assembleia, preferindo ficar nos bastidores e ir consolidando a sua organização. Receava que a assembleia tomasse quaisquer medidas contra os que tinham colaborado com os japoneses e não queria, nesta fase, incompatibilizar-se com aqueles de quern, um dia mais tarde, poderia vir a precisar. O seu jogo era muito mais ambicioso: a conquista do poder absoluto, logo que os americanos o deixassem vago. A sessão inau gural da assembleia interina realizou-se em Seul, no l.º de Janeiro de 1947.

No dealbar do ano de 1947, foi declarada aberta, no Sul, a caça as bruxas. O facto de alguém ser partidário da unificação, ou até de negociações com o Norte, constituía fundamento bastante para a acusação de «comunista». Famílias inteiras foram encarceradas, torturadas e até executadas, por se suspeitar de que algum dos seus membros era «simpatizante» do Norte. Uma delegação da Federação Mundial dos Sindicatos — que era então uma entidade muito «respeitável», nela se integrando a T.U.C. britânica e a C.I.O. americana—visitou, em 1947, a Coreia do Sul e apresentou ao USAMGIK um protesto escrito, declarando que «o terror organizado priva o povo coreano da possibilidade de exercer os seus direitos e das liberdades de palavra, de imprensa, de expressão política e de organização...» Entre os signatários, figurava Bell, do Conselho dos Sindicatos Britânicos. E era nestas condições que a comissão

mista devia auscultar a opinião e vontade populares, acerca da unificação.

1947 foi o ultimo ano em que o domínio militar americano se exerceu abertamente. Em meados do ano seguinte, já o governo de Rhee se instalara no poder. Mas a moldura estava já fixada. Não tinha havido nada que se pudesse assemelhar a uma libertação. A opressão continuou idêntica à de outrora, so a raça dos dominantes mudou. A mesma policia, os mesmos assassinos, detinham e exerciam o poder efectivo. O coronel William Maglin, chefe da policia do USAMGIK, justificou nestes termos a conservação da policia treinada pelos japoneses: «Muita gente critica a conservação dos quadros que os japoneses treinaram», declarou, em entrevista concedida ao escritor americano Mark Gayn, «mas nós pensamos que, se trabalharam bem para os japoneses, também o farão para nós.»

Em fins de 1947, já não havia alternativa para um patriota coreano. Se desejava uma Coreia livre, independente e unificada, era necessàriamente um inimigo do USAMGIK e tinha de decidir-se a combatê-lo, como combatera os japoneses. O aparelho de repressão do USAMGIK era o mesmo que servira já os japoneses; nem mesmo ao nível dos quadros houvera modificações sensíveis. Para o USAMGIK, o patriota era um criminoso, tal como o tinha sido já para os japoneses. Os americanos usavam o aparelho repressivo do mesmo modo por que o tinham feito os seus predecessores e, depois, entregaram-no ao seu homem em Seul: Syngman Rhee.

Tendo logrado sabotar o trabalho da comissão mista, os E. U. A. apresentaram o problema coreano as Nações Unidas, onde Truman contava com a maioria nas votaçoes, qualquer que fosse a politica que os americanos desejassem ver aprovada. Sem, ao menos, um consentimento formal do povo coreano, sem uma indagação, ainda que parcial, da opinião pública coreana, a delegação americana fez nomear uma comissão da O. N. U., que deveria deslocar-se à Coreia, para proceder à «unificação» do país, mediante eleições controladas pelas Nações Unidas. Na Coreia, excepção feita aos colaboracionistas da ocupação japonesa, nos quais se baseava o partido de Rhee, e o Partido Democrático dos proprietários rurais, receosos da reforma agrária, todas as organizações verdadeiramente representativas não acreditavam já em que o trabalho desta nova comissão produzisse resultados positivos. Por outro lado, elas rejeitavam a tese da incapacidade dos coreanos para se governarem. Quando o país tomou conhecimento de que, em 10 de Maio de 1948, se realizariam eleições separadas no Sul, sob o controle da O. N. U., a reacção foi geral e indignada; até mesmo a maior parte da imprensa sul-coreana o fez.

A convite da Comissão Provisória do Povo Norte-Coreano, realizou-se, em Abril de 1948, uma conferência em Pyongyang para discutir a unificação do país. Nela tomaram lugar representantes de todos os partidos políticos, excepto os dois atrás mencionados, e de todas as organizações sociais com real ìmportância na Coreia do Sul, afrontando assim a repressão, defen-

didos so pelo seu número e firmados na consciência de que esta era a melhor, se não a ultima, oportunidade para conseguir a reunificação. A maior parte dos partidos do Sul eram moderados ou mesmo de direita, mas era a esquerda que gozava do mais vasto apoio de massas. A Coreia é um país de trabalhadores e camponeses pobres; a classe media e a classe capitalista eram relativamente pequenas e pouco desenvolvidas. As decisões da conferência de Pyongyang foram assinadas pelos delegados — em regra, os dirigentes — dos seguintes partidos e organizações sociais da Coreia do Sul:

Partido para a Independência da Coreia (partido de direita, dirigido por Kim Ku, chefe do governo provisorio da Coreia, estabelecido em Chungking e apoiado pelo Kuomintang), Partido da Independência Nacional, Partido do Traba-Iho, Partido Republicano Popular, Novo Partido Progressista, Partido Social-Democrata, Chung Do (partido nacional religioso), Partido Democrático para a Independência da Coreia, Partido Democrático da Independência, Partido dos Camponeses Coreanos, Partido das Massas Trabalhadoras, Partido da Liga Popular e o poderosíssimo Partido dos Trabalhadores Sul-Coreanos.

As organizações representadas incluíam a Federação Geral dos Sindicatos, a Federação das Ligas Camponesas, a Liga da Juventude Patriótica e Democrática, a Liga Democrática Feminina, a Federação das Ligas Culturais, a Liga Cristã, a Liga Confuciana, a Associação para a Unificação do Povo Coreano, a Associação Sul-Coreana de Imprensa e uma série de outras

organizações. Muitas destas entidades eram extremamente conservadoras, mas estavam genuìnamente empenhadas na unificação da Coreia. Testemunhavam, no conjunto, mais de 90 % dos sul-coreanos organizados; e a maior parte dos coreanos estavam organizados. As organizações sindicais e camponesas eram as duas maiores organizações de massas de todo o pais e nelas enfileirava a maioria dos operários e camponeses coreanos. Também as organizações políticas e sociais do Norte assistiram à conferência. No total, foram 56 as organizações, representando, no Norte e no Sul, mais de 12 milhões de membros, ou seja, a esmagador a maioria da população adulta da Coreia.

As decisões da conferência foram trazidas a público, em 23 de Abril, por um comunicado donde são extraídas as seguintes passagens:

«Com fins de informação e debate, nós, representantes dos partidos políticos e organizações sociais da Coreia, Norte e Sul, reunidos pela primeira vez desde que o pais se libertou da dominação japonesa, sublinhamos o facto de o nosso pais permanecer dividido, por causa da linha temporária do paralelo 38...»

Seguidamente, censurava-se aos americanos a iniciativa de submeter a questão coreana à O. N.U., sem prévio assentimento do povo coreano:

«Os E. U. A. utilizaram a Assembleia das Nações Unidas para conseguir a realização de eleições separadas no Sul, a fim de poderem estabelecer um pretenso "governo nacional", que não sera mais do que um governo fantoche. Com esta manobra, pretendem os Estados Uni-

dos dividir o país pelo paralelo 38. Vivemos o momento mais crítico da nossa história. No Sul, são reaccionários como Li Seung Man (Syngman Rhee) e Kim Sung Su (dirigente do partido democrático dos proprietaries rurais), adeptos e entusiastas da política reaccionária dos americanos, quern detém o poder. Consideramos traidores esses homens e todos aqueles que Ihes derem colaboração. Por causa destes reaccionários o povo coreano não pôde ainda gozar os benefícios da democracia. No Norte, libertado pelo exército soviético, o povo vê realizarem-se as suas aspirações e, através das comissoes populares que elegeu, põe em prática reformas democráticas, lança as bases de uma economia nacional sã e faz reviver a cultura nacional. Opomo-nos radicalmente à política americana de colonização dos países subdesenvolvidos. Paremos frente aos traidores e aos simpatizantes dos japoneses, que ocupam agora o poder, por obra dos americanos. Opomo-nos também à comissão das Nações Unidas para a Coreia, constituída com o intuito de defraudar o povo coreano. E, para impedir a colonização da nossa pátria pelo imperialismo americano, nós, partidos políticos e organizações sociais da Coreia, Norte e Sul, declaramo-nos unidos, para melhor desencadearmos no país um movimento de resistência as eleições separadas e de apoio as propostas soviéticas para uma Coreia unida e independente e para a retirada de todas as forças armadas estrangeiras do nosso território. E, por este objectivo, estamos prontos a envidar todos os nossos esforços.»

Esta declaração, verdadeira voz do povo coreano, representava a mais categórica rejeição da política americana na Coreia do Sul. Ela derrubava todos os obstáculos artificialmente erigidos e as pretensões hipócritas dos americanos, segundo as quais os coreanos não sabiam ao certo o que queriam. (A «sinceridade» dos esforços americanos em favor da uni£icação foi posta a nu pela Lei de Auxílio à Coreia, aprovada em Fevereiro de 1950 pelo Congresso; nos termos deste diploma, o auxílio cessaria «na eventualidade da formaçao, na Republica da Coreia [Coreia do Sul] de uma coligação governamental que incluísse um ou mais representantes do partido comunista ou do partido que pre-sentemente controla o governo da Coreia do Norte».)

A conferência de Pyongyang foi, para o USAMGIK, um revés grave; sobretudo pelo facto de os partidos da direita e, virtualmente, todas as figuras políticas de destaque na Coreia do Sul — algumas cortejadas pelos americanos para lugares de chefia — terem nela participado, emprestando o seu prestígio à denúncia da política americana na Coreia. Mas o golpe mais duro foi, talvez, a participação do velho politico conservador Kim Ku, que, como os demais, apôs a sua assinatura à declaração. Kim Ku chefiara o governo provisório de Chungking e gozava de enorme prestígio entre as facções mais conservadoras.

Apesar da franca hostilidade revelada em relação as eleições separadas, os americanos prosseguiram na execução do seu piano, exactamente como se a conferência de Pyongyang não se

tivesse realizado. Na «Pequena Assembleia», que os americanos, à custa de manobras várias, tinham conseguido constituir na O. N. U., com o intuito de privar a U. R. S. S. de voz activa em tudo o que à questão coreana respeitasse, foi o representante do Kuomintang o único a apoiar deeididamente a realização de eleições separadas no Sul. Até mesmo a Australia e o Canada juntaram as suas vozes à da India, protestando vigorosamente contra a divisão permanente da Coreia.

Segundo relatos de correspondentes americanos que observaram as eleições realizadas em 10 de Maio de 1948, houve pelo menos, 500 pessoas assassinadas nesse dia — algumas por se recusarem a votar, outras durante tumultos à boca das urnas. O triunfador do sufrágio foi, como não podia deixar de ser, o partido de Syngman Rhee. Em 11 de Maio, o USAMGIK publicou uma declaração em que se dizia que tudo decorrera «numa atmosfera de liberdade» e que a percentagem de votantes fora superior a 95 %. Mas o USAMGIK não podia, nem pôde, evitar a boicotagem ostensiva das urnas pelas principais organizações e partidos políticos, incluindo os chefiados por Kim Ku e por Kim Kyu Sik (o homem que o Departamento del Estado tivera em vista para a presidência).

No mês seguinte, os representantes das organizações sociais e partidos políticos do Norte; e do Sul, que em Abril se tinham encontrado em Pyongyang, promoveram nova reunião, agora em Haeju, urn pouco ao norte do paralelo 38^{e} . A reunião destinava-se ainda a debater a reunificação. Foi decidido levar a cabo, em Agosto,

eleições à escala nacional, sob os auspícios dos participantes políticos de ambos os lados do paralelo. No Sul, apesar das medidas de terror tomadas pelo USAMGIK e pela polícia de Rhee contra todos os que nela participaram, decorreu uma campanha eleitoral. Realizaram-se reunioes eleitorais, algumas públicas, outras secretas, e finalmente, a despeito do terrorismo governamental, efectuaram-se as eleições. No Sul, foram designados 1080 candidatos, dos quais 1002 se apresentaram realmente. A votação, secreta, foi fiscalizada pelos partidos participantes das conferências de Pyongyang e Haeju. Houve, ainda no Sul, 6 732 407 votos para 8 681 746 eleitores, ou seja, uma participação efectiva de 77,2 %. No Norte, a percentagem atingiu os 99 %. O Sul elegeu 360 deputados e o Norte 212, em rigorosa proporção com a população, tal como, nessa altura, se distribuía. A eleição decorreu em 25 de Agosto e os deputados eleitos concentraram-se em Pyongyang, onde, em 8 de Setembro, elegeram unânimemente Kim Il Sung presidente da República Democrática Popular da Coreia.

Numa das suas primeiras medidas, a nova Assembleia Suprema do Povo Coreano dirigiu uma petição as duas potências ocupantes, inforrnando-as da fundação da República Democrática Popular e requerendo a evacuação das respectivas tropas. Prontamente, o comandante soviético respondeu, manifestando o seu regoziJo pela criação da R.D.P.C. e comprometendo-se a retirar as suas forças armadas. Os ameftcanos recusaram. Os delegados soviéticos propuseram repetidamente a evacuação simultânea

de todas as tropas de ocupação. Os E.U.A. mantiveram inflexìvelmente a sua atitude. Em Dezembro de 1948, as forças armadas da U.R.S.S. abandonaram a Coreia.

Entretanto, Rhee consolidava o seu lugar e procurava destruir todos os opositores. No princípio de 1949, não era dificil ser preso na Coreia do Sul; para tanto bastava pertencer a um sindicato, à liga dos escritores, a liga dos advogados, à união dos músicos, a qualquer organização de massas — pois todas elas, sem excepção, apoiavam a causa da unificação e o governo central constituído no Norte. Eis algumas das primeiras vítimas do governo de Rhee:

Kim Tai Jum. Unânimemente reconhecido como o maior historiador coreano. Especialista de história e literatura coreanas, crítico literário, professor catedrático da Universidade de Seul e figura de primeiro piano na vida cultural do seu país. Preso em 1949, foi julgado e fuzilado, sem uma palavra de explicação.

Yu Dong Jun. Preso em 1948, por ser um membro destacado da Liga dos Advogados, foi torturado no Yung Doung Po (posto da polícia na zona sul de Seul). Regaram-no com gasolina e queimaram-no vivo.

Kim Ku, o já referido velho estadista que chefiara o governo provisório de Chungking. Os americanos tinham querido transformá-lo num dos seus testas de ferro, mas Kim Ku era, acima de tudo, um patriota. Boicotou as eleições separadas e participou nas conferências de Pyongyang e Haeju. Foi assassinado em plena rua, em 1949, em Seul. Contra o assassino, o

tenente An Do Hai, do exército de Rhee, não foram tomadas quaisquer medidas.

A era da «libertação» chegara ao seu termo; e, com ela, morriam as derradeiras ilusões de uma unificação pacífica do país ou de uma verdadeira independência, pela qual tantos filhos da Coreia tinham lutado e morrido. O poder efectivo no Sul regressara as mãos das mes-mas autoridades fantoches que tinham servido o Japão; mas agora, era um velho politico astuto e malfazejo quern lhes dava a cobertura.

A própria comissão das Nações Unidas relatou, em Agosto de 1949, que, ao abrigo do «Decreto de Protecção à Paz Mundial» e so durante os 8 meses anteriores a 30 de Abril de 1949, 89 710 pessoas foram encarceradas na Coreia do Sul.

O ministro do Interior de Rhee, Kim Huo Suk, que fugiu para o Norte quando a guerra começou, calculava que, entre Agosto de 1945 e a abertura das hostilidades em 25 de Junho de 1950, 250 000 pessoas teriam sido massacradas e 600 000 aprisionadas — tudo em nome da «libertação»... à maneira americana.

CAPÍTULO XI

O PRINCÍPIO E O FIM

Em 1950, a Coreia do Norte «agressora» era escavacada pelas bombas. Em 1967, o primeiro-ministro Kim Il Sung prevê que, mais tarde ou mais cedo, isso poderá voltar a suceder. O ex-presidente Eisenhower declarou, já no seu declínio, que os coreanos deixaram de lutar por ele os ter ameaçado de lançar mão das armas nucleares. É tempo de repor a verdade dos factos, no que toca à forma como a guerra começou e de refrescar a memória, já manifestamente enfraquecida, de Eisenhower, sobre o modo como a guerra acabou.

1950 foi um ano mau para a pölítica americana no Extremo Oriente. As tropas do Kuomintang, fortemente apoiadas, armadas, financia-das e assistidas pelos E. U. A., depois de haverem sido expulsas da China continental e de se refugiarem na ilha de Hainan, foram ainda desalojadas desta por uma operação anfíbia, impressionante pela eficácia, do Exército Popular de Libertação da China, e viram-se compelidas a fugir para Taiwan. Em meados de 1950, o Exército Popular de Libertação preparava-se para lhes assestar o golpe de misericórdia, através de uma nova operação anfíbia, agora dirigida contra Taiwan. A China Popular obtivera já o reconhecimento da União Soviética e dos demais países socialistas, bem como da Grã-Bre-

tanha, India e vários outros países asiáticos e neutrais. A substituição do delegado do Kuomintang agonizante, no Conselho de Segurança da O. N. U., era apenas uma questão de tempo. O presidente Truman tinha anunciado a cessação do seu auxílio militar ao regime fugitivo de Taiwan. O secretário de Estado Dean Acheson fora ainda mais longe, proclamando que os E.U. A. não tinham qualquer intenção de ajudar a defender Taiwan — para maior pavor do «lobby chinês», na Coreia do Sul, Rhee e a própria política americana foram estrondosamente batidos nas eleições de 30 de Maio, nas quais menos de 20 % dos sequazes de Rhee saíram eleitos, apesar do recurso intensivo ao seu corpo de esbirros, da interdição do poderoso Partido dos Trabalhadores e de todos os restantes partidos democráticos, e do boicote as urnas praticado pelo Partido da Independência Nacional (centro-direita), chefiado por Kim Kyu Sik. Para os «falcões» da época, comandados por Dulles e pelo seu velho «compadre», general Douglas MacArthur, a situação não era nada famosa; so medidas urgentes e manobras desesperadas a poderiam já restabelecer. E, para este efeito, a Coreia era a meIhor jogada.

Fechadas as portas de uma possível reunificação pacífica, Rhee e os seus conselheiros americanos começaram a preparar a reunificação pela força das armas, fazendo-o sem quaisquer inibições quanto à publicidade dos seus desígnios. A título de exemplo: em 7 de Outubro de 1949, Syngman Rhee concedeu uma entrevista ao vice-presidente da United Press,

Joseph Johnston; publicaram-na vários jornais, designadamente o Seul Shimbun de 8 de Outubro, que a encabeçava com este título:

«É POSSÍVEL A OCUPAÇÃO DE PYONG-YANG EM TRÊS DIAS. A UNIFICAÇÃO DO PAÍS ESTÁ AO NOSSO ALCANCE.»

Segundo o texto de Johnston, Rhee declarava que «o seu governo poderia fazer ocupar a Coreia do Norte, realizando assim a unificação do país; mas que isso seria arriscar uma terceira guerra mundial». «E disse-me então», prosseguia Johnston, «o seguinte: "Vários norte-coreanos me pediram que difundisse uma mensagem pela radio, incitando todos os norte-coreanos leais a sublevar-se e a derrubar o regime comunista; mas, para isso, contam com a nossa adesão. Estou firmemente convencido de que nos encontramos aptos a tomar Pyongyang em três dias. Defender o nosso país nas fronteiras da Manchuria e da Coreia seria muito mais fácil do que defendê-lo na linha do paralelo 38. Perguntarão: que me inibe então de proceder? Apenas a advertência que me foi feita pelos E.U.A. e pela ONU de que um tal gesto poderia ser o gatilho da terceira guerra mundial. Eis a razão por que nos limitamos a aguardar pacientemente aquele dia vindouro em que o problema do comunismo sera resolvido, paralelamente com outros grandes problemas do mundo."» (É muito possível que a administração Truman-Acheson e algumas figuras de destaque na ONU tenham efectivamente procurado refrear os ímpetos de Rhee; mas, a verdade é

que já então Dulles e MacArthur faziam, cada vez mais livremente, a sua política, nesta zona do mundo. — W. B.)

Uma semana antes de ser entrevistado por Johnston e enquanto a questão coreana ainda se debatia na ONU, em Lake Success, Rhee concedeu directamente ao Seul Shirribun outra entrevista. Trazia este cabeçalho:

«A COREIA ESTA PRONTA. ESPERO ANIQUILAR A COREIA DO NORTE»

«Faço tudo o que é possivel para conservar a paciência», declarou Rhee, «mas penso que os estadistas reunidos em Lake Success deviam tomar em consideração várias circunstâncias: (1) Que nós podemos recuperar os territórios perdidos ao Norte e que os nossos compatriotas que ali vivem esperam que os libertemos do comunismo; (2) Que é nosso receio que, quanto mais tempo deixarmos as coisas ficar como estão, tanto mais difícil sera depois o seu remédio. O governo e o povo da República da Coreia estão perfeitamente preparados para o combate ao comunismo; e por quanto tempo mais sera possivel recalcar o seu patriotismo e aguentar este esforço de autocontenção? O povo está cansado. Os nossos compatriotas do Norte desejam que esmaguemos o exército comunista e que defendamos as fronteiras naturais da Coreia: os rios Yalu e Tumen. É isto mesmo que devíamos fazer e que, alias, já devíamos ter feito...»

Em 1949, Rhee estava pois inabalàvelmente decidido a invadir a Coreia do Norte no ano

seguinte. Houvesse o que houvesse. Na mensagem de Ano Novo, publicada em 31 de Dezembro em todos os jornais sul-coreanos, dizia: «Neste novo ano que começa agora, combateremos todos, como um so homem, para recuperar os territórios perdidos. Até à data —e por termos em conta a situação internacional — adoptámos uma linha pacífica, harmonica com a política de paz dos E. U. A. e da ONU. Mas devemos ter presente que, no novo ano, de acordo com as modificações que se operaram naquela mesma situação internacional, é nosso dever unificar a Coreia, recorrendo para tanto à nossa própria força.»

Nenhum leitor da imprensa sul-coreana poderia, na segunda metade de 1949, duvidar da intenção de Rhee: invadir militarmente o Norte, o mais tardar durante o ano seguinte.

Deve dizer-se que o ano de 1950 abriu com o «Pacto de Defesa Conjunta e Assistência Mútua», celebrado em 26 de Janeiro pelos E. U. A. e por Rhee. Nos termos deste acordo, a Coreia do Sul colocava-se dentro do perímetro da «linha americana de defesa». No New York Times de 14 de Marco de 1950, o correspondente na Coreia, Sullivan, escrevia que 13 membros da assembleia de Rhee haviam sido presos e sujeitos a penas várias (entre 18 meses e 10 anos), acusados de violar o decreto sobre a segurança. Entre os 5 pontos da acusação que lhes era dirigida, figurava a sua oposição à invasão do Norte pelo exército da ROK. Das inúmeras provas de que Rhee tencionava invadir o Norte, esta é talvez a mais decisiva; e a sua publicação foi certamente deliberada pelo próprio

Rhee — tal a arrogante certeza que depunha nuraa vitória-relâmpago! Mais tarde, na sequência da viagem que efectuou em Maio, pela Coreia, Sullivan escreveu: «De todos os exércitos estrangeiros treinados por oficiais americanos, o exército da ROK é sem dúvida o mais americanizado. Os soldados envergam uniformes de estilo americano, deslocam-se em viaturas americanas, usam armas de fabrico americano. Depois de uma preparação intensiva, que se arrastou por vários anos, marcham já como os americanos e comportam-se, em todos os aspectos, como os americanos — de tal modo que um visitante poderia ser levado a pensar que o país se encontra ainda submetido à ocupação americana... Quinhentos conselheiros militares americanos dispõem de gabinetes no Ministério da Defesa Nacional e ocupam lugares em unidades sul-coreanas, à escala de regimento, quando não à escala de batalhão.» A intenção destas linhas era mostrar que o piano da invasão era americano e garantir que todo o crédito de uma vitória, que estava ali mesmo, ao virar da esquina, iria para os E. U. A.

Não foi por acaso que um dos mais cotados correspondentes do New York Times, então estabelecido em Hong-Kong, empreendeu, em Maio, uma vasta digressão através da Coreia; ou que Marguerite Higgins, do New York Herald Tribune transitou, na mesma altura, da Europa para a Coreia. Em 5 de Junho —três semanas antes de a invasão começar — o Herald Tribune divulgou o relato de uma entrevista concedida à sua correspondente pelo major-general Roberts. «Na Coreia», declarou Roberts, segundo o relato

de Marguerite Higgins, «o contribuinte americano tem um exército que é um admirável cão de guarda, zelando como ninguém pelos seus investimentos neste país e garantindo um má-ximo de eficácia pelo mínimo custo.»

«O general Roberts acrescentou», prossegue a correspondente, «que o seu grupo de conselheiros militares constitui a demonstração ao vivo de como um investimento, inteligente e inten- sivo, de 500 oficiais americanos, endurecidos pela experiência do combate, pode movimentar 100 000 homens, que irão disparar por vós... Tenho um mínimo de 13 ou 14 americanos em cada divisão. Trabalham com os oficiais coreanos, vi- vem com eles na frente —ao longo do para¬lelo 38— e permanecem a seu lado, quer nas batalhas, quer nos períodos de repouso...» Foi esta a primeira vez que Roberts reconheceu a existência de uma «frente»,situada no paralelo 38 e o já ter havido «batalhas», com a participação de oficiais americanos. Mas não se trata de um lapso. Tais declarações destinavam-se a preparar a opinião pública para os acontecimentos que iriam ocorrer no fim daquele mês!

No Norte, faziam-se então esforços desesperados para evitar aquilo que, em 1950, se evidenciara com clareza para todos os coreanos: estava iminente uma guerra fratricida, imposta à Coreia por forças do exterior. No princípio de Junho, a Frente Democrática para a Unificação da Pátria reiterou o seu apelo para a unificação pacífica. Nesse manifesto, a Frente prontificava-se a cooperar com todos os políticos do Sul, excepto oito personalidades que considerava traidores à Pátria: Syngman Rhee, Kim Sung Su,

dirigente do Partido Democrático dos proprietaries rurais, organização que servira os japoneses, como agora servia os americanos; Cho Byung Ok, da polícia coreana do USAMGIK e representante da Coreia do Sul nas Nações Unidas; Chang Myun, embaixador em Washington; Ching Sung Mo, então ministro da Defesa; e três outros, antigos e destacados colaboradores dos japoneses. Foram enviados convites pes-soais a 300 membros do parlamento e a outros dirigentes políticos, para participarem num congresso sobre a unificação do país. Como, nessa altura, já as comunicações entre o Sul e o Norte tinham sido cortadas, a radio de Pyongyang anunciou que dois representantes da Frente Democrática, acompanhados de um jornalista, iriam entregar os convites, em dia e hora determinados, a Ryo Hun, perto de Kaesong e junto ao paralelo 38. Todas as referências a este convite foram suprimidas na imprensa de Seul. Os delegados do Norte apareceram em Ryo Hun, na data aprazada, mas foram metralhados. Um deles ficou ferido. Regressaram então a Pyongyang, onde Ihes foi pedido que entrassem no Sul e entregassem os convites por mão própria. Tudo o que se soube depois, foi que os três enviados ao Sul tinham sido presos e torturados, antes de conseguirem entregar os convites. Nada mais.

Em 16 de Junho, o praesiäium da Suprema Assembleia do Povo propôs então à Assembleia Nacional da Coreia do Sul que os dois corpos representatives se fundissem, para depois levar a cabo a unificação pacífica do país. Mas este alvitre nunca teve qualquer resposta — a menos

que como tal consideremos o ataque do exército da ROK, desencadeado 9 dias depois.

Dulles chegou à Coreia do Sul em 17 de Junho e dirigiu-se imediatamente ao paralelo 38, onde foram tiradas as célebres fotografias que o mostram, rodeado por oficiais americanos e sul-coreanos, olhando para um mapa onde estão traçados os pianos operacionais de um ataque contra o Norte e para um modelo, construído numa caixa de areia, representando as várias colinas a conquistar, ao norte de Kaesong, nas primeiras horas do ataque. «Nenhum adversário, nem mesmo o mais forte, vos poderá resistir», declarou Dulles a uma unidade sul-coreana, conforme narravam os jornais de Seul no dia seguinte: «Não vem longe o momento em que podereis revelar a vossa bravura.» No outro dia, Dulles falou à assembleia nacional, em Seul: «Os olhos do mundo livre convergem sobre vós. Transigir ante o comunismo seria encetar o caminho do desastre.» Depois, garantiu à assembleia «a prontidão do necessário apoio moral e material dos E.U.A. à Coreia do Sul, que tão bravamente se tern batido contra o comunismo...» E, para coroar devidamente a visita, ofereceu a Rhee um exemplar autografado do seu livro Guerra ou Paz. Este exemplar está hoje em exposição no Museu da Guerra, em Pyongyang, pois Syngman Rhee tinha coisas mais valiosas para levar consigo, quando fugiu de Seul, pouco depois do começo das hostilidades. «Caro presidente Rhee», reza a dedicatória, «é com todo o prazer que lhe ofereço este exemplar do meu livro, recentemente editado, Guerra ou Paz, Penso que ele lhe irá revelar a grande proximidade

dos nossos pontos de vista sobre a natureza da luta em que estamos empenhados; e observará também, decerto, que me refiro com frequência à Coreia. É que atribuo a mais decisiva importância ao papel que o seu país irá desempenhar no grande drama que está a desenrolar-se.»

Enquanto Dulles inspeccionava os últimos preparativos, no paralelo 38, o Secretario da Guerra, Louis Johnson, e o chefe do Estado-Maior Interarmas, general Omar Bradley, chegaram a Tóquio para uma conferência com MacArthur, em 18 de Junho. O próprio Dulles voou também da Coreia para Tóquio e reuniu com MacArthur. Depois da entrevista — relatou a Associated Press— o secretario de Estado, de excelente humor, previu «uma actuação positiva» dos E. U. A. na salvaguarda da paz no Extremo Oriente. Pela boca de Dulles, a guerra da Coreia viria a ser sempre apresentada como «uma actuação positiva» da ONU «para a salvaguarda da paz»; precisamente os mesmos termos usados já pelo édito imperial japonês que acompanhou a primeira invasão da Coreia.

As primeiras horas de 25 de Junho, enquanto Dulles se encontrava ainda em Tóquio, o piano Dulles-MacArthur-Rhee foi posto em movimento. As tropas sul-coreanas atravessaram o paralelo 38.

Nessa manhã, John Gunther, que estava no Japão a recolher material para a biografia de MacArthur, dirigia-se para Nikko, acompanhado por dois oficiais superiores do estado-maior do general. Pouco antes do almoço, um deles foi chamado ao telefone. «Quando voltou para junto de nós», escreveu Gunther em O Enigma Mac-

Arthur, «sussurrou-nos: "Acaba de rebentar qualquer coisa de grande. Os sul-coreanos invadiram a Coreia do Norte".»

Em Kaesong, donde partiu o principal ata-que, tive a possibilidade de, um ano depois, interrogar à minha vontade os residentes sobre o que realmente acontecera naquela manhã. Contaram-me que, a partir de meados de Junho, a cidade começou a ficar cheia de soldados. Na madrugada do dia 25, rebentou o barulho ensurdecedor da artilharia e das metralhadoras pesadas. Mas, a pouco e pouco, o som foi-se deslocando para os lados do Pico do Pinheiro. Todavia, ao princípio da tarde, as tropas da ROK estavam de volta, atravessando desordenadamente a cidade e abandonando, na fuga, armas e até uniformes. No seu encalço, movendo-lhes uma implacável perseguição, vinham já as forças do Exercito Popular Coreano.

Em 25 e 26 de Junho, a imprensa de Seul noticiava que o Exercito Popular Coreano tinha desencadeado um ataque através do paralelo 38, mas que as tropas sul-coreanas tinham resistido galhardamente ao primeiro assalto, para depois lançarem uma contra-ofensiva que os levava vitoriosamente a caminho de Pyongyang. (Provàvelmente, a imprensa utilizou comunicados prèviamente elaborados pelo exercito sul-coreano.) Na tarde do dia 26, enquanto na rua os jornais glorificavam grandes vitórias e espectaculares progressões, o troar da artilharia era já claramente audível na capital. Syngman Rhee e a sua mulher, americana, fugiram de avião para Tóquio, levando consigo as reservas de ouro do país. O êxodo começava: funcionários governa-

mentais, homens de negócios e abastados capitalistas abandonavam a cidade em comboios, automóveis, camionetas e taxis. A cidade parecia morta; so se viam polícias e soldados da ROK, patrulhando as ruas, enquanto os privilegiados £ugiam. Os peões e os passeantes arriscavam-se a levar um tiro. As escolas estavam fechadas e os populares não saíam à rua.

Na manhã do dia 26, Kim Il Sung dirigiu um apelo ao povo coreano, através da radio de Pyongyang: «O exército do governo fantoche do traidor Syngman Rhee desencadeou, em 25 de Junho, uma grande ofensiva contra os territories do Norte adjacentes ao paralelo 38... O governo da R. D. P. C, depois de ter ponderado a situação, ordenou ao Exército Popular que contra-atacasse imediatamente e desbaratasse as forças armadas inimigas... O Exército Popular perseguiu o inimigo para além do paralelo 38 e progrediu entre 10 e 15 quilómetros mais para sul. Várias cidades, entre as quais Ongjin, Kaesong e Baechon foram, deste modo, libertadas, assim como numerosas aldeias...» Seguidamente, expos as medidas tomadas pelo Norte, até à semana antecedente, visando a unificação pacífica: «Em 19 de Junho de 1950, o praesìdium da Suprema Assembleia do Povo da R.D.P.C... apresentou uma proposta de reunificação pacífica, baseada na fusão da Suprema Assembleia do Povo com a "Assembleia Nacional" sul-coreana, constituindo-se assim um órgão legislativo único para toda a Coreia. Mas a clique de Syngman Rhee respondeu pela traição, desencadeando a guerra civil...» Finalmente, pediu a todos os coreanos, do Norte e do Sul, que

dessem o seu apoio ao Exército Popular e que envidassem todos os esforços para o derrubamento do regime de Rhee.

Rhee prometera ocupar Pyongyang em três dias; mas, ao terceiro dia, eram as tropas do Exército Popular que estavam em Seul. A ira de Washington não podia ser maior.

Reunindo na ausência do delegado soviético, o Conselho de Segurança, fundamentando-se em relatórios falsos e numa demagogia inenarrável (chegou-se mesmo a exibir uma metralhadora ligeira, tomada ao adversário, como prova da «trama soviética»), decidiu dar, sem mais, a sua anuência à intervenção americana, a efectuar sob a bandeira da ONU. Mas, várias horas antes de começar a reunião do Conselho de Segurança, Truman ordenara já «às forças navais e aéreas dos Estados Unidos que dessem cobertura e apoio ao exército da ROK».

Contràriamente as afirmações do delegado americano, que desta vez brandia um telegrama, não houve qualquer relatório da comissão da ONU declarando que o Norte invadira o Sul; o relatório existente dizia antes: «O governo da Coreia do Sul declara...», o que é substancialmente diferente. Quanto à metralhadora ligeira, apurou-se depois que não era mais do que uma cópia de um modelo soviético produzido em série na Coreia do Norte. Nunca se aduziu prova alguma de que o Norte tivesse atacado o Sul ou de que a União Soviética estivesse de algum modo implicada nos acontecimentos. Apenas se verificou uma tentativa, serôdia e atabalhoada, de apresentação de provas, em Maio de 1951; mas as óbvias falsificações apresentadas pelos

E. U. A. à ONU nada podiam demonstrar, a não ser a absoluta falta de testemunhas por parte dos americanos. Os E.U.A. disseram ter apreendido, durante o avanço para o Norte, dois documentos «comprovativos» de que uma invasão da Coreia do Sul estaria preparada há semanas. (Esta medida destinava-se, provàvelmente, a ocultar o embaraço causado pelo abandono, em Seul, de documentos bastante comprometedores.)

O primeiro documento constava de uma «ordem da segunda secção do Supremo Quartel-Ge--neral do Exercito Norte-Coreano»; e o segundo uma «ordem de batalha do comandante da Quarta Divisão do Exercito Norte-Coreano». A designação de «exército norte-coreano» era exclusivamente utilizada pelos americanos para referir aquilo que, desde a sua fundação, sempre se chamou Exercito Popular Coreano. Nem era possível que outra designação fosse utilizada — como fez notar o general Nam Il , chefe do estado-maior do E. P. C, quando os americanos apresentaram as suas falsificações. O segundo erro capital cometido pelos f alsif icadores foi o de utilizarem a nomenclatura niponica para os lugares mencionados nos documentos — quando, por um decreto de 24 de Marco de 1947, a comissâo popular da Coreia do Norte tinha proibido a utilização dos nomes japoneses e feito observar essa proibição com o maior rigor. Era pura e simplesmente inverosímil que, em mapas ou ordens militares coreanas, apareces-sem as localidades designadas pelo seu nome japonês.

Em poucas semanas, o exército sul-coreano, criação americana dos pés à cabeça, estava completamente desbaratado. E melhor sorte não teve a 24.a Divisão americana, que prontamente acorrera do Japão para tentar evitar a hecatombe. Tinham-na enviado para Taejon, cidade situada 200 quilómetros ao sul de Seul e que, após a queda desta, passou a ser a capital. O Exército Popular, depois de uma marcha nocturna de 60 quilómetros, atacou ao amanhecer; ao cabo de dez horas de combate, a 24.a Divisão ficara destroçada por completo. O comandante, o general Dean, conseguiu fugir, mas acabou por ser capturado, um mês depois. Em 6 semanas, o Exército Popular, com o auxílio das populações, libertou 90 % do território e 92 % da população da Coreia do Sul. Centenas de milhar de j ovens — 400 000, no total — ofereceram-se voluntàriamente para combater nas fileiras do Exército Popular Coreano ao longo da progressão deste para o sul. O remanescente das forças da ROK foi bloqueado numa cabeça-de-ponte triangular, em Pusan, no extremo sueste do país. O exército sul-coreano «votou com os pés» contra Rhee. Veio depois o desembarque maciço das tropas da «ONU», em Inchon, porto da costa ocidental, proximo de Seul. E apesar da esmagadora superioridade, numérica e material, foram precisos 20 dias para que as tropas da «ONU» tomassem Seul — para grande mágoa de MacArthur. A intenção deste era desenhar uma repentina viragem para a costa ocidental, cortando a retirada ao Exército Popular, aniquilando-o em seguida, totalmente. A resistência de Seul durante 20 dias fez gorar este piano e a

maior parte das tropas defensoras conseguiram retirar, para preparar a defesa do Norte ou para se transformar em pequenas unidades de guerrilha, destinadas a operar por detrás das linhas inimigas.

Pequim avisou que a China interviria no caso de as tropas da «ONU» invadirem o Norte e se aproximarem da fronteira chinesa. MacArthur, porém, ordenou a travessia do paralelo 38. Voluntários chineses irromperam pelo Norte e, ao lado do Exército Popular Coreano, infligiram as tropas americanas uma severa derrota, isolando-as e arrasando-as numa série de grandes movimentos envolventes. Em menos de 10 semanas, entre 25 de Outubro de 1950 e 8 de Janeiro de 1951, as forças de MacArthur tinham sido escorraçadas para o sul do paralelo 38. Depois disso e durante alguns meses, os recontros sucederam-se equilibradamente na zona do paralelo, até que as negociações do cessar-fogo começaram, em Kaesong. Entretanto, Truman, na sequencia de um encontro dramatico em Yake Island, destituiu MacArthur, a pretexto de que este se imiscuía em matéria política ao ameaçar levar a guerra à China; porém, motivo muito mais plausível foi o facto de ele se ter revelado lamentàvelmente pobre como estratega e como táctico, permitindo que unidades de camponeses coreanos e chineses —as «hordas» de que MacArthur falava nos comunicados — o tivessem derrotado.

Se a versão americana sobre o começo da guerra está longe de ser rigorosa, muito mais o estará a versão posta a circular em Washington, em 1967, acerca do modo como a guerra acabou

(e que se destina a matar, logo à origem, quaisquer tentativas realistas de pôr cobro ao conflito do Vietname). Nas suas linhas gerais, pode mos resumi-la na afirmação de que a morosi-dade das conversações se ficou a dever aos sino-coreanos; so quando os americanos «endureceram visìvelmente» (segundo o jornalista Joe Alsop), ou ameaçaram recorrer as armas nucleares (segundo Eisenhower), é que os sino-coreanos se precipitaram sobre a mesa de conferências e assinaram o armistício. A verdade, revelada alias pelos documentos oficiais dos últimos dias das negociações, é, porém, muito, muitíssimo diferente.

Em Panmunjon, em 8 de Junho de 1953, foi por fim assinado urn acordo para troca de prisioneiros de guerra — após uma discussão de 18 meses, ùnicamente sobre este ponto da agenda. Na aparência, a causa desta lentidão era a teimosia americana em torno do novíssimo princípio do «repatriamento voluntário» dos prisioneiros; na realidade, porém, tal empenho não passava de uma manobra dilatória, destinada a permitir aos generais a conquista daquela «vitória militar inequívoca» que tanto almejavam. O acordo sobre o ponto n.º 4 abriu o caminho ao armistício; fixou-se a data de 25 de Junho, terceiro aniversario do começo da guerra, para a sua assinatura. Entretanto, Syngman Rhee dava uma bela imagem do títere renitente, e Washington a do dono confundido. Rhee procurava convencer o mundo de que era ele quern ditava a sua lei aos E. U. A.

«A Coreia do Sul estava pronta para prosseguir sòzinha na luta pela unificação do país,

nem que tivesse de o fazer de mãos nuas», declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pyun, à Assembleia Nacional, em 28 de Maio; e asseverou ainda que «o governo não aceitaria qualquer armistício que mantivesse a Coreia dividida e que transformasse a Coreia do Norte numa colónia chinesa...» Em 7 de Junho, Rhee decretou o estado de emergência e mandou regressar dos E. U. A., onde se encontravam em estágio, cerca de 300 oficiais sul-coreanos, revelando, ao mesmo tempo, ter escrito ao presidente Eisenhower a informá-lo de que, independentemente do que os E. U. A. assinassem em Panmunjom, a Coreia do Sul «prosseguiria sòzinha no seu combate e unificaria o país, invadindo o Norte...» Rhee não parava de bater a tecla da «invasão do Norte» — a mesma que, três anos antes, conduzira ao ataque através do paralelo 38, de tão desastrosas consequências... (Rhee era ainda presidente em 1953, apesar de batido nas eleições de Maio de 1950, por via de um golpe de Estado empreendido no Verão de 1952, sob a protecçao militar das forças da «ONU». De harmonia com a Constituição da ROK, so a Assembleia Nacional tinha competência para eleger o presidente. Como se viu atrás, apenas 20 % dos partidários de Rhee foram eleitos em 1950 e o mandato presidencial expirava em 1952. A inviabilidade da reeleição era manifesta. Mas, quando chegou a data do sufrágio, Rhee impôs a lei marcial, prendeu vários deputados e suspendeu a Assembleia. Os deputados reagiram, convocando uma reunião da Assembleia, a fim de levantar a lei marcial e libertar os colegas presos. A face da Constitui-

ção, Rhee nada podia fazer para se opor. Mas podia — como pôde — mandar prender tantos deputados quantos os necessários para privar a Assembleia de quorum, impossibilitando-a assim de reunir. Rhee alegou que a Assembleia não representava a vontade popular — uma cristalina verdade, mas não no sentido em que o afirmava— e sustentou que a Constituição devia ser alterada, por forma a consagrar a eleição presidencial por sufrágio directo. Em plena vigência da lei marcial, com a polícia e o exército a dirigirem o mecanismo do voto e com a acusação de comunismo a ser lançada sobre todo e qualquer oposicionista, os resultados eleitorais não se prestavam a grandes dúvidas. Os deputados recusaram vergar-se as exigencias de Rhee e, como ele as não retirasse, boicotaram a Assembleia. Perante isto, a polícia deteve-os, um por urn, e encerrou-os no edifício da Assembleia, informando-os de que so seriam devolvidos à liberdade depois de terem votado a nova lei. À porta, quinhentos paisanos armados de matracas guardavam a saída. Dois deputados que tentaram a fuga foram brutalmente espancados no passeio fronteiro ao edifício. Ao cabo de 48 horas, os deputados cederam, conferindo a Rhee os poderes que ele reclamava. Em 24 de Agosto, Syngman Rhee foi eleito presidente.

Era um tanto embaraçoso para Washington e para os seus aliados ver o «grande e democrático chefe do povo coreano» assim indecorosamente exposto, na sua verdadeira imagem de «gangster» boçal e ditador fascista. O Departamento de Estado formulou alguns protestos, tal como os ministerios dos Negócios Estrangeiros

francês e britânico. O embaixador americano foi chamado a Washington e de lá trouxe a Rhee uma reprimenda de Truman. Mas aquele encontrava-se numa posição suficientemente forte para se permitir encolher os ombros, até mesmo a Truman. Bastava-lhe insinuar uma possibilidade de paz com o Norte, ou esboçar a retirada das suas tropas da frente, para acudir a um estado de emergência na retaguarda — e Washington ficaria paralisada pelo terror. De resto, Rhee sentira-se já anteriormente dotado de força bastante para proibir publicações americanas e até emissões da Voz da America em Seul, por elas criticarem, ainda que tìmidamente, os seus métodos fascistas. Todavia, nem por isso ele deixava de ser, aos olhos de Washington, um «herói do mundo livre» que devia ser conservado no poder, mesmo que, para tanto, fosse necessário recorrer à força das armas da «ONU». Uma das disposições-chave do acordo relativa ao ponto n.º 4 estipulava que os prisioneiros de guerra que, segundo informação dos americanos, não queriam repatriar-se, seriam conduzidos a uma zona neutral, estabelecida em Panmunjon, onde se Ihes daria explicações sobre o seu direito de aceitar ou recusar a repatriação. Em 18 de Junho, uma semana antes da assinatura do armistício, 25 000 prisioneiros norte-coreanos foram levados, à ponta de baionetas, para fora do campo de prisioneiros onde se encontravam; este facto constituía uma flagrante violaçao de um acordo que levara 18 meses a conseguir e visava minar pela base o próprio cessar-fogo. Os prisioneiros que não se dispuseram a andar com suficiente rapidez foram mor-

tos pelas costas; os que andaram depressa de mais, foram abatidos de frente — no campo de Inchon, e conforme dados oficiais americanos, os «marines» mataram 40 prisioneiros e feriram 100, quando os guardas sul-coreanos os obrigaram a fugir. Sobre este gratuito exercicio de pura perfídia, disse um comunicado da ONU:

«Às primeiras horas de 18 de Junho, cerca de 25 000 norte-coreanos anticomunistas» (é a ONU que o diz—W.B.) «evadiram-se dos campos prisionais das Nações Unidas em Pusan, Masan, Monsan e Sang Mudai. Declarações atribuídas a altos funcionarios da Republica da Coreia revelam que esta operação foi secretamente pla-neada e cuidadosamente coordenada ao mais alto nível do governo coreano e que, na sua fuga, os prisioneiros receberam auxílio do exterior. As unidades do exército sul-coreano que tinham a seu cargo a guarda dos prisioneiros, pouco fizeram para impedir a evasão e tudo indica ter havido conluio entre estes guardas e os prisioneiros...» Aquele conluio que se pode estabelecer entre as costas de um homem e a ponta de uma baioneta!

Entretanto, o representante de Rhee nas negociações do armistício boicotava a conferência, o que, alias, não implicava alteração de monta, dado que ao longo de dois anos de conversações nunca ele abrira a boca; mas, segundo Rhee, essa atitude era a prova de que o seu governo e o seu exército não se considerariam vinculados aos eventuais acordos a que se chegasse. O exército da ROK «prosseguiria sòzinho»; já era tempo de libertar as mãos, há tanto tempo mametadas pelos politicos de Washington e

pelos seus cobardes aliados, de Londres e não sóü! Na presença de tal situação e após terem concedido a Mark Clark, substituto de Ridgway no comando das forças da ONU, um prazo razoável para a apresentação de desculpas e a entrega dos prisioneiros, os generais Kim Il Sung e Peng Teh Huai desencadearam uma violenta ofensiva num vasto sector da frente, desmantelando a 5.ª e a 8.ª Divisões «de élite» da ROK—com as quais Rhee contava para «prosseguir sòzinho» — e abrindo brechas profundas nalguns sectores vitais da frente. Conseguiram, assim, realizar em alguns dias uma perfuração semelhante àquela que os americanos tentavam há dois anos causar-lhes, desde o começo das negociações. Em consequência desta operação, a via para a invasáo de Seul estava reaberta. Segundo a versão do comando da «ONU», so os chineses lançaram nesta operação 30 000 homens, os quais foram precedidos da maior barragem de artilharia de toda a guerra: sòmente nas 12 primeiras horas da ofensiva foram disparados 112 000 obuses, que escavacaram, literalmente, as casamatas inimigas. Forçada, a linha da «ONU» curvou-se sobre si mesma e fendeu-se nos pontos-chave da frente; os sino-coreanos irromperam por essas brechas e já nada os poderia impedir de, progredindo cada vez mais para o sul, atingirem Seul. Mas Mark Clark in-terveio prontamente, revelando-se disposto a negociar. Quando o facto se confirmou através de uma troca de correspondência na qual se decidiu que, doravante, os americanos respondiam pelo acatamento sul-coreano aos acordos

de armistício, os delegados coreanos e chineses regressaram à mesa da conferência.

Simultâneamente, as tropas sino-coreanas — depois de haverem infligido ao exército da ROK e as forças americanas que flanqueavam os pontos cruciais da ofensiva a mais severa derrota de toda a guerra — reocuparam as posições que originalmente detinham na frente de batalha. (Se assim não procedessem, a linha de demarcação teria de ser novamente modificada por acordo das partes; ora os delegados sino-coreanos queriam evitar todos os pretextos para mais protelamentos.)

A 19 de Julho, numa reunião fundamental, o general Nam Il ditou, para as actas da conferência, as respostas do general Harrison, sucessor do almirante Joy, a uma série de perguntas suas, feitas no decurso dos nove dias precedentes.

Em resposta à pergunta:

«Um armistício na Coreia inclui ou não o governo sul-coreano e o seu exército?», o general Harrison respondeu, em 11 de Julho de 1953: «O comando da ONU revelou já que deseja vin-cular-se ao projecto do Acordo de Armistício...»; e, em 16 de Julho: «Declarei, em 12 de Julho, que o comando da ONU, incluindo as forças da República da Coreia, está pronto a aceitar as condições do Armistício... Hoje, torno a dar-vos a garantia de que recebemos da Coreia do Sul a prova cabal da sua intenção de não prejudicar, de nenhum modo, a entrada em vigor e a aplicação dos termos do projecto do Acordo de Armistício.»

«E as tropas sul-coreanas cumprirão o cessar-fogo nas 12 horas seguintes à assinatura do Acordo de Armisticio e retirar-se-ão para além de uma faixa de 2 quilómetros, traçada sobre a linha de demarcação?» O general Harrison respondeu, primeiro em 12, depois em 15 de Julho:

«As tropas da ROK cumprirão o cessar-fogo e retirar-se-ão...»

«O comando da ONU garantirá ò cumprimento, pelas tropas sul-coreanas, dos termos do Acordo de Armistício?» Resposta do general Harrison, em 11 de Julho: «Na eventualidade de qualquer violação do Acordo de Armisticio... a parte lesada poderá, se tiver razões válidas e bastantes, derrogar os termos do Armisticio e tomar as medidas militares que, na circunstância, se lhe afigurem necessárias. Se unidades do exército da ROK violarem disposições do Armisticio e praticarem actos de agressão, o comando da ONU recusar-lhes-á qualquer apoio.»

«Na hipótese de as forças da ROK violarem o Armisticio e de os sino-coreanos tomarem as necessárias medidas, o comando da ONU continuará a considerar o Armisticio em vigor?» Replica do general Harrison, em 13 de Julho: «A resposta é sim.»

«Quer isso dizer que o comando da ONU recusará à Coreia do Sul qualquer auxílio, seja em equipamento bélico, seja em mantimentos, no caso de ela recorrer a actos de agressão... e de nós adoptarmos as medidas necessárias para lhe resistir?» Harrison, em 13 de Julho: «A resposta é sim.»

«O governo sul-coreano ficará vinculado ao acordo durante toda a vigência do Armisticio

ou apenas durante aquele "período subsequente as hostilidades", de que falou o general Harrison, numa das suas respostas?» Resposta do general Harrison, em 13 de Julho: «Não há qualquer limite para a vigência do Armistício»; e em 16 de Julho: «A contraparte requereu garantias de que o governo e o exército sul-coreanos respeitarão todas as disposições do Acordo de Armistício, e ao longo de toda a vigência deste... O comando da ONU declara, inequìvocamente, que está pronto a aceitar e respeitar todas as disposições do Acordo de Armistício.»

«Serão respeitadas a segurança e a liberdade de movimentos do pessoal dos países neutrais e do pessoal sino-coreano das equipas da Cruz Vermelha que vierem à Coreia, no exercício das suas funções e no quadro do Acordo de Armistício?» Em 10 de Julho, o general Harrison respondeu: «O comando da ONU fornecerá a protecção adequada à Comissão dos Países Neutrais para o Repatriamento, à Comissão de Fiscalização dos Países Neutrais e as equipas mistas da Cruz Vermelha.» (Rhee tinha ameaçado com uma provável «reacção violenta dos coreanos» contra o pessoal da Polónia e da Checoslováquia, «nações comunistas», bem como da índia, «país comunista»; a Polónia, a Checoslováquia e a índia eram três dos cinco membros da C. P. N. R. e, as duas primeiras, dois dos quatro membros da C. P. P. N.; em ambas as comissões, a Suécia e a Suíça eram os membros restantes. Na verdade, três polacos da C. F. P. N. viriam a ser mortos na Coreia do Sul.)

Foi na base destas respostas que o general Nam Il se dispôs a assinar o Armistício. O fundo

e a forma das respostas do general Harrison e a humilhação que elas representaram para o seu fiel fantoche seriam impensáveis se os delegados sino-coreanos tivessem sido obrigados a vir à mesa da conferência pela ameaça americana de recurso à bomba atómica — como, 14 anos mais tarde, o pretendeu Eisenhower.

Resta acrescentar que, em 8 de Agosto, duas semanas após a assinatura do Armistício, os E.U.A. e Rhee assinaram um Pacto de Segurança Comum, o qual previa a presença ilimitada de tropas americanas na Coreia do Sul, violando assim o artigo 5.° do Acordo de Armistício, que estabelecia: «A fim de assegurar a resolução pacífica do problema coreano, os comandantes militares de ambas a partes dirigem-se aos governos dos respectivos países, recomendando que, nos 3 meses seguintes à assinatura e entrada em vigor deste acordo, se realize uma conferência política entre representantes das duas partes, a qual terá por objectivo regular, pela negociação, o problema da evacuação de todas as tropas estrangeiras estacionadas na Coreia e resolver pacìficamente a questão coreana», etc. Ainda não secara a tinta utilizada no acordo de armistício e já os E. U. A. tinham desrespeitado a única cláusula que previa uma solução pacífica; tal como fizeram com a conferência de Genebra de 1954, relativa à Indochina, ao celebrarem o Pacto da SEATO, cujas principals disposições eram claramente atentatórias do acordo de cessar-fogo na Indochina.

Desenrolaram-se em Panmunjom as conversações preliminares para a organização de uma conferência política. O representante americano

era Arthur Dean, membro de uma sociedade de advogados dirigida por Foster Dulles. Ao cabo de 7 semanas de discussões estéreis, Dean rompeu unilateralmente as conversações, abandonando a sala quando o delegado chines, Huang Hua, empregou a palavra «perfídia» para qualificar a atitude dos americanos em relaçáo à conferência política. Quatorze anos decorreram já e a conferência ainda não se realizou. Oficialmente, os E. U. A. estão ainda à espera de que a delegação chinesa retire a palavra «perfídia» — uma vez que consideraram as conversações preliminares «temporàriamente suspensas», e não encerradas. Mas tudo indica que a palavra «perfídia» esteja destinada a permanecer.

CAPÍTULO XII

«*JUCHE*»

Entre os milhares de habitantes de Seul que aproveitaram o facto de a capital ter resistido durante 20 dias para fugir para o Norte, encontrava-se o director do Instituto Tecnológico da Coreia do Sul, dr. Li Sung Gi. Hoje, com 63 anos, o dr. Li dirige, em Hamheung, um departamento local da Academia das Ciências da Coreia do Norte e orienta o trabalho de quatro institutos de investigação nesse centro próspero da indústria química do país. Muito alto para o padrão coreano, de cara magra e aspecto inteligente, o dr. Li viu o trabalho de toda a sua vida frutificar em Hamheung, e de uma forma que ultrapassou os seus sonhos mais ousados. Foi pelo menos isto que me disse quando, em Maio de 1967, nos encontrámos. A conversa decorreu no seu vasto gabinete, de paredes forradas de livros. A sua história, como a de Kim Il Sung, reflecte a tragédia e a gloria da nação coreana.

«Tinha eu quinze anos quando, no dia 1 de Marco de 1919, eclodiu o levantamento contra os japoneses», recordou ele, à laia de introdução. «O levantamento, porém, gorou-se e a repressão foi terrível. Não era fácil encontrar, entre os meus colegas da escola, algum cuja família não tivesse sido atingida. Mas, apesar disso, o levantamento incendiou-nos o espírito com a determinação inabalável de virmos a

fazer qualquer coisa que contribuísse para tornar a nossa pátria mais forte e mais rica, tão depressa nos desembaraçássemos dos japoneses. Em mim, esta determinação tomou a forma de um grande anseio de vir a ser cientista. Frequentei o liceu em Seul, mas, para prosseguir no ensino superior, tive de ir para o Japão. Na Coreia, não era possível adquirir formação científica. Por isso, foi já no Japão que conclui o liceu, para logo me matricular na Universidade de Quioto, onde me licenciei em química orgânica. Piquei em Quioto, dedicando-me à investigação no domínio da química dos polímeros de cadeia comprida e, em particular, das fibras artificiais. Registavam-se, nessa época, os maiores progressos na descoberta das fibras sintéticas e eu comecei a especializar-me nos polímeros de cadeia comprida em estado de solução. Depois, doutorei-me e continuei a investigar em Quioto. Havia então muitos coreanos a estudar no Japão, mas a todos animava o projecto de vir a trabalhar ao serviço do seu país. No campo da investigação, não queríamos deixar-nos ultrapassar pelos japoneses. Estávamos convencidos de que, um dia, o nosso país alcançaria a independência e de que, então, lhe poderíamos dar o nosso melhor contributo. Por isso é que eu e tantos outros nos especializámos em fibras sintéticas. Se alguma vez chegássemos a vestir o nosso povo, recorrendo apenas aos nossos próprios recursos, não seria isso um contributo? «Em 1939», prosseguiu o Dr. Li, «descobri a fibra sintética do vinylon e tornei pública a minha descoberta numa tese intitulada "Estudo da Fibra Sintética pelo Método do Polivinilo em

Solução". Como a publicação se fez com o meu nome, recebi imensas mensagens de felicitações de compatriotas meus, algumas provenientes do Japão, outras da Coreia; e com eles comparti-lhei o muito orgulho que me dava o facto de uma nova fibra ter sido descoberta por um coreano.

«O Japão preparava-se afanosamente para a II Guerra Mundial e, por isso, não prestou grande atenção à minha descoberta; de resto, eu não estava nada interessado em os levar a industrializar o meu processo. Alguns japoneses ainda pensaram em passar da investigação ao estádio experimental, mas desistiram, por não conseguirem obter o necessário apoio. Depois, o Japão embrenhou-se na guerra e tudo isto foi ultrapassado. Nós, coreanos, tínhamos a certeza de que o Japão seria derrotado e de que, no final, o nosso país recuperaria a independência.

«Quando a guerra acabou, todos pensámos que a Coreia ia ser novamente um país livre e independente. Estávamos em Novembro de 1945. Regressei a Seul, levando comigo um entusiasmo transbordante e pensando que, enfim, poderia colocar a minha descoberta ao serviço do meu povo. Andei numa roda-viva, tentando interessar as autoridades e obter as indispensáveis facilidades para prosseguir a investigação experimental. "Vá ter com os americanos e discuta isso lá com eles", foi a resposta. Pus-me em contacto com os americanos. "Evidentemente que terá o nosso apoio. E em grande escala", foi o que me garantiram, na primeira entrevista que tive com as autoridades do governo militar dos Estados Unidos. Mas os meses

passaram e nunca mais me disseram uma palavra. Voltei a falar com o mesmo oficial: "Claro que o ajudaremos". disse. "Mas teremos de o fazer numa escala mais reduzida..." Todavia, mais uma vez a promessa não teve qualquer seguimento. Em vão removi céu e terra para encontrar algum apoio em Seul. Tive de acabar por reconhecer que falhara. Não consegui a mais ínfima quantidade de carboneto, não falando já de equipamento e material de laboratório. Apesar disso, tornei a avistar-me com o oficial americano. "Certamente", repetiu, "mas vá continuando com a sua investigação." Expliquei-lhe que não podia continuar a investigar, porque para isso carecia do que não me davam. Mas de nada serviu. No respeitante as minhas pesquisas, todos os obstáculos me foram levantados e todas as portas se me fecharam. Por fim, nomearam-me director do Instituto Tecnológico, onde trabalhei durante os 18 meses que antecederam a guerra. Mas nem mesmo lá me foi possível levar por diante os meus trabalhos. Durante os cinco anos que estive em Seul, a minha investigação foi igual a zero...»

O Dr. Li, que fez esta narrativa visìvelmente emocionado, tirou os óculos de armação de chifre, limpou-os e ajeitou-se na cadeira. «Eu não era comunista, como alias também não era anticomunista», declarou. «Era apenas um cientista e os temas políticos e económicos não me interessavam. Porém, a minha experiência pessoal ensinou-me a conhecer os americanos. Eu pensava que tínhamos vivido sob o jugo do mais odioso dos inimigos —os japoneses—, mas o regime de ocupaçao americano era, em muitos

aspectos, bem pior, mais astuto e mais cruel; apoquentava-me especialmente ver como eles impunham a sua política, de modo tão sinuoso que muitos coreanos não se apercebiam da sua verdadeira natureza. Não eram poucos os que acreditavam que, apesar de tudo, havia no ocupante uma intenção sincera de ajudar. A realidade era, porém, outra; no íntimo do ocupante americano não havia outro intuito senão o de submeter a Coreia ao seu controle rigoroso, obrigando-a a vergar-se como fizera perante os japoneses. E as únicas pessoas que lhe mereciam algum interesse eram precisamente aquelas que tinham servido os japoneses — pois essas, agora, servi-los-iam igualmente, a eles, americanos. Os demais, os que se tinham insurgido contra a outra ocupação, eram agora tidos pelo novo ocupante na conta dos piores inimigos.

«Quando a guerra começou, decidi partir para o Norte e tentar aí dar alguma utilidade à minha descoberta. Foi um período de muitas dificuldades e grandes sofrimentos para o povo coreano; tudo estava em grande parte destruído: a indústria, os estabelecimentos de investigação, tudo. As tropas americanas chegaram a ocupar vastas regiões do Norte. Mas fui bem recebido e, em Marco de 1952, pude retomar o meu trabalho de investigação. A guerra estava ainda numa fase muito aguda; no entanto o primeiro-ministro Kim Il Sung nem por isso deixou de se interessar, verificando pessoalmente se eu estava munido de tudo o que o meu trabalho requeria, sem esquecer uma equipa de assistentes. Parti então para Chongsu, onde os laboratórios foram

montados num túnel subterraneo. Não havia equipamento laboratorial; tinha sido completamente destruído. Mas Kim Il Sung, inteirando-se das nossas carências, deu instruções para que se adquirisse no estrangeiro o equipamento e os reagentes químicos de que precisávamos para conduzir a nossa investigação nas melhores condiçoes.

«A guerra encarniçava-se, em ritmo crescente, por cima das nossas cabeças, mas, no subsolo, nós íamos progredindo na investigação experimental. Uma vez mais, o primeiro-ministro roubou as operações militares algum do seu tempo e veio apreciar o rumo dos trabalhos e saber se tínhamos ainda quaisquer necessidades. As coisas porém rolavam sobre esferas e, finalmente, construímos em Chongsu uma fábrica-piloto, na qual iniciámos a produção do vinylon. Terminada a guerra e depois de termos provado que era possível produzi-lo, com base exclusivamente nos recursos locals, Kim Il Sung deslocou-se connosco a Hamheung e ajudou-nos a escolher a localização de uma fábrica. E foi ele quern mobilizou todos os recursos do país para se construir, bem e depressa, essa fábrica, de grandes dimensões.

«Evidentemente que tivemos de enfrentar muitas dificuldades. Durante a ocupação japonesa, não era possível aos nossos operários adquirir uma formação técnica. Com a libertação, o governo começou a promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, mas a guerra veio interromper este surto. Como é que, em tais condiçoes, se constrói uma fábrica enorme e complexa, para a qual, ainda por cima,

não existia nenhum padrão no mundo inteiro? Contávamos com muito poucos arquitectos; e os técnicos não eram mais. Se não tivesse sido a decisão do primeiro-ministro de mobilizar todo o país na realização deste projecto...»

A narrativa foi retomada, já na própria fábrica, pelo seu director, Yun Ryon Hwan, de 43 anos. No começo da guerra era estudante de engenharia química e foi-lhe recusada autorização para ir combater na frente — facto revelador da política de previsão a longo prazo que a R. D. P. C. então seguiu. A sua missão, disse- ram-lhe, era prosseguir os estudos com afinco, habilitando-se a servir o país da melhor forma possivel, quando a guerra acabasse. Yun foi o único director de fábrica, dos que encontrei, que não saiu dos quadros do pessoal trabalhador da mesma fábrica; o que é natural, pois esta fábrica era nova e não tinha quaisquer prece-dentes.

«lmediatamente a seguir ao fim da guerra», disse-me Yun, «o primeiro-ministro Kim Il Sung deu o melhor do seu esforço ao problema de vestir o povo coreano por métodos industriais. A terra arável de que dispomos é demasiado escassa para que possamos contar com o nosso cultivo de algodão. Em 1959, Kim Il Sung veio pessoalmente para nos ajudar a escolher a localização das instalações e, em 1960, deslocou-se aqui quatro vezes para se inteirar do bom andamento dos trabalhos. Esta empresa so foi possivel mercê dos esforços de toda a Coreia. As instalações foram desenhadas e construídas por especialistas coreanos, sem que urn so estrangeiro tenha, por qualquer forma, participado nesse

trabalho. E menos de um ano depois da data da escolha do local, já a fábrica estava em funcionamento...»

Hoje a fábrica de vinylon produz, por ano, fibra suficiente para 90 milhões de metros de tecido; e tal quantidade — revelou-me o director Yun— basta para dotar cada homem, mulher e criança da R. D. P. C. com um fato ou vestido de Inverno e outro de Verão. A matéria-prima é o calcário; e as reservas de calcário da R. D. P. C. são das maiores do mundo. A descoberta do Dr. Li permite, hoje, agasalhar toda a popu-lação da Coreia do Norte. Poder-se-ia almejar melhor recompensa? Ele pensa que não e ex-plicou-mo deste modo:

«Do ponto de vista estrito do cientista, eu teria encontrado alguma satisfaçao, mesmo que tivesse ficado no Japão, pois este adoptou e in-dustrializou o meu processo em grande escala. Mas, se lá tivesse ficado, a quern estaria a servir? Aos capitalistas japoneses. Poderia ter ganho rios de dinheiro e, no Japão, quern tiver muito dinheiro pode levar uma vida regalada. Mas lá reina a lei da selva. O forte devora o fraco. Aqui, o governo serve realmente o povo e o desenvolvimento da minha descoberta foi posto ao serviço desse povo, e não de um punhado de capitalistas. Para mim, aqui no Norte, cada dia que passa é mais um dia de felicidade e de realização pessoal. De realização enquanto cientista, enquanto coreano e enquanto homem.

«Quando decidi vir para a R.P.D.C, muitos dos meus amigos em Seul procuraram dissuadir-me. Diziam que eu me veria colocado numa "posição insustentável". Os comunistas despre-

zam os intelectuais— advertiram-me — e, tendo eu estudado, obtido o doutoramento e até ensinado no Japão, a vida aqui, a ser-me possível, tornar-se-ia certamente insuportável. Tal seria a inevitável consequência dos meus antecedentes burgueses, japoneses e académicos.

«Mas, na realidade, que aconteceu? Alguém me desprezou aqui, como receavam esses amigos? Não. Pelo contrário, foram-me concedidas as maiores distinções científicas e, sobretudo, foram-me sempre concedidas todas as facilidades, mesmo durante os negros tempos da guerra. A política que aqui se segue é a de converter os "velhos" intelectuais em "novos" intelectuais, em servidores do povo; e eu orgulho-me de servir o povo. Aqui os homens ajudam-se uns aos outros. Não há poucos muito ricos, nem muitos muito pobres. Todos estão ao mesmo nível, porque a política do Partido dos Trabalhadores e do primeiro-ministro Kim Il Sung é justa e é correcta; qualquer homem honrado se pode orgulhar de a servir e de Ihe dar o seu apoio...»

A fábrica é muito grande e emprega cerca de 5000 operários; mas, dado o alargamento da automação a todas as oficinas, ela acaba por ser muito maior do que se poderia pensar, com base na mão-de-obra — a qual, de qualquer modo, é considerável. O calcário é triturado e calcinado, para se obter gás carbónico e depois acetona. A mistura de acetona e gás, percorrendo muitos quilómetros de tubos, produz uma substância gelatinosa, que é pulverizada debaixo de água e depois amassada, até se transformar em grandes folhas brancas, semelhantes a borracha; estas passam depois pelos secadores,

donde saem na forma de um fio, muito semelhante ao algodão bruto. A partir daí, a transformação da fibra em tecido é feita recorrendo-se aos mesmos maquinismos que servem para a transformação do algodão.

O Dr. Li Sung Gi visitou recentemente uma fábrica de fibra sintética, na Alemanha, onde, para seu divertimento, o guia lhe explicou que o processo ali utilizado tinha sido apurado, antes da II Guerra Mundial, por um «cientista japonês», cujo nome não lhe ocorria.

O Dr. Yun orgulhava-se com o facto de a fábrica ser 100 % coreana: «Este processo foi descoberto por um coreano. As instalações foram desenhadas por engenheiros coreanos e construídas por trabalhadores coreanos; todo o equipamento foi concebido e construido por coreanos; nenhum estrangeiro meteu aqui o nariz — nem na construção, nem no desenho, nem no apetrechamento, nem na gestão da fábrica...» Mas estas palavras eram animadas apenas pelo orgulho patriótico, não envolvendo qualquer animosidade pelo auxílio estrangeiro, que de resto tern sido dispensado à Coreia numa escala generosa; apenas orgulho, um orgulho natural e plenamente justificado, da parte de um povo; que há poucos anos era ainda analfabeto e atrasadíssimo no piano técnico e que, agora, pôs de pé, à custa dos seus próprios cérebros e braços» um complexo fabril de tão grande envergadura. Mas a fábrica de vinykm representava ainda o triunfo de duas orientações que Kim Il Sung só conseguiu fazer vingar com grande esforço: uma política correcta para com os intelectuais e a política do Juche.

Até certo ponto — e so até certo ponto — as advertências feitas ao Dr. Li Sung Gi, quando decidiu ir viver e trabalhar para o Norte, tinham fundamento. De facto, em todos os países socialistas, num momento ou noutro, se fez sentir esse fenómeno de desconfiança em relação aos intelectuais, sobretudo quando seguiram os estudos e iniciaram a sua carreira em Estados capitalistas; em todos os países socialistas isso aconteceu e a todos eles isso foi prejudicial. A Coreia não constituiu excepção, como o revela um discurso pronunciado, em 2 de Novembro de 1951, por Kim Il Sung, sobre o «Aperfeiçoamento do Trabalho de Organização do Partido». O facto de ele ter apontado esta fraqueza no mais aceso da guerra é tão notável como surpreendente, tendo em conta que há muito tempo que Kim Il Sung não tinha quaisquer contactos com a intelectualidade urbana e que a sua atitude em face de tudo o que se relacionasse com o imperialismo japonês era bastante intransigente.

«O preconceito contra o intelectual formado sob a ocupação dos imperialistas japoneses está muito mais generalizado do que aquele de que é alvo o intelectual formado após a libertação», declarou Kim Il Sung, introduzindo o tema. «No passado, os nossos intelectuais serviram nas instituições económicas e culturais japonesas. Mas, depois da libertação, passaram a servir o país e o povo... No decurso destes 6 anos, a sua transformação foi notória e, hoje, é inegável a dedicação que têm dado ao processo de edificaçao da democracia. Durante a guerra, a esmagadora maioria dos nossos intelectuais combateu

corajosamente. Muitos deles estiveram no rio Rakdong» (limite sul do avanço do Exército Popular Coreano e limite norte da cabeça-de-ponte de Pusan — W. B.) «combatendo o inimigo; e, na altura do nosso recuo temporario, seguiram o Partido, ultrapassando todos os obstáculos. Que mais lhes podemos exigir? Porque lhes havemos de negar a nossa confiança? O nosso dever não é olhá-los de soslaio, mas sim encorajá-los e apoiá-los na sua transformação integral, por forma a que eles venham a ser intelectuais popular es.

«Não ha mal nenhum no facto de estes homens terem, no seu passado, procurado adquirir conhecimentos científicos ou técnicos. Hoje, eles transmitem esses seus conhecimentos aos operários e aos camponeses e, após a libertação, desempenharam um papel de inestimável valor na reconstrução das fábricas, como em muitos outros empreendimentos.

«Os intelectuais prestam-nos grandes serviços. Não os devemos culpar pelo facto de os seus pais terem sido grandes proprietaries rurais ou capitalistas.

«Há muitos intelectuais que pensam assim: "Nós pertencemos ao período de transição e, mais tarde ou mais cedo, seremos substituídos pelos novos intelectuais." Mas enganam-se. Aqueles que não progredirem, serão efectivamente substituídos. Tudo o que envelhece e estagna deve ser substituído pelo que é novo e dinâmico. É a própria lei do desenvolvimento. Mas os intelectuais que contìnuamente desbravam caminho, de acordo com as necessidades e as exigências da nova sociedade, esses ninguém-

rejeitará nem ninguém substituira. O que nós esperamos dos intelectuais da velha guarda é que não esmoreçam na sua vontade de progredir. E, para isso, podem contar com todo o nosso apoio.»

Foi esta política que tornou possível ao Dr. Li desenvolver a sua descoberta e ao Dr. Yun levá-la à prática. E não se revelou qualquer contradição entre o intelectual formado no Japão e inventor do vinylon, Dr. Li Sung Gi, e o novo intelectual, de formaçao socialista, director da fábrica que produz o vinylon, Dr. Ryon Hwan. Esta orientação parece razoável e realista; mas, se contra ela não se tivesse levantado uma oposição considerável, Kim Il Sung não teria necessidade de falar como falou —e o discurso de 2 de Novembro de 1951 não foi o primeiro nem o ultimo em que ele se referiu ao problema.

A política do «juche» (lê-se tchutchê) é mais original, mais fundamental e mais audaciosa, sobretudo na sua aplicação; alguns Estados socialistas difìcilmente a compreendem e, muito mais difìcilmente, a subscrevem; para a sua compreensão parece-me, porém, necessário ter em conta que a validade que os coreanos lhe atribuem baseia-se na apreciação das condições actuais do seu país. Nas obras traduzidas de Kim Il Sung, a palavra «juche» aparece, pela primeira vez, oficialmente, num discurso de 28 de Dezembro de 1955, sobre a «Eliminação do JDogmatismo e do Formalismo e a Implantação do Juche no Trabalho Ideológico». Uma ºota de rodapé explica que «juche» é «o princípio segundo o qual cada país deve procurar resolver com autonomia todos os problemas

suscitados pela sua revolução e reconstruçao, tendo em conta as condições nele existentes, baseando-se essencialmente nos seus próprios esforços... é a aplicação realista e criadora da verdade geral do marxismo-leninismo e da experiência do movimento revolucionário internacional, em conformidade com as condições históricas e as características peculiares de cada país... dar uma solução independente aos seus próprios problemas, surgidos na luta revolucionária ou na reconstruçao, estimulando assim a autoconfiança». (Na reconstruçao economica, a fábrica de vinylon é a manifestação mais brilhante e palpável da política do «juche».) Por outras palavras, o «juche» é o princípio das soluções coreanas para os problemas coreanos.

«Que é o juche no trabalho ideológico do nosso partido?», perguntava Kim Il Sung, no discurso de Dezembro de 1955. «Que estamos nós a fazer? Não estamos empenhados na revolução de qualquer outro país, mas na revolução coreana, que é a nossa. Ora é esta revolução coreana que precisamente constitui o juche no trabalho ideológico do nosso partido. Por isso mesmo, todo o trabalho ideológico, sem excepção, deve subordinar-se aos interesses da revolução coreana. Quando estudamos a história do Partido Comunista da União Soviética, ou a história da revolução chinesa, ou a verdade universal do marxismo-leninismo, fazemo-lo para uma mais correcta condução da nossa própria revolução...»

A política do «juche» nasceu indubitàvelmente da experiência pessoal de Kim Il Sung; ele próprio, ao desencadear a luta armada con-

tra os japoneses, tinha plena consciência de não poder contar com nenhum auxílio externo, de ter de «prosseguir sòzinho», no sentido mais literal da expressao. «Contar apenas consigo mesmo», era a palavra de ordem inevitável. O facto de o partido comunista ter sido criado fora do país, quase simultâneamente na U.R.S.S. e na China — países onde viviam centenas de milhar de coreanos e tendo ambos fronteiras em comum com a Coreia — so veio reforçar aquela orientação. Desde os seus primórdios, a revolução coreana sofreu a dupla influência do que mais tarde se viria a traduzir nas linhas de Moscovo e de Pequim. Mas importa sublinhar que a política do «juche» foi formulada muito antes que pairasse a sombra de um dissídio entre a União Soviética e a China.

«Alguns poderão pensar, errada e simplistamente, quando nos ouvem insistir na necessidade do juche», prosseguia Kim Il Sung, «que nós não precisamos de aprender com os estrangeiros. Tal ideia é, porém, falsa. Nós temos muito que aprender com todos os países socialistas e, em particular, com a União Soviética.

«O que importa esclarecer é o objectivo dessa aprendizagem; e esse é o de fazermos a nossa revolução, não deixando embora de aproveitar a maior experiência da União Soviética e dos demais países socialistas». Referiu-se então as divergências que, durante a guerra, tinham dividido entre si os dirigentes do partido; incidiam elas sobre a forma de levar a cabo o trabalho politico no exército. «Os que tinham vindo da U.R.S.S. insistiam nos métodos soviéticos, os provenientes da China agarravam-se as fórmu-

las chinesas. Dai a querela: uns preconizando o modo soviético, outros aprovando o modo chines. Era completamente absurdo. Quer se coma com a mão direita, quer com a esquerda, quer usando a colher, quer os pauzinhos, o resultado é sempre o mesmo... Nessa altura, o comité central do partido sustentava que devíamos debruçar- nos sobre ambas as metodologias, a soviética e a chinesa, e com base na sua análise elaborarmos um método de trabalho politico adequado as nossas condições...»

E então lançou o grito que é a própria essência do «juche»: «Uns advogam a via soviética, outros a via chinesa; mas não terá já chegado o tempo de elaborarmos uma via coreana?» Falou depois do hábito de se pretender copiar mecânicamente os processos utilizados noutros países socialistas, ao ponto de agora haver quern queira vestir as mulheres coreanas à maneira ocidental — facto que o exasperava. «Quando temos vestidos coreanos tão adequados, por que razão havemos de os deitar fora e de vestir as nossas mulheres com roupas que nem lhes ficam bem? Recomendei já ao camarada Pak Jong Ac que providenciasse, tanto quanto possível, no sentido de que as nossas mulheres continuem a usar os seus vestidos coreanos.»

Isto mostra que a tendência ocidental para ver a Coreia do Norte, primeiro como um «satélite soviético» (por ocasião do começo da guerra de 1950-53), depois, no imediato pós-guerra, como um «satélite chinês» e, mais tarde, como tendo regressado à «linha soviética», é um erro. A Coreia do Norte, sob a chefia de Kim Il Sung,

seguiu sempre e segue ainda uma linha coreana— tal qual o Vietname do Norte, como venho sustentando nos meus escritos acerca do Vietname e do seu Partido dos Trabalhadores, segue uma linha vietnamiana. Ambos estes países se recusam a «escolher um campo» e desejam seguir, sem desvios, uma so linha, que é a da conformidade com os seus interesses nacionais. Significa isto que rejeitam a solidariedade internacional? Kim Il Sung abordou também este problema, no discurso que venho referindo; e, nos contactos que tive com dirigentes vietnamianos, pude verificar que os seus pontos de vista não são muito diferentes.

«Existe uma relação incindível entre o internacionalismo e o patriotismo... o amor dos comunistas coreanos pela sua pátria não se opõe ao intemacionalismo da classe operária, antes vai ao seu encontro. Amar a Coreia equivale a amar a União Soviética e o campo socialista, do mesmo modo que amar a União Soviética e o campo socialista implica amar a Coreia... Seria incorrecto advogar apenas o patriotismo, negligenciando a solidariedade internacional...

«O patriotismo e o intemacionalismo são, assim, inseparáveis. Aquele que não ama o seu país não é fiel à causa do intemacionalismo e aquele que não é fiel ao intemacionalismo não pode ser fiel à causa do seu povo. O verdadeiro patriota é um intemacionalista, e vice versa. Se rejeitarmos tudo quanto o nosso país tem de bom, limitando-nos a copiar a prática estrangeira em matéria de trabalho ideológico, prejudicaremos a nossa revolução e não cumprire- mos as nossas obrigaçoes para com a causa da

revolução internacional...» A política do «juche», no que toca as divergências surgidas no seio do campo socialista, foi desenvolvida de uma forma mais completa num discurso capital, de Outubro de 1966, mas as suas linhas mestras estavam já assentes desde Dezembro de 1955. O «juche» tornou-se o fulcro de toda a política interna e externa da R. D. P.C. e a linha orientadora do processo de desenvolvimento económico. Em todas as fábricas e estabelecimentos de ensino que visitei, pude verificar que estava generalizada a preocupação de satisfazer as necessidades nacionais à custa de recursos nacionais; em todos eles me sublinharam a necessidade de um desenvolvimento da técnica em perfeita adequaçao com esses recursos e de uma autonomia tecnologica do país, tão completa quanto possível.

A produção de um tractor coreano é um episódio que ilustra perfeitamente esta política. Pouco depois da guerra, iniciou-se a construção de uma fábrica de material agrícola, num terreno onde outrora tinha estado uma pequena fábrica de produtos químicos, que 30 000 bombas americanas reduziram a nada. Nem um so edifício tinha ficado de pé. Quando Kim Il Sung veio pôr o projecto em movimento, a discussão decorreu à sombra das poucas árvores sobreviventes. Nos primeiros anos, a fábrica limitou-se a produzir algumas ferramentas: foices, enxadas, ancinhos; começou depois a fabricar material destinado à tracção animal: charruas, grades e máquinas de semear e, mais tarde, máquinas automáticas de cortar palha e outras para cortar eraoer a forragem.

«Em 10 de Outubro de 1958, o primeiro-ministro Kim voltou a visitar-nos», disse-me Mun Kwang Yok, de 40 anos, director da fábrica. «Explicou-nos que o desenvolvimento das granjas cooperativas no país dependia da existencia de tractores. E pediu-nos que os produzíssemos, com os nossos recursos técnicos, materiais e humanos, dentro do espírito do "juche". Lançámos mãos à obra. As dificuldades foram numerosas. Não tínhamos projectos, nem experiência, nem o equipamento indispensável, nem mesmo o mínimo necessário de operários especializados. Os conservadores cá da terra decretaram logo a inviabilidade do projector um país atrasado como a Coreia não pode produzir máquinas tão complicadas... Mas toda a colectividade se entregou ao trabalho. Conseguimos obter um modelo de importação e desmontá-lo, peça por peça. Com base no seu estudo, elaborámos os pianos e os operários, desta e doutras fábricas, começaram a fabricar as peças. Experimentámos mil e um insucessos e outros tantos desapontamentos. So à 33.a tentativa é que conseguimos obter uma cabeça de motor satisfatória. Não estávamos preparados para coisas tão simples como a fabricação de um farol. Foi um velho artesão quern nos resolveu esse problema, fazendo um molde e martelando os faróis até lhes dar forma. Levou uma semana inteira a fazer o primeiro e, no final, a sua mão direita apresentava o dobro do volume normal. Outro grave problema foi o de dar à cambota a tolerância normal; não dispúnhamos de rectificadores, mas montámos um aparelho que lhes

fazia as vezes e que os operários movimentavam puxando cordas para cá e para lá.

«Foi com métodos destes que produzimos o nosso primeiro tractor. Depois de o montarmos, não foi fácil pôr-lhe o motor a trabalhar. Por fim, com um rugido bastante sonoro, o tractor arrancou e todos os nossos operários, bem como milhares de camponeses, se apinharam para lhe espreitar os primeiros passos. Mas, para nosso embaraço, o tractor so andava para trás. Alguém se tinha enganado na montagem da caixa de velocidades. Acabámos por solucionar o problema; e, 35 dias depois de o primeiro-ministro nos ter confiado esta missão, levámos o primeiro tractor coreano, inteiramente feito à mão, até Pyongyang, para que aquele o pudesse ver. Kim Il Sung ficou encantado e considerou o facto como uma extraordinária vitória do "juche". Quando, em 1958, nos visitara, apontou a necessidade de libertarmos os camponeses da vida duríssima que tinham tido os nossos antepassados. "Os nossos pais viveram em cabanas de palha e transportavam as costas armaçoes em forma de A para puxarem as charruas", dissera ele. "Cabe-nos a nós pôr todas essas armaçoes em A nos museus, para que os nossos filhos vejam como a vida foi dura para os seus maiores."» (*)

Feito o primeiro modelo, iniciou-se a produção em série das peças componentes; essa pro-

(*) Trata-se de grandes caixilhos de madeira, em forma de A, que os camponeses coreanos carregavam as costas; destinavam-se ao transporte de fardos particularmente pesados ou à tracção das charruas, na falta de animais de tiro. — W. B.

dução foi aumentando gradualmente, até atingir a cifra anual de 5000 modelos standard de 28 cavalos, acrescida de algumas unidades de 75 cavalos. Podiam usar-se como «bulldozers» e adaptavam-se particularmente ao trabalho nas florestas. O director, Mun Kwang Yok, pertencia a uma família de camponeses pobres e, até à libertação, trabalhava na secção de embalagem de uma fábrica de cigarros, onde «a habilidade de cada um media-se pela maior ou menor capacidade para agarrar exactamente dez cigarros de cada vez. Era esse o nível de todos os nossos operários, quando começámos a construir esta fábrica», acrescentou. «Hoje em dia, graças à escola e ao instituto técnico que funcionam na fábrica, o número dos nossos operários especializados aumenta a olhos vistos. Trabalhamos até ao limite das nossas possibilidades para alargar a fábrica, para melhorar as suas bases técnicas e para produzir mais e me-Ihor.» Kim Il Sung esteve já 11 vezes na fábrica. «Sempre que deparamos com problemas mais graves, ele vem cá discuti-los connosco e encorajar-nos.»

Após a fabricação do primeiro modelo, o standard de 28 cavalos foi sendo progressivamente modificado para melhor se ir ajustando as condições do país — sobretudo no respeitante ao trabalho na lama dos arrozais, para que frequentemente o solicitam. A produçao permitiu já assegurar uma media de 5 tractores para cada uma das granjas cooperativas do país. E o que é mais: já há tractores saídos desta fábrica a trabalharem nos arrozais do Vietname do Norte e do Camboja, onde são muito mais aprecia-

dos do que outros modelos, precisamente por-que foram concebidos para trabalharem na lama.

A fábrica de locomotivas eléctricas de Pyongyang teve um desenvolvimento semelhante. Sob a ocupação japonesa, era uma oficina de reparação de máquinas; mais tarde, com a libertação, transformou-se numa oficina de reparação de locomotivas a vapor e vagões. Durante a guerra, foi destruída, mas a maior parte do equipamento tinha sido já removida para túneis, o que permitiu que o serviço de reparação continuasse a funcionar, debaixo de terra, desempenhando um papel importante na manutenção da operacionalidade dos caminhos-de-ferro. Mais tarde, a fábrica foi reconstruida e passou a ocupar-se, não so da reparação, mas também da fabricação de carruagens e vagões.

«Em 1959, o primeiro-ministro Kim veio cá e pediu-nos que fabricássemos locomotivas eléctricas», disse-me Pak Su Bom, director da fábrica. «Pediu-nos que o fizéssemos, com base apenas nos nossos recursos e no nosso próprio esforço, de acordo com o "juche". Não tínhamos qualquer experiência na matéria, nem dispúnhamos de quaisquer pianos. São relativamente poucos os países que fabricam locomotivas eléctricas. Nós tínhamos de começar por desenhar uma, tendo em conta as condições do país, especialmente os grandes declives e as numerosas curvas. Levámos 6 meses a completar o projecto, que envolvia um total de 180 000 peças, de 80 000 modelos diferentes. Evidentemente que a fábrica não podia, por si so, desempenhar-se inteiramente da tarefa, mas Kim II Sung

pusera à nossa disposição toda a indústria do país. 37 fábricas entregaram-se à execução de peças, de acordo com os nossos pianos. Vimos que era de todo impossível fabricar algumas delas e, por isso, mandámos para o estrangeiro os respectivos pianos, a fim de serem executadas. Hoje, produzimos já tudo, excepto os apoios de cambota, que continuamos a importar. Enfrentámos enormes dificuldades. Quando, por exemplo, tentámos fazer um interrupter, funcionando à velocidade de 3-5 milésimos de segundo, fracassámos 20 vezes; mas acabámos por conseguir. Elaborado o projecto, levámos menos de um ano para fazer a nossa primeira locomotiva eléctrica. O primeiro-ministro baptizou-a de "Bandeira Vermelha"... Voltou depois a visitar-nos e passou connosco o Dia de Ano Novo de 1967, tendo-nos pedido que aumentássemos e melhorássemos a produção e que apressássemos, na medida do possível, a completa electrificação dos nossos caminhos-de-ferro...»

Actualmente, a fábrica produz, por ano, 30 locomotivas eléctricas, pesando cada uma 120 toneladas; são propulsionadas por 6 motores de 530 kW, que lhes permitem transportar, a 120 km/h, 2700 toneladas em terreno piano, ou 1200 toneladas na montanha. A produção da fábrica compreende 70 locomotivas diesel, de 75 cavalos, especialmente concebidas para o trabalho nas minas e nas florestas, 50 carruagens de passageiros, de 45 toneladas cada uma, e 8000 toneladas de peças avulsas para locomotivas a vapor; além disto, a fábrica assegura ainda

a reparação de todo o material circulante do país.

Como em todos os outros complexos de indústria pesada que visitei, as mulheres representavam aqui cerca de 30 % da mão-de-obra (1200 mulheres, num total de 3700 trabalhadores), cifra que deixa entrever a razia que a guerra causou na população masculina da Coreia. Dos 3700 trabalhadores da fábrica, 800 são engenheiros ou especialistas; entre esses engenheiros, 35 são mulheres. A fábrica tem o seu próprio hospital, alojamentos para os trabalhadores que lá queiram viver, compreendendo 500 quartos, enfermarias com 500 camas e jardins de infância com capacidade para 500 crianças — são 700 as mulheres casadas— e um instituto técnico. Como na maior parte das outras fábricas que vi, a politica de autonomia também ali se aplicou, não so na realizaçao das novas e complexas exigências da produção, como ainda no campo do bem-estar do pessoal, pela criação de balneários, lavandarias, cabeleireiros e toda a espécie de lojas, incluindo estabelecimentos de alfaiataria e costura.

O «juche», como politica de reconstrução do país com base apenas no esforço nacional, adapta-se perfeitamente à psicologia coreana; foi o repto que levantou o orgulho e estimulou a coragem dos coreanos, restaurando as suas tradições nacionais. Se o apreciarmos em função dos resultados, teremos de admitir que o sucesso foi completo. A economia, coreana em 100 %, desde os bens de consumo à indústria pesada, e a espantosa rapidez com que tudo foi feito, constituem a plena demonstração desse êxito.

CAPÍTULO XIII

REUNIFICAÇAO?

A reunificação é uma autêntica obsessão dos coreanos, pelo menos daqueles com que falei, no Norte; no Sul, porém, parece acontecer o mesmo, a ajuizar pelas vagas de manifestações em seu favor que, de tempos a tempos, lá ocorrem. De resto, ela constituiu um dos temas principals da parada do l.º de Maio, do discurso pronunciado na tribuna e de todos os discursos e brindes que se sucederam durante as celebrações. Em Pyongyang, nas cidades de província, nas vilas e nas fábricas que visitei, por toda a parte havia grandes cartazes alusivos à reunificação, à defesa — representada por duas mãos, uma empunhando um martelo ou uma foice, a outra uma espingarda— e à solidariedade com o Vietname. Mas os mais frequentes eram os relativos à reunificação. É um tema que os apaixona a todos, sobretudo àqueles que têm família no Sul e da qual não têm notícias há mais de 20 anos. Não falando já da catástrofe política e económica da divisão artificial do país, o que está em causa é a tragédia humana de centenas de milhar de famílias, separadas pela linha de demarcação militar e para as quais nenhuma forma de comunicação, mesmo por escrito, é possível.

Mak Yong Man, director da Faculdade de Geografia da Universidade de Kim Il Sung, foi

dos que, à semelhança do Dr. Li Sung Gi, vieram para o Norte quando a guerra começou. Era urn dos poucos geógrafos do Sul e tinha-se dedicado com grande empenho, desde 1945, a tentar fundar uma faculdade de geografia na Universidade de Seul. Suspeito de «progressismo», as suas propostas eram, porém, sistemàticamente recusadas; e assim, até 1961, a Universidade de Seul viu-se privada de uma faculdade de geografia. Mak Yong Man, até ter tido a oportunidade de vir para o Norte, trabalhava como professor primário. Em 2 meses, instalou-se na Faculdade de Geografia, em Pyongyang, onde lhe foi entregue a direcção de uma equipa encarregada de estudar a possibilidade de ganhar ao mar terras para cultivo. As primeiras investigaçoes fizeram-se ainda durante a guerra e o trabalho in loco pôde iniciar-se logo que a guerra acabou.

«Entre 1953 e 1956», disse-me Mak Yong Man, «estudámos toda a costa ocidental, desde o estuário do Yalu até ao do Raesong, que serve de baliza à linha de demarcação. Descobrimos que era possível ganhar 300 000 hectares de terra, dos quais 125 000 propícios à plantação do arroz. Mas, na minha qualidade de cientista, senti-me frustrado por ter de parar os trabalhos no rio Raesong, ao sul do qual se encontram, no nosso país, mais algumas centenas de milhar de hectares aguardando recuperação. Humanamente, não foi menos frustrante. Na nossa equipa, havia dois jovens naturais da ilha de Kanghwa, situada no estuário do Raesong. As suas famílias ainda lá se encontravam. Eles olhavam e viam do outro lado das águas pes-

soas que andavam de um lado para outro — pessoas que bem podiam ser os seu familiares — mas nem ao menos podiam gritar-lhes umas saudações...» Interroguei-o então sobre a sua própria família.

«A minha mulher esperava o nosso quarto filho, quando começaram as batalhas de Seul», respondeu-me. «Tive de a mandar para um local seguro com os nossos outros filhos e assim nos separámos no mais aceso da luta. So voltei a ter notícias deles quando um amigo meu veio para o Norte; o bebé nascera são e era uma rapariga. Se todos forem ainda vivos, tenho uma filha de 28 anos, dois rapazes de 23 e 20 anos e uma filha de 17, que nunca vi. Não faço ideia nenhuma de como eles serão; podemos até cruzar-nos na rua, que não nos reconheceremos. E quando penso neles, mal consigo repri-mir a minha raiva contra esses americanos que conservam a Coreia dividida. Multiplique, se quiser, este meu caso por algumas dezenas de milhar...»

Um outro aspecto da situação foi-me fornecido por dois antigos soldados sul-coreanos; encontrei-os em Pyongyang, pouco depois da sua chegada do Vietname do Sul, onde tinham desertado do corpo expedicionário da ROK e pedido à Frente Nacional de Libertação sul-vietnamiana que os repatriasse para a Coreia do Norte. O que eles me contaram da vida no Sul soou-me precisamente como aquele «nos velhos tempos da ocupação japonesa...» — prelúdio de toda e qualquer descrição que um camponês ou operário norte-coreano vos fará, das suas condições actuais de vida, comparando-as

com um passado que já não é mais do que uma má recordação.

Pak Song Ryol é oriundo de uma aldeia da província do Chungchog do Norte e pertence a uma família de camponeses pobres; os seus pais trabalham para os latifundiários, como acontecia «nos tristes velhos tempos» do Norte. Foi o único de cinco filhos a frequentar a escola; fê-lo durante dois anos. Mais de 80 % dos camponeses da sua aldeia trabalham para os grandes senhores da terra e em cada ano, ao longo de 4 ou 5 meses, na estação a que chamam a «Primavera magra», comem plantas selvagens e raizes. Já não há arroz... Aos 14 anos, Pak partiu para Seul, onde trabalhou como engraxador, até que arranjou emprego numa fábrica de instrumentos de pesagem e medição; de lá enviava à família a maior parte do salário. Ao fazer 20 anos, recebeu ordem de incorporação no exército. Após 4 meses de preparação militar, enviaram-no para a frente, para uma posição na costa oriental junto da zona desmilitarizada, onde se integrou na 15.ª Divisão. Ganhava menos do que o equivalente a um dólar por mês. A mãe escreveu-lhe, dizendo que ela e os filhos morriam à fome. Pak desertou e foi para Seul, onde recomeçou a engraxar sapatos para poder prestar assistência à família. Duas semanas depois, a mãe apareceu em Seul e informou-o de que a polícia militar tinha ido a sua casa e dissera que, se ele não se apresentasse imediatamente, os seus 4 irmãos seriam executados. Não havia nada a fazer, senão regressar à 15.ª Divisão. Aí, espancaram-no e encarceraram-no durante 8 meses. Recebeu então outra carta da

mãe, que estava de cama e morria à fome, pedindo ajuda.

«Decidi ir-me embora e, por isso, deixei cair sobre um pé urn enorme pedregulho, esperando ser desmobilizado. Ninguém podia provar que não tinha sido um acidente. Passei 3 meses no hospital, mas, como o osso não tinha ficado esmagado, devolveram-me à minha unidade. Aí, uma noite, acordaram-me para me informarem de que seguia para o Vietname, integrado na Divisão "Tigre". Dois dos meus camaradas protestaram e recusaram-se a ir. Foram arrastados pelo chão, à frente de toda a companhia, e obrigados a jazer de bruços; então, o comandante da companhia, capitão Jong Bong Ryu, espancou-os à bastonada até perderem os sentidos. So então os deixaram. Disseram-nos que seriam julgados em conselho de guerra, mas nunca mais ouvimos falar deles.»

Chegado ao Vietname do Sul, Pak aproveitou a primeira oportunidade que se Ihe deparou para desertar e entrar em contacto com a F.N.L. Perguntei-lhe se sabia alguma coisa acerca da vida no Norte; Pak respondeu-me que, tendo estacionado numa região costeira, ouvira rela-tos de Pescadores, sobre cidades grandes e modernas que avistavam dos locais onde iam pescar; e de vez em quando encontravam Pescadores do Norte, que eram muito afáveis e possuíam um excelente equipamento de pesca.

Procurei saber quais as suas primeiras impressões do Norte. «Por esta altura, no Sul é a "Primavera magra"; na minha aldeia, toda a gente procura desesperadamente raizes e ervas comestíveis. Mas aqui, nas granjas, todos

comem arroz. No Sul, so as casas dos grandes proprietaries é que têm telhados verdadeiramente dignos desse nome. Aqui, em todas as aldeias por onde passei, não vi ainda uma casa que não fosse coberta de telha. E todas têm electricidade...»

Interroguei-o sobre a percentagem de aldeias já electrificadas, no Sul. A pergunta teve em Pak e no companheiro de deserção, An Hak Su, o efeito de uma boa piada. Rindo-se muito, disseram em coro: «No Sul não há aldeias electrificadas...»

«O que mais o surpreendeu no Norte?», indaguei.

«Tractores nos campos», ripostou Pak. «Na minha aldeia, que tern cerca de 100 casas, so cinco delas possuíam bois. Todas as demais famílias puxam as charruas a braço, ou então têm de alugar animais de tiro aos grandes proprietaries. Mas, por cada dia em que um camponês utiliza um boi do proprietário, fica a dever-lhe um dia de trabalho, além de uma percentagem sobre a colheita, que costuma rondar os 60 %.»

Falou-me, depois, do terror policial na sua aldeia, em Seul e no exército, e dos incontáveis espiões e agentes secretos, tantos e tão omnipresentes que ninguém revela os seus pensamentos íntimos nem ao melhor dos amigos.

Quanto ao seu destino imediato, Pak abriu-se num grande sorriso e explicou-me que, tendo trabalhado, no Sul, numa fábrica de instrumentos de pesagem e medição, já lhe haviam oferecido um lugar numa grande fábrica de instrumentos de precisão, em Pyongyang. Simul-

tâneamente, frequentaria um curso de educação geral.

An Hak Su, filho de um mestre-escola de Seul, não poderia esconder a origem urbana e proporcionava-me um claro contraste com Pak, o camponês de fala rude e mãos calosas. An alistou-se entre os voluntários para o Vietname, porque se lhes prometia um soldo de 100 dólares americanos por mês (de facto, so vinham a receber 30 dólares) e ele esperava conseguir assim juntar um pecúlio que depois lhe permitisse estudar. Integrara-se numa unidade que — asseguraram-lhe — se destinava apenas a prestar assistência médica à população civil sul-vietnamita. Até se incorporar, An era um desempregado como milhões de outros: «É impossível, para um jovem, arranjar emprego em Seul, a menos que possua alguma garantia financeira e um certificado de disponibilidade passado pelo exército sul-coreano», explicou. «Como todos são automàticamente incorporados aos 20 anos e há milhões de desempregados por onde escolher, torna-se pràticamente impossível, para os jovens, arranjar trabalho; e a minha família não me podia pagar os estudos.»

An disse-me nada saber da Coreia do Norte, para além do que ouvira e lera na radio e na imprensa de Seul. Mas depois da chegada ao Vietname, compreendeu que tinha sido logrado. Primeiro, porque não lhe pagaram durante os 4 meses iniciais, vividos na ânsia dos primeiros 100 dólares. Depois, quando enfim começaram a entregar-lhe o pre, o salário não era de 100, mas de 30 dólares — e mais do que isso já os soldados deviam, por via de empréstimos con-

traídos na embaixada coreana de Saigão. Em terceiro lugar, porque a unidade em que se integrou não se destinava a prestar assistência aos civis vietnamianos, mas aos soldados coreanos. Em quarto lugar, porque descobriu que não eram os «vietcongs» quem o povo vietnamita receava, mas sim os americanos e os soldados de Saigão. «Vendo que me tinham enganado», contou An Hak Su, «pus-me a pensar que, muito provàvelmente, também me mentiam acerca da zona Norte do meu país. Tinha alguns contactos com civis vietnamianos e eles deram-me acesso à F. N. L. Receava que esta me quisesse executar, mas os meus amigos vietnamitas dissiparam os meus receios. E, realmente, as tropas da P. N. L. acolheram-me de forma verdadeiramente fraternal; muitos deles arriscaram a vida para me proteger, durante bombardeamentos; e foram eles quem assegurou a minha vinda para o Norte.»

Perguntei-lhe que dados é que tinha acerca do Norte e An respondeu-me: «Diziam-nos que tudo eram ruínas, que o povo vestia trapos e morria à fome, instalado em túneis e cavernas; não havia reconstrução, nem verdadeiros empregos, so trabalho forçado. Mas agora, depois de ter visitado inumeras cooperativas agrícolas e fábricas, verifico as enormes potencialidades do meu país e imagino o que não poderíamos fazer, se os 40 milhões que compõem a Coreia estivessem unidos !...»

An Hak Su foi aceite na Universidade Kim Il Sung; fazia agora os estudos preparatories do curso de economia política, que iria frequentar durante o ano lectivo de 1967-68.

Ambos estes j ovens acentuaram a natureza policial do regime de Seul. An Hak Su disse-me que a ninguém ousara coníiar dúvidas e preocupações; jamais revelara uma sombra do seu crescente interesse pelo Norte e, muito menos ainda, do seu projecto de deserção. «O exército está crivado de agentes da polícia», disse, «e se você quiser sobreviver, o melhor é deixar ficr os seus pensamentos muito quietinhos, dentro da cabeça.» De resto, tanto quanto pude apurar, não é so o exército que está crivado de polícias, mas todo o país.

Estatìsticamente, a Coreia deve ser um dos Estados mais policiados do mundo. E a maior parte dos agentes policiais, bem como a maior parte das leis que eles procuram fazer acatar, dirigem-se contra quaisquer movimentos, e até pensamentos, visando a unificação do país. Sob o regime de Rhee, derrubado em 19 de Abril de 1960 por um levantamento popular que o obrigou a fugir inglòriamente, o povo era encorajado a falar da reunificação. Mas a formula de Rhee para a reunificação era «a marcha sobre o Norte». O actual presidente,Pak Jung Hi, adoptou outra orientação: passou a ser criminoso falar, escrever ou pensar acerca da reunificação. Esta é considerada «prematura», as forças armadas não estão ainda perfeitamente «prontas», pelo que os pensamentos das mas-sas devem ser daí afastados. O próprioPak Jung Hi é um ex-oficial do exército japonês — e impunha-se ter dado bastas provas de devoção e eficiência na traição, para ser admitido em semelhante companhia; ora existem documentos comprovativos de que participou em 110

expedições punitivas, desencadeadas pelos japoneses contra os seus compatriotas, na Manchuria e mesmo na Coreia.

O generalPak Jung Hi subiu ao poder em Maio de 1961, na sequência de um golpe de Estado dirigido contra John Chang — sucessor imediato de Rhee, ex-embaixador em Washington e considerado pela C.I.A. como demasiado «brando» na questão da reunificação. A pouco e pouco, usando os métodos e re correndo ao aparelho repressivo de que Rhee lançara mão, Pak foi-se consolidando no poder, despiu o uniforme para acalmar a sensibilidade de Whashington ante as críticas habitualmente dirigidas contra as ditaduras militares e transformou-se num «presidente civil eleito».

De acordo com dados fornecidos pela imprensa sul-coreana, Pak é um dos mais incansáveis legisladores da História. Durante os primeiros seis anos da sua administração, o ritmo da promulgação de leis foi de cerca de um por dia; e, de entre todas elas, as mais severas são aquelas que precisamente se destinam a colmatar quaisquer lacunas deixadas em aberto na interdição genérica de actos ou pensamentos dirigidos à reunificação. Muitas dessas leis apresentam uma diferenciação deveras subtil; é o caso da «lei especial de repressão de crimes especiais» e da «lei especial de repressão de crimes específicos»; entre as leis destinadas à contenção das massas, avulta a «lei dos comícios e manifestações» e, para aqueles que lidam profissionalmente com a palavra escrita ou falada, foram promulgadas uma «lei dos jornais e agências noticiosas» e uma «lei da radiodifu-

são». Há ainda leis para a «contenção da violência», para a «purificação das actividades políticas», para «os movimentos políticos» e para a «restrição da cidadania aos ofensores da democracia»; existem leis sobre a organização dos trabalhadores, tais como a de «registo das organizações sociais» e a de «regulamentação dos conflitos de trabalho»; e ainda duas leis muito especiais, a lei «anticomunista» e a lei «da segurança do Estado» — esta ultima promulgada por Rhee e reformada por Pak — as quais se encarregam de cobrir as poucas omissões que as restantes possam ter deixado em aberto, em matéria de eficaz sujeição dos indivíduos à tortura e aos pelotões de execução. São mais de mil as leis de repressão a lançar a crédito do presidente Pak Jung Hi.

Alguns peritos nestas matérias asseguraram-me que a «lei anticomunista» ultrapassa de longe a «lei de manutenção da segurança pública», introduzida pelos japoneses, e a «lei da segurança do Estado» de Syngman Rhee, ao lançar o estigma de «criminosos políticos», sujeitos à pena capital, sobre quaisquer indivíduos organizados ou não, que advoguem a reunificação pacífica da Coreia. Preceitua o art. l.º, § 4.°, desta lei, que as organizações que «deliberadamente ou não» louvarem ou manifestarem simpatia pelo Norte, serão declaradas «hostis ao Estado» e os seus membros, bem como todos aqueles que enalteçam ou apoiem essas organizações, deverão ser severamente punidos. Por seu turno, o § 2.° do art. 4.° do mesmo diploma determina que qualquer pessoa que escreva apelos à reunificação pacífica —isto é, qual-

quer pessoa que escreva artigos de que o presidente Pak não goste—, bem como os indivíduos que tenham tais artigos ou panfletos em seu poder, ficam sujeitos a prisão até 7 anos. Pelo art. 5.° da «lei especial de repressão de crimes especiais», os indivíduos que contactem ou se correspondam com membros, mesmo que sejam seus parentes ou amigos, de partidos políticos «não aprovados» ou de organizações estrangeiras —em suma, o indivíduo que estiver em comunicação com alguém da zona Norte... — «procede no interesse de organizações hostis ao Estado ou de círculos comunistas do estrangeiro» e incorre em pena de prisão até 7 anos. Polìticamente, isto significa a interdição de quaisquer contactos Norte-Sul, a qualquer nível e quaisquer que sejam os propósitos; humanamente, é fazer da mera troca de correspondência entre marido e mulher ou entre pais e filhos, sempre que ela implique uma comunicação Norte-Sul, um crime contra o Estado.

A proibição total de contactos entre o Sul e o Norte é ditada de tantos lados que não pode já haver lacunas. O art. l.º da «lei de segurança do Estado» preceitua que aos membros de partidos políticos que advoguem conversações Norte-Sul, ou quaisquer formas de intercâmbio económico e cultural, ou comunicações postais e telegráficas, sera aplicada uma pena variável entre cinco anos de prisão e a morte. A formula utilizada é esta: «formação de organizações ou grupos hostis ao Estado». «Hostil ao Estado» é uma catalogação aplicável a grupos cujas actividades colidam com a política do Estado (ou

do presidente Pak). Quanto as pessoas que «enalteçam ou revelem simpatia para com tais organizações, ou que encorajem ou apoiem a sua actividade ou a dos seus membros», essas, nos termos do mesmo artigo, poderão ser punidas com 10 anos de prisão, prisão perpétua ou pena de morte.

Claro que, do ponto de vista do presidente Pak, o crime mais grave e ignominioso é o de «desenvolver agitação ou propaganda com o intuito de incitar ao derrubamento do governo»; por isso, o § 2.° do art. 3.° da «lei especial para a repressao de crimes específicos» se ocupa destes «delinquentes», prevendo a pena minima de 5 anos de prisão e maxima de morte. O § 3.° do art. 3.° da mesma lei refere-se aos forjadores de «calúnias» a respeito do governo; caber--Ihes-á prisão até 10 anos, tal como a todos aqueles que, não as forjando embora, as propaguem. Nos termos de outra lei já aqui citada, os cidadãos que desejem promover manifestações devem requerer a indispensavel autorização à polícia, com urn mínimo de 48 horas de antecedência; é também à polícia que compete aprovar prèviamente a constituição de quaisquer organizações, grupos ou círculos; e, enfim, exige--se ainda o consentimento policial para levantar questões relativas a conflitos de trabalho. Etc.

O facto de os Estados Unidos terem conseguido apresentar como bastião do «mundo livre» um regime que assenta em legislação de semelhante jaez é inegàvelmente um grande triunfo da propaganda americana; e o facto de a UNGURK ver no regime de Pak Jung Hi «encorajadores sinais de democratização» revela

bem até que ponto a representaçao das Nações Unidas na Coreia do Sul desdenha o mais elementar respeito pela Carta da O. N. U.

A execução de leis como estas pressupõe naturalmente a manutenção de um aparelho repressivo de enorme vulto, cuja edificação constitui uma coroa de louros muito disputada entre Rhee e Pak. Nas fábricas, calcula-se que exista um agente da policia para 15 operários; nos estabelecimentos de ensino superior, um para 8 estudantes; so na Universidade de Seul, funcionam 37 organizações de espionagem diferentes. A relação entre os efectivos da policia regular e o conjunto da população é agora duas vezes maior do que a que existia nos tempos mais duros da ocupação japonesa, três vezes maior do que as da Grã-Bretanha e dos E. U. A.—e Pak planeia ainda dobrar os actuais efectivos, dentro dos próximos anos. Mas isto refere-se apenas à policia regular. Nas 10 secções do «Gabinete de Segurança Interna» do Ministério do Interior, sob o controle directo dos conselheiros americanos, trabalham 320 000 agentes, afora os 40 000 polícias regulares.

A coordenação de todas as organizações de investigação cabe, tal como nos E.U.A., à C.I.A. (Central Inteligente Agency), a qual está teòricamente sujeita ao controle directo e pessoal de Pak Jung Hi, mas de facto subordinada à delegação, em Seul, da C. I. A. americana. A C. I. A. compreende um quadro de pessoal de 15 000 membros e dispõe de 370 000 agentes. Uma das suas ramificações, o Counter Inteligence Corps, actua no seio do exército sul-coreano e conta com 20 000 agentes.

Todo este imenso aparelho repressivo se destina apenas à contenção das massas, mas actua também como instrumento privado na eliminação de rivais, na luta pelo poder: na terceira eleição presidencial, em 15 de Maio, Cho Bang Am, representante do «partido progressista», fez f rente a Syngman Rhee e, preconizando a reunificação pacífica do país, obteve 2 160 000 votos, revelando-se um temível rival para as eleições seguintes; mas, em 27 de Pevereiro de 1959, Rhee mandou-o prender, ao abrigo da «lei de segurança do Estado». Tempos depois, executaram--no. Também Shin Ik Hi, candidato do «partido democrático» nas mesmas eleições, morreu misteriosamente num comboio onde efectuava uma digressão eleitoral, 10 dias apenas antes das eleições— e talvez este episodio se destinasse a demonstrar que a legalidade não é indispensável para a eliminação dos rivais. Nas eleições seguintes, em 15 de Marco de 1960, o sucessor de Cho Bang Am e rival de Syngman Rhee na corrida à presidência, Cho Bung Ok, morreu de mal desconhecido, num hospital americano, a um mês da abertura das urnas — por conseguinte, e tal como sucedera com Shin Ik Hi, já fora do prazo em que era possível ao partido democrático apresentar uma nova candidatura. E assim por diante, até Maio de 1967, quando o primeiro acto de Pak Jung Hi, depois de ter conseguido a reeleição pelos processos habituais, foi mandar prender o seu rival, Oh Jai Chung, acusado de ter «violado a lei eleitoral» ao criticar Pak pela sua intervenção num escândalo de corrupção que era do domínio público. Logo a seguir, e no prazo de poucos dias, foram presos 83 polí-

ticos da oposição que acabavam de anunciar a sua candidatura as próximas eleições para a Assembleia Nacional.

O regime de Pak pode vangloriar-se, não so de ser o mais fértil produtor de leis de todo o mundo, mas também de ser o seu mais rápido executante. Em 1961 —ano do golpe militar de Pak — os tribunais julgaram 715 000 casos e, so no mês imediato ao golpe, foram presas 100 000 pessoas. Nos meses de Janeiro e Pevereiro de 1962, um único juiz do tribunal distrital de Seul julgou mil processos por dia; mas já em 5 de Junho, a agência noticiosa oficial Hapdong pôde anunciar que o tribunal de Seul fizera um «número de julgamentos sumários sem precedentes na História», tendo apreciado na véspera 5196 casos, ou seja, um em cada 16 segundos. Calcula-se que, nos dois primeiros anos do governo de Pak, um, pelo menos, em cada cinco sul-coreanos, foi alvo de qualquer pena, não considerando as inferiores à de prisão.

É próprio da repressão fomentar a resistência; e daí o grande receio de Pak: não conseeuir engrandecer o seu aparelho repressivo ao ritmo do crescimento da resistência — a qual já, nas manifestações contra o tratado entre o Japão e a Coreia do Sul, em 1964-65, assumiu proporções alarmantes. Uma das principals razões por que Pak pretende, a título de «defesa mutua», trazer de novo para a Coreia os seus antigos patrões japoneses é precisamente o poder que ele adivinha na resistência interna. Mas o povo coreano não tolerará esse regresso, que, de resto, so irá servir de estímulo para uma ainda maiqr conjugação de esforços. entre as forças

patrióticas do Sul e do Norte, no sentido da unificação do país e do enterro definitivo de todas as ditaduras policiais e antinacionais, sejam elas de Rhee, de Pak ou de qualquer outro.

Todavia, neste contexto, que pode o Norte fazer, na prática, em favor da reunificação pacífica do país? E qual o ponto de vista oficial acerca da reunificação? Em Pyongyang, conversei demoradamente com membros da «Comissão para a Reunificação Pacífica da Coreia», que assim me expuseram a sua posição:

«A reunificação deve ser conseguida, democrática e pacìficamente, pelo povo coreano. O melhor processo seria a designação de um Governo Central Unificado, através de eleiçoes livres alargadas a toda a Coreia. Para isso é necessário porém que todas as tropas estrangeiras tenham evacuado a Coreia do Sul. A retirada prévia das forças estrangeiras é uma condição da unificação pacífica do país. A sua presença em solo coreano impede a atmosfera de liberdade que é imprescindível para a realização de eleiçoes livres.

«Na Coreia do Norte não há forças militares estrangeiras, mas as tropas americanas continuam no Sul. Exigimos que se retirem. Para se efectuarem eleiçoes livres à escala nacional, o povo, quer ao Norte quer ao Sul, deve poder exprimir-se livremente — e isto não sucederá enquanto metade do país estiver sob a ocupação militar estrangeira. Sustentamos que se tern de facultar a todos os partidos políticos e organizações sociais absoluta liberdade para desenvolver as suas actividades no conjunto do território coreano. Os cidadãos devem poder deslo-

car-se livremente dentro da Coreia, no Norte e no Sul, a fim de ver as coisas com os seus olhos e, assim, ajuizar por si mesmos. Se se fizessem eleições gerais numa atmosfera de liberdade, assentes no suf rágio universal e no voto secreto, e com permissão para todos os partidos fazerem campanha em todo o território, então sim, um governo democrático unificado poderia governar a Coreia.

«Esta é, no essencial, a nossa atitude quanto à reunificação. Mas as autoridades sul-coreanas têm sempre obstruído, com o apoio dos americanos, a concretização dos nossos propósitos. E, afinal, se eles fossem partidários sinceros da democracia, nada tinham a temer, pois a população do Sul excede em mais do dobro a do Norte. No entanto, à medida que verificamos que as nossas propostas vão sendo rejeitadas pelas autoridades sulistas, continuamos a sugerir medidas transitórias úteis, embora incapazes de, por si so, conduzirem à reunificação completa.

«Assim, por exemplo, a constituição de uma Confederação das Coreias do Norte e do Sul, com um Supremo Conselho Nacional onde tomem lugar representantes, em número igual, de cada uma das zonas; esta solução permitiria deixar provisòriamente inalterados os sistemas sociais e políticos vigentes nas duas zonas do território coreano e seria compatível com a independência de actuação de cada uma. O Supremo Conselho Nacional poderia, em todo o caso, esboçar uma coordenação do desenvolvimento do país, nos seus aspectos económico e cultural, e representar a Coreia para efeitos externos. Esta confederação não conduziria, por si so, à

reunificação completa, mas poderia criar um clima favorável para que outros passos lhe sucedessem.

«Também esta proposta foi rejeitada pelas autoridades sul-coreanas. Em face disso, propusemos a constituição de uma Comissão Económica, que não poderia intervir em assuntos políticos, mas que se ocuparia dos negócios económicos e comerciais entre o Norte e o Sul. Propusemos trocas económicas por que, no Norte, em resultado do desenvolvimento simultâneo da agricultura e da indústria ligeira, respeitando-se embora a prioridade da indústria pesada, lançámos já sólidos alicerces para uma economia nacional estável e independente. E pensamos que, se conseguirmos ligar orgânicamente as economias do Norte e do Sul, poderemos resolver o problema dos níveis de vida de ambas as Coreias. A tanto se destinava a criação dessa Comissão Económica.

«Mas também isto foi rejeitado. Alvitrámos então repartir com o povo do Sul alguns benefícios económicos por nós já alcançados. Esta proposta consistia num auxílio económico genérico ao Sul, criando lá indústrias e abastecendo-o de alimentos e outros bens de consumo. Em 1964, sugerimos muito concretamente, e para começar, a entrega anual, à Coreia do Sul, de 10 000 toneladas de aço laminado, 1000 milhões de kw/h de electricidade, 10 000 toneladas de fibras químicas, 300 000 toneladas de arroz e grandes quantidades de cimento, madeiras de construção, máquinas e outros bens. Não so tudo isto foi recusado, como ainda aqueles políticos e jornalistas do Sul que se atreveram

a advogar a aceitação foram encarcerados e, alguns deles, executados.

«Apresentámos também soluções concretas, tendentes ao degelo das relaçoes entre as duas zonas e a acelerar o processo de reunificação. Se as tropas norte-americanas fossem retiradas do Sul, à semelhança do que se fez no Norte com todas as tropas estrangeiras, tornar-se-ia possível a celebração de um tratado de paz e de não agressão e, deste modo, a redução dos efectivos actuais dos nossos exércitos até 100 000 homens ou menos, aliviando assim consideràvelmente a economia de ambas as zonas. E se o Sul revogasse os seus tratados militares com os E. U. A., nós revogávamos imediatamente os tratados que nos ligam a Estados estrangeiros. Estas propostas foram desprezadas. Pensámos que, pelo menos, poderiam ser dados alguns passos mais modestos para restaurar os laços quebrados e, por isso, aventámos o restabelecimento das comunicações telegráficas e postais. Recebendo e enviando cartas e telegramas de e para todo o mundo, a distâncias de milhares de quilómetros, não faz sentido que nenhuma comunicação exista com os nossos compatriotas e vizinhos. Mas nem isto a Coreia do Sul aceitou.

«Estamos dispostos e habilitados a fornecer trabalho aos desempregados do Sul, a cuidar dos órfãos de guerra e a prover à educação dos estudantes que não possam custear os seus estudos. Tal como financiamos os estudos de milhares de estudantes coreanos no Japão. Mas tal oferta não teve melhor sorte que as outras.

«Não nos opomos a uma mediação internacional no problema da reunificaçao. Propusemos, alias, uma conferência entre o Norte e o Sul. Cada uma das partes designaria igual número de países estrangeiros para nela participarem. Pensámos que esta cláusula facilitaria o acordo. Nova rejeição, porém. Neste momento, advogar, no Sul, a reunificaçao constitui motivo bastante para se ser preso. Pak proclamou ao povo que so na segunda metade da década de setenta é que a reunificaçao poderá ser considerada: "Se houvesse agora um conflito, o Sul seria derrotado", declarou. "Devemos reerguer a nossa força, um poderio real que nos permita derrotar o comunismo no Norte. Mas esse momento não chegou ainda." Nós, porém, recusámo-nos a encarar este problema como uma prova de forças; vemo-lo antes como algo que profundamente afecta os direitos e aspirações de todo o povo coreano. Não se trata de conquistar ou ser conquistado. Para todos nós, comunistas, nacionalistas e demais forças patrióticas, trata-se de conjugar os esforços na luta pela reunificaçao nacional. Não estão em jogo políticas, ideologias ou religióes, mas aquilo que constitui a suprema tarefa nacional...»

Todas estas propostas constam de documentos oficiais. Pensámos que difìcilmente se poderiam imaginar outras, mais leais e mais razoáveis. A ultima de que temos conhecünento consta da resposta escrita, de Kim Il Sung, em 4 de Janeiro de 1967, ao presidente do Instituto Coreano de Washington. Nessa carta, dizia Kim Il Sung, de passagem: «Se as autoridades da Coreia do Sul assumirem uma atitude de

independência e abandonarem a política de se escudar em forças estrangeiras, estamos dispostos a participar num encontro preparatório de negociações, num país neutral ou em qualquer outro local que reúna a concordância das duas partes...» Oferecer a plena abertura do Norte para que o povo o veja com os seus olhos; permitir que quais-quer políticos, incluindo Pak Jung Hi, desenvolvam livremente as suas campanhas no Norte (exigindo apenas a contrapartida da reciprocidade para Kim Il Sung no Sul); deixar o povo escolher o governo que quiser, mediante eleições livres e voto secreto — eis a única via razoável para resolver o problema coreano.

A Coreia do Norte é hoje, do ponto de vista económico, suficientemente forte para absorver uma grande parte dos milhões de desempregados do Sul; poderia também financiar, desde já, a construção de inúmeras fábricas — à semelhança do que está fazendo em vários países africanos, para onde exporta unidades industriais completas. Uma Coreia unificada poderia ràpidamente desenvolver uma economia estável, próspera e totalmente independente dos capitais estrangeiros. Na edição inglesa dos jornais de Seul, aquando das eleições presidenciais de 1967, vi páginas e páginas de anúncios dos maiores bancos japoneses, especialmente dos grupos Mitsui, Mitsubishi e Sumimoto, os quais incitavam os leitores a apoiar a «estabilidade, através de Pak Jung Hi». Mais de uma centena de grandes monopólios japo- neses — os mesmos que outrora sugaram o sangue da Coreia até à ultima gota—já regressaram a Seul. A assinatura do tratado entre o Japão e a Coreia do Sul

escancarou as portas desta à entrada do capital japonês. Pak Jung Hi está empenhado em fazer regredir a Coreia, ate a sujeitar a uma nova humilhação colonial.

A resposta a todas as tentativas de conciliação oferecidas pelo Norte tem sido o fomento intencional da situação que descrevemos nos dois primeiros capítulos. Perante tal conjuntura, os dirigentes coreanos, continuando embora a favorecer tudo o que possa reduzir a tensão, encaram já outras vias para a reunificação efectiva. Uma delas consiste em apoiar o fortalecimento das forças revolucionárias do Sul; outra, é prosseguir com afinco na senda do desenvolvimento industrial do Norte; finalmente, a terceira baseia-se em não descurar o incremento do poderio militar, de forma a que qualquer ataque sulista redunde inapelàvelmente numa derrota militar e na queda de Pak Jung Hi e do seu regime.

No discurso ao Congresso do Partido dos Trabalhadores, em 5 de Outubro de 1966, Kim Il Sung declarou que, agora, a base revolucionária do Norte «transformou-se numa força invencível e a vitória final no conjunto do país depende essencialmente do desenvolvimento das forças revolucionárias do Sul... Mas», preveniu, «se as forças revolucionárias não se prepara-rem devidamente, não saberão estar à altura do grande acontecimento revolucionário, isto é, da unificação nacional, e serão incapazes de ofere- cer a necessária resistência à ofensiva contra-revolucionária que o inimigo inevitàvelmente desencadeará. A linha básica da revolução na Coreia do Sul é, actualmente, a preservação das

forças revolucionárias e o seu constante acréscimo, tendo em vista o momento decisivo da revolução...»

«A unificação do nosso país», afirmou ainda, «é a suprema tarefa nacional, e um problema da maior urgência, cuja solução não pode sofrer düações. Podem ser vários os caminhos que conduzem à unificação nacional. Mas quaisquer que venham a ser em concreto, a unificação sera sempre realizada pelo povo coreano, e com total independência. A unificação é um assunto in-terno da nação coreana e as Nações Unidas não têm o direito de ingerencia... A crença numa reunificação baseada em forças estrangeiras é uma ilusão que a nada conduz, senão a perpetuar a Coreia dividida e a reduzi-la à escravidão...»

Na minha conversa com o primeiro-ministro Kim Il Sung, depois de me ter chamado a atenção para os documentos que contêm as várias iniciativas em prol da reunificação pacífica, disse-me ele:

«Combatemos durante três anos contra os americanos. Conhecêmo-los bem. Se quiserem atacar-nos novamente, estaremos prontos para os repelir. Os nossos soldados e todo o nosso povo têm grande experiência da luta contra eles. Adquirimo-la no decurso da nossa própria guerra e beneficiámos também da experiência do povo do Vietname. O imperialismo norte-americano não nos assusta. Invadam-nos outra vez, que nós saberemos ripostar devidamente. O mesmo se passa em relação ao povo do Sul. Também ele conserva uma inestimável experiência das lutas do passado. Houve em 1894 a

guerra dos camponeses, que eclodiu no Sul, durante o período feudal. Muitos dos assaltos contra o ocupante japonês começaram no Sul. Quando enfrentámos os americanos, centenas de milhar de jovens sul-coreanos ofereceram-se para combater nas nossas fileiras. Depois do armistício, em 19 de Abril de 1960, o povo do Sul revoltou-se e derrubou Syngman Rhee. O povo sul-coreano calejou-se na luta e ainda recentemente o mostrou, com a sua oposição ao tratado com o Japão. E cresce, enfim, de dia para dia, o descontentamento motivado pelo envio de tropas para o Vietname do Sul.

«Penso que a luta dos nossos compatriotas sulistas contra o regime fantoche de Pak Jung Hi se vai acelerar. Os americanos tentam assustar-nos, no Norte e no Sul, com manobras e provocações militares. Mas não nos impressionam, nem aqui nem lá. A nossa politica é e continuará a ser a unificação do país por meios pacíficos. Mas, se as tropas americanas nos invadirem de novo, as forças revolucionárias do Norte unir-se-ão as do Sul para os aniquilar — e a reunificação do país precipitar-se-á. Ë este o motivo por que não receamos a guerra. Não a desejamos, mas não temos medo dela. Se nos invadirem, poderão destruir tudo; nunca porém a resistência do povo.

«A situação é tensa—o que também não amedronta o nosso povo. Mas essa é a razão pela qual o Congresso do nosso partido decidiu, em Outubro de 1966, continuar a desenvolver a economia em paralelo com a defesa militar. Até que a guerra venha, se vier. Seja como for, quando

as forças revolucionánas do Norte e do Sul estiverem consolidadas, a vitória pertencer-lhes-á. E a Coreia sera finalmente unificada.»

Foram estes os sentimentos que, por toda a parte, encontrei na Coreia do Norte.

CAPÍTULO XIV

COREIA — VIETNAME

A presença, no Vietname do Sul, de 50 000 soldados sul-coreanos, derramando o seu sangue em defesa dos interesses dos E. U. A., está na ordem natural das coisas, tendo em conta a relação de vassalagem que liga o regime de Seul a Washington, e mais não é do que a concretização do velho sonho de Dulles: «asiáticos contra asiáticos». Em Abril de 1954, quando o falecido John Foster encorajava a formação dum exército internacional, baseado no modelo coreano, para salvar o colonialismo francês na Indochina, foram duas divisões da ROK, que trazia já «no bolso», que serviram de isca. Todavia, so um dos doze países convidados — a minha Australia natal— a engoliu, com anzol e tudo, oferecendo seis batalhões. Os demais recusaram. A lição da guerra da Coreia estava ainda fresca. Como as tropas da ROK eram armadas, vestidas e sustentadas pelos americanos, como a maior parte do orçamento de Rhee era também por eles financiado, nada teve de surpreendente que Dulles conseguisse aquela oferta. Mas o piano gorou-se. Enquanto, em Genebra, Dulles se ocupava ainda em conseguir as boas graças dos antigos participantes na guerra da Coreia — os quais pensavam estar ali reunidos para fazer a paz, e não a guerra na Coreia — Dien Bien Phu caiu. Pouco depois, o governo

francês responsável pelos acontecimentos que tinham conduzido a Dien Bien Phu caiu também.

Foram necessários mais onze anos e ura imenso esforço politico por parte dos americanos, para tornar possível a colocação, no Vietname, de duas divisões da ROK e de meia dúzia de batalhões australianos, dispostos a ajudar os E. U. A. na guerra. Foi esta a primeira vez na História que se utilizaram coreanos como mercenários, numa guerra alheia, embora, em 1956, Rhee se tivesse oferecido para enviar tropas em auxílio das forças anglo-francesas contra o Egipto, na altura da questão do Suez, num momenta em que os Estados Unidos consideravam inoportuno hostilizar abertamente o mundo árabe. E, em 1967,Pak Jung Hi enviou um grupo de conselheiros militares para a Rodésia.

«Asiáticos contra asiáticos»: eis uma estratégia compensadora, do ponto de vista norte-americano, não so em vidas humanas, mas sobretudo em termos económicos. O custo diário de manutenção operacional de um soldado Americano — provam-no números já publicados— é de $45,57; um turco custa $1,89; um tailandês, $1,47; e um sul-coreano apenas $1,25. Turcos e tailandeses foram utilizados na Coreia, como forma de assegurar um fornecimento futuro de soldados da ROK a $1,25 por dia; e estes são actualmente utilizados no Vietname do Sul, até como forma de levar Saigão a fornecer tropas sul-vietnamitas, pagas talvez a $1 por dia, para a repressao de qualquer outro povo da Asia, da Africa ou da America Latina — depreciando assim, cada vez mais, o preço da carne

para canhão. Um excelente negócio— como certamente atestarão os computadores de Washington.

Na Coreia do Norte, a guerra do Vietname é tida como uma segunda edição da sua própria guerra; com uma diferença apenas: agora os E. U. A. não têm a cobri-los a bandeira da ONU. Para um coreano, a identidade dos dois conflitos e dos problemas que os originaram é perfeita; e quando os dirigentes políticos afirmam que «a guerra do Vietname é também a nossa guerra», isto é encarado, não como demagogia, mas como a mais simples e elementar das verdades. Também o Vietname é um país dividido, contra a sua vontade. Possui, a dividi-lo, um paralelo 17°, em vez do 38°. E, se o governo americano não foi o responsável pelo traçado da linha divisória, é pelo menos responsável pela sua conversao em barreira permanente, a dividir a terra e o povo. Em ambos os casos, as linhas de demarcação foram fraudulentamente perpetuadas, tendo sido concebidas como temporárias, em conferencias internacionais, e com base em razões bem plausíveis; no caso do paralelo 38°, para facilitar o desarmamento e a destruição do regime japonês de ocupação; no caso do paralelo 17°, para permitir a separação das forças combatentes, a fim de se efectivar o cessar-fogo. Nos dois casos, os Estados Unidos, depois de terem transformado essas linhas em divisões pràticamente imutáveis, organizaram exércitos nas zonas do Sul com o objectivo confessado de anexar pela força as zonas do Norte. Em ambos ainda, os americanos rejeitaram os mais elementares processos democráticos, pelos

quais os povos destes países teriam podido exprimir a sua vontade e escolher o regime da sua eleição. Uns e outros se viram sujeitos pelo mesmo inimigo a impiedosos bombardeamentos e a muitas outras atrocidades que foram verdadeiras tentativas de genocídio.

Se, actualmente, no Vietname do Sul, os E. U. A. concentram mais de um terço do seu exército efectivo para subjugar o povo do Vietname do Sul e sustentarem o regime fantoche de Nguyen Cao Ky, na Coreia sulista mantêm ainda importantes efectivos militares para subjugar o povo sul-coreano e sustentarem o regime fantoche dePak Jung Hi. (O comando da ONU na Coreia do Sul é, na realidade, o 8.° Exército americano, que inclui a 2.ª e a 7.ª Divisões de Infantaria, a 314.a Divisão Aérea, a 4.a Unidade de Mísseis, a 38.a Brigada Antiaérea — e uma companhia de soldados tailandeses.) À sua conta, os povos coreano e vietnamita absorvem metade das forças armadas dos E. U. A. e o total das suas divisões de elite. O instrumento originalmente concebido para fazer do Vietname do Sul um trampolim destinado à invasão do Norte e para conter a maré revolucionária foi a SEATO; aquele que os peritos militares e politico norte-americanos continuam a usar para esmagar o povo coreano é a NEATO — constituída pelos E. U. A. (seu principal membro), Japão, Coreia do Sul e Formosa. Esta ideia manteve-se adormecida durante muito tempo, por causa da oposição popular, que se fez sentir tanto no Japão como na Coreia do Sul, à celebração de um tratado Japão-ROK. Porém, uma vez este assinado, a ideia reapareceu com a visita

de Pak Jung Hi à Formosa, em Fevereiro de 1966, e com a «conferência ministerial dos países da Asia e do Pacífico», realizada em Seul, em Junho do mesmo ano.

A SEATO falhou no piano prático, devido à relutância de alguns dos seus membros, especialmente a Franca e o Paquistão, em se arriscar a queimar a ponta dos dedos para tirar do lume as castanhas dos americanos. Mas, com a NEATO, espera-se estimular o entusiasmo dos membros secundários da organização, partilhando com eles algumas dessas castanhas. Até agora, os E. U. A. têm pactos militares bilaterais com o Japão, a Formosa e a Coreia do Sul, o que significa, entre outras coisas, que o equipamento, o treino e o sistema de comando militar dos membros secundários são os mesmos, e americanos. Num ápice, um «exército do nordeste asiático» pode tomar forma, integrando estes elementos componentes. Está previsto que tal exército fique sob o comando de um japonês — tal como as forças terrestres da NATO estão sob as ordens de um general alemão —, mas enquadrando-se este no comando superior dos Estados Unidos.

Os americanos aprenderam à sua custa a converter a SEATO num dócil instrumento da sua política indochinesa. Um membro da importância da Franca, por exemplo, rebelou-se quando Ihe foi pedido que desse sangue e dinheiro para facilitar aos americanos a sucessão dos seus interesses na Indochina. Semelhante erro não sera repetido com a NEATO. Desde já, ao Japão e à Formosa está garantida uma parcela considerável dos despojos. Mas, ao norte

do paralelo 38 permanece uma Coreia do Norte independente e economica e militarmente sólida; tal como ao norte do paralelo 17 persiste tun Vietname do Norte independente, economica e militarmente sólido e dirigido por homens experimentados na defesa do património nacional.

Tanto a Coreia como o Vietname são países antiquíssimos, detentores de uma civilização secular; muito antes de os Estados Unidos existirem, já eles eram Estados unificados; muito antes de Washington ter sido construída, já as suas capitais o eram. Ambos os países são prolongamentos peninsulares da Ásia e, ao longo das suas histórias, travaram combates heróicos, em regra bem sucedidos, para preservar a independência; quando a perderam temporàriamente, souberam, pelo menos, conservar as tradições nacionais, as suas culturas próprias, a lingua, costumes, artes e músicas e mesmo os trajos nacionais. Sofreram o imperialismo moderno, francês e japonês no Vietname, japonês na Coreia, e, hoje, ambos, o americano.

(Diga-se, de passagem, que um capricho irónico da História quis que o primeiro contacto da Coreia com o imperialismo se desse com os Estados Unidos. Os americanos chegaram, em 1950, com os tanques do General Sherman, mas já tinham vindo um século atrás, com outro «General Sherman», um navio mercante fortemente armado. Em Agosto de 1866, o «General Sherman» ancorou na embocadura do Teadong e o capitão, Preston, insistiu em avançar para o interior. Conta-se que teria declarado: «O nosso barco tern todo o aspecto de um navio de guerra, mas não temos intenções hostis. Tudo o que nos

interessa é comerciar em paz.» O comércio com os E. U. A. era então proibido, e uma delegação de magistrados coreanos foi a bordo para recusar ao navio autorização para ir mais longe. Mas Preston levantou ferro e subiu até Pyongyang, disparando os seus canhões para impressionar os locais e evitar eventuais resistências. Quando novamente o instaram para que se retirasse, exigiu ouro, prata, ginsem —já então célebre pelas qualidades afrodisíacas— e 150 toneladas de arroz. Rejeitada esta exigência, Preston abriu fogo sobre as embarcações que estavam ao seu alcance. Durante a noite, um punhado de guerrilheiros foram incendiar o navio, que se afundou no rio Taedong, com toda a tripulação, mesmo em frente de Pyongyang. Dois canhões do «General Sherman» figuram hoje em dois dos museus históricos de Pyongyang. Mais tarde apareceram dois outros navios de guerra americanos, nìtidamente em busca do navio pirata; tentaram desembarcar, mas foram repelidos.)

Tanto a Coreia como o Vietname sustentaram uma dupla batalha, contra os seus próprios senhores feudais e contra os invasores estrangeiros; ambos tiveram a amarga experiência do imperialismo, nas suas modalidades oriental e ocidental. Eis a razão por que os coreanos não distinguem o seu do caso do povo do Vietname. Depois da reunificação e da reconstrução, o grande tema na Coreia do Norte é o da solidariedade. Esta, alias, manifesta-se por toda a parte, através de cartazes e slogans. Mas revela-se também na prática, pelo considerável auxílio prestado aos vietnamianos. Em quase todas

as fábricas que visitei, uma parte da produção estava reservada para o Vietname. As vezes é uma parte de um serviço, ou urn serviço inteiro, ou certas e determinadas máquinas, que trabalham para o Vietname — como anunciavam grandes cartazes afixados nos serviços ou por cima das máquinas.

Dezenas de milhar de toneladas de fertilizantes químicos, de tractores, de aço laminado, de pequenas turbinas destinadas a produzir electricidade no campo, motores diesel — tudo isto é enviado, sem quaisquer encargos, para o Vietname. «Eles estao a lutar por nós», é a singela explicação que todos apresentam.

O povo coreano considera que, mesmo que os E. U. A. se retirem da Coreia, não sera possível uma paz duradoura enquanto as tropas americanas permanecerem no continente asiático; ficaria sempre a pairar a ameaça de um regresso em força. Os dirigentes e povo coreanos estão persuadidos de que, se o Vietname caísse, mesmo que até então a Coreia tivesse podido escapar ao destino que lhe reservam os pianos «Três Flechas» e «Dragão Voador», todo o potencial dos E. U. A. se abateria sobre eles. Estas razões levam os governantes coreanos a colocar o problema do Vietname logo a seguir as mais instantes questões internas. Kim Il Sung tern vindo a insistir em que, actualmente, a dedicação dos povos aos princípios da revolução internacional é avaliada em função da atitude que eles tomam perante a guerra do Vietname. E, no mesmo sentido, apela para que o campo socialista e o movimento progressista mundial transformem o Vietname nuraa base de congre-

gação de esforços e que, em nome dele, as divergencias sejam superadas, dando lugar a uma larga frente de unidade.

«Logo que o imperialismo americano iniciou a agressão armada contra o Vietname», declarou no seu relatório ao Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado em Outubro de 1966, «o nosso partido propôs o desencadeamento da luta anti-imperialista na maior escala possível, impondo ao agressor um gigantesco contra-ataque colectivo. Esta proposta foi secundada por vários partidos irmãos... Consideramos que, apesar das divergencias existentes em relação a um certo número de problemas, é possível chegarmos a um acordo quanto a uma linha de acção comum que faça gorar a agressão imperialista dos Estados Unidos contra o Vietname e que ajude o povo vietnamiano...

«Quem recusar uma acção comum contra o imperialismo, não é sincero na sua oposição ao revisionismo, não defende a pureza do marxismo-leninismo, nem contribui para reforçar a unidade do campo socialista e a coesão do movimento comunista internacional; não o poderíamos considerar como um adversário do imperialismo americano, nem como um partidário activo do povo vietnamiano e da sua luta. O princípio fundamental da revolução mundial é, hoje, a concentração dos ataques revolucionários ao imperialismo americano. Temos de saber distinguir entre o amigo que cometeu um erro e o inimigo. O inimigo, devemos esmagá-lo; o amigo, devemos criticá-lo e apontar-lhe o bom caminho. Deste modo, o nosso dever e o dos nossos ami-

gos é o de conjugar esforços no combate ao inimigo...

«No passado, a política de unidade dos comunistas teve um papel importante na mobilizaçao dos povos para a luta contra as guerras imperialistas. Entretanto, as forças socialistas aumentaram e as condições históricas actuais são mais favoráveis para uma acção comum, à escala internacional, contra o imperialismo. A condenação da guerra de agressão contra o Vietname e o apoio ao seu povo são, hoje, objecto de um movimento internacional. Mesmo os que, outrora, aderiram ao revisionismo, compreenderam já que não podem deixar de se afirmar, perante a opinião pública, como partidários do povo vietnamiano... A luta em comum contra o imperialismo americano permitirá traçar com rigor a distinção entre marxdstas-leninistas e revisionistas. A participação activa na luta permitirá identificar os verdadeiros opositores do imperialismo americano e aqueles que so aparentemente o são, os que verdadeiramente apoiam o povo vietnamiano e aqueles que so aparentemente o fazem. É na prática que os bons e os maus se distinguirão... Se alguns de-sejam corrigir os seus erros passados, pelo me-nos quanto à questão do Vietname, a sua atitude é evidentemente positiva e como tal devemos encorajá-la.

«Julgamos imprescindível o envio — em primeira linha, pelos países socialistas — de brigadas internacionais de voluntários, para ajudar o povo combatente do Vietname. Esse envio constituiria já um duro golpe para os imperialistas

americanos e fá-los-ia desistir da alucinante esr calada que empreenderam contra o Vietname...» A Coreia deu o melhor do seu esforço para a promoção da ideia do envio de voluntários para o Vietname e não há margem para dúvidas de que, se o projecto se concretizasse, logo assistiríamos à partida de centenas de milhar de jovens, dos mais duros combatentes do mundo — o que é algo de muito diferente dos recrutas forçados e ineptos, como o sul-coreano Pak Song Ryol, ou soldados interessados apenas era ganhar os «cem dólares por mês», caso de An Hak Su; aqueles são combatentes dotados de grande consciência política, altamente preparados, ansiosos por saldar velhas dívidas de sangue com os americanos e fàcilmente adaptáveis ao clima, à selva e à alimentação locais. Até agora, o Vietname do Norte nunca aceitou voluntários. A posição, de resto singular, da República Democrática do Vietname, tem sido a de sustentar que os demais países socialistas não devem sofrer com os problemas vietnamianos: «o sangue a derramar é o vietnamiano, não o dos países irmãos», como me disse um dirigente. Mas o ponto a que chegou a escalada americana e, bem assim, as ameaças de novas e maiores agressões, modificaram esta posição. Eu estava presente quando, em Fevereiro de 1967, o primeiro- ministro Pham Van Dong declarou a uma delegação estrangeira que a questão das brigadas internacionais de voluntários estava «a ser considerada muito atentamente» e que a sua aceitação era, não so plausível, mas talvez mesmo para breve. Se isto acontecer, é mais do que certo que os norte-coreanos estarão na primeira linha, entre

os mais bravos, mais convictos e mais eficazes dos voluntários estrangeiros.

É aqui que reaparece a questão que levantámos no começo deste livro. Tudo sugere que o vertiginoso e substancial aumento do ritmo dos incidentes no interior e nos arredores da zona desmilitarizada, desde a visita do presidente Johnson em Outubro de 1966, foi friamente provocado pelos E. U. A. e pela ROK. Mas porquê? A abertura de uma nova frente pelos americanos não equivaleria, para eles, a um suicídio? Quando parti para a Coreia, pensava que os coreanos, numa manifestação de solidariedade para com os vietnamianos, estavam a exercer uma certa pressão sobre as tropas americanas e sul-coreanas, a fim de as conservar ali e impedir a sua transferência para o Vietname do Sul. Porém tudo o que então descobri tendia, e tende ainda, a provar o contrário; veja-se o caso do incidente de 1 de Junho de 1967, durante o qual uma dezena de navios americanos e sul-coreanos, incluindo alguns «destroyers», bombardearam regiões costeiras norte-coreanas, dando origem a um duelo de artilharia que durou vinte minutos. Este incidente e o de 19 de Janeiro do mesmo ano, durante o qual o «destroyers n.º 56 da ROK foi metido a pique, são certamente exercicios destinados a sondar a colocação e o poder de fogo das posições defensivas costeiras norte-coreanas, nos locais em que os desembarques poderiam vir a ocorrer, no lado oposto à principal linha de defesa. O problema é saber porquê.

Uma explicação seria a de os E. U. A. formularem assim uma advertência destinada a mos-

trar que, apesar da partida para o Vietname de duas divisões da ROK, os seus efectivos continuam a ser consideráveis, não devendo por isso a Coreia do Norte procurar exercer pressão sobre o Sul, ou enfraquecer as suas defesas enviando voluntários para o Vietname. É uma explicação; considero-a no entanto parcial e muito incompleta. Na realidade, parece que a estratégia americana é antes a de multiplicar os incidentes até impor à República Democrática Popular da Coreia uma resposta. Nesse momento, os E. U. A. denunciarão a «agressão» e, desde logo, tropas japonesas serão desembarcadas na Coreia do Sul, para coadjuvar as da ROK na repressão. 330 000 dos 600 000 homens que integrant o exército sul-coreano têm por missão a repressão na retaguarda. Com as forças «de autodefesa» do Japão a chamar a si tal encargo, cerca de 100 000 sul-coreanos poderão ser enviados para o Vietname. O ideal, para os americanos, seria mandar directamente os japoneses para o Vietname do Sul, mas esse gesto seria perigosamente prematuro. A opinião pública, no Japão e fora dele, reagiria. Todavia a manutenção, perante uma «ameaça comunista», da segurança do Vietname do Sul, país a que o Japão está ligado por um tratado, assume já um aspecto completamente diferente. Sato, o primeiro-ministro japonês, tem-se esforçado bastante por habituar a opinião pública à ideia de que aquela atitude não constituiria uma violação da Constituição — pois esta, realmente, proíbe o envio de tropas para o estrangeiro. Semelhante estratégia poderia ser ensaiada como base preliminar dos pianos «Três Flechas» e «Dragão Voador», cujo

calendário foi certamente subvertido pelos reveses desastrosos que os americanos sofreram no Vietname.

Dando porém as suas provocações uma dimensão intolerável, os americanos estão a brincar com o fogo. Uma vez mais esquecem que a vitória não é, a priori, sua; e, se à Coreia voltarem soldados japoneses, de armas na mão, tanto eles como os soldados americanos e sul- coreanos verão erguer-se à sua frente um verdadeiro furacão. Se tal acontecesse, a Coreia tornar-se-ia realmente um segundo Vietname, mas não no sentido que o estado-maior de Washington atribuiria a esta expressão. E a primeira vítima seria a linha de demarcação militar.

No seu relatório sobre a situação internacional, no qual define a atitude da República Democrática Popular da Coreia quanto ao problema vietnamiano, Kim Il Sung abordou a posição do seu partido relativamente as divergências existentes no seio do movimento comunista mundial. Reafirmou a política do «juche» nas relaçoes entre os partidos e falou com certa amargura de experiências passadas de ingerência estrangeira nos assuntos internos da Coreia.

«A independência é, para todos os partidos, um direito sagrado que a ninguém é permitido violar; todos os partidos devem respeitar a independência dos partidos irmãos... Nestes últimos anos tem havido múltiplas violações das normas que regem as relaçoes entre os partidos... Este facto deu origem a problemas muito complexos e colocou novos obstáculos no cami-nho da unidade entre todos.

«Os partidos irmãos devem tratar-se com respeito, em pé de igualdade, e esforçar-se por manter entre si relações de camaradagem. Assim, não pode haver, entre comunistas, uns partidos mais importantes do que outros, nem partidos dirigentes e partidos dirigidos. Nenhum partido tem legitimidade para reclamar para si uma posição de privilégio...

«Já lá vai o tempo em que o movimento comunista carecia de um centro intemacional. Desde a dissolução da "Terceira Intemacional", o movimento comunista não possui eixo nem centro. Por isso, não é já possível que o "centro" revolucionário se desloque de um país para outro. É igualmente impossível que um país se transforme no "centro da revolução mundial" ou que um partido se coloque "à cabeça" do movimento comunista intemacional.

«Todos os países fazem a sua revolução, com o seu povo, sob a orientação do seu partido — e não de um qualquer centro intemacional ou do partido de um outro país. Os comunistas recusam-se a admitir que o movimento comunista intemacional tenha um "eixo" ou um "centro", onde quer que ele possa situar-se. Aceitar a sua existência corresponderia a admitir que há um partido com uma posição de privilégio. Alguns países estariam no alto de um pedestal, donde transmitiriam ordens e instruções aos outros, os quais deveriam ser veneradores e obedientes. Se situações como esta fossem toleradas... cada partido ficaria despojado da sua independência e privado ate" da possibilidade de promover autònomamente a revolução e a reconstrução nacionais. Por isso, nunca aquele tipo de situações

sera tolerado no seio do movimento comunista internacional...»

Depois, Kim Il Sung aludiu a um assunto que cala fundo no Partido dos Trabalhadores Coreanos: o da ingerência estrangeira nas questões internas dos vários partidos e, em especial, nas do Partido Comunista Japonês, com o qual o movimento revolucionário coreano mantém relações particularmente estreitas e antigas.

«A interferência de alguns partidos irmãos nos assuntos internos do Partido Comunista Japonês é um exemplo», prosseguiu. «Mesmo que haja divisões internas, os partidos irmãos não devem encorajar facções antipartido no seio de outro partido, pois lançam a confusão e dividem o movimento democrático nesse país. As ingerências estrangeiras causaram graves dificuldades ao Partido Comunista Japonês. O nosso próprio partido teve já a amarga experiência das ingerências do chauvinismo das grandes potencias nos seus negócios internos. Nem é preciso dizer-vos que os repelimos, como se impunha. Respeitando os interesses da revolução e da unidade, resolvemos o problema entre nós, se bem que nos tenha custado bastante a engolir. E assim também, no futuro, saberemos repelir quaisquer ingerências nos nossos assuntos internos e precaver-nos contra o chauvinismo das grandes potencias...»

Rejeitou seguidamente a ideia de que é necessário tomar partido nas querelas ideológicas internacionais: «Pela parte que nos toca, não escolheremos nenhum "lado". E a quem nos perguntar de que "lado" é que nós estamos, responder-lhe-emos que estamos do "lado" do mar-

xismo-leninismo e da revolução. Os comunistas não devem encarar com preconceitos as actividades dos partidos irmãos, nem devem revelar-se exageradamente inquisidores a respeito delas... E acabemos com práticas como a de aplicar rótulos arbitrários a todos os partidos irmãos que mantêm uma posição independente...» Repudiou depois a ideia segundo a qual uma orientação puramente coreana equivaleria à rejeição do internacionalismo; pelo contrário, «a posição independente do nosso partido está ìntimamente ligada ao princípio do internacionalismo proletário. Como internacionalistas que somos, rejeitamos categòricamente o isolacionismo e o nacionalismo... Atribuímos a maior importância à experiência dos demais partidos e pensamos que temos todos muito a aprender uns com os outros. Opomo-nos, sim, à tendência para seguir cegamente os outros, para nos instalarmos à sombra deles, destituídos de fé na nossa própria força, para simplesmente engolir a experiência alheia sem, ao menos, a submeter ao crivo da crítica...»

As provas de activa solidariedade ao Vietname, os laços que a Coreia vem estreitando com países africanos, as várias formas de apoio que ela presta aos movimentos revolucionários da Africa e da America Latina, atestam bem que aquela linha política, tão firmemente defendida por Kim Il Sung, nada tern a ver com o isolacionismo. Durante os últimos anos, nenhum dirigente socialista, à parte Fidel Castro, definiu tão clara e inequìvocamente a sua posição perante as divergências surgidas no seio do movimento intemacional e a necessidade de cada

partido elaborar e aplicar a sua própria linha política. De resto e como ninguém ignora, Castro e Kim Il Sung têm visões muito semelhantes, a respeito de vários grandes problemas, como por exemplo no que respeita à melhor forma de apoiar o Vietname — pôr de lado as divergências. É impossivel permanecer muito tempo em Pyongyang insensível aos laços de solidariedade e compreensão que ligam o Vietname do Norte, a Coreia do Norte e Cuba.

CAPÍTULO XV

«UM POMAR ABUNDANTE E FRUTIFERO»

A Coreia do Norte transformou-se num país extraordinàriamente belo e próspero, nesse «pomar abundante e frutífero» que, segundo as palavras do General Christiakow, comandante das tropas soviéticas de libertação em Agosto de 1945, nasceria quando os coreanos se tornassem senhores do seu destino. Depois de terem defendido, uns anos mais tarde, durante uma guerra de destruição sem precedentes, o que depois libertaram, não so as montanhas enegrecidas pelo «napalm» ràpidamente se tornaram verdejantes como a própria Natureza foi transformada. Regulou-se e corrigiu-se o curso dos rios; dividiram-se as encostas áridas e pedregosas em terraços cobertos de solo arável. Plantaram-se árvores aos milhões; surgiram árvores de fruto onde a terra era pobre de mais para se cultivarem cereais; árvores de flores onde a terra era pobre de mais para as de fruto; e simples pinheiros na terra remanescente. A Coreia é um país de camponeses amantes da Natureza. As aldeias estão completamente cercadas de espaços verdes; pelo menos metade do espaço nas cidades foi destinado a jardins e parques. As duas margens do Taelong, em Pyongyang, converteram-se em zonas de verdura, parques e jardins; até o velho rio serpenteante, onde ainda jaz a carcaça do naufragado «General Sherman», foi rectifi-

cado no seu curso e, quando lá passei, estava a ser desassoreado, para se transformar numa larga faixa de água atravessada por três novas pontes e crivada, ao domingos, pelos barcos de recreio.

Para quern está na margem ocidental, voltado para a água e junto do novo teatro construído em estilo clássico no extremo sul da cidade, olhando para a torre de Televisão, quase acabada, que marca o extremo norte da cidade, esta apresenta um perfil harmonioso de edifícios no-vos, mas de estilo clássico, que se erguem a partir das zonas verdes da margem do rio.

Aonde quer que se vá, dentro ou fora da capital, sente-se um clima de vitalidade e crescimento, como se todo o país florescesse. Na capital, uma nova central térmica está em vias de construção e colocam-se já as fundações dum novo arranha-céus que prolonga o da Universidade Kim Il Sung; fora da cidade, o trabalho de expansão, visando aumentar a produção em certos casos para o dobro, processa-se em todos os complexos industrials que visitei. O caminho-de-ferro está a ser electrificado. Erguem-se novas casas nas aldeias, ao mesmo tempo que o Estado empreende a construção de casas para os camponeses, deitando abaixo as construções de adobe feitas há 30 anos, em benefício de estruturas sólidas, de tijolo. Ao longo das estradas encontram-se grupos de trabalhadores que alargam as estradas e rectificam o curso dos rios e desenvolvem a rede de irrigação. Apesar de tudo quanto tern sido feito, o país ainda vive uma época de intensa reconstrução. Todos trabalham; mas, quando analisamos melhor a si-

tuação, verificamos que, se todos trabalham, também todos estão a estudar. Os agricultures aprendem novas técnicas e adquirem gradualmente a consciência da nova classe em que se estão a transformar; os trabalhadores especializam-se; os trabalhadores especializados tornam-se engenheiros; as crianças aprendem a tornar-se dignos herdeiros de tudo o que foi conseguido com o sofrimento dos seus avós e construído, destruído e de novo construído pelos seus pais e irmãos mais velhos.

Uma das coisas que o visitante nota é que, enquanto as pessoas trabalham, o fazem com impressionante energia. Vi mulheres a plantarem arroz em muitos países da Asia, mas nunca com a intensidade e rapidez com que o fazem na Coreia de hoje; mas quando não estão a trabalhar, descontraem-se e parecem todas de muito bom humor. Observei-as nas ruas e nas lojas, nas paragens de autocarros e nas bichas de cinemas e teatros. Por vezes nota-se que talvez lhes seja exigido um esforço excessivo. Mas nos seus rostos há uma total ausência de tensão; quando um polícia apita para alguém que atravessa um cruzamento sem cumprir as regras do trânsito, a reacção da multidão é bem humorada. No caso das crianças que saem, em multidão, das escolas, ou nesses magotes de trabalhadores, apinhados em camionetas, que no fim-de-semana partem para o campo a fim de ajudar os plantadores de arroz, vi os sorrisos e a expressão tranquila das pessoas que não têm preocupações na vida.

O semblante das pessoas nas fábricas, nas quintas, nas ruas, é um índice mais importante

do que pilhas de dados estatísticos e percentagens. «Chosen», nome que os coreanos dão ao seu país e que significa «Terra da calma matinal», é um país feliz, de gente bem alimentada e decentemente vestida, na sua zona Norte. Sem nenhum estudo documental, sem uma única entrevista ou conversa, apenas com um mínimo de atenção, nenhum visitante pode, objectivamente, concluir o contrário; e isto, na Asia, é quase um milagre. Mas, para um país totalmente destruído há apenas 14 anos, é um milagre total.

Os bens de consumo industriais —todos «feitos na Coreia»— são caros em relação aos salários, mas os bens de consumo básicos, do arroz à renda de casa, são incrìvelmente baratos; e quando o governo da Coreia do Norte declara que os seus cidadãos não têm preocupações quanto ao alojamento, alimentação, vestuário, assistência médica, educação e assistência à velhice, está a dizer a verdade. Se os preços dos produtos industriais ainda se mostram elevados, é porque o Estado chamou a si a grande responsabilidade financeira de assegurar o essencial à vida por um preço mínimo acessível a todos. Do total do orçamento para 1967-68, apenas 2 % provém do imposto sobre rendimento — ao contrário dos 28 % de há dez anos. O resto deriva dos lucros da indústria estatal e do comércio. A tributação, que em 1967 deixou de existir para os camponeses, vai em 1968 ser abolida para os operários e empregados. Todas as construções e serviços urbanos, electricidade, gás e água, são fornecidos pelo Estado e apenas parte do seu custo é coberta pela renda. No caso do alojamento, por exemplo, o Estado chama a

si 89 % da despesa; electricidade e combustível são fornecidos por metade do preço; o próprio arroz, distribuído proporcionalmente ao número de pessoas de cada família, é vendido por 13 % do preço do mercado livre. As despesas fundamentais —renda de casa, arroz, combustível, água, luz — correspondem aproximadamente a 10 % do rendimento familiar médio. Desde 1967 que o Estado promove inteiramente à sua custa a construção de habitações rurais, onde os camponeses apenas pagam 11 % do valor da renda.

As crianças não representam pràticamente qualquer encargo para as fami lias. As mães recebem 77 dias de férias remuneradas durante o período do parto. Os serviços de assistência maternal e os jardins de infância são gratuitos — tal como a instrução e assistência médica. Quando a criança entra para a escola, recebe, gratuitamente e todos os anos, um uniforme de Inverno e outro de Verão. O ensino é também gratuito, desde a escola primária até à Universidade, com pré-salários para muitos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior.

Em Abril de 1967, introduziu-se o novo sistema do ensino técnico obrigatório de 9 anos, a partir do qual todas as crianças, tanto no campo como na cidade, estudam durante nove anos, sendo os dois últimos numa escola técnica. A alteração do sistema anterior de escolaridade obrigatória de 7 anos foi feita acrescentando mais dois anos de ensino técnico aos três anos de liceu já existentes e elevando a idade limite da escolaridade obrigatória dos 14 para os 16 anos. Há agora três modos de acesso à Univer-

sidade e outros estabelecimentos de ensino superior: l.º — depois de dois anos de liceu, subsequentes aos nove de ensino básico; 2.° — depois de três a quatro anos de frequência de escolas Técnicas superiores anexas a todas as grandes fábricas e existentes em todas as sedes das comarcas rurais; 3.° — depois de dois anos de frequência em escolas de aperfeiçoamento vocational e de um ano de urn curso preparatório para a Universidade. (No tempo dos japoneses não havia uma única universidade na Coreia do Norte; actualmente existem 98 escolas de ensino superior que formaram já, desde a libertação, 170 000 engenheiros e técnicos, 19 000 medicos e assistentes medicos — estes com um curso de dois anos — ou seja, 19 por cada 10 000 habitantes.)

As oportunidades de instrução cresceram ao mesmo ritmo surpreendente da construção económica. Em 1956 considerou-se um grande passo em frente a instituição da escolaridade primária obrigatória de quatro anos; e outro grande salto foi, em 1958, acrescentarem-se àqueles mais três anos de ensino médio. As propinas dos restantes anos foram abolidas em Setembro de 1961 e a meta de nove anos de ensino técnico geral foi anunciada para o ultimo ano do piano septenal. Em consequência das necessidades de defesa, o piano de sete anos para o desenvolvimento da produção foi alargado para dez, mas é sintomático o facto de o piano para a educação não ter sido prolongado.

Este piano é considerado primordial, e o maior dos investimentos para o futuro.

Um aspecto fascinante deste fervor pela educação e também expressão do sentimento nacional é o financiamento do ensino dos filhos de 600 000 coreanos residentes no Japão.Por exemplo: o orçamento norte-coreano para 1967-1968 aplica mais de 800 000 000 de yen japoneses (ou seja, cerca de 3,5 milhões de dólares) em subsídios para estudantes coreanos no Japão e, nos últimos anos, o equivalente a mais de 22 milhões de dólares (5 biliões de yen japoneses) foram aplicados neste fim, sem a mais pequena garantia de que algum dos beneficiários venha alguma vez a regressar à Coreia, quanto mais à Coreia do Norte, e a pagar os conhecimentos assim adquiridos nesta inédita forma de investimento. (De facto, nos últimos anos, quase 90 000 coreanos foram repatriados do Japão para a Coreia do Norte, quase todos de origem sul-coreana. Mas a partir da assinatura do tratado nipo-sul-coreano, o acordo sobre estes repatriamentos tem sido constantemente desprezado pelo governo japonês: era por demais embaraçoso para o regime sul-coreano que os coreanos que pediam repatriação optassem unânimemente pela Coreia do Norte.)

1967 é o ano em que a economia norte-coreana dará um novo passo em frente, depois de um período de paragem, durante o qual grandes somas destinadas à expansão industrial tiveram de ser desviadas para gastos de defesa. Com efeito, perante o tratado entre o Japão e a Coreia do Sul e dos seus pianos quanto à Coreia do Norte, muita gente se perguntou se Valeria realmente a pena continuar o desenvolvimento económico e se não seria mais conveniente preo-

cuparem-se apenas com a defesa. Kim Il Sung rejeitou este ponto de vista no seu relatório de 5 de Outubro de 1966 em que tratou dos problemas económicos. Falando do perigo da guerra declarou:

«Se a reconstrução económica de base tivesse de ser descurada pelo medo da guerra e da devastação daí resultante, seria impossível aumentar o poder do país e elevar o nível de vida da população. O perigo da guerra provocada pelos imperialistas e as guerras de agressão por eles desencadeadas podem atrasar ou até interromper o nosso desenvolvimento económico, mas não podem pôr em risco a nossa progressão para o socialismo e o comunismo... A nossa experiência revela que, mesmo que uma nova guerra rebente e provoque grandes destruições, nós somos capazes de recriar a nossa vida, enquanto tivermos o Partido, o Governo, a População e o Território...

«Na actual situação temos de continuar a construir a nossa economia socialista e, concomitantemente, de nos empenhar com redobrada energia na defesa. Temos de a tornar inexpugnável, tudo aprontando para poder repelir qualquer ataque de surpresa e em qualquer momenta. É bem verdade que este objectivo obrigará ao desvio de muito esforço humano e material para a defesa do país e, até certo ponto, a urn atraso inevitável do nosso desenvolvimento económico. Mas devemos dirigir um esforço maior para o endurecimento do aparelho de defesa... apesar de isso obrigar a um reajustamento das bases do nosso desenvolvimento económico...»

O orçamento para 1967 exprime esta dupla preocupação. Uma percentagem sem precedentes em tempo de paz é destinada à defesa: 30 %, ou seja, o equivalente a 480 milhões de dólares, ao inverso dos 2 % de 1963. (Apenas em 1950-53, durante a guerra, o orçamento afectara 30 % do total para a defesa. Mas, depois disso, o rendimento global do Estado multiplicou-se.) Mesmo privados de tão vultuoso quinhão, foram investidos mais 26,8 % na construção do que no ano anterior; o rendimento das empresas estatais deve, segundo as estimativas, aumentar 8 %, e os investimentos cerca de 11 %, em virtude da bela soma de 40 milhões de dólares de excedente no ano financeiro de 1966-67.

Entre as obras a empreender incluía-se a expansão da siderurgia de Kim Chaik, para se obter uma capacidade de produção de 1 000 000 de toneladas de aço e a mesma quantidade de produtos de aço laminado, ou seja, quase o dobro da actual existência de aço laminado. Haveria um aumento de 80 % de investimentos na indústria de máquinas; de 50 % na construção de camionetas; de 60 % nas escavadoras; de 10 % em tractores e de 80 % em barcos de vários tipos, incluindo barcos frigoríficos de 3500 toneladas, para a frota pesqueira. A indústria têxtil, recente e em vias de expansão, seria equipada com mais 150 000 teares e fabricar-se-iam mais 30 000 000 de metros de tecidos de lã em fábricas a concluir durante o ano. Referindo-se à Defesa, o ministro das Pinanças, Han Sang Du, ao apresentar o orçamento, disse:

«Haverá um grande aumento na produção de vários materiais necessários para dotar o Exér-

cito Popular de tudo o que é necessário para um equipamento militar moderno e para armar todo o povo; e, enfim, para transformar o país numa fortaleza inexpugnável. Os pianos para a construção de novas máquinas de precisão e para o desenvolvimento das existentes sera cumprido à risca.» A investigação científica terá 20 % de acréscimo em relação ao subsídio do ano findo. O «pomar abundante e frutífero» estará fantàsticamente desenvolvido quando se começarem a atingir as metas do piano septenal. A plantação de cereais está prevista para 6 a 7 milhões de toneladas, e Kim Il Sung declarou aos planificadores que, em virtude do clima ameno e do solo fértil, a terra da Coreia devia ser medida «em metros cúbicos e não em metros quadrados»; a produção de adubos químicos elevar-se-á a 1,5 milhões de toneladas e o número de tractores quadriplicará. (A produção de 5 000 000 de toneladas de cereais nos últimos anos é uma vitória estrondosa, sobretudo se a compararmos com a da Coreia do Sul, tradicionalmente o celeiro do país e cobrindo não so o deficit do Norte como o do Vietname do Sul. Que sera que acontece à agricultura de um país quando os americanos tomam conta dele? No Sul, a colheita de cereais, que andava pelos 5,4 milhões de toneladas anuais, entre 1936 e 1940, ou seja antes da guerra, baixou para 4,7 milhões no periodo de 1961-1965. Neste mesmo periodo, a colheita no Norte duplicou e está em vias de triplicar. Em vez de exportar, a Coreia do Sul, com uma população superior a 25 000 000 de habitantes, passou a importar mais de 700 000 toneladas de cereais por ano — tal como o Viet-

name do Sul. Mas, pelo menos, para o Vietname os americanos têm a desculpa da guerra. As duas principais razões deste estado de coisas, na Coreia do Sul, são a requisiçao de terras —na ordem das dezenas de milhar de hectares — para fins militares e o facto de não se ter feito uma reforma agrária; 73 % das famílias rurais sul-coreanas cultivam menos de urn hectare, com utensílios primitivos que penetram muito superficialmente o solo, e pagam ao proprietá- rio da terra cerca de 60 % da colheita.)

A produção de aço está avaliada em 2,5 milhões de toneladas; a de carvão em 23-25 milhões; a energia eléctrica chegará a 3,3 ou 3,5 milhões de kW; a produção de cimento é de 4 4,5 milhões de toneladas. A preparação de fibras artificiais e sintéticas está avaliada em 80 000 a 100 000 toneladas e a resina sintética em 60 000 a 70 000 toneladas. Quando todos estes números duplicarem ou triplicarem e também os de outras indústrias existentes — e muito antes de isso acontecer —já a Coreia do Norte terá ultrapassado o Japão em produção *per capita* de todos os principais produtos da indústria pesada e da produção agrícola, tomando como base os actuais indices de acréscimo de produção de ambos os países. Em produção *per capita*, a Coreia do Norte sera fàcilmente a primeira nação da Asia. As fábricas encarregadas de cumprir este quantitative de produção estão actualmente em vias de construção ou de ampliação.

Quanto ao ensino superior, o piano exige a formação de 180 000 engenheiros e técnicos especializados e de 460 000 agentes técnicos e especialistas diplomados em escolas técnicas secun-

dárias. A indústria abrangerá novos domínios, como o da electrónica de alta frequência, a aplicação de energia nuclear em alguns ramos e um elevado grau de automação conseguido à custa da indústria electrónica nacional.

O piano prevê também a construção de 600 000 habitações nas zonas urbanas, muitas quais estão já prontas — e de 600 000 casas, destinadas a cooperativas agrícolas e que estão a ser construídas em todo o país. 1 200 000 unidades habitacionais para, pelo menos, 5 milhões de pessoas — de acordo com o número médio de membros da família coreana; o que significa que metade da população vive já, ou viverá brevemente, em casas construídas depois de 1961.

O carro afastava-se agora da zona habitacional, atravessando Pyongyang ao longo das auto-estradas de cimento que levam ao aeroporto; respirava-se o ar impregnado do aroma das acacias e eu admirava, mais uma vez, as aldeias limpas, brancas e cinzentas, os campos bem cultivados, já verdes das plantações de arroz. Não pude deixar de recordar o aviso de Kim Il Sung: tudo isto voltará a ser destruído brevemente. Lembrei-me da solução que o antigo Chefe da Estratégia do Comando Aéreo dos Estados Unidos, general Curtis Le May, apresentou para o Vietname: «Vamos bombardeá-los até os fazer voltar à Idade da Pedra», e compreendi até que ponto o primeiro-ministro Kim tinha razão em preparar o país para a guerra, quer em organização, quer em adaptação psicológica para novas destruições. Mas também compreendi como o «assassìno» Le May, como Ihe costumavam chamar na Segunda Guerra Mundial, estava en-

ganado: é possível bombardear os povos coreano e vietnamita, obrigando-os a viverem debaixo da terra, mas é impossível fazê-los regressar à «Pré-História». É impossível bombardear o bastante para destruir as sólidas qualidades técnicas, intelectuais e morais que os seus filhos adquiriram durante os anos de construção e de vida do socialismo. O que os moralistas da Pedra Lascada, como Le May, gostariam de bombardear é indestrutível: e a melhor garantia é a de que, se o que tem vindo a construir-se na Coreia do Norte for de novo destruído, o «abundante e frutuoso pomar» renascerá e crescera mais rapidamente que nunca, mas desta vez abrangendo o país de norte a sul.

EPÍLOGO

O «PUEBLO» E AS CONVERSAÇÕES DE PARIS

Em 23 de Janeiro de 1968, quando a armada norte-coreana capturou o «Pueblo», navio espião electrónico americano, muitos foram, sobretudo no Ocidente, os que tremeram de pavor, na expectativa de represálias-relâmpago por parte do Pentágono. Nos E. U. A., senadores e editorialistas dos jornais deram largas à sua indignada cólera, reclamando, para a Coreia do Norte, as mais severas punições. «Mandem a nossa esquadra pelo Taedong acima» foi a mais moderada das sugestões então apresentadas; «forcemos o caminho até Wonsan» (porto norte-coreano até onde o «Pueblo» foi escoltado). Anunciou-se, com grande espalhafato, que o porta-aviões «Enterprise» seguia a toda a velocidade para a costa norte-coreana; mas, pouco depois, ele mudava de rumo e dirigia-se paca-tamente para as águas norte-vietnamianas. Os ameri- canos não contavam com um so caça ou bombardeiro disponível e operacional para secundar o «Enterprise». Foi a pröpria dimensão do comprometimento americano no Vietname que impôs uma resposta «branda». Um ano mais tarde, o «Pueblo», com todo o seu fabuloso equipamento electrónico —«produto de pesquisas que custaram centenas de milhões de dólares»,

como lamentou o senador Russell (1) — continuava nas mãos da Coreia do Norte; e a sua tripulação so foi libertada após 11 meses de cativeiro e depois de um processo idêntico àquele que descrevemos no capítulo II (2) para a devolução dos pilotos.

O caso «Pueblo» foi apenas outro incidente, da mesma série daqueles que relatámos nos dois primeiros capítulos deste livro; mas, desta vez, o episódio assumiu proporções que não permitiam escondê-lo do grande público, como acontece com a maior parte dos outros.

Foi realmente o «Pueblo» capturado dentro das águas territoriais norte-coreanas? Todas as provas até agora apresentadas levam a crer que sim. Mas, o que de forma alguma oferece dúvidas é que o navio tinha estado a operar dentro daquele perímetro. O governo da R. D. P. C. advertira-o de que devia pôr imediato termo as suas actividades e ir-se embora. Mas o aviso foi ignorado e as violações continuaram. Se o «Pueblo» foi ou não capturado no local do crime é irrelevante, pois a perseguição é, nestes casos, um direito.

Ao tempo em que estas linhas são escritas, o caso «Pueblo» está a ser objecto de um inquérito do Congresso dos E. U. A., certamente destinado a passar uma esponja sobre todo este episódio. Mas, em grande medida, a publicidade

---

(1) Senador Richard B. Russell (democrático, da Jórgia), ao tempo presidente da Comissão das Forças Armadas do Senado americano.

(2) Compreendendo, designadamente, o reconhecimento da violação e a promessa de não a repetir.

feita em torno do incidente é já irreversível. Há factos assentes e conhecidos que não podem ser escamoteados. E a peça fundamental que é o diário de bordo continua nas mãos da Coreia do Norte.

Numa conferência de imprensa que deu em Pyongyang e que foi filmada e gravada, o comandante Lloyd Marc Bucher declarou: «A nossa missão era o reconhecimento dos quatro principals portos norte-coreanos e consistia, primeiro, na determinação das actividades navais da Coreia do Norte; segundo, na detecção do sistema electromagnético da armada norte-coreana; terceiro, na experimentação das reacções da R. D. P. C; enfim, estávamos atentos a todas e quaisquer novidades que pudessem interessar à marinha de guerra dos E. U. A.»

Na mesma conferência de imprensa, o oficial Stephen Robert Harris acrescentou: «Cabe-me chefiar uma unidade especial de 30 homens. A nossa tarefa número um é a de auxiliar o comandante na procura de dados com interesse, fornecendo-lhe as informações que conseguimos obter através da radio e do radar.

«Compete-nos também registar esses sinais da radio e do radar e transmiti-los à Agência de Segurança Nacional em Washington, para que os analise.»

O imediato do «Pueblo», tenente Murphy — que, ao contrário do comandante Bucher, reconheceu, após a libertação, o tratamento humano que tinha sido dado aos 82 prisioneiros—, descreveu e ilustrou, com uma carta de bordo, como o «Pueblo» violara cinco vezes as águas territoriais da Coreia do Norte; nave-

gando de norte para sul: em Kao-Gun, a 15 de Janeiro, em Orang-Dan, a 17 de Janeiro, duas vezes a 18 de Janeiro na zona de Songjin e, finalmente, em Ong San Ka, a 21 de Janeiro. E, no próprio dia da captura, Murphy disse:

«Prosseguimos para o sul e, na madrugada do dia 22, chegámos à parte meridional desta baía (Wonsan).

«Na madrugada do dia 23, rumámos para oeste, a fim de nos aproximarmos mais de Wonsan; e foi na tarde de 23 que a marinha coreana nos capturou, a 7,6 milhas de Yo-Do, na baía de Wonsan.»

Não tern grande importância determinar se a espionagem se processou a 8 ou a 20 milhas da costa norte-coreana, sobretudo se tivermos em conta o que descrevi nos capítulos anteriores. A intenção, so por si, torna a manobra punível.

Um oficial americano que, nessa altura, estava em comissão de serviço na Coreia do Sul disse-me que o principal objectivo do «Pueblo» era «proteger electrònicamente» os grupos de espionagem e de sabotagem que, vindos da Coreia do Sul, desembarcavam na costa norte-coreana. «Muitas missões desta natureza f oram neutralizadas pelas patrulhas costeiras da Coreia do Norte», garantiu-me. «Foi decidido enviar o "Pueblo" em missão de reconhecimento, para localizar as bases dessas patrulhas, para observar as suas actividades e para obter elementos capazes de revelarem as melhores condições de infiltração. Desgraçadamente, o "Pueblo" estava tão ocupado em espiar electrònicamente aquelas bases e actividades que não

conseguiu detectar a patrulha que lhe seguia no encalço e que podia ter sido localizada a olho nu.»

O facto é que as actividades do «Pueblo» eram um elemento fundamental de pianos agressivos já esboçados.

O correspondente do Guardian de Nova Iorque, Lionel Martin, que esteve na Coreia do Norte durante três meses, no Outono de 1968, trouxe de lá provas fotográficas das instruções enviadas ao comandante do «Pueblo» e datadas de 28 de Fevereiro de 1966. Estas ordenavam ao navio-espião, entre outras coisas, que «apurasse os limites e condições para operações de reconhecimento aéreo e naval nas proximidades territorials do bloco soviético e das possessoes da China comunista no Pacífico...» — estávamos no período em que o piano «Três Flechas»(1) ainda estava em voga. E, ainda mais precisamente, as instruções determinavam que «as operações de patrulhamento de superfície são autorizadas até ao limite de três milhas do território norte-coreano e das ilhas da Chicom (2) no Paracels».

Já depois de libertada a tripulação do «Pueblo», Washington pretendeu que as instruções datadas de Fevereiro de 1966 já não estariam em vigor, tendo sido substituídas por novas or-dens, estas de 5 de Janeiro de 1968, por força das quais o «Pueblo» era obrigado a respeitar

---

(1) V. Capítulo I.

(2) China Comunista. Designação muito usada na marinha americana.

um limite de 13 milhas da costa. Mas Martin trouxe também consigo uma cópia destas instruções, que afinal, incorporavam as de Fevereiro de 1966, limitando-se a introduzir-lhes alguns acrescentamentos — entre os quais a expressa referenda ao dever de obediência do «Pueblo» as ordens de Fevereiro de 1966. Não pode haver dúvidas de que Washington vai suar um bocado para dar verosimilhança à inocência da missão do «Pueblo» e para justificar as circunstâncias da sua captura em flagrante delito de espionagem. Mas de uma coisa podemos estar certos: acerca da verdadeira finalidade da missão do «Pueblo», não ouviremos, de fonte oficial, uma so palavra de verdade.

Quanto as conversações de Paris, o menos que se poderá dizer é que a sua fase de abertura ofereceu uma perturbante semelhança com o que descrevemos no capítulo III. Mas retrocedamos um pouco no tempo.

O presidente Johnson multiplicara-se em declarações e promessas, nos termos das quais faria cessar os bombardeamentos ao Vietname do Norte, logo que recebesse da parte de Hanoi «algum sinal» de que a R. D. V. estaria disposta a negociar. Assim, em 28 de Janeiro de 1967, numa entrevista que me concedeu, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Nguyen Duy Trinh, agarrou aquela deixa e afirmou: «Se os E. U. A. pusessem termo aos bombardeamentos, poderíamos encetar conversações.» Johnson precisou de 14 meses para responder a esta proposta; e, apesar disso, deu-lhe apenas meia resposta, na forma do seu discurso de 31 de Marco de 1968, em que anunciou uma suspensão «limitada» dos

bombardeamentos, a qual poderia, no entanto, tornar-se completa logo que a possibilidade de negociações sérias se apresentasse com clareza. Três dias depois, Hanoi respondeu-lhe, propondo conversações destinadas a pôr termo aos bombardeamentos e a todos os actos de guerra sobre o território da R.D.V. Johnson dissera sempre que as negociações poderiam decorrer «em qualquer lugar e em qualquer altura». Mas logo se verificou que «qualquer lugar» não incluía Pnom-Penh, primeira proposta de Hanoi; nem Varsóvia, segunda sugestão norte-vietnamiana. E foi preciso um mês inteiro para se descobrir que Paris era «qualquer lugar».

Nos cinco meses e meio que se seguiram a 13 de Maio de 1968, o mundo assistiu à ressurreição dos argumentos de Panmunjom — a R. D. V. tern de «pagar» alguma coisa pelo privilégio de deixar de estar sujeita aos bombardeamentos americanos. Mas os delegados norte--vietnamianos, tal como em Panmunjon os sino--coreanos, recusaram-se terminantemente a pagar o que quer que fosse por uma suspensão da agressão unilateral do Pentágono. Entretanto decorriam as mais violentas batalhas terrestres de toda a guerra e as províncias norte-vietna -mianas situadas entre o 17.° e o 19.° paralelos atraíam sobre si a maior densidade de bombas de que há memória na história da guerra. Numa area que corresponde a um sétimo do território da R. D. V. caíram três vezes mais bombas do que aquelas que, antes do discurso de 31 de Marco, tinham alvejado o conjunto do país.

Mas os vietnamianos souberam defender-se: no Norte, contra as incursões aéreas, no Sul, em combates terrestres, e em Paris, na mesa da conferência. Nem Abrams em Saigão, nem Harriman em Paris, puderam encontrar-lhes brechas na defesa. Em 31 de Outubro, no momento mais indicado para influenciar as eleições presidenciais que se desenrolariam cinco dias mais tarde, Johnson anunciou a suspensão total dos bombardeamentos ao Norte e disse que as negociações seriam retomadas a partir de 6 de Novembro, e que nelas participariam as delegações da R.D.V., da F.N.L., dos E.U.A. e do governo de Saigão. A delegação da Frente chegou a Paris em 4 de Novembro. Mas as negociações não começaram a 6, como não começaram ainda na altura em que escrevo estas linhas, mais de dois meses decorridos sobre aquela data. E não começaram porque o regime sulista, com fortes apoios em Washington, recusou sentar-se à mesa em pé de igualdade com a Frente Nacional de Libertação. A Frente teria de integrar-se na R.D.V., sob pena de Saigão não permitir o começo das conversações. E durante mais de dois meses o mundo reviu o espectáculo do «rabo a dar ao cão»: o fantoche ditando ordens ao dono, tal como na fase final das conversações de Panmunjom, quando Rhee impunha a Washington a sua política e ameaçava continuar a guerra sòzinho.

No final, porém, em Paris como em Panmunjom, os E. U. A serão forçados a negociar uma porta de saída para a guerra do Vietname, pois não lhes restará qualquer alternativa. Mas, di-

versamente do que aconteceu na Coreia, o único acordo agora previsível terá de passar pela evacuação do ultimo soldado americano no Vietname e pela queda do regime fantoche de Saigão.

Wilfred Burchett

Paris, 9 de Janeiro de 1969